

Hervé Breton

INVESTIGAÇÃO NARRATIVA EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

 Fundação
Carlos Chagas

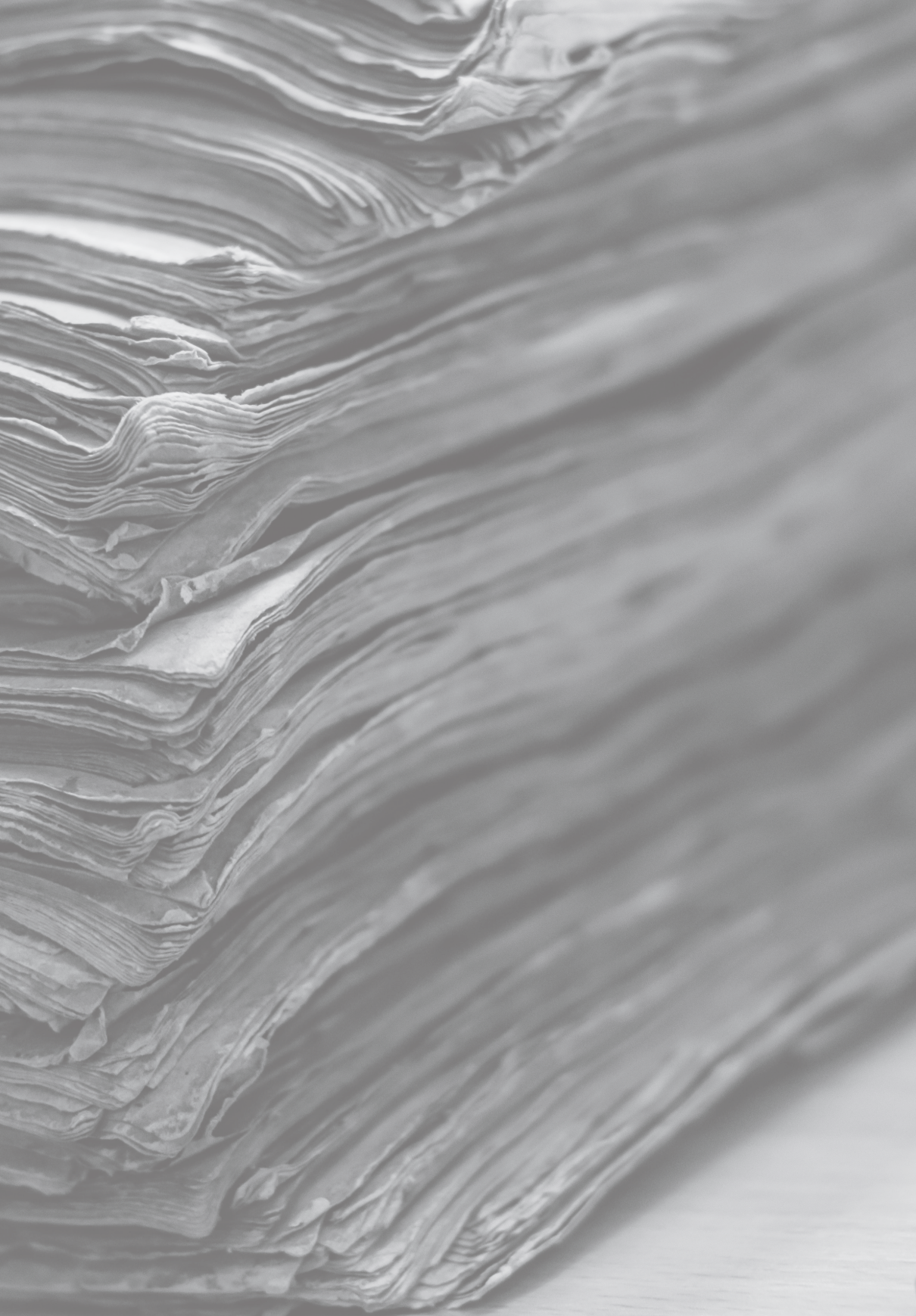
Cátedra UNESCO sobre
Profissionalização Docente



unesco

Cátedra

INVESTIGAÇÃO NARRATIVA EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS



INVESTIGAÇÃO NARRATIVA EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

Hervé Breton

tradução

Camila Aloisio Alves

 **Fundação
Carlos Chagas**
Cátedra UNESCO sobre
Profissionalização Docente


unesco
Cátedra

B852i Breton, Hervé

Investigação narrativa em ciências humanas e sociais / Hervé Breton; Tradução Camila Aloisio Alves; – São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2023.

265p.; e-book

Inclui índice e bibliografia.

ISBN 978-85-60876-16-7

DOI 10.18222/fcc-60876-16-7

Título original: *L'enquête narrative en sciences humaines et sociales*

1. Metodologia. 2. Pesquisa. 3. Ciências Sociais. I. Breton, Hervé.
II. Alves, Camila Aloisio. III. Título.

CDU: 001.891:3

Índice para catálogo sistemático

1. Metodologia – Entrevista 001.891

Elaborada por Ana Maria de Souza CRB-8/5580

Biblioteca Ana Maria Poppovic – Bamp

2023

Fundação Carlos Chagas

Av. Prof. Francisco Morato, n. 1565

05513-900 – Jd. Guedala – São Paulo

www.fcc.org.br

SUMÁRIO

Nota à edição brasileira – <i>Lúcia Villas Bôas</i>	9
Introdução	11
PARTE 1. Ancoragens epistemológicas	
1. A investigação e a experiência.....	17
A investigação, entre pragmatismo e hermenêutica.....	18
A investigação narrativa como dispositivo de pesquisa.....	22
A experiência narrativa ao longo da investigação	24
Síntese do capítulo	28
2. O experiencial e o singular	31
Em direção a uma epistemologia narrativa nas ciências humanas e sociais	32
O fenomenal: do empírico ao experiencial	34
Conhecimentos ordinários e composições narrativas	36
A força do singular: conhecimento temporalizado e gestos de redução	39
Síntese do capítulo	42
3. Os regimes narrativos.....	45
O narrativo: gêneros e regimes.....	45
Da experiência à linguagem (passagem 1): a expressão da experiência em palavras.....	48
Da expressão em palavras à narrativa de si (passagem 2)	51
Teoria dos regimes narrativos.....	52
Síntese do capítulo	59

PARTE 2. Estrutura teórica e metodológica

4. Método e narração biográfica	63
Ancoragens sócio-históricas.....	64
Ancoragens teóricas.....	65
Quadro metodológico: do episódico ao lógico.....	67
Síntese do capítulo	79
5. A descrição microfenomenológica.....	81
Ancoragens sócio-históricas da explicitação e da microfenomenologia.....	82
Ancoragens teóricas do regime da descrição fenomenológica	84
Metodologias para a descrição microfenomenológica.....	88
Síntese do capítulo	95
6. Modulação dos regimes narrativos	97
Matriz geral da investigação narrativa.....	98
Princípios de regulação e efeitos de potência da investigação narrativa .	105
Estratégias de condução da investigação narrativa	113
Circulação dos registos de expressão: em primeira, segunda e terceira pessoa	115
Síntese do capítulo	119

PARTE 3. Protocolos e procedimentos

7. Protocolos e dispositivos da investigação.....	125
O contrato e seus desafios	125
Sequências e protocolos do dispositivo	130
Conduzir em função.....	136
Síntese do capítulo	139
8. Procedimento de orientação no curso da investigação.....	141
Acompanhar a entrada na investigação: acessar, evocar, iniciar.....	142
Manter o processo de investigação: temporalizar, ritmar, sequenciar.....	146
Acompanhar e guiar no curso da investigação: metacomunicar, conter, regular	148
A condução no curso da entrevista: instruções, questões e estímulos	153
Síntese do capítulo	160
9. Variação das escalas e dos processos de focalização	161
O narrativo no cruzamento das abordagens qualitativas e compreensivas	162

Definir um <i>corpus</i> : delimitar, especificar, reduzir	166
Fragmentar: variação de escalas e ajustes do foco.....	172
Complementaridade dos modos de investigação em primeira, segunda e terceira pessoa	176
Síntese do capítulo	180

PARTE 4. No campo de pesquisa

10. Fragmentação, sequenciamento, tematização	183
Primeiro estudo: da narrativa de vida à descrição fenomenológica.....	183
Segundo estudo: da descrição fenomenológica à narrativa de vida	201
Síntese do capítulo	214
11. Da análise dos dados às categorias	215
Dados presentacionais, temporalizados e experienciais	216
A constituição dos dados narrativos	218
A análise dos dados em três fases.....	222
Forjar categorias.....	230
Síntese do capítulo	233
12. Restituição, resultados e dimensões éticas	235
Resultados, provas e restituição.....	235
Critérios de pertinência da investigação narrativa em ciências humanas e sociais.....	238
Dimensões éticas da investigação em ciências humanas e sociais.....	242
Formar-se na investigação narrativa para e pela pesquisa.....	248
Síntese do capítulo	250
Referências.....	251
Índice remissivo	261

NOTA À EDIÇÃO BRASILEIRA

Ao nos convidar a refletir sobre as singularidades da pesquisa narrativa, Hervé Breton nos lembra a todo momento de que somos seres narrativos. Nesse sentido, sua reflexão sobre a narrativa como método de pesquisa não se separa da narrativa como fenômeno investigado e como objeto de estudo transversal no campo das ciências humanas e sociais.

Esse é um dos motivos pelos quais esta publicação é particularmente necessária e bem-vinda. A obra traz uma apresentação detalhada dos pressupostos teóricos, dos procedimentos metodológicos e dos princípios éticos necessários à realização da pesquisa narrativa e que visam à compreensão, em última instância, da experiência de um sujeito encarnado e situado historicamente.

É nessa perspectiva que a Fundação Carlos Chagas, por meio de sua Cátedra Unesco sobre Profissionalização Docente, disponibiliza, ao público brasileiro, este livro em formato digital e de livre acesso, com a expectativa de que ele possa contribuir para a potencialização da produção de conhecimentos no campo da pesquisa científica em geral e no da educação em particular.

Lúcia Villas Bôas

Coordenadora da Cátedra Unesco sobre
Profissionalização Docente da Fundação Carlos Chagas

INTRODUÇÃO

Este livro é destinado aos pesquisadores do campo das ciências sociais, mas também aos estudantes que buscam uma formação em métodos de pesquisa e, mais amplamente, a todos os profissionais que são levados a solicitar a expressão de experiências no contexto de dispositivos, protocolos e entrevistas, cujo objetivo é abrir um espaço à expressão, interlocução e elaboração da experiência vivida a partir da sua narração. Trata-se de um livro dedicado à investigação narrativa, ou seja, voltado para uma abordagem construída teórica e metodologicamente a partir de um dado específico – a experiência vivida – por meio da expressão em primeira pessoa. Diferentes tipos de investigação são mobilizados quando se trata de colocar em prática uma abordagem empírica em ciências humanas e sociais. Além das distinções clássicas entre abordagens quantitativas e qualitativas, a singularidade da investigação narrativa e sua pertinência residem na sua capacidade de apreender fenômenos e processos experienciais, sem redução *a priori* do perímetro das variáveis que entram no campo da pesquisa. Essa postura de acolhida incondicional da experiência carrega consigo o potencial de apreender e examinar os fenômenos vividos ao longo da duração de uma trajetória de vida, mas também na profundidade dos micromomentos inscritos nessa trajetória, assumindo o desafio de apreender a experiência vivida de forma longitudinal, com base nos fatos vividos e efeitos sentidos, nos eventos e suas repercussões na escala biográfica.

A formalização de uma teoria de investigação cujo objetivo é produzir conhecimento por meio da narração implica que a abordagem se situe em diferentes níveis. A controvérsia é antes de tudo epistemológica, uma vez que a experiência está naturalmente associada ao registro do ordinário e do senso comum. Além disso, ela é singular, estando, *a priori*, restrita em sua validade à escala do sujeito. A discussão estende-se também para as dimensões metodológicas, considerando que as formas de levantamento parecem ser muito instáveis, uma vez que o objetivo das entrevistas é coletar relatos de experiência pessoais e de vida. Por isso, o objetivo das duas primeiras partes do livro é caracterizar a abordagem a partir de uma perspectiva epistemológica e teórica. Para tanto, formalizo e estruturo uma abordagem que emerge da integração de dois regimes narrativos, que têm como função modular as escalas temporais e variar os níveis de foco durante a exploração da experiência vivida ao longo da pesquisa.

O primeiro regime – a narração biográfica – apreende a experiência vivida longitudinalmente, ao longo do tempo, diacronicamente. O segundo, que visa a descrever a experiência em escala microfenomenológica, a fim de acessar as dimensões tácitas e pré-refletidas da experiência, examina de forma microprocessual os efeitos experimentados em uma dada situação. O resultado da interseção desses regimes narrativos, que se situam entre duração e detalhe, é uma prática de investigação que permite o estudo de fenômenos vividos a partir de uma abordagem temporal, microgenética e integradora.

A teoria de investigação proposta é o resultado do encontro entre duas tradições que foram formadas independentemente, sem espaço para diálogo ou pesquisa conjunta: histórias de vida em formação e pesquisa biográfica¹ e entrevista de explicitação.² Tendo evoluído por quase vinte anos dentro dessas correntes, próximas aos pioneiros

1. G. Pineau e J.-L. Legrand, *Les histoires de vie*, 2019. 1ª ed. em 1992.
2. P. Vermersch, *L'entretien d'explicitation*, 2000a. 1ª ed. em 1994.

fundadores desses paradigmas de pesquisa e formação, fui levado a tecer, por meio de oficinas práticas, seminários de pesquisa e publicações, ligações e pontes, a fim de trazer à luz o potencial da articulação, em um método de investigação desses regimes de narração da experiência vivida que se voltam para a passagem da experiência à linguagem.³

A construção de uma teoria da investigação narrativa também implica a estruturação de referenciais e de ferramentas para saber como implementar concretamente a abordagem no campo, de maneira empírica. As partes 3 e 4 do livro são dedicadas a um exame detalhado das estratégias de investigação, dos procedimentos de orientação, das técnicas de construção do *corpus* e da análise de dados. A necessidade de conhecimento prático e experiencial do método é colocada em relevo a partir da constatação: a experiência não é diretamente acessível ao sujeito que a viveu. Sua passagem à linguagem, sua expressão em palavras e sua integração em narrativas, no âmbito da pesquisa narrativa, devem ser acompanhadas pelo pesquisador que, para isso, estrutura dispositivos, estabelece acordos para realizar as perguntas, regula os níveis de implicação e especifica os procedimentos de orientação que utiliza. Esses elementos, que dizem respeito tanto ao método quanto à ética da pesquisa, são abordados em vários capítulos a partir de exemplos concretos. Assim, este livro é também um *manual de investigação narrativa* oferecido ao leitor, que assume o desafio de definir, nos planos teórico e prático, a especificidade, mas também as dimensões complementares dessa abordagem diante de outras formas de investigação nas ciências sociais, baseadas tanto em métodos quantitativos, utilizando questionários, ou em entrevistas qualitativas.

O último capítulo do livro aborda, a título de conclusão provisória, as dimensões éticas da investigação narrativa, que exigem a

3. H. Breton, “Narration du vécu et savoirs expérientiels”, 2020e; *idem*, “L'enquête narrative: Entre description du vécu et configuration biographique”, 2020d.

adoção de diferentes formas de julgamento prudencial para a realização de um acompanhamento abrangente dos sujeitos implicados na abordagem. Essa exigência ética baseia-se na preocupação em considerar os efeitos associados ao trabalho narrativo no decorrer da investigação. Ela também é posta por questões de pertinência, ou mesmo de viabilidade da pesquisa: somente o sujeito que viveu a experiência pode se colocar disponível para trazer à memória a lembrança do vivido e abrir-se para a construção da narrativa. Portanto, é dever do pesquisador criar as condições para que o narrador entre na investigação, construa seu trabalho narrativo sem perder a referência experiencial ao expressá-la em palavras, construindo conjuntamente os formatos que permitirão a composição e a expressão da narrativa. O que é proposto ao longo dos doze capítulos deste livro não é, portanto, apenas mais um método. Pelo contrário, trata-se de reafirmar, mais de quarenta anos depois do que Denzin e Kreiswirth chamaram de “*the narrative turn in the human sciences*” [a virada narrativa nas ciências humanas],⁴ a dimensão antropológica das narrativas, seu poder para constituir conhecimentos situados, temporalizados e encarnados, assim como para assumir os desafios políticos associados às ancoragens do conhecimento científico de natureza hermenêutica, respaldado por práticas concretas de investigação no campo das ciências sociais.

4. N. K. Denzin, *Interpretive biography*, 1989; M. Kreiswirth, “Tell me a story: The narrative turn in the human sciences”, 1994.

PARTE 1

Ancoragens epistemológicas

1. A INVESTIGAÇÃO E A EXPERIÊNCIA

A fim de considerar as questões, os usos e as contribuições da investigação narrativa no campo das ciências humanas e sociais, é necessário esclarecer o significado do termo “investigação”. De fato, como demonstrou Foucault, a investigação (em seguida, a análise) tornou-se gradualmente uma forma de pensamento e uma maneira de construir saberes e conhecimentos.⁵ A investigação, como modalidade estruturada de interrogação e questionamento da realidade, é baseada em uma lógica e supõe um método. Tem seu próprio sistema de coerência, que se desdobra em três etapas: exploração, interpretação e constituição. A confiabilidade dos conhecimentos gerados pode ser examinada de acordo com a natureza regulada dos procedimentos a partir dos quais essas três operações são conduzidas, mas também de acordo com os processos que as ligam lógica e metodologicamente em uma abordagem integrada.

É possível considerar que a abordagem de pesquisa está incorporada em um esquema de ordem antropológica, uma maneira de apreender e compreender a realidade. Essa perspectiva foi formalizada em inúmeras obras, que geralmente se referem às de John Dewey, e, em particular, à sua obra de 1938, intitulada na versão francesa *Logique: la théorie de l'enquête* [Lógica: a teoria da investigação]. Essa

5. M. Foucault, *Les mots et les choses*, 1966; *idem*, *L'archéologie du savoir*, 1969.

abordagem filosófica pensa a investigação como uma dinâmica dedicada a compreender a experiência vivida e concebe um processo que se inicia com a percepção de uma dúvida e que se completa na restauração da continuidade experiencial. A chegada a esse momento de realização requer o envolvimento do sujeito em um trabalho dedicado à resolução de um problema que surge no decorrer da experiência vivida, que toma a forma de uma resistência, de um fenômeno vivido que resiste e se desvia do entendimento. De acordo com essa perspectiva, a aprendizagem associada à abordagem provém de uma dinâmica de experimentação que implica questionar e investigar a fim de resolver. Para o filósofo pragmático John Dewey, é a noção de problema que constitui a base da teoria da investigação. Por outro lado, de acordo com a perspectiva hermenêutica, na qual a teoria da investigação narrativa está ancorada, é a noção de experiência que constitui o fundamento. O objetivo deste capítulo é, portanto, situar a singularidade da abordagem de investigação narrativa a partir das suas bases filosóficas, situadas na interseção entre a hermenêutica, a fenomenologia, a narratologia e as ciências da educação.

A investigação, entre pragmatismo e hermenêutica

Considerar o processo de pesquisa segundo a sua dinâmica e lógica leva a questionar os fatores que estruturam e determinam sua coerência, que deve ser apreciada durante a construção do protocolo de investigação. Entretanto esse nível, que se relaciona com os objetivos e procedimentos da investigação, exige lançar mão de um segundo, mais fundamental, que diz respeito à lógica da própria investigação. Trata-se mais de pensar em um esquema quase antropológico, que caracteriza a prática humana de *resolver* e *compreender* fenômenos, do que pensar em uma técnica de pesquisa. Essa noção de esquema parece decisiva na teoria de investigação de John Dewey. Para Dewey, a investigação inicia-se a partir da irrupção de experiências que quebram ou mesmo interrompem a continuidade

experiencial vivida, tendo por consequência o desencadeamento, no sujeito, de um processo ativo que pressupõe, antes de ser resolvido, caracterização e instituição do problema na medida em que ele constitui um desvio do esperado, gera o inesperado, o confuso, o opaco ou a dúvida.⁶ Como assinala Fabre, essa concepção é parte de uma abordagem experimental cujo objetivo é restabelecer a situação inicial por meio de uma intervenção ativa baseada na definição do problema.⁷ De fato, é o estabelecimento do que se manifesta como um problema, no decorrer da experiência, sob a forma de dúvida, confusão ou desvio, que provoca a entrada do sujeito no processo de investigação. É a *resolução* do problema, acompanhada da *dissolução* da dúvida, que marca o fim do processo de investigação. Essa abordagem de investigação encontra extensões dentro das ciências da educação, nas correntes pedagógicas que se desenvolvem a partir da noção de problema e do trabalho de problematização;⁸ teorias relativas à aprendizagem experiencial,⁹ à análise da atividade e à análise do trabalho.¹⁰

A investigação pensada a partir das suas bases pragmáticas inscreve a dinâmica do compreender em uma relação que associa as concepções em situação e as formas de ação que delas resultam, o que está formulado na máxima peirciana: “Considerar os efeitos práticos que pensamos ser possível produzir pelo objeto da nossa concepção. A concepção de todos esses efeitos é a concepção completa do objeto”.¹¹ Segundo essa perspectiva, investigar pressupõe uma implicação ativa do sujeito a fim de transformar, por meio da ação, suas concepções que são problemáticas devido à distância entre o

6. J. Dewey, *Logique: La théorie de l'enquête*, 1993. 1ª ed. em 1938.

7. M. Fabre, *Penser la formation*, 1994.

8. *Idem*, *Philosophie et pédagogie du problème*, 2013.

9. F. Landry, “La formation expérientielle: Origines, définitions, et tendance”, 1989.

10. J. Thievenaz, *Enquêter et apprendre au travail*, 2019.

11. C. S. Peirce, “La logique de la science. Deuxième partie: Comment rendre nos idées claires”, 1879, p. 248. [Salvo menção em contrário, todas as traduções de citações são nossas – N. da T.]

percebido e o concebido. Essa teoria da investigação, inscrita na filosofia pragmatista, pensa o conhecimento a partir de uma perspectiva falibilista,¹² que entende a validade do conhecimento como sendo contextual e em relação à experiência do sujeito. O sujeito implica-se em uma atividade que envolve o esforço de esclarecer, resolver e restaurar, o que Dewey chama de continuidade da experiência, a partir da percepção de uma falta ou de um obstáculo.

O núcleo do que é chamado no livro *Experience and nature* [Experiência e natureza], de 1925, o “método denotativo” consiste em partir da experiência concreta para iniciar a atividade de pesquisa.¹³ Resulta desse ponto de desencadeamento uma mobilização da intencionalidade do sujeito, que tem como destino a conclusão de um movimento de transformação da situação vivida. Entretanto essa dinâmica de transformação diz respeito ao próprio sujeito, cujas concepções participam da definição da situação. O resultado é um deslocamento dos objetivos e objetos da investigação, sendo que parte dela questiona os processos pelos quais o que é dado na situação é interpretado e construído. Tal deslocamento, por mais discreto que possa parecer, direciona a investigação para um questionamento de natureza hermenêutica.

Esse deslocamento pode ser entendido como uma mudança de foco e escala no curso da investigação. Sem abandonar a noção de situação vivida, ele direciona o interesse para os processos a partir dos quais a experiência é vivida (perspectiva fenomenológica) e interpretada (perspectiva hermenêutica). O resultado é um objetivo específico da investigação narrativa, cujos objetos podem ser especificados: do ponto de vista fenomenológico, a investigação realiza o exame dos modos de doação¹⁴ da experiência vivida e das formas

12. C. Chauviré, “Aux sources de la théorie de l'enquête. La logique de l'abduction chez Peirce”, 2004.

13. J. Dewey, *Expérience et nature*, 2012.

14. A ideia que se quer expressar com o emprego do termo “doação” em vez de “doação”

de constituição dos fatos vividos; do ponto de vista hermenêutico, o trabalho de investigação diz respeito aos processos de interpretação e de configuração desses fatos vividos, que fazem parte da sua integração em uma história que tem sua própria duração e lógica. Especificamente, o trabalho de análise refere-se aos processos de síntese que geram a doação da experiência vivida, aos modos de temporalização dos fatos vividos e aos processos inferenciais que geram a continuidade da experiência e sua historicização. Esse trabalho possui tanto uma dimensão fenomenal quanto histórica: fenomenal, pois o exame dos modos de doação da experiência procede de uma investigação microprocessual, temporal e, portanto, microgenética, pressupondo um interesse pela vida sensível;¹⁵ histórica, porque a atividade de interpretação do que constitui o tecido do tempo vivido pelo sujeito tem uma dimensão longitudinal, processual e interpretativa.

A lógica da investigação narrativa busca, portanto, examinar os processos a partir dos quais se edificam as estruturas de interpretação que fundam a trama narrativa, que organizam os modos de compreensão do sujeito e os processos de construção dos pontos de vista a partir dos quais o mundo da vida é habitado e interpretado. Essa concepção da investigação afasta-se de uma perspectiva experimental,¹⁶ organizando-se a partir de uma dinâmica que busca “a transformação controlada ou dirigida de uma situação indeterminada em uma situação que é tão determinada em suas distinções e relações constitutivas que ela converte os elementos da situação original em um todo unificado”.¹⁷

é a da experiência que se mostra, que se dá ao sujeito e não a experiência que se doa. [N. da T.].

15. B. Bégout, *La généalogie de la logique. Husserl, l'antéprédicatif et le catégorial*, 2000.
16. M. Finger, “L'approche biographique face aux sciences sociales. La place du sujet dans la recherche sociale”, 1989.
17. J. Dewey, *Logique: La théorie de l'enquête*, 1993, p. 169.

A investigação narrativa como dispositivo de pesquisa

Se a investigação pode ser pensada e caracterizada por sua lógica, cuja coerência contribui para a constituição de conhecimentos no campo das ciências humanas e sociais, ela refere-se geralmente a um projeto associado a uma abordagem empírica que tem por finalidade a coleta de dados. Embora esses dois níveis – epistemológico e metodológico – estejam diferenciados neste livro, a lógica adotada é mostrar as dimensões integradas de uma abordagem cuja pertinência metodológica depende de objetivos epistemológicos e éticos.

No plano empírico, a investigação narrativa é oriunda de uma abordagem qualitativa, compreensiva e experiencial, que tem como objetivo explorar fenômenos vividos, expressando-os em palavras, construindo narrativas e gerando dados sob a forma de relatos de experiências, autobiografias ou autodescrições, entrevistas biográficas ou microfemenológicas. Esses dados são, portanto, provenientes da linguagem e devem ser considerados *produções linguageiras*, derivando de *atos de linguagem*. Há, portanto, uma diferença significativa para a investigação narrativa em relação aos projetos de pesquisa que utilizam questionários e que privilegiam uma compreensão dos fenômenos baseada em números.¹⁸

Esses dados narrativos são específicos, pois resultam de regimes de expressão regulamentados: da descrição e da narração da experiência. Segundo essa abordagem, a expressão narrativa não se refere ao romance ou à ficção. Ela visa à narração de fatos vividos, cruzando os modos descritivo e biográfico, o que permite ao curso da investigação variar entre a apreensão longitudinal da experiência, por meio da consideração do princípio de sucessão, e a exploração profunda, direcionando a atenção para os detalhes descritos. Essa aliança entre narração e descrição, já apontada por Dewey¹⁹ em 1938, é examinada

18. F. de Singly, *Le questionnaire*, 2005.

19. Dewey, na seção XII do livro lançado em 1938 sobre a investigação, associa e diferencia a narração e a descrição como procedimentos de pesquisa, associando a narração

no Capítulo 3 deste livro, dedicado à teoria dos regimes narrativos, às obras clássicas da narratologia, que permitem diferenciar estritamente o gênero descritivo do gênero narrativo, ao passo que o escopo da investigação narrativa os integra em um mesmo processo.

Para ser operacional no âmbito de um protocolo de pesquisa, a abordagem deve ser documentada tanto em relação às suas formas concretas de estruturação (contrato, etapas, procedimentos de orientação) quanto aos dados que dela resultam. Ela está situada dentro das pesquisas de campo de natureza qualitativa e compreensiva, ainda que a abordagem se desvie muito claramente, devido à importância decisiva dada às temporalidades para o ajuste dos procedimentos de orientação. Ela deve, portanto, ser diferenciada das formas de entrevista baseadas na troca conversacional²⁰ ou em entrevistas compreensivas.²¹ A técnica de entrevista utilizada é de fato muito específica: sua singularidade está na busca por trazer à luz os fenômenos vividos de uma perspectiva longitudinal e cronológica, o que leva à estruturação da sua condução por meio de perguntas, instruções e estímulos que incitam o entrevistado a expressar-se em primeira pessoa, a narrar sua trajetória de vida de forma cronológica. Próximo à entrevista narrativa,²² essa técnica integra os objetivos da história de vida²³ e os da entrevista de explicitação.²⁴ Portanto, é difícil classificá-la na tipologia clássica de entrevistas não diretivas, semidiretivas ou diretivas. De fato, sem entrar no conteúdo do dis-

às formas de apreensão que buscam a longitudinalidade do vivido e a descrição ao detalhamento de certos aspectos do vivido. Os aspectos concretos que podem traduzir esses elementos em um método não são, contudo, aprofundados, apesar do fato de, já em 1925, Dewey indicar um método que ele chamou de “método denotativo” (J. Dewey, *Expérience et nature*, 2012, p. 37).

20. V. Traverso, *Lanalyse des conversations*, 1999.
21. J.-C. Kaufmann, *Lentretien compréhensif*, 2004.
22. C. Delory-Momberger, *La condition biographique. Essai sur le récit de soi dans la modernité avancée*, 2010.
23. D. Bertaux, *Le récit de vie: Perspective ethnosociologique*, 1996.
24. P. Vermersch, *Lentretien d'explicitation*, 2000a.

curso, o pesquisador que mobiliza a investigação narrativa incita a expressão do narrador por meio das suas intervenções, que variam em termos de velocidade e têm por objetivo produzir efeitos sobre o relevo diegético da narrativa. O resultado dessas dimensões é uma forma de entrevista que articula dois desafios: o primeiro refere-se à atualização da sucessão de fatos ocorridos no decorrer da experiência; e o segundo diz respeito à atualização da estrutura de doação dos fatos a partir de um trabalho de descrição, cujo nível de detalhamento pode ser mais ou menos profundo. Essa abordagem é tanto não diretiva, no que diz respeito ao conteúdo da experiência, quanto diretiva no que se refere ao foco temporal.

A experiência narrativa ao longo da investigação

A investigação narrativa em ciências humanas e sociais tem como especificidade a busca por compreender a experiência por meio da mobilização de procedimentos que a solicitam a fim de fazê-la emergir mediante a linguagem. Essa prática, por meio da qual o sujeito encontra formas de expressar a sua experiência, merece uma análise profunda, tanto em termos dos objetivos quanto dos procedimentos do que se denomina *atos de orientação* no Capítulo 8. O que é designado como experiência permite situar, de forma enfática, a singularidade da investigação narrativa. Seu princípio pode ser definido com base na seguinte afirmação: a experiência não é transparente para o sujeito e o fato de trazê-la à linguagem para, em seguida, buscar integrá-la a uma narrativa constitui uma experiência. Os processos que a regem foram teorizados particularmente por Bakhtin:

O enunciado reflete as condições específicas e as finalidades de cada um desses domínios, não apenas por seu conteúdo (temático) e estilo de linguagem, em outras palavras, pela seleção feita nos meios da língua – meios lexicais, fraseológicos e gramaticais – mas também e sobretudo por sua construção composicional. Estes três elementos (conteúdo temático, estilo e construção composicional) fundem-se indissolúvelmente no todo

que é o enunciado, e cada um deles é marcado pela especificidade de uma esfera de intercâmbio.²⁵

É a partir de Bakhtin que Baudouin forja, então, o conceito de experiência autobiográfica.²⁶ Por entre os três campos da experiência – expressão em palavras regida pelos recursos da linguagem, lei de composição da narrativa, formato que dá direito à expressão –, aquilo que se constitui como experiência, para o narrador, é a expressão do que Foucault designa como regimes aletúrgico, ou seja, o dizer verdadeiro do ponto de vista de uma hermenêutica do sujeito.²⁷

Regimes etopoiéticos e regimes aletúrgicos

A aleturgia é definida por Foucault como uma força que, devido à implicação do sujeito na expressão da sua experiência, gera uma potência em decorrência da passagem para a linguagem de uma narrativa tida como verdadeira pela pessoa que a expressa. A experiência reside então, do ponto de vista do sujeito, na invenção de formas de dizer que tornam possível a expressão dessa verdade, com os ou apesar dos campos de força descritos por Bakhtin: dizer a verdade integrando as condições da linguagem, compondo uma narrativa e se ajustando aos formatos legítimos ou que serão conquistados, que autorizam e legitimam a expressão de si mesmo no seio do espaço social. Assim, a noção de regime aletúrgico,²⁸ formalizada por Foucault,²⁹ pode ser considerada a partir das modalidades da passagem da experiência à linguagem que prefigura a construção da nar-

25. M. Bakhtin, *Esthétique de la création verbale*, 2017, p. 293.

26. J.-M. Baudouin, *De l'épreuve autobiographique*, 2010.

27. M. Foucault, *Dire vrai sur soi-même: Conférences prononcées à l'Université Victoria de Toronto*, 1982, 2017.

28. É no Collège de France, durante o curso “Do governo dos vivos”, que Foucault elabora o projeto de uma história dos “atos de verdade” – indicando por meio dessa expressão “a parte que pertence ao sujeito nos procedimentos de aleturgia” –, ou melhor, dos atos de verdade “refletidos”, em que o sujeito é ao mesmo tempo ator, testemunha e objeto da manifestação da verdade (L. Cremonesi *et al.*, “Introduction”, 2013, p. 12).

29. M. Foucault, *L'herméneutique du sujet. Cours au Collège de France*, 2001.

rativa de si. Ela permite definir o objetivo da investigação, a verdadeira expressão da experiência, assim como as consequências éticas e metodológicas que dela resultam.

A exigência ética decorre do fato de que a expressão em primeira pessoa gera efeitos de poder durante a passagem da experiência à linguagem que torna possível expressar a vitalidade do sujeito. Essa função do dizer verdadeiro³⁰ ao longo da atividade narrativa gera, mais especificamente, repercussões que transformam o *ethos* do sujeito:

Êthopoiein, êthopoia, êthopoiós. Êthopoiein significa: fazer o *ethos*, produzir o *ethos*, modificar, transformar o *ethos*, a maneira de ser, o modo de existência de um indivíduo [...]. Isso é o que marca ou não o caráter “etopoiético” do conhecimento. Quando o saber, o conhecimento tem uma forma, quando funciona de tal maneira que é capaz de produzir o *ethos*.³¹

A junção entre os regimes *aletúrgicos* e *etopoiéticos* no curso da atividade narrativa ocorre quando a expressão de si é realizada em primeira pessoa. O objetivo e a realização dessa junção constituem um critério de pertinência. O desafio, portanto, é acompanhar o que Pierre Vermersch chamou de “discurso encarnado”,³² que cria as condições para uma narrativa experiencial, a qual pode ser definida da seguinte maneira: *narração durante a qual, ao expressar a experiência em palavras, o sujeito percebe e revive as dimensões sensíveis da experiência já vivida*. Essa forma de expressão em primeira pessoa pressupõe uma doação viva da memória durante a narração, sendo esse registro de expressão definido por Depraz como “um regime durante o qual o sujeito narra a partir de um ‘discurso encarnado’, ou seja, entra-se em um regime de expressão que manifesta plenamente a realidade concreta de um contato com o que se vive no momento em que eu formulo”.³³

30. M. Foucault, *Discours et vérité. Précédé de La parrésia*, 2016.

31. *Idem*, *L'herméneutique du sujet. Cours au Collège de France*, 2001, p. 227.

32. P. Vermersch, *L'entretien d'explicitation*, 2000a, p. 57.

33. N. Depraz, “L'éloquence de la première personne”, 2011, p. 62.

Assim, de acordo com essa perspectiva, a expressão em primeira pessoa requer que a experiência se dê novamente para que possa ser apreendida de forma viva durante a entrevista ou as entrevistas que marcam o processo investigativo. É essa apreensão da experiência, que se apresenta novamente ao sujeito, despertada da memória, que caracteriza o que Vermersch chama de evocação e que torna possível construir um discurso encarnado.

Narrativa de si e experiência: expressão em palavras, composição da narrativa, formatos narrativos

Expressar-se em primeira pessoa no contexto da narrativa de si é forjar um estilo que traz a experiência à linguagem, integrando-a em uma história, e que lhe confere tanto uma existência social quanto vital.³⁴ Significa também formalizar um ponto de vista singular sobre os fenômenos vividos, permitindo, assim, que os processos de construção, interpretação e compreensão sejam trazidos à luz, de acordo com uma perspectiva temporal e histórica.

Os três campos de restrições que regem a experiência narrativa atuam ao longo de duas operações. A primeira diz respeito à expressão em palavras da experiência, durante a qual são edificadas formas de dizer sem que perda da referência experiencial no momento de passagem da experiência à linguagem. A segunda diz respeito às leis de composição narrativa. Para isso, o narrador deve acessar as memórias, colocá-las em palavras para, em seguida, integrá-las em um texto ou um discurso que, para ser concluído, deve parecer, do ponto de vista do narrador, completo, plausível e assertivo. Esses três parâmetros, formalizados por Ricœur,³⁵ caracterizam o que foi identificado como as leis de composição narrativa. Primeiro parâmetro: a narrativa deve ser percebida como completa do ponto de vista do sujeito. Existem elementos e eventos que devem ser integrados

34. W. Dilthey, *L'édification du monde historique dans les sciences de l'esprit*, 1988.

35. P. Ricœur, *Temps et récit. 1. L'intrigue et le Récit historique*, 1983.

na narrativa de si para que a operação narrativa esteja completa do ponto de vista do narrador. É necessário também que esses eventos sejam descritos segundo um nível de detalhamento suficiente para que a percepção da completude ocorra. Segundo parâmetro: a narrativa deve ser plausível do ponto de vista do narrador, mas também do ponto de vista do receptor, ou seja, da pessoa ou das pessoas para as quais a história é dirigida ou será dirigida. Esse critério de plausibilidade leva a questionar os processos inferenciais e as relações causais tidas como verdadeiras pelo narrador, que lhe permitem associar os acontecimentos ocorridos no decorrer da experiência em uma unidade que gera a constituição da história e a sua narração. Esse segundo parâmetro condiciona o modo de existência do terceiro parâmetro: a dimensão afirmativa da narrativa, ou seja, o fato de a narrativa ser percebida como própria pelo sujeito, o que lhe confere a sua força.

A travessia da experiência narrativa é concluída quando a história de vida, no curso da sua realização, torna possível a passagem para a linguagem do que é tido como verdadeiro pelo narrador. A conclusão da experiência narrativa no decorrer da investigação permite, assim, apreender e compreender, em primeira ou segunda pessoa, os modos de constituição dos pontos de vista do sujeito, ou seja, os modos de interpretação e significação dos fenômenos vividos pelas pessoas mobilizadas na investigação.

Síntese do capítulo

A pesquisa narrativa é uma abordagem investigativa baseada em uma entrevista de pesquisa nas ciências humanas e sociais, cujo objetivo é acompanhar a exploração da experiência a partir de uma expressão, implicada e temporalizada, em primeira pessoa. Ela mobiliza os registros de linguagem do sujeito e os modos de composição da narrativa que se apresentam à pessoa durante a atividade narrati-

va, embora esses procedimentos possam ser modulados por meio da orientação realizada pelo pesquisador.

É com base nessas questões e na singularidade dessa abordagem, que mobiliza a narrativa de si, que os modos de constituição dos conhecimentos serão abordados no próximo capítulo. Entretanto, uma epistemologia narrativa precisa ser definida e pensada, pois um método de investigação só é pertinente segundo os conhecimentos que ele gera e as condições necessárias para sua implementação. Assim, diferentes planos de pesquisa estão abertos: estudo dos processos de constituição de pontos de vista sobre o mundo vivido, análise da dinâmica de persistência desses pontos de vista, compreensão dos processos pelos quais uma lógica transforma o episódico em continuidade experiencial durante a experiência vivida.

2. O EXPERIENCIAL E O SINGULAR

Várias questões podem ser apresentadas para justificar a escolha de um trabalho epistemológico sobre as abordagens narrativas. A primeira delas diz respeito à solicitação da expressão em palavras das experiências de vida a partir do ponto de vista de sujeitos singulares. Em outras palavras, a *matéria* a partir da qual o conhecimento é elaborado por meio da narrativa é a experiência vivida, seja ela ordinária, cotidiana ou extraordinária. A análise dos processos em ação durante essa passagem da experiência à linguagem é, portanto, necessária a fim de compreender os efeitos vividos em termos de compreensão para o narrador, e os efeitos de constituição de conhecimentos gerados sobre os fenômenos experienciados pelo narrador.

A base dessa atividade narrativa, a *matéria de referência*, por assim dizer, é nada mais nada menos do que a própria experiência. Esse ponto não é inquestionável. As perguntas científicas sobre o estatuto da experiência e sobre os critérios de validade que permitem decidir sobre a confiabilidade dos dados coletados são antigas. Para Bachelard, a relação de convivência entre o narrador e sua experiência constitui um grande obstáculo epistemológico.³⁶ Vários argumentos críticos podem, de fato, contribuir para invalidar a experiência do ponto de vista científico: a instabilidade do que é dito e de suas for-

36. P. Bachelard, *La formation de l'esprit scientifique*, 2004.

mas de expressão ao longo do tempo, os modos de donação da experiência vivida caracterizados por percepções de evidências naturais, a dimensão *substancialista* da experiência marcada pelo subjetivismo...

Em direção a uma epistemologia narrativa nas ciências humanas e sociais

Segundo Piaget, a epistemologia pode ser definida como “o estudo da constituição dos conhecimentos válidos, estando o termo ‘constituição’ relacionado tanto às condições de acesso quanto às condições propriamente constitutivas”.³⁷ O exame desses processos de constituição supõe, no que diz respeito às pesquisas narrativas, caracterizar e estruturar pontos de referência estabilizados que permitam o acesso à experiência, a sua expressão em palavras, a sua configuração em textos e discursos, levando em conta os formatos que permitem a sua expressão. Ao examinar esses processos, o objetivo é questionar as condições de constituição de conhecimentos baseados na expressão da experiência, a fim de determinar critérios de validade em nível local (em relação ao sujeito que experimentou os fenômenos estudados), enquanto se estabelecem leis que potencialmente lhe conferem uma dimensão nomológica.

Desde Dilthey,³⁸ a dimensão nomológica do conhecimento específico das ciências naturais tem sido questionada no âmbito das ciências da mente e, de forma mais contemporânea, nas ciências humanas e sociais. Vários parâmetros permitem diferenciar entre as ciências da mente e as ciências da natureza. No entanto, um deles parece decisivo. Trata-se do que constitui o campo de investigação e, em função da singularidade desse campo, do tipo de relação que se estabelece entre o pesquisador e os objetos ou sujeitos da investigação. Resumindo, nas ciências naturais os métodos podem ser aplicados sobre

37. J. Piaget, *Logique et connaissance scientifique*, 1967, p. 6.

38. W. Dilthey, *L'édification du monde historique dans les sciences de l'esprit*, 1988.

a matéria (objetos, materiais, etc.) sem gerar consequências sobre a sua forma ou o seu estado. Ou seja, o estado de espírito e a disposição do pesquisador em relação ao objeto não influenciam os fenômenos que ele é levado a descobrir no decorrer do estudo. A situação parece ser diferente no campo das ciências humanas e sociais, e ainda mais no campo da pesquisa narrativa, pois os processos de constituição do conhecimento estão sujeitos aos procedimentos narrativos que permitem a expressão da experiência, às dinâmicas de configuração por meio das quais a narrativa de si toma forma e às modalidades de interpretação do pesquisador que acolhe a narrativa, questionando ou conduzindo o(s) narrador(es).

A própria natureza dessa distinção feita entre ciências naturais e ciências da mente pode, no entanto, ser questionada em termos de validade. Autores como Weber, em particular, sustentaram a ideia de que os modos de constituição dos conhecimentos em ciências sociais não pressupõem necessariamente uma diferenciação ontológica dos conhecimentos pertencentes às ciências naturais ou às ciências da cultura.³⁹ Essa perspectiva está em desacordo com aquelas desenvolvidas por Dilthey, que considerou essas duas formas de conhecimento como ontologicamente distintas.⁴⁰ Mais especificamente, o debate concentra-se nas dimensões nomológicas dos saberes e na possibilidade de as ciências humanas e sociais gerarem conhecimentos baseados em relações causais documentadas e substanciadas. Na esfera da pesquisa narrativa, a possibilidade de constituir conhecimento sobre os fenômenos vividos pressupõe a estabilização de critérios para o estudo dos modos de constituição dos pontos de vista do narrador, da forma como ele interpreta as experiências e fatos vividos, apreendendo-os temporalmente de acordo com um princípio de continuidade e gerando inferências causais que o levem a integrá-los em uma história.

39. C. Colliot-Thélène, “Expliquer/comprendre: Relecture d’une controverse”, 2004.

40. W. Dilthey, *L’édification du monde historique dans les sciences de l’esprit*, 1988.

O fenomenal: do empírico ao experiencial

O exame dos fatos vividos e de suas repercussões leva a situar a investigação em uma perspectiva experiencial, no cruzamento da hermenêutica com a fenomenologia.

“Things are what they are experienced as” [As coisas são como são vividas] – esse é o postulado do empirismo imediato de John Dewey, que ele formula em 1905 nesse ensaio e que ele construirá em *Experiência e Natureza*.⁴¹

As coisas existem da maneira como elas são experienciadas seria uma definição possível do experiencial: trata-se do evento vivenciado associado à experiência, ou seja, os modos pelos quais a experiência se mostra ao sujeito. O experiencial não designa, portanto, o conteúdo da experiência, mas os efeitos experimentados no contato com ela. É nesse sentido que o experiencial, seja apreendido por meio do trabalho do pragmatismo ou da fenomenologia, constitui um problema difícil:

O problema difícil – também conhecido como o problema da consciência – consiste em explicar por que os estados mentais são dotados de qualidades experienciais ou fenomenais. Qual é a sensação de “provar um café”, “tocar um cubo de gelo”, “ver um pôr do sol”, etc.? Por que essas experiências produzem uma reação específica? E por que isso tem algum efeito sobre nós?⁴²

Se o verbo “experienciar”⁴³ permite especificar a dimensão receptiva da experiência experimentada, a investigação sobre os *efeitos que ela produz* concretiza essa ideia, questionando os modos de doação da experiência. Assim, Zahavi aponta para perspectivas inves-

41. S. Madelrieux, “Expérencier”, 2012, p. 1012.

42. D. Zahavi, “Intentionnalité et phénoménalité. Un regard phénoménologique sur le problème difficile”, 2015, p. 80.

43. S. Madelrieux, “Expérencier”, 2012.

tigativas que integram processos cognitivos às vivências corporais a fim de caracterizar a dimensão fenomenal da investigação:

É realmente aceitável limitar a dimensão fenomenal da experiência apenas a estados sensoriais ou emocionais? Não há um efeito de simplesmente pensar em uma maçã verde (em vez de percebê-la)? E quanto às crenças abstratas? Não há um efeito de acreditar que a raiz quadrada de $9 = 3$? Muitos filósofos contemporâneos rejeitaram a ideia de que as crenças são inerentemente fenomenais. Acho que eles estão errados.⁴⁴

Ao questionar “os efeitos que isso produz”, Nagel aponta para formas de investigação destinadas a estudar os modos de doação da experiência, os efeitos das repercussões experienciais associadas aos eventos vividos no decorrer da vida.⁴⁵ Essa perspectiva permite apreender os fenômenos a partir da vida sensível, cruzando as abordagens temporais e longitudinais da experiência vivida com aquelas que examinam as formas de repercussão da experiência na escala perceptiva e tímica: impressões, sensações do corpo, percepções da atmosfera, relação com o ambiente, etc.

A abordagem assinala campos de pesquisa situados na interface entre o qualitativo e o compreensivo, que apreendem as experiências a partir das dimensões experienciais e temporais. Como fenômeno vivido, o experiencial é necessariamente situado e temporalizado. Para interrogá-lo, as pesquisas *em primeira pessoa* permitem apreender seus aspectos (via descrição) e suas formas de repercussão (via narração biográfica), o que pressupõe a mobilização de diferentes regimes narrativos a fim de caracterizar tanto os modos de doação da experiência quanto os processos que contribuem para a propagação dos efeitos experimentados ao longo do tempo, ou seja, na história do sujeito. A investigação narrativa diferencia-se, portanto, das lógicas

44. D. Zahavi, “Intentionnalité et phénoménalité. Un regard phénoménologique sur le problème difficile”, 2015, p. 84.

45. T. Nagel, *Mortal Questions*, 2012.

empiristas ou experimentais⁴⁶ e também da investigação historiográfica⁴⁷ devido ao seu foco no estudo das dimensões experienciais associadas aos eventos vividos no decorrer da vida do sujeito. De fato, se a historiografia procede de um trabalho de recensão dos fatos, de ordenação temporal e de construção de significado lógico com vistas a um trabalho de interpretação, o que a diferencia da investigação narrativa está no fato de que esta última procura apreender os efeitos vividos – a repercussão – associados aos fatos vividos pelo narrador, a fim de apreendê-los de acordo com duas dimensões: a dimensão fenomenológica, que se refere à vida sensível; e a dimensão biográfica, que se refere às dinâmicas de historicidade.

Conhecimentos ordinários e composições narrativas

Segundo a máxima pragmatista enunciada por Peirce: “considerar quais são os efeitos práticos que pensamos ser possíveis de ser produzidos pelo objeto da nossa concepção. A concepção de todos esses efeitos é a concepção completa do objeto”,⁴⁸ o conhecimento não pode ser diferenciado de uma forma de se pensar em contexto, sendo sua validade condicionada aos efeitos práticos concebíveis. Essa é a base da concepção falibilista nas ciências: a validade do conhecimento é verificável em contexto, na escala individual e coletiva. Os critérios de validade são, assim, determinados em função das configurações contextuais e das experimentações dos conhecimentos realizadas no próprio curso da experiência. O desvelamento das leis que integram a compreensão do que é vivenciado nas situações participa da passagem do conhecimento comum para o conhecimento científico. Ainda segundo Peirce: “não podemos exigir de nossos enunciados científicos nem certeza, nem precisão, nem exa-

46. S. Madelrieux, “Le pragmatisme et les variétés de l’expérience”, 2010.

47. F. Dosse, *L’histoire*, 2010.

48. C. S. Peirce, “An Essay toward Improving our Reasoning in Security and in Uberty”, 1998, p. 145.

tidão, nem esperar deles uma verificação experimental definitiva”⁴⁹ Assim, o que se mostra como verdade do ponto de vista do sujeito é uma questão de *juízos perceptivos*, que são determinados, especialmente, pelos hábitos de pensamento, pelos conhecimentos disponíveis na situação e pelos métodos de investigação utilizados para chegar a uma compreensão. Nessa perspectiva, a confiabilidade do conhecimento não pode ser separada de um princípio de autocorreção. Essa perspectiva se afasta das lógicas científicas baseadas na demonstração e na refutação de ideias falsas, imprecisas ou errôneas, sendo esses elementos característicos do paradigma do falsificacionismo.⁵⁰ A perspectiva falibilista mobiliza um tipo de lógica que torna as formas indutivas ou dedutivas de julgamento mais complexas. Para Peirce, mais do que indução, é a inferência de abdução⁵¹ que é a força motriz da investigação, ou seja, a capacidade de inventar quadros compreensivos por síntese e por transformação dos modelos de interpretação do que se experimenta, em vez de inferir leis a partir do exame de um dado independente do sujeito.

Esse conhecimento, que prefigura as formas de apreensão dos fenômenos em uma situação, organiza as concepções e dinâmicas de interpretação da realidade. Sua constituição está inscrita em uma história, a do sujeito que vive e interpreta as situações: hábitos de interpretação, lógicas de configuração, modos de donação, tipos de percepção... O objetivo da investigação narrativa não é estudar os comportamentos em contexto, nem mesmo interpretá-lo de acordo com os determinantes inscritos na história do sujeito. O que é analisado são os processos pelos quais, de forma experiencial e biográfica, os pontos de vista são constituídos a partir dos eventos vividos, os hábitos de interpretação são estruturados em função das sínteses re-

49. C. Chauviré, “Faillibilisme et fiabilisme chez Peirce”, 2010, p. 263.

50. K. Popper, *La logique de la découverte scientifique*, 1973.

51. C. Chauviré, “Aux sources de la théorie de l'enquête. La logique de l'abduction chez Peirce”, 2004.

sultantes da donação de experiência. O que emerge, portanto, é uma *ciência da edificação de pontos de vista* e das maneiras de interpretar a experiência. Essa ciência pressupõe o exame dos procedimentos narrativos, enquanto a experiência narrativa pressupõe encontrar formas de expressão da experiência vivida em função dos pontos de vista considerados verdadeiros pelo sujeito, o que pressupõe inventar formas de dizer cuja estrutura inclui uma dimensão de isomorfismo com a estrutura desses pontos de vista⁵² a partir das quais o sujeito habita e compreende o mundo vivido:

Se há uma semelhança entre a lista das leis de constituição dos universos e a lista das regras de composição das narrativas, ela não está na fundamentação e na verdade da primeira em relação à segunda. Pelo contrário: não nos construímos inventando histórias sobre nós, mas contamos histórias à medida que nos construímos, seguindo, em geral, as mesmas leis, aplicando as mesmas regras de posição (de um eu), de oposição (a esse eu), etc. Posições e oposições podem ser “apoiadas” por personagens (mesmo em criações filosóficas: personagens conceituais) e talvez o sejam mesmo em algum momento ou outro, podendo até envolver sequências narrativas ou contadas.⁵³

Os processos de construção de pontos de vista, apreendidos de uma perspectiva temporal e experiencial por meio da narração em primeira pessoa, são, portanto, os objetos de conhecimento visados pela investigação narrativa. Trata-se de examinar o conhecimento comum das pessoas, questionando a forma pela qual ele permite significar os eventos ocorridos no curso de vida, diferenciando o registro do conteúdo da experiência do registro das formas de dizer e narrar. Essa perspectiva leva a considerar que as diferentes formas de narração e de relatos de si expressam as formas de ver e de compreender as situações vividas. O estudo das formas de composição das narrativas permite apreender essas dinâmicas de percepção e estru-

52. E. Souriau, *Les différents modes d'existence*, 2009.

53. F. Fruteau de Laclos, “Pour une épistémologie française. Souriau et la connaissance du sens commun”, 2016, pp. 190-191.

turação de sentido geradas pelos sujeitos que vivenciam as situações. Dessa forma, a abordagem aberta pela pesquisa visa a explorar a forma como a experiência é vivida segundo pontos de vista singulares, os das pessoas que vivenciam os fenômenos estudados no decorrer de suas existências.

A força do singular: conhecimento temporalizado e gestos de redução

As formas de conhecimento geradas pelo estudo centrado em um pequeno número de pessoas ou experiências, ou mesmo em uma única pessoa, como é o caso da pesquisa magistral realizada por Pineau com Marie-Michèle,⁵⁴ fazem parte das abordagens de pesquisa em ciências humanas e sociais conhecidas como “qualitativas” e “compreensivas”. Eles parecem estar em contraste com a pesquisa quantitativa, que visa a produzir conhecimento a partir de painéis extensos, capazes de atingir, de acordo com uma fórmula estabelecida, limiares que permitem a saturação dos dados. Foi a partir dos trabalhos pioneiros de Thomas e Znaniecki, cuja obra *The polish peasant* [O camponês polonês], publicada em 1918,⁵⁵ é considerada fundadora para o desenvolvimento das abordagens biográficas em sociologia, que a controvérsia entre abordagens quantitativas e compreensivas se cristalizou. Essa controvérsia, documentada por Berteaux,⁵⁶ envolve tanto questões epistemológicas quanto metodológicas. O objetivo do Capítulo 9 é fornecer elementos destinados a estabilizar o escopo e a escala do foco ao realizar uma pesquisa e levantar seus dados. No que diz respeito à qualificação dos conhecimentos, quando ela é produzida a partir de um pequeno número de casos, ou mesmo de um único caso, a investigação edifica-se sobre o paradigma do singular.

54. G. Pineau e Marie-Michèle, *Produire sa vie: Autoformation et autobiographie*, 1983.

55. W. I. Thomas e F. Znaniecki, *Le paysan polonais en Europe et en Amérique*, 1998.

56. D. Berteaux, *Histoires de vie ou récits de pratiques? Méthodologie de l'approche biographique en sociologie*, 1976.

Conhecer a partir da identificação da estrutura temporal das experiências

As abordagens narrativas em pesquisa envolvem um pequeno número de pessoas durante o curso da investigação e, além disso, às vezes visam a um número limitado de experiências para cada participante durante as entrevistas. O poder da abordagem reside em sua capacidade de explorar a experiência, cuja especificidade é combinar a apreensão temporal dos fatos vividos com a expressão detalhada por meio das palavras das suas camadas experienciais: aspectos cognitivos, perceptivos, sensíveis, corporais, encarnados... A força do singular, de acordo com Vermersch,⁵⁷ está, portanto, incorporada aos procedimentos de ajuste da pesquisa e das técnicas de entrevista que permitem prolongar a duração ou intensificar o nível de detalhamento durante a descrição de um fenômeno, da mesma forma que um pesquisador usa um microscópio para examinar um material ou um organismo vivo.

O singular também pode ser caracterizado em contraste com o regular e o geral, o que permite especificar o foco e os registros de expressão durante a investigação. Tal como aponta Quéré, as diferenças entre o singular e o regular e, em seguida, entre o regular e o geral, estão inscritas em três categorias: a dimensão situada da experiência vivida (o singular); a dimensão habitual do curso da experiência (o regular); e a dimensão típica (o geral ou teórico), que é convocada no processo de expressão do registro declarativo em palavras.⁵⁸ A investigação narrativa visa precisamente às experiências singulares, na medida em que cada experiência de referência durante a narração pode ser situada no espaço (um lugar preciso) e no tempo (em um determinado momento) da história do sujeito. Essa primeira etapa, de narração de experiências situadas que respeita o princípio de sucessão, pode, com isso, revelar (durante a análise, por exemplo) di-

57. P. Vermersch, "Approche du singulier", 2000b.

58. L. Quéré, "Singularité et intelligibilité", 2000.

nâmicas de repetição, de acumulação ou de mutação no decorrer da experiência, tornando possível objetivar formas de regularidade e dinâmicas de transformação. Em outras palavras, o que é regular pode ser decomposto em elementos singulares, cujos ritmos de ocorrência lhe conferem uma existência temporalizada. De acordo com essa perspectiva – que transita no contraste entre o singular, o regular e o habitual –, o conhecimento dos fenômenos vividos constitui-se a partir de uma abordagem processual e temporal, cuja análise visa a caracterizar e objetivar processos de continuidade experiencial. Uma das especificidades do conhecimento produzido a partir do singular no decorrer da investigação narrativa é, devido à primazia dada às temporalidades, integrar como critérios de pertinência e validade, a variabilidade, as possibilidades de evolução, as dinâmicas de transformações que atravessam a experiência vivida.

Ações e gestos de redução ao longo da investigação

A apreensão temporal e situada de eventos vividos implica proceder por *redução* durante a investigação. Tal redução envolve ações e gestos, a saber: ajuste do escopo da pesquisa (a amplitude temporal retida para o exame de um fenômeno experimentado), seleção de um número limitado de ocorrências (os fatos vividos ou *experiências de referência*), a quantidade de pessoas mobilizadas no âmbito da pesquisa (tamanho do grupo de participantes).

Com relação ao *escopo*, a redução não consiste em subtrair, mas em conter, ou seja, manter dentro de um escopo temporal pertinente os fenômenos que serão examinados. A redução então ocorre de acordo com diferentes escalas temporais, o que possibilita determinar o foco durante as entrevistas, visando a diferentes tipos de duração para apreender as experiências de referência durante a narração. Essa redução tem efeitos sobre o regime cinético da narrativa.⁵⁹ De fato, durante a atividade narrativa, o sujeito que expressa sua expe-

59. J.-M. Baudouin, *De l'épreuve autobiographique*, 2010.

riência por meio das palavras e conta sua história procede necessariamente por redução: incapaz de contar a experiência em toda sua amplitude, em todos os seus aspectos, ele deve compor sua narrativa procedendo por redução, agregação e integração, a fim de conter a experiência em um formato necessariamente limitado que permitirá sua expressão, seja ela escrita ou oral.

Reduzir também significa selecionar um *número limitado de experiências situadas*, expressando-as em primeira pessoa e limitando ou, inversamente, intensificando o nível de detalhes ao colocá-las em palavras. O acesso a essas experiências situadas implica formas de evocação que geram tipos de acesso a memórias, favorecendo a expressão regulada de impressões, percepções, sensações e raciocínios associados às experiências vividas que emergem durante a atividade narrativa. Esse tipo de acesso à memória é específico e foi descrito por Pierre Vermersch como uma forma de evocação, cujos gestos são semelhantes à hipnose ericksoniana.⁶⁰ Pressupõe-se na evocação que o narrador esteja disponível para que a imersão na experiência ocorra e a narração seja encarnada. As consequências dessa abordagem da narração para qualificar o conhecimento gerado pelas histórias são importantes. Trata-se de considerar que a produção do conhecimento por meio da narração é condicionada às formas de implicação dos sujeitos mobilizados durante a investigação, ou seja, que processos de correlação se deem entre os modos de imersão do sujeito na atividade narrativa e os tipos de resultados gerados durante a investigação.

Síntese do capítulo

Se viver implica narrar⁶¹ e se as narrativas são tanto o meio quanto os traços da existência humana,⁶² a pesquisa narrativa e seus

60. H. M. Erickson, *Ma voix t'accompagnera*, 1986.

61. J. Bruner, *Culture et modes de pensée*, 2008.

62. F. Fruteau de Lacroix, "Pour une épistémologie française. Souriau et la connaissance du sens commun", 2016.

modos de investigação constituem uma via de formalização de conhecimentos de ordem antropológica. Esses conhecimentos são constituídos a partir de abordagens situadas, mobilizando a expressão da experiência por meio da narração de fatos vividos, apreendidos temporalmente e descritos de forma experiencial, de acordo com procedimentos regulados. A entrada do sujeito na pesquisa e sua orientação mediante o acompanhamento do pesquisador pressupõem a estruturação de pontos de referência metodológica teoricamente situados. Os procedimentos metodológicos da investigação são apresentados em detalhes na terceira parte do livro. Antes de fazê-lo, entretanto, é necessário definir o que estrutura teoricamente o método de pesquisa: os regimes narrativos.

3. OS REGIMES NARRATIVOS

A investigação narrativa em ciências humanas e sociais tem por especificidade buscar estudar e compreender os fenômenos vividos a partir de narrativas de experiências, compostas pela história de vida e pela descrição de processos. Situada na interface entre o trabalho da hermenêutica narrativa e o da fenomenologia descritiva, essa teoria de investigação oscila entre o *cruzamento* que visa a captar os elementos detalhados da experiência e a *apreensão da sua duração*, a fim de revelar as linhas de continuidade das trajetórias de vida. A estrutura dessa forma de investigação compreende dois tempos – o da passagem da experiência à linguagem e o da composição da narrativa – e dois regimes narrativos: descrição microfenomenológica e narração biográfica.

O narrativo: gêneros e regimes

A mobilização de narrativas no contexto de uma investigação impõe um requisito: caracterizar a atividade narrativa como dinâmica, processo e gênero. A narração é, na verdade, uma atividade tão comum que pode parecer supérfluo tentar definir suas características:

Contar é uma forma tão comum, cotidiana e igualmente difundida que perguntar o que é uma narrativa pode parecer supérfluo. De fato, interrogar-se sobre a narração em geral é refletir sobre uma forma de colocar

a experiência cotidiana em palavras; é também refletir sobre os diferentes tipos de discurso que podem recorrer à narração.⁶³

Duas dimensões são formalizadas por Adam nessa citação: o exame dos procedimentos de expressão por meio das palavras; o estudo dos tipos de discurso que depois configuram a experiência, de forma escrita ou oral. Na sexta edição do livro da coleção “Que sais-je?” [O que sei?], intitulado *Le Récit* [A narrativa], Adam assinala que os discursos podem ser classificados em quatro tipos: descritivos, explicativos, argumentativos e narrativos.⁶⁴ Esses quatro tipos são, em seguida, examinados à luz das duas dimensões centrais da narratologia: a dimensão cronológica e a dimensão configuracional. Essas duas dimensões, cujas relações de codependência foram formalizadas por Ricoeur,⁶⁵ são estudadas em várias obras contemporâneas em narratologia, baseadas na noção de trama, formato,⁶⁶ tensão⁶⁷ e ficção⁶⁸. Tradicionalmente, na narratologia,⁶⁹ a narração e a descrição são diferenciadas de forma quase ontológica, a partir do critério de desdobramento ou de interrupção do fluxo temporal durante a narrativa. Entretanto, é a partir da refutação desse princípio e, dessa forma, integrando narração e descrição em uma teoria da atividade narrativa que varia em seus procedimentos em função do regime cinético dos textos, que o escopo da investigação narrativa é estruturado. De fato, o objetivo da descrição é geralmente detalhar as características de um objeto. Entretanto, a descrição da experiência vivida demanda descrever um fenômeno que ocorre ao longo do tempo, o que leva Bertaux a apontar: “Há uma narrativa des-

63. J.-M. Adam, *Le récit*, 1999, p. 9.

64. *Ibidem*.

65. P. Ricoeur, *Temps et récit. 1. L'intrigue et le Récit historique*, 1983; *idem*, *Du texte à l'action*, 1986.

66. S. Patron, *Small stories. Un nouveau paradigme pour les recherches sur le récit*, 2020.

67. R. Baroni, *La tension narrative. Suspense, curiosité, surprise*, 2007.

68. F. Lavocat, *Fait et fiction*, 2016.

69. J.-M. Adam, 1999; *idem*, *Les textes: Types et prototypes*, 2015.

de que haja uma descrição sob a forma narrativa de um fragmento da experiência vivida”.⁷⁰ Esse ponto é decisivo porque os objetos da investigação narrativa relacionam-se muito precisamente com a experiência vivida, ou seja, com a experiência trazida à linguagem por meio de uma expressão do narrador em primeira pessoa. Portanto, a investigação não se baseia nas teorias narrativas oriundas da análise estrutural da narrativa proposta por Barthes ou nas formas ontológicas da gramática narrativa de Greimas.⁷¹ O exame dos processos de narrar a experiência é um trabalho interdisciplinar situado na interface entre a narratologia, a filosofia hermenêutica, a pragmática da linguagem e a semiótica. Uma atenção especial é dada aos processos mobilizados pela atividade de expressão da experiência em palavras, com base em uma dialética entre a *experiência vivida* e a *experiência narrada*, o que leva a um exame dos *regimes cinéticos de textos*, a partir, especialmente, do trabalho de Baudouin, Genette e Adam.⁷² Portanto a hipótese levantada é a seguinte: as relações dialéticas atuantes durante o trabalho narrativo que se situam entre a extensão ou compressão do tempo vivido na composição da narrativa de si influenciam os modos de manifestação dos fenômenos vividos e a descoberta dos processos experienciais associados durante a investigação.

É com base nessa hipótese que os regimes narrativos são considerados os principais operadores dessa forma de investigação: o regime de descrição microfenomenológica permite o acesso, por meio da expressão detalhada da experiência, a uma exploração profunda da experiência vivida *em profundidade*; o regime da narração biográfica, que procede pela apreensão longitudinal da experiência, permite o exame dos procedimentos, por meio dos quais os fatos vividos

70. D. Bertaux, *Le récit de vie: Perspective ethnosociologique*, 1996, p. 17.

71. R. Barthes, 1966; A. J. Greimas, “Éléments pour une théorie de l’interprétation du récit mythique”, 1966.

72. J.-M. Baudouin, *De l’épreuve autobiographique*, 2010; G. Genette, *Figures III*, 1972; e J.-M. Adam, *Les textes: Types et prototypes*, 2015.

são configurados em uma narrativa histórica referente a toda ou a parte da trajetória de vida. São, portanto, o tempo e o regime cinético das narrativas que estruturam a teoria dos regimes narrativos expostos neste capítulo.

Da experiência à linguagem (passagem 1): a expressão da experiência em palavras

Levar a experiência à linguagem significa encontrar palavras para expressar experiências específicas, levando em conta a forma como elas são constituídas como memória, ou seja, como traço preservado que permaneceu vivo na memória. Algumas dessas experiências já são dizíveis, enquanto outras são desprovidas de palavras para serem ditas, ou são tão vívidas que nenhuma palavra é capaz de expressá-las. A expressão das experiências em palavras é, portanto, governada por dois campos de restrições: a *dizibilidade* e a *granularidade*.

A dizibilidade da experiência

A questão da dizibilidade é atravessada por vários parâmetros. O primeiro deles diz respeito à passividade ou, mais precisamente, ao que Husserl chamou de *memória passiva*⁷³ – experiência já vivida, ou seja, constituída como memória sem que o sujeito tome conhecimento, de forma voluntária, por meio de processos de síntese que permanecem despercebidos. Como a retenção da experiência na memória é uma dinâmica passiva, que ocorre sem o conhecimento do sujeito, os conteúdos experienciais associados à memória não podem ser apreendidos de maneira voluntária e direta. Portanto, esses conteúdos não são diretamente nem acessíveis e nem dizíveis, pelo simples fato de que não são conscientizados e tematizados como entidade. A massa de impressões (*hyle*) que foi depositada na memória

73. E. Husserl, *De la synthèse passive*, 1998.

sem o conhecimento do sujeito, por sedimentação e síntese passiva, é o resultado de processos que acontecem sem esforço e sem que o sujeito sequer os perceba. Torna-se necessário, portanto, que o narrador produza movimentos que permitam o acesso a esses materiais, cujo desafio é colocar-se à disposição da doação da memória. Essa disponibilidade do narrador constitui um processo central durante a narração. Ela permite ao narrador recuperar o contato com as dimensões vivas da experiência, acessar os estratos experienciais da vivência sedimentada e significar ou ressignificar por meio das palavras a experiência depositada.

Dessa forma, é necessário diferenciar entre o que Bergson chama de “os dados imediatos da consciência”,⁷⁴ que fazem parte do presente vivo da experiência sedimentada e os que requerem uma reflexão posterior para acessar a consciência. De fato, se a percepção da duração no tempo é governada por uma dinâmica de fluxo e um princípio de sucessão,⁷⁵ o retorno reflexivo às dimensões sedimentadas da experiência produz diferentes formas de ruptura na continuidade do fluxo temporal, propícias à expressão da experiência em palavras. Entre os processos de retenção que formam a base da memória e as protensões que estruturam os horizontes de expectativa, a ruptura gerada pelo acesso à experiência vivida – por meio da evocação – é responsável por um relaxamento da tensão temporal que surge no presente vivo. Esse relaxamento, sinônimo de desprendimento, permite o surgimento de um espaço reflexivo para que a experiência sedimentada possa ser apreendida e se tornar objeto de uma análise cuidadosa e propícia a sua expressão em palavras.

A granularidade da experiência

O acesso à experiência por meio da evocação, permitindo ao sujeito recuperar o contato com as dimensões da experiência sedimen-

74. H. Bergson, *Essais sur les données immédiates de la conscience*, 2013.

75. E. Minkowski, *Le temps vécu*, 2013.

tada que permaneceram vivas, abre portas para a exploração detalhada e granular da experiência. Essa noção é caracterizada segundo diferentes perspectivas em vários capítulos deste livro. Refere-se tanto aos níveis de detalhes alcançados na descrição da experiência vivida quanto à extensão temporal das experiências que são objeto de exploração minuciosa no curso da narração, e se organiza com base no princípio de reciprocidade, o qual rege a atividade narrativa situando-a entre a temporalização da experiência e a configuração dos fatos vividos. É de acordo com esse princípio de reciprocidade que as experiências apreendidas durante a atividade narrativa dispõem de uma granularidade diferencial, a depender da duração temporal de uma dada experiência: se reduzida a algumas horas, ou mesmo alguns minutos, ou inversamente, se ela se estende por vários anos, ou mesmo várias décadas.

A redução do grão temporal no decorrer da investigação narrativa gera uma descrição detalhada, que permite que a experiência seja apreendida em seus micromomentos podendo, com isso, trazer à luz os microprocessos que participam da dinâmica dos eventos vividos. Cada microprocesso pode, então, ser expresso em palavras, de acordo com diferentes aspectos, desde as suas *qualia* até as sensações corporais, percepções sensíveis e dimensões tonais dos ambientes. A granularidade que resulta da variação do regime cinético da narrativa permite, assim, investigar os fenômenos experimentados em escala microfenomenológica, dedicando, com isso, atenção aos processos de síntese, tais como os processos de fusão entre as sensações corporais, os ambientes, as percepções situadas e os processos cognitivos em situação. Sua extensão, por outro lado, deriva de uma massificação do grão temporal, o que permite agregar eventos de longa duração, apreendendo os fenômenos vividos segundo uma perspectiva longitudinal e conferindo à experiência uma dimensão histórica dentro de uma época.

Da expressão em palavras à narrativa de si (passagem 2)

A tensão dialética evidenciada entre a temporalização da experiência e sua descrição detalhada no decorrer da atividade narrativa refere-se ao princípio de reciprocidade formalizado por Paul Ricoeur nos três volumes da obra *Temps et récit* [Tempo e narrativa] e depois em uma obra publicada em 1986 intitulada *Du texte à l'action* [Do texto à ação], na qual ele produziu uma “investigação sobre o ato de contar”.⁷⁶ É nesse livro que ele formula, sob a forma de um lembrete, o que ele chama de sua hipótese de base:

Minha hipótese de base a esse respeito é a seguinte: o caráter comum da experiência humana, que é marcado, articulado, esclarecido pelo ato de contar em todas as suas formas, é seu caráter temporal. Tudo o que é narrado acontece no tempo, leva tempo, se desdobra temporalmente; e o que se desdobra no tempo pode ser narrado [...]. Essa suposta reciprocidade entre narratividade e temporalidade é o tema de *Tempo e narrativa*.⁷⁷

A composição narrativa combina duas operações pensadas de forma codependente em Ricoeur:⁷⁸ a operação de temporalização da experiência e a operação de configuração da narrativa. Essa proposta serve de base à teoria dos regimes narrativos e convoca várias noções: regimes cinéticos dos textos, efeitos de compressão ou dilatação do tempo vivido, leis de composição da narrativa de si, especialmente. Se a narração biográfica gera, por necessidade, processos de compressão do tempo durante o trabalho de composição da narrativa biográfica, as formas descritivas de escritas de si, para acessar as esferas perceptíveis e sensíveis da experiência vivida, procedem, ao contrário, por extensão e dilatação do tempo vivido. É essa plasticidade do tempo no curso da atividade narrativa que gera a modulação dos regimes narrativos, entre narração biográfica e descrição

76. P. Ricoeur, *Du texte à l'action*, 1986, p. 14.

77. *Ibidem*.

78. P. Ricoeur, *Temps et récit. 1. L'intrigue et le Récit historique*, 1983.

microfenomenológica: a aceleração permite narrar a duração e a desaceleração possibilita a descrição dos detalhes. Devido ao princípio de reciprocidade mencionado acima, essa variação na granularidade temporal gera efeitos sobre as dinâmicas inferenciais que participam da configuração da narrativa: a intensificação em detalhes tem o efeito de aumentar o número de fatos que implementam os dados da narrativa de si, o que potencialmente transforma o terreno sobre o qual as dinâmicas inferenciais da trama edificam-se e potencialmente reconfigura a estrutura lógica da narrativa. Esse efeito de intensificação impacta a estrutura temporal da narrativa, modificando a granularidade que ordena a sucessão de fatos, que é considerada na narratologia, tal como aponta Brémond, um regulador da atividade narrativa.⁷⁹ Dessa sucessão é prefigurada a operação de configuração que resulta, no curso da atividade narrativa, em processos inferenciais que ligam, de maneira lógica, os blocos da experiência vivida a fim de integrá-los em uma unidade pragmática de significado, a partir da qual a narrativa de si organiza-se.

Teoria dos regimes narrativos

Uma maneira de diferenciar os regimes narrativos durante a pesquisa é questionar seus efeitos sobre os modos de apreensão dos fenômenos experienciais de acordo com as escalas temporais trabalhadas. Assim, entre a narração biográfica, cuja singularidade é apreender a experiência vivida ao longo do tempo (curso de vida, períodos de transição, momentos de aprendizagem), e a descrição microfenomenológica, que procede por meio da exploração e do aprofundamento da experiência vivida, os procedimentos de orientação e os modos de exploração dos fenômenos variam. Trata-se, na verdade, de identificar escalas temporais ao registrar experiências com o objetivo de expressá-las em palavras, de ajustar os níveis de

79. C. Bremond, *Logique du récit*, 1973.

detalhes ao explorar essas experiências singulares, sendo esses ajustes feitos de acordo com as questões e objetivos de conhecimento da pesquisa. Diferentes parâmetros permitem estruturar essa teoria de regimes narrativos.

Parâmetro 1: a lei de sucessão

O primeiro princípio, o único que pode ser pensado quase como lei, é o princípio de sucessão. Cada fenômeno vivido ocorre no tempo, de maneira sucessiva, um após o outro, de acordo com uma dinâmica diacrônica, que prefigura, ao ser relida, a dimensão cronológica da narrativa:

Não devemos confundir diacronia e cronologia. Diacronia diz respeito à sucessão temporal dos eventos, suas relações de antes e depois; cronologia diz respeito à sua datação em termos de anos (1968, 1981...) ou em termos de idade (sujeito com 16, 45 anos...).⁸⁰

Levar em conta a dimensão diacrônica da experiência durante a pesquisa constitui uma questão-chave. Isso permite formalizar a cronologia dos acontecimentos vividos expressos na narrativa, evidenciando sua estrutura temporal, o que pressupõe identificar sequências e constituí-las como unidades temporais da narrativa que podem, então, ser objeto de diferentes tipos de análise. A sucessão dos fatos ao longo do tempo pode ser inferida a partir da própria narrativa e da organização no tempo dos fatos narrados. Pode também ser constituída por meio de um trabalho de identificação dos momentos marcantes da história, sendo essa identificação realizada previamente à fase de composição da narrativa, o que conduz o narrador a datá-los segundo uma lógica consecutiva e de inventário. Essa abordagem se passa menos por fragmentação do fluxo experiencial do que por uma periodização da trajetória de vida, identificando na história fases de estabilidade e de mudança, o que torna

80. D. Bertaux, *Le récit de vie: Perspective ethnosociologique*, 1996, p. 78.

possível objetivar ritmos e ciclos a fim de pensar a evolução do curso da vida. Realizada segundo um método cronológico, essa abordagem permite também, graças ao trabalho de datação, ligar os fatos pessoais vividos aos eventos sociais, aos eventos que atravessam a época contemporânea do sujeito. Ela realiza-se por meio de *divisão e sequenciamento* do tempo vivido, apreendendo a duração longa da história para fragmentá-la em períodos, momentos, instantes...

Quer a ênfase seja colocada sobre o diacrônico quer sobre o cronológico, o primeiro desafio é trazer à luz a dinâmica de sucessão do vivido deixando momentaneamente de lado os processos de síntese e de associação que *nivelam* a experiência vivida, dando a ela o aspecto de um fluxo contínuo por meio da síntese (abordagem fenomenológica) e da configuração (abordagem hermenêutica). “Se a cronologia pode ser reduzida a um efeito de superfície, é porque a pretensa superfície foi anteriormente privada de sua dialética própria, ou seja, da competição entre a dimensão sequencial e a dimensão configuradora da narrativa.”⁸¹

Parâmetro 2: compor a narrativa, entre duração e detalhe

Os dois princípios seguintes – amplitude e granularidade – estão consubstancialmente ligados no curso da atividade narrativa: a extensão da amplitude temporal das experiências que passam à linguagem tem por efeito potencial estender a duração das sequências que formam a base da sucessão. O resultado é um fenômeno de suavização que opera à custa da profundidade diegética da narrativa, a menos que rupturas de equilíbrio sejam integradas aos níveis de descrição entre as sequências da narrativa. A estabilização dos critérios que permitem decidir sobre o nível de detalhe alcançado durante a expressão em palavras, no curso da descrição, é objeto de pesquisas nos campos da filosofia, narratologia e das ciências cog-

81. P. Ricœur, *Temps et récit. 2. La configuration dans le Récit de fiction*, 1984, p. 94.

nitivas.⁸² Tecnicamente, trata-se de decidir, no decorrer da investigação, sobre os níveis de fragmentação relevantes para a descoberta dos fenômenos durante a expressão da experiência vivida. Os trabalhos de Pierre Vermersch, que teorizou uma abordagem baseada em *níveis de descrição e de fragmentação da ação*, aborda essas operações em termos concretos:

No nível 1: a unidade de análise é uma organização geral [...]; no nível 2, a unidade de análise é a tarefa, que pode ser decomposta em ações elementares que se dividem em operações de execução e identificação [...]; no nível 3, a unidade de análise será uma dessas operações [...]; no nível 4, estamos em um nível de análise infracomportamental.⁸³

Esse exemplo permite apreender muito concretamente a *dinâmica de cruzamento* que ocorre durante a atividade de descrição da ação que se *intensifica em detalhes*. A extensão da duração de uma experiência procede de um movimento qualitativamente oposto ao da descrição detalhada. Essa extensão permite integrar, por exemplo, fatos situados antes ou depois da experiência de referência ou do período de vida narrado, tendo por efeito uma transformação da perspectiva e da lógica da trama na qual a narrativa baseia-se. A dinâmica de composição da narrativa deve, portanto, modular entre a extensão da duração e intensificação dos detalhes no curso da investigação, dependendo do que acontece no curso da atividade narrativa, e pertinência dos elementos descobertos com vistas à constituição de conhecimentos visados pela pesquisa.

Parâmetro 3: configurar integrando os formatos narrativos

O terceiro parâmetro da experiência narrativa é regido pelos formatos narrativos. Entre o trabalho de narrativa, que leva em conta

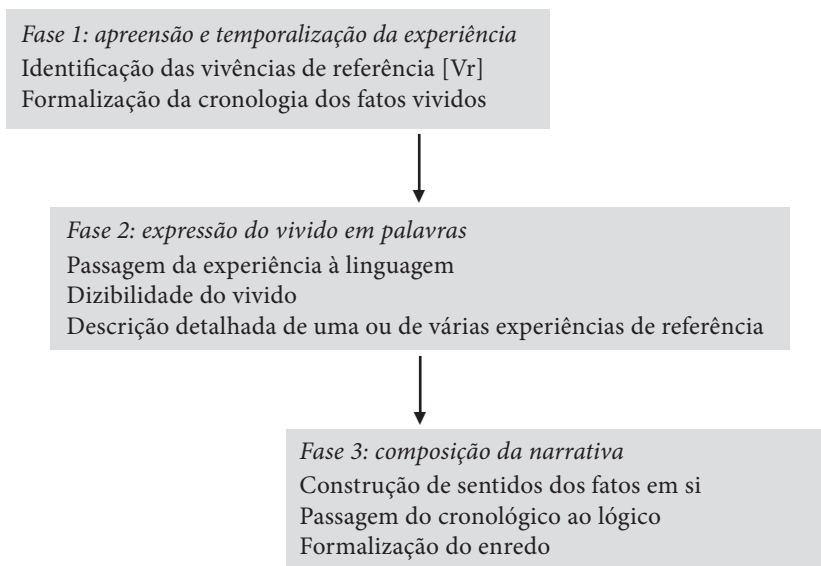
82. C. Petitmengin *et al.*, “Vers une science de l’expérience vécue”, 2015.

83. P. Vermersch, *L’entretien d’explicitation*, 2000a, p. 141.

as imposições da linguagem, e a sua composição, que se organiza de acordo com o princípio da reciprocidade entre a temporalização da experiência e a configuração da experiência vivida, tem-se o terceiro parâmetro que diz respeito aos formatos narrativos. Para formalizar sua narrativa, seja ela oral ou escrita, o narrador deve levar em consideração o formato atribuído para a sua composição e expressão para uma outra pessoa. Esse ponto é mencionado por Ricœur quando ele sublinha que, se a narrativa é construída a partir da experiência já vivida, sua expressão requer tempo e consideração dos formatos e códigos sociais.⁸⁴

Em outras palavras, se o destino da narrativa é chegar à comunidade, as condições relativas à sua recepção dependem dos recursos temporais e de atenção disponíveis dentro dos espaços de interlocução e, mais amplamente, do mundo social. Levando esses parâmetros em consideração, um modelo pode ser construído, como mostra a Figura 3.1.

Figura 3.1 *As fases da atividade narrativa ao longo da investigação*



84. P. Ricœur, *Temps et récit. 1. L'intrigue et le Récit historique*, 1983.

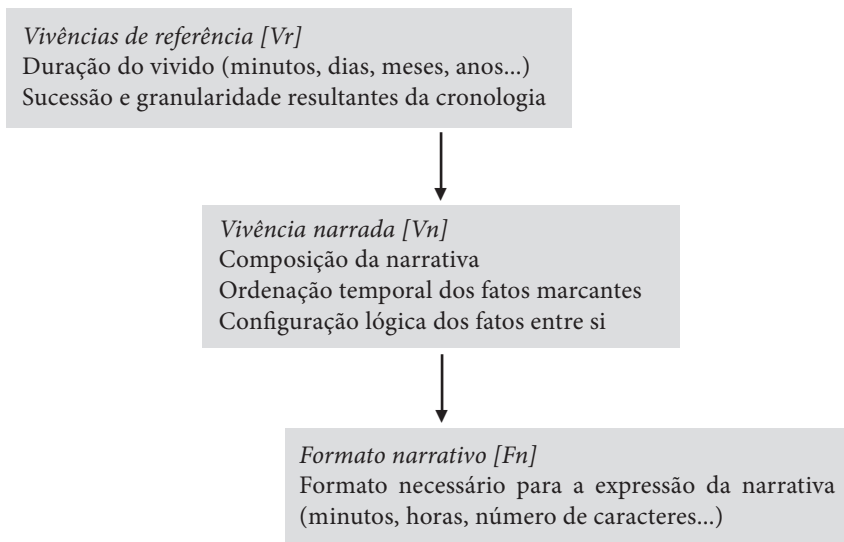
Uma quarta fase deve, portanto, ser acrescentada à Figura 3.1. Ela resulta dos efeitos das imposições associadas aos formatos que permitem a recepção da narrativa e que são, necessariamente, limitados. No campo da pesquisa, esses limites são materializados no número de minutos, horas se o discurso for oral; no número de caracteres ou palavras, se a expressão for materializada em um texto escrito. Esse horizonte de recepção da narrativa é um dos pilares da experiência narrativa porque, de uma perspectiva hermenêutica, seu destino é chegar à comunidade. Ele constitui, portanto, já nos primeiros momentos iniciais do trabalho narrativo, um dos parâmetros que contribuem para a realização da experiência. Em outras palavras, o formato previsto para as condições de recepção da narrativa de si participa do trabalho de composição, influenciando diversos parâmetros, a saber: a duração da experiência a partir da qual a narrativa de si será construída, a granularidade e a temporalização que determinará a estrutura temporal, o nível de profundidade da descrição dos eventos vividos, os tipos de inferência envolvidos na configuração da trama.

A Figura 3.2 modeliza as dinâmicas tensionais relativas aos campos de força da experiência narrativa. Ao formalizar os três polos – *vivência de referência*⁸⁵ [Vr], *vivência narrada* [Vn] e *formato narrativo* [Fn] –, objetiva concretamente as condições de realização da investigação, formalizando uma relação, cuja função é examinar a velocidade do tempo vivido na narrativa – ou seja, os regimes cinéticos – em função das características do formato narrativo [Fn]. Essa relação permite objetivar as formas de compressão ou de extensão do tempo vivido nos discursos e narrativas de si. A objetivação dos processos de compressão ou de dilatação do tempo vivido, portanto de modulação dos regimes cinéticos, permite examinar os procedimentos utilizados pelo narrador para organizar sua narrativa e,

85. Pierre Vermersch propõe esse termo em um artigo de 2011, intitulado “Description et vécu”.

assim, compreender a forma como, do seu ponto de vista, um conjunto de fatos constitui uma trama e um ponto de vista sobre o mundo. A hipótese levantada é que o narrador mobiliza procedimentos narrativos levando em conta o formato atribuído à expressão, ao mesmo tempo que reconhece a singularidade das experiências que são dadas durante a composição e a escrita de sua narrativa. A análise dos regimes cinéticos dos textos ou discursos de si realizada com base na Figura 3.2 permite, dessa maneira, questionar os processos mobilizados pelo narrador para expressar o que ele considera verdadeiro com os ou apesar dos três campos de imposições que são configurados como uma experiência para o narrador. É, portanto, com base nesses elementos que a formalização das estratégias para orientar a investigação pode ser realizada, como apresentado na segunda parte deste trabalho, e que os processos de modulação dos regimes narrativos, que oscilam entre a narração biográfica e a descrição fenomenológica, podem então ser caracterizados.

Figura 3.2 *Dialéticas temporais entre Vivência de referência [Vr] e Espaço narrativo [En]*



Síntese do capítulo

A estruturação de uma teoria dos regimes narrativos constitui uma etapa importante para a formalização do processo de pesquisa. Ela permite formalizar as principais fases do processo para depois caracterizar e definir os procedimentos de orientação que tornam possíveis inscrever, de maneira operatória, essa abordagem nos mecanismos, práticas e protocolos de pesquisa em ciências sociais.

A título de lembrete, essas fases são as seguintes:

- *Fase 1: a apreensão da experiência.* Implica *debruçar-se* sobre a própria experiência, a fim de apreendê-la de forma reflexiva, disponibilizando-se para a doação da memória. A experiência apreendida dessa maneira, por meio da reminiscência, pode comportar um alcance temporal variável, indo de alguns segundos a longos períodos de vida, ou mesmo o curso de uma existência inteira.
- *Fase 2: expressão do vivido em palavras.* Essa passagem da *experiência para a linguagem* pressupõe encontrar as palavras certas para dizer da forma mais correta, sem esquecer ou perder a referência experiencial, sendo o acesso ao experiencial sedimentado possibilitado pela evocação gerada na fase 1. Expressar em palavras a experiência vivida requer que o narrador se oriente de acordo com diferentes níveis de granularidade, modulando o regime cinético da expressão, com a desaceleração do desdobramento temporal da experiência evocada produzindo um efeito de intensificação do detalhe durante a descrição, e a aceleração tendo o efeito, inversamente, de agregar a experiência em diferentes durações propícias para se constituir em história.
- *Fase 3: composição da narrativa.* Pressupõe a identificação dos fatos vividos na narrativa, sua colocação em ordem cronológica, configurando-os. Os procedimentos de composição pressupõem a temporalização da experiência vivida com base no princípio

de sucessão. Essa etapa permite prefigurar a estrutura temporal a partir da qual o trabalho de configuração pode ser elaborado por meio da construção de sentidos e da produção de associações lógicas e causais entre os fatos vividos.

Tendo sido estabelecida a estrutura formal da investigação narrativa, a segunda parte deste livro e os três capítulos nela contidos irão caracterizar concretamente os dois regimes identificados: narração biográfica e descrição fenomenológica. Se a primeira parte foi dedicada à estruturação de uma teoria da investigação narrativa, a segunda visa à formalização de uma estrutura metodológica. Trata-se de integrar regimes narrativos em um processo de investigação concreto, incluindo seus procedimentos de orientação e condução, a fim de gerar efeitos potentes para as operações de análise dos fenômenos vividos, bem como para os processos de compreensão e de constituição dos conhecimentos científicos. Para tanto, após estudar cada um dos dois regimes narrativos separadamente a partir das suas bases sócio-históricas e metodológicas, será dedicado um capítulo ao exame das lógicas de integração desses regimes no âmbito das estratégias de investigação narrativa nas ciências humanas e sociais.

PARTE 2

Estrutura teórica e metodológica

4. MÉTODO E NARRAÇÃO BIOGRÁFICA

O método biográfico pode ser caracterizado como um método investigativo que acompanha a narração de uma perspectiva longitudinal, apreendendo a experiência vivida ao longo de um período de vida, de uma trajetória, de uma história. A dimensão temporal é, portanto, central, pois o objetivo biográfico dirige o interesse de pesquisa às unidades de tempo longas, a fim de poder examinar fenômenos em sua duração. Assim, é dada prioridade ao longitudinal, o que coloca em evidência a importância da duração quando a investigação se interessa pela experiência vivida em escala biográfica:

A associação do “qualitativo” e do “longitudinal” desperta muitas questões que encontram terreno fértil na evidência da natureza temporal dos materiais biográficos coletados por meio de entrevistas aprofundadas, associada à fragilidade dos debates metodológicos e epistemológicos que, no entanto, são indispensáveis para a consolidação de abordagens qualitativas nas ciências sociais.⁸⁶

Conforme indica Demazière, o caráter estrutural e central das temporalidades para a compreensão dos fenômenos vividos tanto parece ser óbvio quanto pouco estudado ou situado no campo das

86. D. Demazière, “Quelles temporalités travaillent les entretiens biographiques rétrospectifs?”, 2007, p. 5.

ciências sociais, de forma histórica e metodológica. As controvérsias sobre as dimensões subjetivas das narrativas e sobre a confiabilidade dos dados resultantes parecem ter obscurecido o caráter central e estrutural das temporalidades para a apreensão da experiência dos fenômenos vividos durante a pesquisa. Vários fatores podem fornecer elementos explicativos para caracterizar essa situação:

- força da evidência do tempo no decorrer da experiência, que obscurece as dimensões processuais de seus modos de doação;
- ausência de categorias que permitam trabalhar o tempo durante as fases de análise dos dados;
- complexidade da referência cruzada temporal e temática para o trabalho de interpretação.

Sem atenção ao fator tempo e sem sua tradução em abordagens metódicas e regradas dos fatos vividos, a investigação concentra-se na expressão de conteúdos experienciais em palavras, sem retorno regular, e até mesmo sistemático, a uma ordenação temporal e a uma cronologia rigorosa. O objetivo deste capítulo é especificar as contribuições do método biográfico, tomado como um regime narrativo neste livro, para a compreensão das temporalidades associadas aos fenômenos que ocorrem ao longo da vida.

Ancoragens sócio-históricas

Foi em 1994 que Kreiswirth documentou o que ele chamou de virada narrativa no campo das pesquisas em ciências humanas e sociais. A formulação foi adotada por Denzin em 2004, quando o paradigma narrativo se tornou um método de investigação. Foi também no início dos anos 2000 que Clandinin e Connelly publicaram o livro *Narrative Inquiry. Experience and Story in Qualitative Research* [Pesquisa narrativa. Experiências e história na pesquisa qualitativa], no qual situam a especificidade e as contribuições das abordagens mobilizadoras das narrativas no seio da pesquisa qualitativa. Esses dife-

rentes trabalhos apresentam, de maneira geral, a investigação narrativa, especificando seu lugar dentro das abordagens e dos protocolos de pesquisa qualitativa e questionando, especialmente, os métodos de coleta e análise de dados que dela resultam. O método apresentado está geralmente situado no cerne da sociologia, contrastando e debatendo as abordagens qualitativas com as abordagens de origem quantitativa e a estatística. Esse debate não é novo, pois já em 1918, com a publicação do livro de William Thomas e Florian Znaniecki, intitulado *The Polish Peasant in Europe and America. A Classic Work in Immigration Story*,⁸⁷ publicado na França com o título de *Le Paysan polonais en Europe et en Amérique. Le récit de vie d'un migrant* [O camponês polonês na Europa e na América. A narrativa de vida de um migrante], instaura-se um campo de controvérsias, circunscrito, em um primeiro momento, às correntes da sociologia no que tange à validade dos dados oriundos das histórias de vida.⁸⁸

Ancoragens teóricas

Foi a partir dos anos 1980 que o método biográfico, na forma proposta por Peneff,⁸⁹ foi questionado, em termos concretos, a partir das suas dimensões metodológicas, especialmente por meio do trabalho de Bertaux.⁹⁰ Os objetos da controvérsia foram, com isso, deslocados, ainda que os debates epistemológicos continuem vivos.⁹¹

87. Trata-se do terceiro tomo que focaliza as questões relativas ao método no seio de um vasto estudo que comporta cinco volumes. Para um maior aprofundamento, sugere-se também o trabalho de Suzie Guth (2004), intitulado *Chicago 1920. Aux origines de la sociologie qualitative* [Chicago 1920. Nas origens da sociologia qualitativa]. A título de informação complementar, segue a referência em inglês da obra completa de Thomas e Znaniecki: W. I. Thomas e F. Znaniecki, *The Polish Peasant in Europe and America*. Nova York: A. Knopf, 1927 (1918-1920).

88. J. Peneff, “Les grandes tendances de l’usage des biographies dans la sociologie française”, 1994; C. Dubar e S. Nicourd, *Les biographies en sociologie*, 2017.

89. J. Peneff, *La méthode biographique*, 1997.

90. D. Bertaux, *Le récit de vie: Perspective ethnosociologique*, 1996.

91. M. Finger, *Biographie et herméneutique. Les aspects épistémologiques et méthodolo-*

Entretanto, os elementos da discussão referem-se menos a questões de validade dos resultados da pesquisa do que à natureza dos próprios dados e às relações com o campo geradas pelas abordagens narrativas e biográfica, que necessariamente implicam tanto o sujeito que se envolve na pesquisa quanto o pesquisador que a conduz e a acompanha. A questão da distância epistêmica⁹² é examinada em particular, pois os modos de implicação durante a investigação podem mobilizar os entrevistados durante a fase de levantamento, mas também de análise. Os efeitos gerados pela expressão da experiência e a circulação da narrativa durante a pesquisa também são examinados, tanto do ponto de vista dos pesquisadores quanto também das pessoas mobilizadas como sujeitos da pesquisa. Uma corrente potente vem se desenvolvendo desde 1984: histórias de vida em formação⁹³ ao lado da pesquisa biográfica em educação.⁹⁴

Isso acontece especialmente desde a publicação do livro *Produire sa vie. Autoformation et autobiographie* [Produzir sua vida. Autoformação e autobiografia],⁹⁵ quando foram estabelecidas as dimensões formativas das práticas narrativas, sejam elas integradas a dispositivos de formação⁹⁶ ou de pesquisa. Além disso, é a partir do trabalho de Baudouin, publicado em 2010, que a ancoragem hermenêutica dessas abordagens de pesquisa é estabelecida em relação aos estudos em narratologia. É importante lembrar a definição dada por Pineau na edição 142 da revista *Éducation permanente*, publicada em 2000: “Para mim, a melhor definição de história de vida é a busca e a construção de sentido a partir de fatos temporais vividos”.⁹⁷

giques de la méthode biographique, 1984; *idem*, “L’approche biographique face aux sciences sociales. La place du sujet dans la recherche sociale”, 1989.

92. J.-L. Legrand, “La ‘bonne’ distance épistémique n’existe pas”, 1989.

93. G. Pineau e J.-L. Legrand, *Les histoires de vie*, 2019; P. Dominicé, *Learning from our Lives. Using Educational Biographies with Adults*, 2000.

94. C. Delory-Momberger, *De la recherche biographique en éducation*, 2015.

95. G. Pineau e Marie-Michèle, *Produire sa vie: Autoformation et autobiographie*, 1983.

96. A. Lainé, *Faire de sa vie une histoire*, 2004.

97. P. Dominicé *et al.*, “Que faire des histoires de vie? Retour sur quinze ans de pratiques”, 2000, p. 237.

Em sua arqueologia das práticas narrativas nas ciências humanas e sociais, Baudouin situa a investigação em relação à noção de prova narrativa, referindo-se a Bakhtin, como já foi exposto, documentando a ancoragem disciplinar do método biográfico que ele localiza na interface entre a filosofia hermenêutica de Ricœur e os trabalhos provenientes da narratologia.⁹⁸ Nele, o autor afirma a importância dos fatos vividos dentro do paradigma da pesquisa biográfica. Esse paradigma foi então formalizado, especialmente no *Vocabulaire des histoires de vie et de la recherche biographique* [Vocabulário das histórias de vida e da pesquisa biográfica],⁹⁹ um trabalho coletivo que estabelece um perímetro disciplinar dentro do qual a narrativa é estudada a partir de diferentes níveis: teoria da narrativa;¹⁰⁰ história de vida;¹⁰¹ entrevista narrativa.¹⁰²

Quadro metodológico: do episódico ao lógico

A narração biográfica começa quando a experiência temporalizada é associada a uma narrativa que articula, em uma história, os fatos que ocorreram no decorrer de uma vida. Esse princípio de configuração foi estudado por Ricœur no contexto do seu trabalho sobre *tessitura da intriga* que, segundo a sua teoria, constitui o operador da composição narrativa. Essa última é, por sua vez, organizada com base no princípio de concordância que rege o trabalho de organização dos fatos no tecido narrativo, possuindo três características:

98. R. Barthes, “Introduction à l’analyse structurale du récit”, 1966; J.-M. Adam, *Les textes: Types et prototypes*, 2015; G. Genette, *Figures III*, 1972; H. White, *The Content of Form: Narrative Discourse and Historical Representation*, 1987; R. Baroni, *La tension narrative. Suspense, curiosité, surprise*, 2007; F. Lavocat, *Fait et fiction*, 2016.
99. C. Delory-Momberger (Org.), *Vocabulaire des histoires de vie et de la recherche biographique*, 2019.
100. Y. Reuter, “Théorie du récit”, 2019.
101. C. Niewiadomski, “Récit de vie”, 2019.
102. C. Delory-Momberger, “Entretien narratif”, 2019.

“completude, totalidade, extensão apropriada”,¹⁰³ que se referem às seguintes dimensões:

- apreensão dos fenômenos a partir da extensão temporal apropriada (traço relativo à extensão);
- seleção dos fatos pertinentes para os objetivos da pesquisa (traço relacionado à totalidade);
- exploração dos fatos em um nível de detalhe suficiente para a compreensão do fenômeno (traço de completude).

Esses três traços podem ser tomados como critérios a serem considerados para o ajuste da composição da narrativa de si durante a investigação narrativa.

Temporalizar: duração, extensão e continuidade experiencial

A apreensão longitudinal da experiência vivida permite o exame dos fenômenos, levando em conta a dinâmica de continuidade experiencial, da qual emergem percepções de duração resultantes de processos de repetição e fusão que, por acumulação, procedem de uma síntese da ambiência que permeia a vida cotidiana. Esse aspecto, que está relacionado com os modos de doação da experiência, aparece nas histórias de vida como dado primário, sem que seja possível questionar os processos envolvidos, pois eles estão relacionados a microdinâmicas cuja granularidade parece muito fina para ser integrada às histórias de vida. Como observa Alhadef-Jones, os microprocessos que evoluem silenciosamente, dia a dia na vida cotidiana, são vivenciados sem serem percebidos conscientemente pelo sujeito que os experimenta.¹⁰⁴ Esses microprocessos são como pontos de cegueira, dado o seu caráter infraordinário e os microrritmos que regem seu curso. No decorrer da investigação narrativa, o exame desses processos implica dar prioridade ao regime de descrição

103. P. Ricœur, *Temps et récit. 1. L'intrigue et le Récit historique*, 1983, p. 84.

104. M. Alhadef-Jones, “Explorer l'inconscient rythmique dans les pratiques d'histoires de vie en formation”, 2020.

microfenomenológica, que será delineado no próximo capítulo. No que diz respeito ao regime narrativo biográfico, são os fatos vividos, que constituem eventos no decorrer da vida, que são capturados durante a narrativa. Tais eventos constituem momentos marcantes percebidos como decisivos, determinantes, impactantes na história do narrador.

O trabalho narrativo, na escala da biografia, consiste, portanto, em organizar essa apreensão e seleção de fatos vividos, a fim de levar em conta os princípios de extensão, totalidade e completude,¹⁰⁵ e de trazer à luz, de forma longitudinal, as dinâmicas experienciais associadas aos fenômenos estudados no decorrer da investigação. Isso pressupõe formalizar os procedimentos que possibilitem a temporalização da experiência vivida, a fim de apreender sua duração, suas continuidades e seus modos de repercussão no decorrer da vida do sujeito participante da pesquisa. Em termos concretos, é possível, por exemplo, propor que, durante a narrativa, sejam identificados e anotados cronologicamente os fatos-chave da história em uma linha do tempo, e que ela seja completada por uma segunda linha que retrace os principais eventos contemporâneos da época na qual a existência singular que é objeto da narrativa inscreve-se e insere-se.

A estruturação de uma primeira *linha de vida*¹⁰⁶ pode, então, ser relida pelo narrador, na presença de outras pessoas ou dentro de um grupo, a fim de que a ordem cronológica seja questionada e que seu nível de detalhe seja refinado. Esse trabalho de releitura e reexame da experiência com base em uma linha de vida comporta uma dimensão gráfica que permite realizar, de maneira metódica e instrumental, a *reconstituição* da trajetória de vida a partir dos fatos marcantes, contendo os efeitos *reconstrução*¹⁰⁷ resultantes dos processos de pre-

105. P. Ricœur, *Temps et récit. 1. L'intrigue et le Récit historique*, 1983.

106. A. Lainé, *Faire de sa vie une histoire*, 2004.

107. D. Demazière, "Quelles temporalités travaillent les entretiens biographiques rétrospectifs?", 2007.

figuração da experiência e das formas de interpretação¹⁰⁸ inscritas nos objetivos práticos: “Imitar ou representar a ação é, antes de mais nada, compreender previamente o que é o agir humano: sua semântica, seu simbolismo, sua temporalidade”.¹⁰⁹ O desafio desse trabalho é trazer à luz a estrutura temporal da narrativa baseada na ordenação cronológica dos acontecimentos vividos, mobilizando procedimentos metodológicos dentro da estrutura de protocolos de investigação de maneira explícita e detalhada.

Prefigurar a partir das linhas de vida: fazer um inventário de eventos vividos

Trata-se de dispor uma série de fatos datados e situados em uma linha do tempo a fim de revelar a cronologia do desenvolvimento de um fenômeno. O trabalho de temporalização da experiência é enquadrado pela dimensão esquemática da linha (que pode ser materializada na forma de uma seta), sendo incontornáveis a dimensão longitudinal e o princípio de sucessão. Cada um dos fatos deve, portanto, ser indicado em uma seta de tempo, a fim de materializar um espaço entre os fatos a partir de uma escala temporal própria à narrativa contada, por meio da qual é possível estabelecer certas distâncias entre os fatos vividos, sequenciar as unidades temporais da narrativa e constituir, assim, a sua granularidade (períodos de vida, ciclos, momentos de transição, virada biográfica...). Esses fatos podem ser rapidamente documentados no gráfico, acrescentando informações como datas, lugares, contextos...

Definir a extensão da experiência de referência: delimitar e conter os fatos dentro de um perímetro temporal

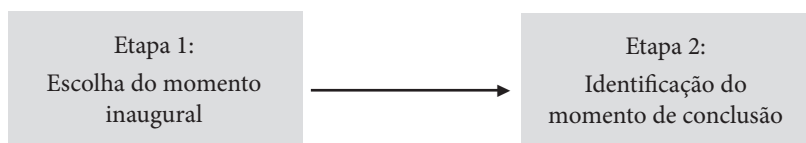
Devido à sua dimensão gráfica, as linhas de vida podem ser utilizadas como suporte antes ou durante a entrevista narrativa. No escopo dos protocolos de investigação narrativa, o acompanhamento

108 J. Michel, *Homo interpretans*, 2017.

109. P. Ricœur, *Temps et récit. 1. L'intrigue et le Récit historique*, 1983, p. 100.

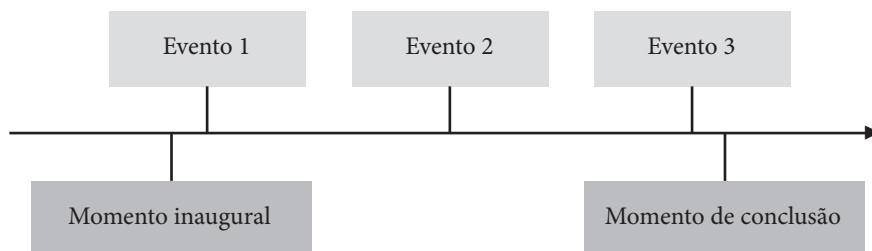
do levantamento, pelo narrador, dos eventos vividos considerados significativos e sua ordenação cronológica deve ser geralmente proposto antes ou depois da expressão da narrativa. A abordagem de acompanhamento pode ser implementada em duas etapas: o narrador é convidado a identificar o momento de origem situado em sua história a partir do qual a narrativa de si começará (etapa 1, ver Figura 4.1); esse primeiro momento, uma vez compreendido e situado na duração da sua trajetória de vida, leva o narrador a recontar sua experiência, identificando os momentos e eventos que se sucederam, fazendo com que a narrativa continue até o momento em que, do ponto de vista do narrador, chega-se a um ponto de conclusão, de resolução ou de desenlace em sua história (etapa 2, ver Figura 4.2).

Figura 4.1 *Prefiguração da duração do vivido no curso da narração [Etapa 1]*



A realização dessas duas operações conduz a definir o perímetro temporal da narrativa, a caracterizar sua duração e a pré-constituir a trama temporal a partir da continuidade dos fatos vividos expressos por meio da linguagem.

Figura 4.2 *A granularidade do vivido: da prefiguração da duração à identificação dos momentos [Etapa 2]*



Essa maneira de proceder convoca a percepção do sujeito que é conduzido a identificar os pontos de início e de fim, assim como a duração do desenrolar dos fenômenos que ele viveu. O trabalho de exploração apoiado na temporalização da experiência permite constituir dados já organizados em função do princípio de sucessão e, com isso, conformar uma narrativa cuja composição integra a ordem cronológica dos fatos vividos. Esse trabalho pode, então, ser seguido por meios complementares de exploração: coleta de testemunhos, análises documentais, etc. O pesquisador e o narrador podem mobilizar essas abordagens utilizando as ferramentas gráficas da linha de vida ou do calendário de vida,¹¹⁰ que já estão informadas. A temporalização da experiência conduz, assim, a definir um perímetro temporal cuja extensão é marcada por um ponto inicial (o momento inaugural) e um ponto de encerramento (o momento de conclusão). No contexto da narrativa de vida, esse momento inaugural pode se referir ao momento do nascimento, e o ponto de conclusão pode ser o momento em que a história é contada. No entanto, esse é apenas um exemplo entre outros, sendo que a questão principal, para essa operação que visa à temporalização da experiência, consiste em definir o intervalo e, portanto, a duração da experiência de referência, a partir da qual a narrativa será construída. Essa duração pode ser fragmentada para que dela se obtenha uma sucessão por meio da identificação de momentos significativos que marcam o desdobramento diacrônico do curso da vida.

Temporalizar a experiência: entre um inventário de fatos e a retrodição

As formas de temporalizar a experiência merecem atenção especial. Diferentes procedimentos podem ser mobilizados, dependendo da natureza dos fenômenos visados durante a investigação narrativa.

110. I. A. Nelson, "From quantitative to qualitative: Adapting the life history calendar method", 2010.

Um deles, como já foi dito, pode ser a busca pela identificação de um momento inicial para que, por meio de um modo narrativo baseado no desdobramento diacrônico do tempo vivido, seja possível entender os momentos que lhe sucederam. De certa forma, trata-se de partir de um ponto inicial para depois identificar momento após momento, ao longo de dias, meses e anos, o que foi vivido como um evento e que constituiu um conjunto de fatos vividos no decorrer da vida do sujeito. O resultado gerado por esse regime narrativo, no decorrer da pesquisa, é a coleta de um tipo de dados cuja singularidade está em ser prefigurado temporalmente, devido a uma narração temporalizada dos fatos vividos e que variam de acordo com diferentes níveis de detalhe. A força desse regime narrativo reside na sua capacidade de gerar efeitos de demonstração e de consolidação temporal,¹¹¹ o que constitui uma primeira aquisição da pesquisa.

As formas de proceder para temporalizar a experiência no curso da narrativa também podem acontecer por meio de um desdobramento retrospectivo: em vez de iniciar a narrativa a partir de um momento inaugural e depois avançar no tempo, é possível iniciar a temporização a partir da identificação de um *momento crucial* que atua como um pivô. A identificação desse momento crucial¹¹² – um acontecimento no decorrer da vida – pode desencadear a identificação das fases que o precedem ou o seguem no decorrer da vida do sujeito. O princípio da cronologia é, com isso, mantido, mas a partir de duas dinâmicas: uma retrospectiva e a outra prospectiva. De fato, uma vez identificado o ponto de recuo, de ruptura ou de crise na história do sujeito, a temporalização da experiência é realizada com base na apreensão dos momentos que a precedem, a fim de identificar por retrodição¹¹³ aquilo que estava presente na sua ocorrência, no que se seguiu após e que dá concretude ao impacto do evento para o

111. P. Bachelard, *La dialectique de la durée*, 2022.

112. P. Galvani, *Moments de formation et mise en sens de soi*, 2010.

113. P. Veyne, *Comment on écrit l'histoire*, 1971.

sujeito. De acordo com essa segunda abordagem, a temporalização é organizada a partir de um momento nevrálgico, o que permite caracterizar de forma temporal as dinâmicas de maturação e de propagação do evento vivido em escala biográfica.

Existem, portanto, várias maneiras de conduzir a atividade de temporalização da experiência. A seleção de uma delas depende de vários fatores: capacidade de evocação do narrador, tipos de fenômenos visados pela pesquisa, disposição do sujeito para temporalizar sua experiência. Uma vez que o principal desafio da investigação narrativa é gerar processos de compreensão e de constituição de conhecimentos por meio de dados narrativos derivados da expressão da experiência vivida, a escolha dos procedimentos de temporalização depende, essencialmente, dos fenômenos experienciais estudados. A atividade de narração é iniciada, em todos os casos, a partir de um ponto de vista: o do narrador que expressa sua experiência, no presente vivo, enquanto rememora a experiência passada e apreendida. Esse peso do presente durante a narração biográfica pode parecer *exorbitante*,¹¹⁴ o que justifica a mobilização, no decorrer da pesquisa, de quadros e matrizes para temporalizar a experiência vivida em escala individual, coletiva e social, a fim de restituir os fatos vividos na história do sujeito. Dado que a maneira como esses fatos são vividos é marcada por períodos e fases da vida, a história narrada não pode ser, definitivamente, dissociada das experiências coletivas e dos acontecimentos sociais.

Configurar os fatos vividos em uma narração: inferências causais e associações lógicas

O trabalho de configuração consiste em transformar o ordenamento dos fatos vividos em uma disposição pela qual a soma dos eventos transforma-se em uma história: “Uma após a outra, é a sequên-

114. D. Demazière, “Quelles temporalités travaillent les entretiens biographiques rétrospectifs?”, 2007.

cia episódica e, portanto, a improvável; uma causada pela outra, é o encadeamento causal e, assim, a provável¹¹⁵.

A transformação gerada pela dinâmica de configuração procede de uma integração de elementos (os fatos vividos) que ocorre, do ponto de vista do sujeito, por meio de uma sucessão de eventos ligados entre si e integrados por relações de continuidade e causalidade no curso da vida, produzindo, assim, uma história. A hermenêutica do sujeito, que constitui um dos fundamentos filosóficos da investigação narrativa, interroga, com muita precisão, as dinâmicas de configuração que participam da interpretação dos acontecimentos vividos, significando-os tanto temporalmente quanto causalmente. Para que os momentos vividos, que ocorreram de maneira factual sucessivamente no decorrer da experiência, sejam compreendidos de forma integrada, ainda que sejam entendidos como obras do destino, é preciso que o sujeito os interprete e lhes atribua relações de causa e consequência, segundo um princípio de verossimilhança e por meio de associações inferenciais.

EXEMPLOS

1. Um casamento precedido de um ou de vários encontros pode ser pensado como um momento de realização de uma dinâmica, previamente estabelecida, cujas etapas são identificáveis na sequência dos encontros (ou dos impedimentos).
2. A conquista de um emprego poderá ser interpretada a partir da soma dos momentos que permitiram a tomada de consciência do perfil do candidato, podendo seus eventos ser identificados no tempo e de forma sucessiva: dossiê de candidatura, conversas, levantamento de informações, entrevistas...

Para cada um desses exemplos, um fato sucede a outro. Vários fatos podem ser identificados, aparecendo como micromomentos de

115. P. Ricoeur, *Temps et récit. 1. L'intrigue et le Récit historique*, 1983, p. 85.

um processo. Entretanto, cada um deles aparece logicamente ligado, cada um contribuindo para produzir uma sequência que deriva de uma continuidade e uma lógica que, do ponto de vista do narrador, são dadas como verdadeiras.


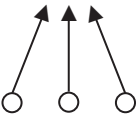
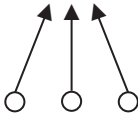
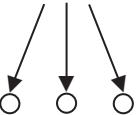
Para que os processos de associação participem do surgimento da percepção de duração, de continuidade e de verdade – o que Foucault chama de regimes aletúrgicos –, os tipos de relação gerados entre os fatos, a partir do sujeito que interpreta narrativamente sua experiência, devem ser percebidos pelo narrador como pertinentes e plausíveis. A perspectiva falibilista discutida no Capítulo 1 ganha concretude: o que foi interpretado pelo sujeito para associar os fatos ocorridos ao longo de sua vida em uma história assume o caráter do plausível e do óbvio. Entretanto, vários fatores podem contribuir para o início de um processo de releitura dessa história: o sujeito pode perceber que a sucessão por meio da qual ele gera sua história é parcial, incompleta ou mesmo falsa. Esse questionamento, ou mesmo a invalidação de uma interpretação, pode ocorrer como resultado da inclusão de novos fatos (aumento do número de fatos levados em consideração), de uma transformação no ordenamento temporal dos fatos (um fato que parecia seguir outro, após análise, o precede), ou do aumento da complexidade dos processos inferenciais mobilizados para estabelecer relações de causa e efeito entre os fatos no momento da interpretação.

Diferentes formas de inferência podem, de fato, ser mobilizadas para gerar associações e relações causais no decorrer da experiência. O modelo produzido por Denoyel, inspirado no trabalho de Peirce e Simondon, e apresentado no Quadro 4.1, formaliza diferentes cenários, com base em quatro inferências:¹¹⁶

116. N. Denoyel, “Alternance tripolaire et raison expérientielle à la lumière de la sémiotique de Peirce”, 1999; C. S. Peirce, “An Essay toward Improving Our Reasoning in Security and in Uberty”, 1998; G. Simondon, *L’individuation psychique et collective*, 2007.

- inferência transdutiva, que conecta um sentido, uma interpretação já existente, de uma etapa a outra, sem recorrer a uma regra;
- inferência abdutiva, que resulta de uma síntese de elementos dispersos a fim de criar uma regra de interpretação válida para uma configuração singular, mas que constitui um ponto de referência para entender um desdobramento, um hábito narrativo;
- inferências indutivas e dedutivas que se referem ao sentido já conhecido.

Quadro 4.1. *Os processos inferenciais intrincados das três razões*

	RAZÃO SENSÍVEL	RAZÃO EXPERIENCIAL		RAZÃO FORMAL
Regras gerais	<i>Transdução</i> Sem contato com uma regra instituída	<i>Abdução</i> Inventar uma regra Formalizar uma regra implícita	<i>Indução</i> Encontrar uma regra já instituída	<i>Dedução</i> Partir de uma regra
Objetos particulares				
	Analógica	Dialógica		Tautológica

Fonte: N. Denoyel (1999, p. 38).

Princípios de causalidade e modulação da granularidade narrativa

Os processos de reciprocidade entre as operações de temporalização da experiência vivida e as operações de configuração narrativa são regidos pelos princípios de concordância e verossimilhança.¹¹⁷ Eles são parte do que Coninck e Godard chamam de gramática temporal.¹¹⁸

117. P. Ricœur, *Temps et récit. 1. L'intrigue et le Récit historique*, 1983.

118. F. Coninck e F. Godard, "L'approche biographique à l'épreuve de l'interprétation. Les formes temporelles de la causalité", 1990.

Entre todos os procedimentos que permitem colocar em suspenso as dimensões já interpretadas da experiência e, com isso, interrogar novamente as dimensões já configuradas da narrativa, a abordagem adotada pela investigação narrativa é a de intensificar o número de fatos vividos, variando os níveis de escala durante a exploração da experiência, apreendendo microprocessos no decorrer da experiência biográfica para que certos aspectos da experiência, não percebidos ou não integrados na narrativa, possam passar para a linguagem e ser integrados à história. Em outras palavras, a modulação dos regimes narrativos é concebida como o meio que permite transformar as relações de causa e efeito estabelecidas no seio das estruturas narrativas e dos hábitos interpretativos, de duas formas: aumentando o número de fatos considerados na narrativa e intensificando descrição dos fatos apreendidos.

A variação da granularidade narrativa pode ser caracterizada por uma maior diversidade no tamanho das extensões das experiências de referência, a partir das quais a narrativa é construída durante a investigação. Dependendo do tamanho dos blocos temporais que estruturam a sucessão do tempo vivido, os processos de configuração resultantes das dinâmicas inferenciais que ligam logicamente cada um desses blocos se encontram, portanto, transformados. Por exemplo, as inferências que geram relações de continuidade e de causalidade podem parecer válidas em uma escala abrangente, como períodos e idades da vida,¹¹⁹ enquanto parecem, inversamente, inoperantes para a compreensão da experiência vivida durante um período mais curto de alguns meses. Mesmo que essa proposta seja esquemática, ela permite considerar os efeitos de demonstração e de revelação dos fenômenos em relação com os níveis de fragmentação da experiência, de compressão ou de extensão do tempo vivido na narrativa, quando a temporalização já não é organizada na escala

119. R. Houde, *Les temps de la vie, Le développement psychosocial de l'adulte*, 1999.

de períodos, mas de unidades de tempo menos maciças, tais como ciclos ou momentos de passagem.

Em resumo: dependendo da extensão temporal das experiências que compõem a trama cronológica da narrativa, podem ser inferidas relações causais, fazendo com que essa variação de escala gere efeitos de esclarecimento, de elucidação ou de demonstração que favorecem o surgimento de novos entendimentos sobre os fenômenos estudados durante a investigação. Essas extensões, que formarão a granularidade da narrativa, são constituídas de acordo com diferentes parâmetros: procedimentos de temporalização, potência de evocação, modo de doação da memória. Entretanto, matrizes antropológicas podem ser usadas como pontos de referência para regular as variações de escalas temporais durante a apreensão das experiências e de sua expressão em palavras: idades e períodos de vida, sazonalidade ou momentos de vida, ritmos cotidianos com seus meses, semanas, dias e horas.¹²⁰

Síntese do capítulo

Devido à reciprocidade e codependência das operações de ordenação temporal e de configuração narrativa, a variação nas unidades escolhidas para a temporalização da experiência vivida gera consequências para as dinâmicas inferenciais envolvidas na interpretação da experiência e na sua configuração durante a composição da narrativa de si. O exame da granularidade narrativa pode, portanto, constituir um dado hermenêutico de primeira ordem. Ele é potencialmente indicativo da gramática temporal do sujeito, constituindo um meio privilegiado para a forma como o sujeito interpreta e traz à linguagem os fenômenos experimentados ao longo da sua vida. Organicamente ligados, os procedimentos de temporalização e as dinâmicas inferenciais que geram configurações constituem os analisa-

120. G. Pineau, *Temps et contretemps*, 1987.

dores da investigação narrativa. Desse ponto de vista, eles revelam a forma como o sujeito vive e apreende os fenômenos que experimenta no decorrer da sua existência. As variações observáveis nos regimes cinéticos da narrativa merecem, portanto, uma atenção especial: a releitura da experiência no decorrer da investigação narrativa, a intensificação do nível de detalhamento por meio da descrição a fim de caracterizar certos fatos, a ampliação temporal para apreender certos fenômenos tem como consequência produzir efeitos de desvelamento e de demonstração para apreender e compreender os fenômenos analisados. A estratégia da investigação narrativa consiste, tal como será apresentada no Capítulo 6, em modular entre os regimes narrativos da narrativa biográfica e da descrição microfenomenológica, a fim de produzir mudanças no foco de exploração e de análise das experiências vividas. O próximo capítulo apresenta, segundo essa mesma estrutura, o regime de descrição microfenomenológica.

5. A DESCRIÇÃO MICROFENOMENOLÓGICA

O capítulo anterior foi dedicado à exploração da experiência vivida por meio da investigação narrativa e da sua dimensão temporalizada, permitindo estruturar pontos de referência a fim de apreender, de maneira concreta, a atividade narrativa, com base no princípio da reciprocidade entre a temporalização da experiência e a configuração da experiência vivida. Como já foi definido, o potencial desse regime – narração biográfica – está em ordenar os fatos vividos cronologicamente e depois agregá-los logicamente, conferindo duração e sentido à experiência, do ponto de vista do narrador. O regime narrativo em análise nesse capítulo – descrição microfenomenológica – procede de forma inversa à configuração da experiência em sua duração. Baseado na prática descritiva, esse regime pressupõe a desaceleração e a suspensão das dinâmicas de configuração, assumindo como objetivo o acesso a dimensões antepredicativas e pré-sintéticas da experiência vivida, para apreender dimensões tácitas, pré-refletidas, incorporadas da cognição e da vida sensível. Enquanto a prática da narrativa biográfica organiza-se a partir da configuração que resulta da associação de fatos entre si, a descrição enfoca os modos de doação de experiência que geram sínteses situadas na base da constituição dos fatos vividos. Trata-se, portanto, de explorar não o que participa da constituição da duração (ou seja, o princípio da configuração), mas o que produz o campo do fenômeno (ou seja, o princípio da doação da experiência).

Ancoragens sócio-históricas da explicitação e da microfenomenologia

A dimensão pré-refletida da experiência vivida foi explorada, tematizada de modo aprofundado e embasado por Pierre Vermersch, cujo trabalho, apresentado em sua obra seminal *L'entretien d'explicitation*,¹²¹ enfoca a explicitação das dimensões tácitas da ação. O objetivo de Vermersch nesse livro foi definir uma técnica de entrevista que mobiliza a expressão em primeira pessoa para que a expressão da experiência em palavras inicie-se a partir das dimensões experienciais e, portanto, pré-refletidas da ação. Ele apresenta uma técnica inovadora, enraizada na psicologia piagetiana,¹²² que mobiliza sua teoria da tomada de consciência para formalizar uma prática de entrevista que tem como uma das suas funções acompanhar a expressão da experiência vivida em palavras a fim de promover, por meio da atividade linguageira, a conscientização das dimensões pré-refletidas da ação (Figura 5.1).

Essa primeira obra de Vermersch consiste em um trabalho documentado e rigoroso, que fornece a base para um método concreto de entrevista, que tem como objetivo descrever as dimensões tácitas e incorporadas da atividade. Após a publicação desse manual, um trabalho coletivo contribuiu para ampliar o campo teórico da abordagem de Vermersch em duas direções: a fenomenologia descritiva e as ciências cognitivas.¹²³ Em 2012, a teoria da explicitação foi claramente ancorada por Vermersch nas teorias da filosofia da experiência de Husserl, em seu livro intitulado *Explicitation et phénoménologie* [Explicitação e fenomenologia]. As ancoragens teóricas da entrevista de explicitação, denominada igualmente de “entrevista microfenomenológica” desde 2007 em trabalhos em língua inglesa,

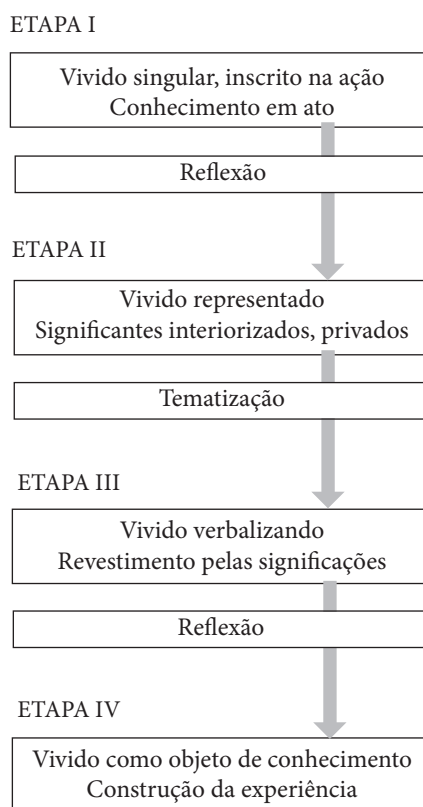
121. P. Vermersch, *L'entretien d'explicitation*, 2000a (Ed. brasileira: *Entrevista de explicitação*. Tradução Camila Aloisio Alves. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2022. 241p.; e-book).

122. J. Piaget, *Recherches sur l'abstraction réfléchissante*, 1977.

123. N. Depraz et al., *À l'épreuve de l'expérience*, 2011.

são sustentadas pela mobilização de conceitos provenientes dos trabalhos da fenomenologia experiencial,¹²⁴ particularmente a partir dos conceitos de memória passiva e intencionalidade. Constitui-se, então, um método de entrevista que permite o acompanhamento da expressão da experiência vivida em palavras, apreendendo as dimensões experienciais e sensíveis da experiência de acordo com procedimentos descritivos regulados, analisáveis e reproduzíveis.

Figura 5.1 *Modelização das etapas da passagem do pré-refletido ao refletido, segundo Piaget*



Fonte: P. Vermersch (2000a, p. 80).

124. N. Depraz, *Plus sur Husserl. Une phénoménologie expérientielle*, 2009; *idem*, *Comprendre la phénoménologie. Une pratique concrète*, 2012.

A proximidade entre as técnicas de explicitação e o trabalho de Husserl sobre a síntese passiva¹²⁵ abre novas possibilidades para pensar e caracterizar os atos de orientação durante a entrevista de explicitação, que se torna, portanto, uma prática de descrição microfenomenológica da experiência vivida, cujo objetivo é especificar, examinar, elucidar o que constitui a dimensão tácita e pré-refletida da ação (primeiro objeto da entrevista de explicitação no livro de 1994), mas também da experiência e do vivido. Essa abordagem, baseada nas teorias da tomada de consciência e que se interessa, sobretudo, pela descrição da ação, vai gradualmente apoiar-se e orientar-se para a descrição dos modos de doação de experiência,¹²⁶ especialmente a partir dos trabalhos das ciências cognitivas e da enação.¹²⁷

Ancoragens teóricas do regime da descrição fenomenológica

O trabalho de expressão da experiência vivida em palavras tem um significado especial no contexto da descrição fenomenológica. Pensar na experiência do ponto de vista da fenomenologia leva a diferenciar a experiência imediata da experiência sedimentada e a examinar os processos de retenção que fazem parte da constituição de uma memória. Esse ponto merece uma análise muito cuidadosa, pois o seu desafio consiste em caracterizar o terreno experiencial a partir do qual a expressão em palavras inicia-se durante a descrição. Sem um enquadramento metodológico, a descrição tende a elaborar-se a partir de experiências típicas, marcadas por referenciais de percepção que atuam gerando protointerpretações que ordenam a “experiência corriqueira da vida cotidiana”.¹²⁸

125. E. Husserl, *De la synthèse passive*, 1998.

126. D. Zahavi, “Intentionnalité et phénoménalité. Un regard phénoménologique sur le problème difficile”, 2015.

127. F. Varela, *Le cercle créateur. Écrits: 1976-2002*, 2017.

128. A. Schütz, *Le chercheur et le quotidien*, 1987.

A experiência vivida nem sempre é singular e contingente, mas é reproduzida com um certo grau de tipicidade e repetição. Isso significa que a atividade intencional do juízo predicativo, do objetivo perceptivo, do projeto prático, ou da imaginação criativa toma emprestado das reservas de experiências, que se impõem a ela pelo viés de sínteses passivas.¹²⁹

O que é designado pela noção de síntese passiva na fenomenologia é a dimensão já constituída da experiência nas situações vividas, sendo essa dimensão resultante dos hábitos de interpretação que participam na configuração dos horizontes de antecipação e expectativa. Assim, seja no decurso do presente vivo, seja em relação a experiências sedimentadas na memória, a experiência é dada de forma prefigurada, sob a forma de uma síntese já existente, o que justifica a necessidade de pensar e forjar um método para acessar a experiência singular, limitando ou mesmo suspendendo os processos que tendem a encobrir a experiência viva.

A descrição microfenomenológica, para poder ser realizada, deve ser elaborada deixando de lado os quadros perceptivos que produzem tipicidade durante a atividade de rememoração, gerando uma suspensão, o que traz como o desafio dessa *epochè* permitir o acesso às dimensões antepredicativas da experiência. A prática da descrição visa, então, a trazer à luz a experiência vivida revestida pelos hábitos de percepção e as protointerpretações associadas, procedendo por desaceleração, intensificação da atenção, escrutação propícia a transformar os horizontes de percepção. De acordo com essa perspectiva, a descrição emana dimensões configuradas da experiência, rompendo com os processos de síntese passiva e associação causal; de outro lado, opõe-se à dinâmica de demonstração e explicação cuja força configurante é ordenada por uma intencio-

129. D. Céfai, *Phénoménologie et sciences sociales*. Alfred Schütz. *Naissance d'une anthropologie philosophique*, 1998, p. 47.

nalidade aliada à lógica causalista. O principal objetivo da descrição é a *monstração*.¹³⁰

Descrever é pôr de lado a formulação das causas dos fenômenos em favor de um relato do que é notado. Daí a preferência dada ao “como” em vez de ao “por que” ou ao “o quê”, ou seja, aos modos de ser, às modalidades de presença, às qualidades da experiência vivida e aos processos de emergência dos fenômenos.¹³¹

Circunscrita à escala de uma hermenêutica do sujeito, a descrição participa de um processo de suspensão dos esquemas interpretativos que ordenam as matrizes narrativas. Esse modo narrativo tem como força a capacidade de abalar os modos de interpretação sobre os quais as *situações biográficas* edificam-se.¹³² Ao proceder por suspensão dos objetivos e evocação da memória, surge um espaço de disponibilidade durante a expressão verbal que permite o acesso às camadas pré-sintéticas do vivido. Contudo, como nota Husserl, as dinâmicas de percepção e de interpretação organizam-se sobre um fundo de intencionalidade.¹³³ Tornar algo um foco de atenção para descrever o vivido de maneira detalhada mobiliza uma gestualidade psíquica que procede de maneira microdinâmica,¹³⁴ a saber: variando a intencionalidade por meio da desaceleração e da suspensão, tirando o foco e redirecionando o olhar no momento da exploração da experiência vivida, desencadeando um processo de apreensão, intensificação de atenção que se direciona para objetos experien-

130. C. Chauviré, “La monstration, unique mode de donation de l’a-priori chez Wittgenstein”, 1996. O termo monstração, cunhado pela autora, refere-se a um processo de “mostrar as coisas como elas são”. Trata-se de um distanciamento das noções de explicação (associada à lógica), de demonstração (associada à retórica) ou mesmo de configuração (associada à interpretação). [N. da T.]

131. N. Depraz, *Attention et vigilance*, 2014a, p. 136.

132. D. Cefaï, *Phénoménologie et sciences sociales. Alfred Schütz. Naissance d’une anthropologie philosophique*, 1998.

133. E. Husserl, *Phénoménologie de l’attention*, 2009.

134. N. Depraz, *Attention et vigilance*, 2014a.

ciais novos, transformando o relevo experiencial apreendido, alargando os horizontes de percepção... Essa atividade de exploração e de escrutação da experiência a partir da evocação de lembranças caracteriza uma microdinâmica do despertar propícia à emergência, durante a exploração da experiência vivida gerada pelo trabalho narrativo, de dimensões da experiência que, sem essa redistribuição da atenção, teriam permanecido despercebidas e não tematizadas na narrativa de si.

Assim, ao contrário da descrição etnográfica¹³⁵ ou etnometodológica¹³⁶ que procede de um trabalho de atenção aos detalhes, baseado na observação minuciosa dos estilos de vida e das práticas externas ao sujeito que os registra, a descrição microfenomenológica do vivido, no contexto da investigação narrativa, pressupõe uma conversão do olhar (*Zuwendung*), ou seja, um redirecionamento, por meio da suspensão, das dimensões que se apresentam no presente vivo e a ser vivido ao modo de evidência natural. A ruptura epistêmica, tema clássico das ciências humanas e sociais, encontra-se assim revisitada. De acordo com essa perspectiva, não se trata tanto de romper com as dinâmicas de participação com o que é classicamente designado como *campo da investigação*, mas de romper com uma relação de familiaridade com as formas de ver que se impõem tanto ao sujeito quanto ao pesquisador no decurso da exploração da experiência vivida.

Para tanto, a atenção é o operador principal no trabalho de descrição da experiência vivida no âmbito do regime de descrição microfenomenológica. Ela permite o exame das dimensões microprocessuais que atravessam a experiência e o trabalho de aspectualização das dimensões sensíveis, perceptivas, cognitivas, ativas... da experiência durante a expressão em palavras. O desafio está em

135. F. Laplantine, *La description ethnographique*, 1996.

136. H. Garfinkel, *Recherches en ethnométhodologie*, 2009.

acessar, por meio da linguagem, as dimensões pré-refletidas da experiência vivida,¹³⁷ as esferas do corpóreo¹³⁸ e a experiência sensível¹³⁹.

Metodologias para a descrição microfenomenológica

Procurar explorar as dimensões pré-refletidas da experiência vivida conduz a prestar atenção no que é mobilizado pelo(s) sujeito(s) no curso da experiência, sem que esses conteúdos dados constituam objetos de uma tomada de consciência, de um acesso direto ou de uma apreensão tética. O *status* do que é dado deve ser esclarecido no âmbito da investigação. Não se trata de elementos boicotados, que se encontram então relegados ao inconsciente, tal como concebe o processo de recalque que está na base do fundamento do inconsciente psicanalítico. De um ponto de vista fenomenológico, é inconsciente é o que é inacessível, ou mais precisamente, o que, para se tornar acessível, carece de um aumento da atenção, de uma microdinâmica do despertar. Esse tema do acesso às dimensões encarnadas e incorporadas da experiência vivida¹⁴⁰ constitui, para as ciências cognitivas, o *hard problem* da experiência, segundo a expressão cunhada por Chalmers.¹⁴¹ Levando em consideração a “lacuna explicativa” que separa o conteúdo da experiência dos efeitos vividos, de ordem experiencial, a descrição recebe, no contato com esses conteúdos,¹⁴² um *status* específico dentro da atividade narrativa, pois pressupõe a suspensão das forças de configuração resultantes da interpretação e da explicação, o que abre o acesso aos

137. C. Petitmengin, “La dynamique pré-réfléchie de l’expérience vécue”, 2010.

138. M. Merleau-Ponty, *Phénoménologie de la perception*, 1976.

139. J. Tassin, *Pour une écologie du sensible*, 2020.

140. F. Varela et al., *L’inscription corporelle de l’esprit*, 2003.

141. D. Chalmers, “Facing up to the problem of consciousness”, 1995.

142. D. Zahavi, “Intentionnalité et phénoménalité. Un regard phénoménologique sur le problème difficile”, 2015.

conteúdos da experiência e a apreensão dos efeitos experimentados em contato com esses conteúdos.

O que é chamado de *efeitos vividos* pertence à esfera do experiencial, ou seja, daquilo que é vivido sem ser tematizado. A identificação dessa dimensão da experiência vivida orienta a investigação em várias direções. A primeira diz respeito aos modos de existência,¹⁴³ ou seja, às formas de existência resultantes de modalidades de percepção associadas à condição ou à espécie. No famoso artigo intitulado “What is the effect to be a bat” [Qual é o efeito de ser um morcego], Thomas Nagel questiona os modos de existência do morcego, que é dotado de um aparelho sensorial e perceptivo que prefigura um modo de donação do mundo vivido.¹⁴⁴ Esse trabalho, que é próximo ao de Von Uexküll sobre o Umwelt,¹⁴⁵ dedicam-se ao exame das formas de existência de acordo com as formas de percepção em relação ao ambiente ecológico. Essas abordagens, embora inicialmente situadas no mundo animal, permitem apreender concretamente o problema colocado para a atividade narrativa pela cognição incorporada e pelo enraizamento corporificado da existência.

De fato, como notam Formenti e Alhadeff-Jones, as narrativas, devido à prevalência da configuração que as governa, integram apenas marginalmente os estratos experienciais na história contada:¹⁴⁶ efeitos experimentados no contato com o ambiente, processos tácitos que circulam entre o sujeito e seu ambiente, fenômenos ambientais e impregnação sensível experimentados nas situações e lugares de existência. A partir desses pontos de vista, as questões e as contribuições da descrição fenomenológica direcionam-se para o acesso e a captura dos conteúdos experienciais da esfera sensível e

143. B. Latour, *Enquête sur les modes d'existence*, 2012.

144. T. Nagel, *Mortal Questions*, 2012.

145. J. von Uexküll, *Milieu animal et milieu humain*, 2010.

146. L. Formenti, *Embodied Narratives: Connecting Stories, Bodies, Cultures and Ecology*, 2014; M. Alhadeff-Jones, “Explorer l'inconscient rythmique dans les pratiques d'histoires de vie en formation”, 2020.

encarnada da experiência – o que Michel Henry chama de *a carne do mundo* –,¹⁴⁷ mas também para a apreensão, de forma descritiva, dos efeitos experimentados pelo sujeito em contato com esses conteúdos. Esse segundo nível pressupõe a tematização das formas de doação de ordem experiencial, a fim de examinar as modalidades de enação da doação, os modos de desdobramento dos efeitos vividos, com os processos de síntese transformando a doação em conteúdos da experiência.

Prática da descrição microfenomenológica

A prática da descrição é central para as investigações realizadas pelos etnometodologistas, a tal ponto que ela justifica o que Quéré¹⁴⁸ e em seguida Dosse¹⁴⁹ chamaram de “a virada descritiva”. Essa prática de descrição comporta dois níveis: o da descrição dos fatos observáveis em situação e o da descrição das práticas e atos que ordenam as interações.

As atividades pelas quais os membros organizam e gerenciam as situações da sua vida diária são idênticas aos procedimentos utilizados para tornar essas situações “descritíveis” (*accountable*). O caráter “reflexivo” e “encarnado” das práticas de descrição (*accounting practice*) e das descrições é o núcleo dessa abordagem [etnometodológica].¹⁵⁰

Entretanto, como já foi dito, quando a descrição diz respeito à expressão do vivido em palavras, ela constitui, à diferença da etnometodologia, uma prática em primeira pessoa. Ela supõe, portanto, uma forma de *expertise* para realizar certas ações que despertem as lembranças, para gerar diferentes formas de desaceleração durante a sua expressão em palavras, para a actualização da experiência

147. M. Henry, *Incarnation. Une philosophie de la chair*, 2000.

148. L. Quéré, “Le tournant descriptif en sociologie”, 1992.

149. F. Dosse, *L'empire du sens. L'humanisation des sciences sociales*, 2015.

150. H. Garfinkel, *Recherches en ethnométhodologie*, 2007, p. 51.

vivida e para regular o nível de granularidade da descrição. Essas diferentes operações, para serem realizadas, mobilizam gestos concretos cujo objetivo é enunciar e expressar as dimensões incorporadas, sensíveis e ecológicas da experiência. Trata-se, em primeiro lugar, de estruturar pontos de referência que permitam *permanecer* dentro do regime da descrição (critério 1); escolher a velocidade da expressão em palavras (regulação da velocidade do desenrolar da experiência vivida durante a descrição) (critério 2); deliberar e direcionar a descrição para um ou mais níveis de detalhe escolhidos (critério 3).

Quer a descrição seja feita em primeira ou em segunda pessoa,¹⁵¹ a descrição microfenomenológica pressupõe, portanto, um aparato metodológico. De fato, o que se reflete no curso da experiência, ou seja, o que é acessível como *experiência refletida e tematizada*, é essencialmente a parte intencional e orientada da ação do sujeito. Dessa forma, certos procedimentos devem ser implementados para desacoplar o que é dado ao modo do óbvio: desacoplamento, disponibilidade, acesso, escrutação... Essa microdinâmica do despertar é aprendida e acompanhada por meio de procedimentos e de instruções que serão descritos no Capítulo 8.

Procedimentos: aspectos, estratos e modos de doação da experiência vivida

O método de descrição microfenomenológica, no contexto da investigação narrativa, se apoia em uma prática regulada que busca a evocação e a presentificação da lembrança, a redução da amplitude temporal da experiência de referência para fins de descrição, a fragmentação em unidades temporais ordenadas cronologicamente e a actualização da experiência para chegar a determinadas sequências. Como os procedimentos de orientação relativos à descrição são apresentados na Parte 3, no presente capítulo são apresentados os

151. N. Depraz (Org.), *Première, deuxième, troisième personne*, 2014b.

procedimentos de fragmentação e de aspectualização. Para começar, o trabalho de fragmentação é exemplificado abaixo, visando a ilustrar o processo de descrição da ação em situação.

PROCEDIMENTOS DE FRAGMENTAÇÃO

Fase 1: apreensão da operação no seu todo. Exemplo: rememoração, seguida de descrição, de uma situação profissional durante a qual o sujeito conduziu uma reunião.

Fase 2 (fragmentação de nível 1): localização e identificação das fases de desenvolvimento da atividade. Exemplo (continuação): a reunião é descrita segundo seu desenvolvimento, identificando e ordenando cronologicamente as fases.

Fase 3 (fragmentação de nível 2): concentração em uma das fases para que ela seja descrita em sua sequência. Exemplo (continuação): uma das fases da reunião (por exemplo, o anúncio da ordem do dia) é descrita de maneira detalhada e são identificados os procedimentos e os subprocedimentos associados.

A dinâmica de fragmentação no decorrer da descrição implica uma expressão ancorada na experiência de referência, de acordo com um processo conhecido como “evocação da memória”, que pressupõe uma forma de desaceleração no momento da expressão em palavras, a fim de poder passar para a linguagem as dimensões experienciais da experiência sedimentada. Essa ancoragem na memória, tal como ela se apresenta, demanda que o sujeito se coloque disponível durante a recordação e se mantenha em *um discurso encarnado*.

A fragmentação deve ser considerada a operação prévia e necessária à operação chamada “aspectualização” da experiência vivida, que demanda, imperativamente, o acesso às suas camadas pré-refletidas. Esse acesso permite tanto a doação das dimensões sensíveis e experienciais durante a rememoração quanto o início de sua expressão verbal levando em conta os microprocessos da vida pas-

siva, assim como as dimensões sensíveis: as *qualia* – experiências do corpo, sensações corporais, impressões, propriocepções – que são vividas sem serem notadas e tematizadas no presente vivo. O objetivo da aspectualização no curso da expressão verbal é apreender componentes experienciais que participam da doação da experiência no curso de eventos vividos a fim de torná-los dizíveis e de integrá-los à narrativa.

PROCEDIMENTOS DE ASPECTUALIZAÇÃO

Fase 1: apreensão de uma fase da ação. Exemplo: a fase de anúncio da ordem do dia, como mencionado no exemplo anterior.

Aspecto 1 (esfera perceptiva): descrição dos fenômenos ambientais experimentados. Exemplo (continuação): o que é percebido difusamente em relação à atmosfera na sala (luminosidade, tonalidade afetiva, tensão do ambiente, etc.).

Aspecto 2 (esfera cognitiva): descrição de atos de julgamento, de direcionamento da atenção, de formas de raciocínio, etc. Exemplo (continuação): o que o sujeito diz a si mesmo, anota e observa durante a reunião, durante um ou mais momentos situados.

Aspecto 3 (esfera do corpo): descrição das experiências vividas no corpo, das tensões em certas partes do corpo, das sensações de peso, ou de impulso, ou de calor. Exemplo (continuação): o que o sujeito experimenta corporalmente, no momento do anúncio da ordem do dia.

Aspecto 4 (esfera da ação): descrição do que é concretamente realizado pelo sujeito, em termos de atos, procedimentos, práticas... Exemplo (continuação): o que o sujeito faz, concretamente, passo a passo.

Quatro operações distintas devem, portanto, ser realizadas durante a descrição microfenomenológica, sendo esta última acompanhada ou não pelo pesquisador, durante a investigação narrativa:

- acessar a memória por meio de evocação e manter-se em evocação (operação 1);
- descrever a experiência cronologicamente (operação 2);
- fragmentar a experiência para identificar as etapas do desenvolvimento experiencial do vivido que está sendo expresso em palavras (operação 3);
- aspectualizar certas sequências em função das questões de pesquisa para a qual a investigação está sendo conduzida (operação 4).

A prática microfenomenológica propõe, dessa forma, uma abordagem regulada para explorar a experiência vivida em suas dimensões pré-sintéticas: trata-se de viabilizar a descrição do vivido no nível das *qualia*, ou seja, que se situa antes das sínteses pelas quais a experiência é dada em situação. De fato, assim como o sabor constitui, durante uma experiência gustativa, uma síntese¹⁵² que agrega diferentes aspectos percebidos, tais como o gosto, a textura e a temperatura de um prato ou de um alimento, a experiência se dá da mesma forma, a partir de uma pluralidade de componentes que, durante a doação, produz uma síntese a fim de gerar uma doação que toma forma de uma totalidade integrada.

O trabalho de aspectualização pressupõe, portanto, o acesso aos componentes da experiência pré-síntese. Esses componentes podem ser associados aos vários sentidos chamados para a doação: tato, visão, olfato, paladar, etc. A aspectualização também pode se concentrar na caracterização da dinâmica microgenética envolvida na doação. Para isso, deve-se prestar atenção às camadas e níveis de experiência vivida¹⁵³ em situação, cruzando a fragmentação e a aspectualização em cada uma das fases do desenrolar da experiência lembrada: o desafio está, então, em explorar, segundo uma perspec-

152. J.-F. Bordron, “Perception et énonciation dans l’expérience gustative”, 2002.

153. C. Petitmengin, “La dynamique pré-réflexive de l’expérience vécue”, 2010.

tiva microgenética, os modos de apreensão e doação da experiência vivida, do ponto de vista do sujeito que vive a experiência. Nesse caso, o trabalho de descrição visa a examinar os modos de doação da experiência vivida em uma situação específica, pelo emaranhado dos campos de percepção, de cognição e de sensações corporais. A síntese examinada é assim chamada de transmodal, pois diz respeito aos diferentes campos que participam da doação: propriedade, atmosfera, sensação, significado, ação.

Síntese do capítulo

Nesse capítulo, a descrição foi primeiro definida a partir de uma perspectiva sócio-histórica e, em seguida, teórica, o que permitiu caracterizar a estrutura e os procedimentos metodológicos. Os elementos formalizados nas seções seguintes possibilitaram a estruturação de referências para a realização de um trabalho de ordem microfenomenológica integrado na abordagem da investigação narrativa. Várias referências foram, portanto, estabelecidas. Segue abaixo um resumo delas:

- *Marco de referência 1: evocar uma situação específica*, procedendo por meio do despertar da memória, da presentificação da situação vivida, que deve estar localizada em um lugar, em um momento especificado (com a data, até mesmo a hora do dia).
- *Marco de referência 2: descrever de maneira cronológica o desenvolvimento da experiência*: como no sistema narrativo biográfico, a expressão verbal deve começar em um momento inaugural que constitui o marcador temporal durante o qual o fenômeno vivido começa a ser descrito.
- *Marco de referência 3: fragmentar a experiência vivida a fim de trazer à luz seus microprocessos*. O desafio é identificar as sequências do desenrolar da experiência, ordenando-as temporalmente, a fim de elucidar a estrutura temporal no nível microprocessual, tomando como base o princípio de sucessão.

- *Marco de referência 4: dissociar e aspectualizar os componentes da experiência* na escala do perceptivo, do cognitivo, do corpóreo, das tonalidades ambientais, da esfera do sensível. Trata-se de examinar os modos de doação das sínteses experienciais a partir da diferenciação de seus componentes e de seus processos microgenéticos.

A junção e a conexão entre os dois regimes narrativos – narração biográfica apresentada no Capítulo 4 e descrição microfenomenológica, apresentada neste capítulo – ocorrem no nível das operações de temporalização e de fragmentação. Para ambos os regimes narrativos, a abordagem parte do mesmo princípio: o da expressão temporalizada da experiência, a fim de identificar sequências narrativas com vistas a uma organização de ordem cronológica. O que varia entre os dois regimes é a amplitude dessas unidades temporais. Enquanto na narração biográfica as sequências temporais podem ter vários anos de duração, na descrição microfenomenológica o intervalo pode ser de apenas alguns segundos. O próximo capítulo caracterizará as complementaridades e sinergias desses dois regimes narrativos no decorrer da investigação, examinando especialmente os efeitos da fragmentação sobre a descoberta de fenômenos vividos e sobre as dinâmicas de compreensão resultantes.

6. MODULAÇÃO DOS REGIMES NARRATIVOS

Os dois capítulos anteriores foram dedicados a caracterizar dois regimes narrativos: a narração biográfica, que busca apreender a experiência ao longo do tempo, e a descrição microfenomenológica, que, ao contrário, visa a um trabalho de focalização para chegar a uma descrição detalhada dos microprocessos em situação. O primeiro regime participa, no decorrer da investigação narrativa, da configuração dos fatos vividos dentro de uma história. O segundo, permite o exame dos processos envolvidos na constituição e nos modos de donação do que é vivenciado como fato durante a experiência do sujeito.

O estudo sócio-histórico realizado por cada um desses dois regimes mostrou que esses dois modos narrativos foram constituídos de forma independente. Eles podem ser mobilizados independentemente um do outro como método e meio de explorar a experiência vivida, pois produzem seus próprios efeitos e seus resultados específicos. O desafio deste capítulo está em refletir e formalizar uma estrutura que os integra em uma abordagem unificada de pesquisa. Para isso, é apresentada a estrutura geral do protocolo de pesquisa narrativa, o que permite examinar as possíveis modulações desses dois regimes e, com isso, os procedimentos de ajuste e o efeito de potência que são associados a eles.

Matriz geral da investigação narrativa

Seguindo o trabalho de definição dos regimes narrativos, o protocolo de pesquisa pode ser modelado a partir da formalização das suas operações e da sua implementação concreta dentro de um dispositivo integrado. A elaboração desse protocolo pressupõe, é claro, que tanto os objetivos da pesquisa estejam definidos quanto os fenômenos vividos a serem estudados estejam especificados (efeitos de formação, desenvolvimento da agentividade, processos de compreensão resultantes de eventos no decorrer da vida, por exemplo). Estando os objetos da pesquisa especificados, o protocolo pode, então, comportar as seguintes operações.

Operação 1: temporalizar – formalizar a experiência vivida de maneira longitudinal

Com essa operação, é realizada uma primeira identificação da duração da experiência vivida a ser explorada pela atividade narrativa a fim de analisar os fenômenos que são objeto da pesquisa. A maneira de proceder consiste em identificar um ponto de início na trajetória de vida do sujeito (momento inaugural) e acompanhar a expressão narrativa do vivido, segundo uma perspectiva diacrônica, precisando a cronologia (identificação das datas e dos lugares, situando os fatos vividos). O desafio está em fazer emergir uma estrutura temporal fundada no ordenamento sequencial dos momentos e estabelecer uma cronologia dos fatos vividos.

Operação 2: fragmentar – do longitudinal ao sequencial

Ordenar temporalmente os fatos na duração de uma história consiste em interrogar a estrutura temporal da narrativa de si a partir do princípio de sucessão. Trata-se, de certa forma, de voltar à terra firme do desenrolar diacrônico e da irreversibilidade temporal dos fatos vividos. Essa operação prepara uma terceira, que se realiza por meio de uma lógica de fragmentação da duração, com vistas a

produzir sequências temporais que podem se constituir, no escopo do regime da narração biográfica, em períodos e ciclos de vida ou momentos de passagem. A extensão dessas sequências temporais é, contudo, variável. Algumas sequências devem ser fragmentadas uma segunda vez para identificar de maneira mais concreta ou mais detalhada os processos que participaram da constituição dos fatos vividos na trajetória de vida do sujeito.

Segundo uma perspectiva biográfica, o princípio de sucessão organiza-se a partir de blocos do vivido, comportando necessariamente uma duração longa: infância, adolescência, idade adulta jovem, idade adulta, velhice, aposentadoria... Outras formas de periodização são, contudo, possíveis, por fragmentação, a partir da identificação de ciclos mais breves, tais como os períodos marcados pelo princípio da estabilidade ou de transformações. Essas últimas podem estar relacionadas a uma esfera particular da vida adulta (família, social, profissional, etc.). É possível também fragmentar no nível dos ritmos infracotidianos, o que demanda da investigação adentrar no regime da descrição microfenomenológica, tendo em vista que seu objetivo é apreender os processos rítmicos que evoluem silenciosamente e que, por meio da maturação, repetição e acumulação, contribuem para a formação das tendências e dos eventos vividos. O princípio de sucessão serve, assim, de trama para a fragmentação do vivido no decurso da investigação narrativa.

Operação 3: detalhar – granularidade e profundidade diegética

Uma noção é associada à fragmentação: a granularidade. O nível de granularidade atingido no curso da fragmentação corresponde à duração das sequências temporais que ordenam a narrativa, podendo variar a extensão de cada uma das sequências em função do regime cinético do texto. De um ponto de vista metodológico, o grão temporal caracteriza-se, para o narrador, pelos gestos de apreensão da experiência, cuja extensão varia. Assim, segundo o que a narração toma como referência da experiência vivida – um dia, uma sema-

na, um mês, um ano ou um período de dez anos... –, a gestualidade e os atos narrativos vão diferir. Segundo a apreensão da extensão temporal do vivido, a massa de dados e os conteúdos experienciais passíveis de serem captados são transformados. A granularidade não rompe com o princípio de sucessão. Ao contrário, é da sucessão, mas sobretudo da duração das sequências a partir da qual a sucessão é estabelecida, que decorre a granularidade da narrativa: “a ideia de granularidade remete ao grão (de uma lixa, por exemplo), portanto, à fineza da unidade de descrição”.¹⁵⁴ Vermersch mobiliza nesse mesmo parágrafo dois exemplos metafóricos: o conceito de escala cartográfica “que torna possível a elaboração de mapas e planos em diferentes níveis de detalhes”. O segundo exemplo mobilizado é o da ótica e dos graus de resolução de um microscópio.

Ao contrário do princípio de duração da experiência, que visa a mobilizar em uma unidade de tempo vivido um número julgado suficiente de eventos para o desdobramento da narrativa, o princípio de profundidade é dependente do número de fatos vividos identificáveis na narrativa e do nível de detalhe fornecido para a sua descrição. A conjunção desses dois princípios no curso da investigação acontece por meio de regulagens que se operam em função do que é percebido como necessário pelo narrador para a conclusão da sua narrativa. Esse ponto ratifica o “princípio de completude” identificado por Ricœur: “para que a narrativa se conclua e seja percebida como completa do ponto de vista do sujeito, ela deve comportar os fatos ocorridos na trajetória de vida e percebidos como significativos; esses fatos devem também ser descritos segundo um nível de detalhe julgado suficiente”.¹⁵⁵

É importante notar que a redução ou a extensão da amplitude da sequência temporal não gera efeitos de degradação sobre o prin-

154. P. Vermersch, *L'entretien d'explicitation*, 2000a, p. 141.

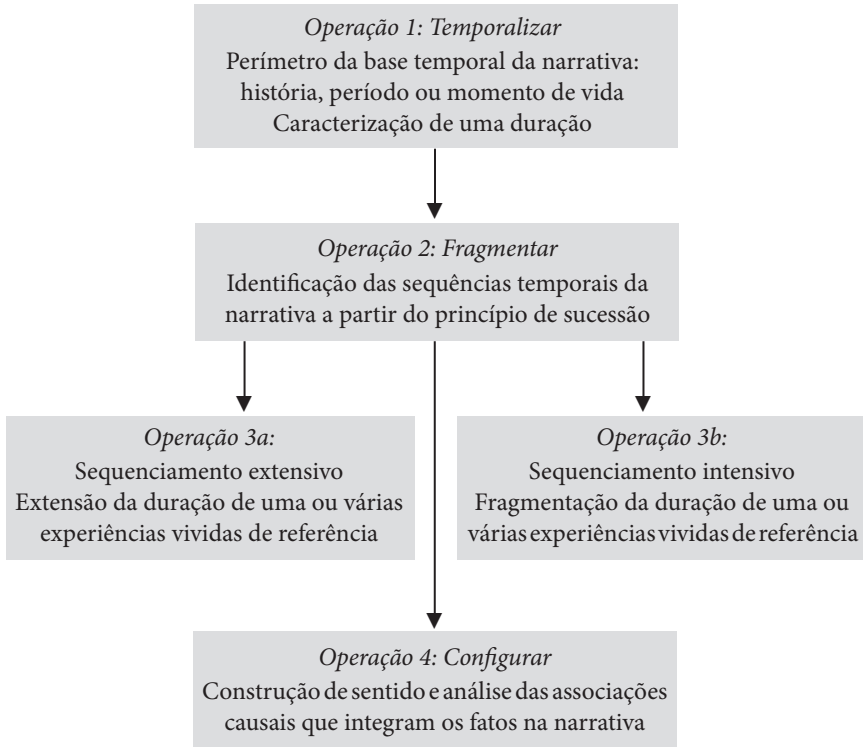
155. P. Ricœur, *Temps et récit. 1. L'intrigue et le récit historique*, 1983, p. 80.

cípio de sucessão. A granularidade é simplesmente ordenadora da diacronia, regulando a amplitude das sequências temporais que se ordenam na sucessão. Ela demanda do narrador optar, no curso da narrativa, por diferentes níveis na descrição dos fatos, que têm como destino tornarem-se as *unidades primordiais* da narrativa. De fato, uma das características do trabalho narrativo no curso da investigação é a de transformar o fluxo da experiência que passa para a linguagem em uma sequência de experiências vividas temporalizadas, cuja extensão constitui-se em grão narrativo de tamanho variado.

Operação 4: configurar – interrogar as relações de causalidade em função da diegese

O trabalho realizado no decurso da abordagem de investigação busca, a partir das operações de temporalização, de fragmentação e de descrição, a transformação da base a partir da qual se edifica a narrativa, modificando tanto sua estrutura quanto o perímetro e o ordenamento dos fatos vividos. O efeito de fragmentação age sobre a granularidade da narrativa, o que permite interrogar novamente as dimensões configuradas da narrativa. Registrando o princípio da reciprocidade entre a estrutura temporal e as dinâmicas inferenciais, a estratégia da investigação narrativa visa, assim, por meio da modulação dos regimes narrativos no decorrer da orientação, a fazer evoluir a granularidade da narrativa a fim de captar, detalhar e elucidar as dinâmicas de doação e de interpretação que contribuem para a constituição dos fatos vividos no decorrer da história.

Em outras palavras, as três primeiras operações descritas anteriormente (temporalizar, fragmentar, detalhar) constituem os meios, no curso da investigação narrativa, de analisar as formas de causalidade e os tipos de inferências que geram a estrutura lógica e a textura sensíveis da narrativa.

Figura 6.1 *Matriz geral da investigação narrativa*

Essas quatro operações estão presentes de maneira sucessiva (Figura 6.1). Elas podem ser, contudo, examinadas segundo uma perspectiva dinâmica a partir de um princípio de complementaridade, de reciprocidade e de retroação. De fato, no contexto da investigação narrativa, a profundidade diegética da narrativa varia em função da extensão ou da redução do perímetro temporal, da aceleração ou desaceleração da cinética da expressão verbal, da modulação da granularidade e do detalhe da descrição dos fatos.

A partir dessa matriz geral, é possível traçar estratégias de modulação, como por exemplo, durante a terceira etapa, prevendo ressituar um fato identificado na narrativa no cerne de uma sequência mais ampla do que foi figurado inicialmente. Trata-se da *operação*

3a na matriz, que pode conduzir, por exemplo, a ressituar um *evento de adoecimento* em um período de vida mais longo, marcado pelo ambiente, pelas percepções e sensações vividas de vulnerabilidade e de degradação da agentividade.

Ao contrário, a *operação 3b* conduz a concentrar o foco em um fato, detalhando-o de maneira aprofundada, o que tem por efeito intensificar a fragmentação, reduzir a extensão das sequências, até mesmo dissociar os componentes de um ou de vários fatos singulares vividos a fim de alcançar um nível de descrição analítica e aspectual. Pode-se tratar de focalizar uma sequência de um momento marcado pela irrupção de uma experiência de doença, ou seja, o recebimento e o anúncio do seu diagnóstico.

RESUMO

O protocolo da investigação narrativa supõe cumprir e, portanto, desenvolver um domínio de diferentes tipos de atos:

- Constituir *um perímetro a fim de caracterizar a duração da experiência vivida* relativa ao trabalho narrativo: trata-se de definir os limites temporais da experiência apreendida.
- Estabelecer *a trama temporal* da narrativa a partir do trabalho de sequenciamento que mobiliza os procedimentos de fragmentação do vivido.
- Estabilizar *o nível pertinente de granularidade* que deve ser atingido para cada sequência, ou seja, para cada um dos fatos vividos da narrativa.
- *Interrogar as inferências e associações causais* resultantes da transformação diegética da narrativa em virtude das operações precedentemente descritas.

A modulação dos regimes narrativos no decurso da investigação gera como efeito, por causa das transformações geradas sobre a estrutura temporal da narrativa, trazer à tona novas sínteses de sen-

tidos e novas formas de compreensão: elucidação, clarificação, metamorfoses de sentidos. O Quadro 6.1 formaliza de maneira sintéticas os tipos de atos narrativos, as oscilações de regimes em função das modalidades de conduta da investigação narrativa.

Quadro 6.1 *Os atos de temporalização da experiência vivida em função dos regimes narrativos*

ATOS DE TEMPORALIZAÇÃO	REGIME NARRATIVO BIOGRÁFICO	REGIME DESCRITIVO FENOMENOLÓGICO
Formalização da duração de referência da narrativa.	Temporalização da trajetória de vida, de um período de vida, de uma sucessão de momentos de vida.	Descrição do desenrolar do vivido situado, a partir de procedimentos construídos e de processos experimentados.
Fragmentação e sequenciamento.	Sequências temporais biográficas: idades, períodos, ciclos e transições existenciais.	Sequências temporais situadas: situação de trabalho, momentos de interação, vivido de um lugar...
Construção de sentido cronológico e lógico.	Exame dos modos de associação dos fatos na narrativa a partir do princípio de continuidade experiencial.	Exame dos processos de constituição dos fatos a partir dos modos de doação da experiência.

As quatro operações apresentadas nesta seção supõem o cumprimento de atos regulados: despertar da lembrança, evocação da experiência, atos de apreensão do vivido, modulação do nível de detalhe da descrição, sequenciamento da duração, exame dos processos inferenciais... Essas são as operações necessárias para a modulação dos regimes narrativos no curso da investigação e esses procedimentos podem se dar, até mesmo se impor, no decurso da atividade narrativa ou, ao contrário, resultar de uma atividade regulada e refletida pelo sujeito. Sua aplicação controlada supõe um princípio de

regulação, ou seja, uma orientação que pode ser gerada em primeira pessoa (pelo próprio sujeito) ou em segunda pessoa (por meio de intervenções do pesquisador). Em função dos atos e dos processos de orientação e dos efeitos gerados de compressão ou de dilatação do tempo, o fundo diegético da narrativa pode ganhar em profundidade e sua textura pode variar em tonalidade, intensificar-se nos detalhes e evoluir na sua estrutura. Essa plasticidade do tempo no curso da atividade narrativa transforma, portanto, os dados da experiência narrativa, influenciando os registros da língua, as dinâmicas de composição da narrativa, os formatos do discurso.

Princípios de regulação e efeitos de potência da investigação narrativa

A *gramática* da investigação narrativa comporta uma lógica de reciprocidade entre o princípio de temporalização da experiência e o de configuração do vivido, resultando em variações que têm um efeito sobre a amplitude e a profundidade diegética da narrativa, as formas de verdade que ela permite manifestar e as forças transformadoras que ela gera. Assim, tal como um motor cujo regime de potência varia em função do fluxo de combustível, o regime de potência da investigação varia em função da extensão ou da redução da duração do tempo vivido apreendido pela atividade narrativa e da intensificação da atenção direcionada a uma ou a várias experiências singulares.

Esses efeitos de potência podem ser refletidos segundo duas dimensões: uma longitudinal e a outra, lateral. Essas dimensões foram teorizadas por Dewey na sua filosofia da experiência que integra dois princípios:

[...] o de continuidade da experiência e o de interação. O princípio de continuidade significa que toda experiência, “de um lado, toma emprestado, algo das experiências anteriores e, de outro lado, modifica de alguma maneira a qualidade das experiências subsequentes”. [...] O princípio de interação, por sua vez, exige a articulação das condições objetivas e subjetivas

da experiência. Basicamente, isso significa nada mais do que a necessidade de levar a sério a ideia da situação como “transação” entre um organismo e seu ambiente. Os dois princípios estão intrinsecamente ligados e definem os aspectos laterais e longitudinais da experiência.¹⁵⁶

No contexto da investigação narrativa, o princípio da lateralidade descrito por Dewey deve ser pensado no escopo da atividade narrativa, considerando a temporalização dos fenômenos segundo diferentes planos: do ponto de vista do sujeito, do ponto de vista do social, do ponto de vista histórico, por exemplo.

Estratégia 1: cruzar as dimensões longitudinais e laterais no curso da investigação

O regime da narração biográfica pode ser caracterizado por um processo a partir do qual o tempo apreendido pela narração é extensivo. Qualquer que seja a unidade de referência (história de vida, períodos de vida, fases ou momentos de passagem), é necessário considerar que ela é sempre *extrapolada* por unidades mais amplas, como as temporalidades institucionais, sociais ou históricas. Essa dialética dos tempos e das durações é constitutiva das práticas da narrativa de vida, sejam de ordem biográfica¹⁵⁷ ou autobiográfica.¹⁵⁸ Uma maneira de dissociar e, com isso, deslindar as temporalidades está em formalizar uma cronologia, procedendo por etapas:

- diferenciar as linhas temporais;
- caracterizar a sucessão de cada uma dessas linhas formalizando uma cronologia;
- interrogar os processos de conjunção e de síntese entre essas linhas a fim de objetivar as relações de influência entre elas.

156. M. Fabre, *Philosophie et pédagogie du problème*, 2013, p. 23.

157. F. Dosse, *Le pari biographique*, 2011.

158. P. Lejeune, *Le pacte autobiographique*, 1996.

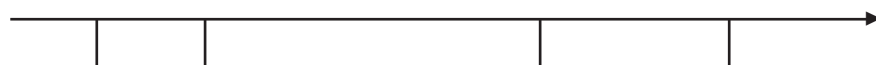
A Figura 6.2 apresenta um exemplo dessa abordagem que cruza as dimensões longitudinais e laterais do fenômeno estudado – por exemplo, a análise da trajetória acadêmica e científica de um pesquisador – diferenciando três linhas de tempo: a primeira, que temporaliza e sequencia a trajetória de vida do pesquisador; a segunda, que visa à temporalização das obras do pesquisador; a terceira, que busca a temporalização da vida nos meios científicos em que o pesquisador evolui.

Figura 6.2 *Temporalização por meio de linhas de vida (do singular ao social)*

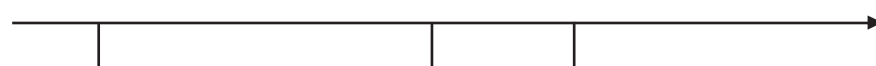
Linha 1: continuidade e sequências da trajetória de vida



Linha 2: continuidade e sequências da vida das obras do pesquisador



Linha 3: eventos marcantes da vida nos meios científicos de afiliação do pesquisador



Essa forma de temporalização do vivido, apresentada por Lainé e inspirada em um modelo produzido por Gaulejac,¹⁵⁹ toma como referência principal a temporalidade da vida do sujeito (primeira linha). As duas outras linhas são, em seguida, formalizadas, tendo como desafio, tomando por referência a experiência de vida do pesquisador (no exemplo proposto), elaborar uma cronologia factual de fenômenos que têm uma existência no social (no caso do exemplo, as datas de publicação dos textos, livros e artigos publicados pelo

159. A. Lainé, *Faire de sa vie une histoire*, 2004; V. de Gaulejac, *La névrose de classe*, 1987, pp. 282-285.

pesquisador, assim como os acontecimentos científicos marcantes nos meios a que pertence). Essas duas linhas são formalizadas segundo procedimentos de temporalização e de sequenciamento idênticos aos que foram mobilizados para a primeira linha. A lógica da investigação é, portanto, mantida segundo uma expressão dita em primeira, segunda ou em terceira pessoa. O que pode variar em relação às operações de temporalização é a amplitude da duração de referência para cada uma das linhas: a história de vida do sujeito pode, na verdade, ser iniciada a partir da data de nascimento, enquanto a história de vida das obras somente pode começar a partir das datas de publicação. Os pontos de início para cada uma das linhas podem, com isso, ser diferentes. No que diz respeito à temporalização da vida acadêmica (linha 3), a identificação do ponto de partida deve ser situada bem antes da linha 1, sendo que as evoluções e os eventos nas esferas do mundo acadêmico nas quais o sujeito se integra devem ser apreendidos segundo uma perspectiva sócio-histórica.

Seleção dos fatos e dialética das durações

No contexto da investigação narrativa, as dimensões longitudinais e laterais devem ser conjugadas, o que pressupõe temporalizar diferentes dinâmicas intrincadas na experiência vivida, para, em seguida, formalizar para cada uma delas uma cronologia que prefigura o trabalho de releitura. A extensão das dimensões laterais da linha de vida do sujeito responde a diferentes níveis de questões: o recurso à temporalização de fenômenos sociais permite, em especial, datar de maneira factual e sócio-histórica, eventos presentes na narrativa de si que podem permanecer imprecisos como temas e acontecimentos datados. O que o paralelo entre as três linhas de vida oferece é também a possibilidade de examinar os fenômenos de sincronicidade entre a temporalização do ponto de vista do sujeito, as datas factuais de produção das obras e os eventos socialmente marcantes. Resulta, da diferenciação entre as linhas temporais e da fragmentação gerada pelo ordenamento temporal fundado no princípio de sucessão,

a possibilidade de interrogar os fenômenos vividos passados para a linguagem segundo diferentes perspectivas:

- a do narrador, a partir dos modos de expressão e de configuração da narrativa de si;
- aquela, mais social, em virtude da descoberta dos processos de sincronicidade entre os eventos sociais e os que se inscrevem na vida do sujeito;
- a que resulta da reconstituição da dimensão histórica e tonal da época.

Esse trabalho de formalização das linhas temporais mobiliza procedimentos de investigação que conjugam narração e pesquisa documental. As contribuições dessa abordagem foram formalizadas por Ferraroti, que distingue os materiais de pesquisa de primeiro nível e de segundo nível,¹⁶⁰ sendo os primeiros provenientes das narrativas, permitindo acessar e entender a maneira como os fatos vividos são compreendidos e integrados à história singular; enquanto os segundos, oriundos do estudo documental, permitem integrar os modos de ressonância dos fatos vividos na escala social e histórica.

Estratégia 2: comprimir ou dilatar o tempo vivido no curso da narração

A primeira estratégia exposta diz respeito à definição do eixo lateral da investigação em relação e correlação com a apreensão longitudinal dos fenômenos vividos no curso da investigação. A segunda estratégia relaciona-se com os processos de compressão ou de dilatação do tempo vivido, no que concerne à apreensão longitudinal desses fenômenos. A exploração lateral do vivido tem como efeito permitir a apreensão dos fatos a partir de diferentes esferas do mundo da vida (esfera pessoal profissional, social...); a exploração longitudinal gera a perspectiva microgenética e sócio-histórica.

160. F. Ferraroti, *Histoire et histoires de vie*, 2015.

A atividade de temporalização pode ser objeto de uma modulação a partir da variação do regime cinético durante as entrevistas narrativas incluídas no protocolo de investigação, ou mesmo de uma mesma entrevista. Sendo a terceira parte deste livro dedicada às lógicas de estruturação do dispositivo de investigação e às estratégias de orientação, a análise proposta nesta seção tem como objeto a identificação dos efeitos da variação da velocidade do tempo vivido no escopo da atividade narrativa sobre a elucidação dos processos e fenômenos estudados no curso da investigação. Os processos de modulação da atividade de temporalização podem variar segundo dois movimentos:

- A extensão da amplitude da experiência vivida incluída na narração (o que foi nomeado, na Figura 6.1, de base temporal da narrativa). A extensão desse perímetro tem por efeito estender a duração da experiência vivida de referência a partir da qual se edifica a atividade narrativa, tendo como consequência aumentar o número de fatos vividos a serem levados em conta e que podem se encontrar situados antes ou depois do perímetro temporal inicial.
- A redução da amplitude da experiência vivida incluída na narração, que gera, com um formato narrativo constante, um efeito de intensificação da fragmentação da duração em unidades, com efeitos potenciais sobre a granularidade do sequenciamento da narrativa. Também resulta desse efeito um aumento do número de fatos levados em conta na narrativa. No entanto, a natureza dos fatos transforma-se, pois estes referem-se menos a eventos principais constituídos como *pontos de virada biográfica* do que a momentos inscritos em um movimento tendencial que participa do que Jullien chama de “transformações silenciosas”,¹⁶¹ que são governadas por dinâmicas de sedimentação, repetição

161. F. Jullien, *Les transformations silencieuses*, 2009.

e acumulação de microprocessos que evoluem silenciosamente, no cotidiano.

O primeiro procedimento descrito (extensão do perímetro) produz um alongamento da duração do perímetro temporal da narrativa; o segundo, sua redução. Esse primeiro procedimento gera um efeito de nivelamento devido ao aumento da duração, com uma apreensão de fatos principais da história do sujeito, caracterizáveis como *viradas biográficas*. O segundo, ao contrário, tende à refinação da granularidade, possibilitando uma apreensão microprocessual e detalhada dos fenômenos estudados. É no contexto desses dois movimentos (extensão/contração) que a pluralidade das maneiras de estruturar os dispositivos da investigação narrativa pode ser formalizada. No Capítulo 7 são propostos diferentes exemplos a esse respeito.

Contudo, é importante notar que as possibilidades de extensão do perímetro temporal da experiência vivida de referência parecem, em certos casos, já determinadas. É o caso, por exemplo, quando uma biografia é realizada, em que o ponto de início e o ponto final devem ser o nascimento e a morte do sujeito. Essa fixidez relativa do perímetro temporal não significa, contudo, que o nível de fragmentação e de granularidade do sequenciamento já estão dados. As dinâmicas de compressão do tempo vivido devem, então, ocorrer dentro do perímetro, de acordo com a lógica de proporção quanto ao lugar atribuído a cada um dos períodos de vida que devem ser regulados ao longo do caminho. Não existem, portanto, leis que determinam uma correlação estrita entre a duração da experiência vivida de referência e os níveis de fragmentação da narrativa em unidades temporais.

Da mesma forma, a fixidez da extensão é somente relativa, mesmo no escopo das narrativas de vida. Na verdade, sempre é possível interrogar os fatos anteriores ao nascimento, por exemplo, em escala intergeracional,¹⁶² a fim de examinar, por exemplo, os discursos her-

162. M. Lani-Bayle, *L'histoire de vie généalogique*, 2000.

dados, a história familiar,¹⁶³ os segredos de família.¹⁶⁴ Os fenômenos de extensão do perímetro temporal e os ajustes da velocidade do desenrolar do tempo no curso da narrativa são, portanto, de responsabilidade do narrador ou de corresponsabilidade sujeito/ pesquisador. Nenhuma narrativa é em si mesma exaustiva, qualquer que seja o perímetro temporal escolhido. Assim, a biografia de Ricœur constituída por Dosse, que retraza “um ser emaranhado nas histórias”,¹⁶⁵ é, apesar das suas 700 páginas, concluída apresentando seus limites e sua incompletude.

No que diz respeito à dilatação do tempo no curso da atividade narrativa, é possível considerar que ela é efetiva quando a duração da unidade de tempo vivido é inferior à duração do tempo necessário para dizê-lo (o tempo narrado). Essa situação narrativa está presente ao extremo em Proust.¹⁶⁶ O exemplo não é completamente apropriado, pois provém da literatura e não de algo vivido realmente. Entretanto, ele permite exemplificar o processo de intensificação do nível de detalhe no curso da descrição, já que o estilo literário de Proust caracteriza-se, de fato, por uma hiperdilatação do tempo, o que permite passar à linguagem a textura experiencial do vivido, descrita tanto em seus componentes quanto em suas dinâmicas de doação.

Integrados em uma mesma abordagem de investigação, os procedimentos que buscam a apreensão longitudinal do vivido e a modulação dos regimes narrativos são modelizados na Figura 6.3.

163. V. de Gaulejac, *L'histoire en héritage*, 1999.

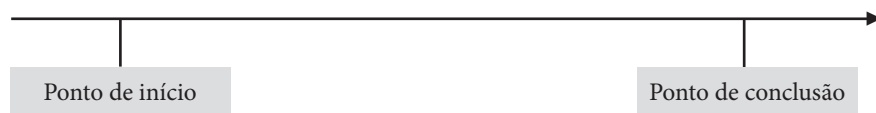
164. S. Tisseron, *Les secrets de famille*, 2019.

165. Wilhem Shapp citado por F. Dosse, *Paul Ricœur. Le sens d'une vie (1913-2005)*, 2008, p. 13.

166. G. Genette, *Figures III*, 1972.

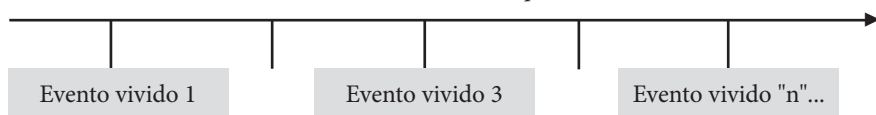
Figura 6.3 *Método de descrição da estrutura de doação da experiência vivida*

1. Perímetro temporal da experiência vivida de referência



2. Fragmentação da experiência vivida de referência

Desvelamento da estrutura temporal do vivido



3. Desvelamento do processo de doação

Aspectualização e descrição dos componentes do vivido



As estratégias de extensão ou de redução de perímetro temporal, de dilatação ou de compressão de momentos ou de instantes nele contidos devem ser definidos e regulados em função do que se busca elucidar no curso da investigação narrativa, portanto em função dos objetivos da pesquisa. Isso pressupõe a estruturação de um protocolo contendo diferentes fases de entrevistas narrativas e da definição de uma linha de conduta no seu decurso a fim de ajustar sua orientação. Os capítulos 7 e 8 são dedicados a essas duas dimensões.

Estratégias de condução da investigação narrativa

Tendo como campo de pesquisa a experiência tal como ela se mostra, se diz, se encontra às vezes entravada para ser dita e se configura em discurso, a apreensão dos fenômenos se dará em relação tanto aos conteúdos do dizer quanto aos procedimentos utilizados para sua expressão. Essa forma de pesquisa busca compreender fenômenos e processos atuantes nas experiências dos sujeitos, tanto

nas escalas individuais quanto coletivas, solicitando a expressão da experiência vivida a partir da maneira como ela é contada, vista e pensada. A seleção do tipo de abordagem de investigação pressupõe levantar algumas hipóteses, a saber:

- a narração permite apreender processos e fenômenos que somente podem ser desvelados por meio da passagem da experiência à linguagem;
- os fenômenos experienciais são caracterizáveis por uma dupla passagem: a passagem à linguagem e sua integração à narrativa, sendo que essas duas passagens demandam um acompanhamento pelo pesquisador;
- o saber-fazer é necessário para ajustar os processos de hibridação dos regimes narrativos nos dispositivos de pesquisa a fim de caracterizar, *o mais próximo possível*, os fenômenos e os processos estudados.

Dito isso, falta estruturar indicadores que permitam fazer uma modulação, no decorrer da pesquisa, entre os regimes de descrição e os de narração. Esses indicadores não podem ser, contudo, determinados independentemente dos objetos da investigação. Em outras palavras, esses indicadores só podem ser definidos contextualmente, a partir da conjuntura e das questões da pesquisa, de maneira situada. Se a pertinência da estratégia de modulação não pode ser pensada de maneira genérica, o mesmo não pode ser dito em relação aos procedimentos de modulação.

MATRIZ GERAL PARA A CONDUÇÃO DA ENTREVISTA NARRATIVA

Procedimento 1: definir um campo da experiência abrangido pela pesquisa, dirigir a atenção para as áreas do vivido implicadas pelos fenômenos que serão estudados.

Procedimento 2: guiar em direção a um ponto de início, acompanhar a expressão verbal do vivido segundo uma abordagem diacrônica, apoiando-se sobre o modo de sequenciamento que o narrador utiliza no curso da pesquisa.

Procedimento 3: garantir que a expressão verbal da experiência se dê a partir do desenrolar diacrônico, registrando cada uma das sequências.

Procedimento 3a: incitar uma aceleração e uma continuidade se o ritmo de elocução (ou de escrita) torna-se lento, devendo essa lentidão ser estimada em relação ao tempo consagrado à expressão escrita ou oral da narrativa.

Procedimento 3b: incitar uma desaceleração, ou mesmo uma interrupção do desenvolvimento, se o ritmo de elocução (ou de escrita) for considerado muito rápido, ou se certos fatos ou processos que emergem por meio da narrativa devem ser detalhados em função das questões de pesquisa.

A pertinência da estratégia de modulação depende, portanto, das questões da pesquisa, do estilo do narrador e da singularidade de sua trajetória. Sua estrutura genérica é, de toda forma, correlacionada à cinética da narração, o que desencadeia dois procedimentos de modulação: desacelerar para intensificar e aprofundar a descrição do vivido; acelerar para ampliar a superfície da experiência narrada.

Circulação dos registros de expressão: em primeira, segunda e terceira pessoa

A singularidade da investigação narrativa está em solicitar a experiência, acompanhar os processos da sua expressão em palavras e de configuração para constituição de uma narrativa. A formalização dessa definição levou a especificar as modalidades de apreensão da experiência vivida, as temporalidades da expressão em palavras, os processos que participam da edificação da narrativa. Falta especificar os registros e as posturas de expressão da experiência vivida, diferenciando-os especialmente a partir dos níveis refletidos e pré-refletidos da experiência.

Espaço intralocutivo e expressão “na” e “em” primeira pessoa

Já foi dito que a realização de uma investigação narrativa supõe a expressão da experiência vivida em primeira pessoa. Essa proposição parece vir de uma evidência, pois somente o sujeito que viveu a experiência pode trazê-la à linguagem. Contudo, esse movimento traz consigo um conjunto de dificuldades e obstáculos. O primeiro deles refere-se à implicação do sujeito no seu discurso e na sua narrativa, não existindo procedimentos de investigação narrativa sem tal implicação. Esse ponto central da investigação supõe, portanto, que certas condições estejam reunidas para que o engajamento seja possível. Diferentes critérios deverão ser formalizados: estabelecimento de um consentimento entre o pesquisador e o sujeito de pesquisa, acordos recíprocos em relação às questões da abordagem, a propriedade dos dados, etc. Esses aspectos serão objeto do próximo capítulo.

O segundo tipo de obstáculo deve também ser examinado e diz respeito à manutenção da referência experiencial no curso da atividade narrativa. Quanto a esse ponto, convém diferenciar, tal como faz Depraz,¹⁶⁷ a experiência dita “na primeira pessoa” e “em primeira pessoa”. De fato, como já foi precisado, a expressão “em primeira pessoa” supõe o acesso à lembrança e às suas dimensões experienciais no curso da atividade narrativa. A expressão “em primeira pessoa” gerada pela evocação constitui, portanto, um modo de narração implicado que é diferente da expressão “na primeira pessoa”, que, mesmo utilizando a primeira pessoa do singular, edifica-se a partir da experiência tipificada.

De fato, se a investigação pressupõe uma narrativa implicada que mobiliza a expressão utilizando a primeira pessoa do singular (de maneira principal), o pesquisador, que pode ser o narrador – como é o caso das pesquisas nomeadas “radicalmente em primeira

167. N. Depraz, “L'éloquence de la première personne”, 2011.

pessoa” –,¹⁶⁸ deve manter uma vigilância constante sobre os índices que assinalam uma postura da expressão “na” ou “em” primeira pessoa. Na verdade, a expressão “na primeira pessoa” assinala uma expressão do vivido fundada na experiência já refletida, portanto já disponível em linguagem para a expressão, portanto em parte sedimentada e potencialmente configurada. Reciprocamente, os índices de uma expressão “em primeira pessoa” traduzem o esforço da atenção que permite a imersão experiencial nas lembranças, com o esforço de escrutação e de orientação tornando possível a passagem da experiência à linguagem a partir do nível pré-refletido, tendo por efeito a possibilidade de detalhar e de abrandar as dimensões já configuradas da narrativa.

Espaço interlocutivo: expressão “na” segunda pessoa

A postura de expressão na segunda pessoa define uma situação na qual o narrador é guiado pelo pesquisador. O início da atividade narrativa, o acesso ao vivido e os processos de modulação entre os regimes narrativos são realizados de forma acompanhada pelo pesquisador por meio de diferentes ações que resultam em uma orientação. Sem perder de vista a base experiencial a partir da qual constroem-se o discurso e a narração, o pesquisador é, portanto, conduzido a guiar a atividade reflexiva e narrativa da pessoa implicada na investigação em direção à áreas, tempos e durações que ele julga pertinentes e propícios.

Com isso, uma estranha dialética emerge: enquanto o pesquisador é estrangeiro à experiência e à história dos sujeitos participantes da sua pesquisa, ele age guiando, ou seja, direcionando-os mais a certos períodos vividos do que a outros, demandando certos detalhes de períodos em detrimento de outros, interrogando relações de causalidade afirmadas de maneira explícita ou implícita... A expressão “em segunda pessoa” caracteriza a área da investigação que resulta dessa relação dialética entre um sujeito imerso em sua expe-

168. E. Berger, “Dans mon corps se fait jour de manière non loquace que quelque chose se prépare...”, 2016.

riência que, pela expressão em palavras, tem acesso a e transforma sua relação com o vivido graças à passagem da experiência para a linguagem, e um pesquisador que, no início estrangeiro à narrativa, gradualmente se familiariza e compreende, tanto de maneira lógica quanto sensível, a forma como se configuram os fatos vividos do ponto de vista do narrador. O espaço interlocutivo da expressão “em segunda pessoa” estrutura-se como espaço que permite interrogar de maneira dialógica as relações dialéticas que regem a relação existente entre o sujeito e sua experiência no curso da investigação.¹⁶⁹ Entre implicação e distância, familiaridade e estrangeiridade, o trabalho de narração em segunda pessoa deve, para ser pertinente, entrecruzar os processos de conscientização e de intercompreensão.

Espaço social: expressão “na” terceira pessoa

Trata-se *a priori* do registro de expressão que é conveniente evitar, ao menos nas primeiras fases da investigação narrativa. A expressão “em terceira pessoa” designa um registro de expressão para o qual a referência experiencial está ausente ou perdida. Todas as formas de entrevista ou de questionários que solicitam as representações, as opiniões, as crenças, sem solicitar a expressão do vivido de maneira temporalizada, podem ser consideradas periféricas ao campo da investigação narrativa.

O que marca de maneira flagrante o sinal da expressão em terceira pessoa são, especialmente, as formas de expressão que mobilizam a terceira pessoa do singular ou a primeira pessoa do plural. Para esse tipo de discurso, as formas de expressão são declarativas. O dizer não se edifica a partir da experiência vivida, mas, potencialmente, a partir de uma experiência abstrata, genérica ou representada, que pode referir-se a algo vivido ou a situações observadas. Sendo considerado um tipo de registro de enunciação anexo ao campo da investigação narrativa, o pesquisador poderá: ou proceder por atos de direcio-

169. G. Pineau, “Histoire de vie et formation anthropologique de l’histoire humaine”, 2000.

namento para que o discurso tome como referência as dimensões experienciais do vivido, ou retomar o contrato de comunicação e, eventualmente, redefinir as questões da investigação a fim de que a implicação do narrador se torne ou volte a ser possível.

Os materiais em terceira pessoa (estudos documentais, documentos de arquivos, em especial...) são interessantes para a investigação narrativa em um momento posterior. Os elementos que resultam da abordagem por análise documental, histórica podem, de fato, ser considerados peças que permitem consolidar, densificar, até mesmo modificar o relevo diegético da narrativa pelo fato de poderem facilitar o acesso à lembrança e também porque têm a capacidade de tornar necessário o exame crítico de inferências que se impõem no curso da experiência e que produzem formas de interpretação que se impõem ao sujeito.

Síntese do capítulo

A modulação dos regimes narrativos no curso da investigação opera-se, portanto, de maneira estratégica em função dos efeitos de elucidação e de compreensão buscados. A fim de caracterizar esses efeitos, convém caracterizar a maneira como a experiência vivida passa para a linguagem no curso da investigação narrativa e, para isso, especificar a noção de inconsciente do ponto de vista fenomenológico e narrativo. Do ponto de vista fenomenológico, é inconsciente o que não é notado, não tematizado, o que é atingido por uma cegueira no curso da experiência. O desafio da descrição está, portanto – devido aos gestos de desengajamento, de conversão do olhar, de escrutação dos horizontes de percepção que ela supõe –, em acolher dentro do espaço diegético aspectos da experiência que ficaram encobertos, nas sombras, despercebidos. Segundo essa perspectiva, a descrição cria as condições para apreender camadas da experiência que se situam no âmbito da vida passiva¹⁷⁰ que, por meio da ex-

170. B. Bégout, *La généalogie de la logique. Husserl, l'antéprédicatif et le catégorial*, 2000.

pressão em palavras, tornam-se dizíveis e tematizáveis. A dinâmica é diferente no que diz respeito à narração biográfica. O que passa para a linguagem está, de fato, em parte já configurado. Essa questão foi levantada e examinada por Delory-Momberger:¹⁷¹ a experiência imediata é compreendida e prefigurada narrativamente, suas formas de protonarração dão-se sob o modo do familiar, até mesmo da evidência, durante o trabalho de investigação. Portanto, os processos desvelados por meio da investigação narrativa são os processos que fazem parte da prefiguração e da interpretação da experiência que se agregam às estruturas narrativas organizando a narrativa biográfica.

O que a narração biográfica oferece ao sujeito que a exercita ou ao pesquisador que a mobiliza no curso da investigação é a possibilidade de interrogar, analisar e tematizar os processos inferenciais que produzem a lógica sobre o cronológico, no curso da experiência, ao longo da vida.

Esses elementos permitem caracterizar os processos de complementaridade entre esses dois regimes narrativos tratados nesta segunda parte. O Quadro 6.2 formaliza, de maneira sintética, os regimes de potência conjugados de dois regimes narrativos no decurso da investigação:

Quadro 6.2 *Modelização dos efeitos gerados pelo cruzamento dos regimes narrativos*

REGIMES	EFEITOS DE ELUCIDAÇÃO	EFEITOS DE COMPREENSÃO
Descrição fenomenológica	Sobre os processos de síntese a partir dos quais a doação edifica-se	Sobre os efeitos de pré-donação sobre as formas de apreensão das situações vividas
Narração biográfica	Sobre os processos inferenciais que configuram os fatos entre eles	Sobre o perímetro dos fatos e a estrutura narrativa resultante

171. C. Delory-Momberger, *La condition biographique. Essai sur le récit de soi dans la modernité avancée*, 2010.

O trabalho de definição dos regimes narrativos realizado nos capítulos 4 e 5 permitiu formalizar uma matriz geral que comporta quatro operações para a estruturação de protocolos de pesquisa que mobilizam a investigação narrativa. Essas operações fazem parte de uma estratégia a ser inscrita nos protocolos de pesquisa, que serão examinados e descritos na próxima parte deste livro. Essa terceira parte é consagrada à implementação concreta da abordagem, a partir do estudo concreto dos dispositivos de investigação narrativa, dos procedimentos de acompanhamento, assim como dos modos de regulação das escalas e dos focos no curso do trabalho de campo.

PARTE 3

Protocolos e procedimentos

7. PROTOCOLOS E DISPOSITIVOS DA INVESTIGAÇÃO

Os três capítulos seguintes são consagrados à descrição concreta da estrutura da investigação narrativa e dos seus procedimentos de implementação a partir das noções de dispositivos, procedimentos, escalas e pontos focais. Especificamente, este capítulo apresenta a estrutura do protocolo para a condução da investigação: contratualização, sequenciamento, ritmos, implicação... O desafio está em precisar o contexto da abordagem que permita a utilização dos procedimentos regulados sem que o rigor aparente da abordagem constitua um freio para a implicação no trabalho narrativo.

A noção de dispositivo é utilizada para descrever a estrutura geral da abordagem da investigação, suas etapas, seu ordenamento no tempo, os ritmos de passagem de uma etapa a outra... Não se trata de construir um protocolo que poderá se aplicar de maneira mecânica, mas de estruturar pontos de referência que permitam, ao pesquisador e aos participantes que se engajam nessa abordagem, interrogar *durante o caminho* sobre o seu desenvolvimento. O dispositivo é descrito em quatro etapas: 1) o contrato; 2) as fases do dispositivo; 3) os modos de acesso à experiência; 4) os efeitos vividos.

O contrato e seus desafios

A função do contrato é tornar precisas as implicações da abordagem adotada, definir seus objetivos e os efeitos esperados, anunciar

e descrever as fases da investigação, especificar a propriedade dos dados e o que se fará com eles, examinar as modalidades de releitura do material, a confidencialidade e o anonimato da pesquisa antes da sua divulgação... Se alguns desses pontos são relativamente clássicos, como a definição dos papéis, a maneira de conduzir a(s) entrevista(s) ou o destino e a propriedade dos dados, aquele que diz respeito aos efeitos da estrutura sobre os processos de engajamento e implicação das pessoas na investigação merece uma atenção particular. Esse ponto é decisivo. Em relação à pesquisa narrativa, só há investigação quando a pessoa que se envolve na pesquisa volta-se para a sua experiência vivida, produz atos e gestos para acessá-la, orienta-se no curso da narração a partir do diacrônico, aprende a variar no nível de descrição de certos fatos vividos e interroga os modos de associação desses fatos identificáveis em sua narrativa.

Seja a investigação conduzida em primeira ou em segunda pessoa, a passagem da experiência para a linguagem, a expressão do vivido e a configuração da narrativa são o resultado da implicação e da atividade do sujeito que viveu a experiência. O pesquisador pode somente acompanhar esse movimento e preservar as condições que o tornam possível. Seja o trabalho conduzido em primeira pessoa, no contexto da autobiografia ou da autoexplicitação, seja em segunda pessoa, por meio de trabalho de condução realizado pelo pesquisador, a pessoa participante da pesquisa é, de toda forma, quem viveu a experiência e quem se engaja em expressá-la.

A pertinência da investigação é, portanto, dependente do trabalho ativo da pessoa participante, o que torna necessário garantir que as informações que lhe são transmitidas contribuam da maneira mais clara e precisa possível à compreensão da abordagem, dos seus efeitos e dos seus objetivos. Isso é ainda mais importante porque o pesquisador vai necessariamente, durante certas fases da pesquisa, orientar a atenção da pessoa a certas esferas do vivido que, em um primeiro momento, não são as que espontaneamente se apresentam no discurso. A condução direcionada ao trabalho de temporalização,

aspectualização e historicização do vivido demanda do pesquisador mobilizar procedimentos – sob a forma de questões, orientações e estímulos – que vão conduzir a definir a duração da vivência narrada, acompanhar o acesso às dimensões pré-refletidas da experiência, propor o detalhamento de certos aspectos... A maneira de proceder para orientar em direção à extensão da duração, à desaceleração durante a expressão em palavras, à apreensão de microprocessos, visando à descrição sequencial e temporalizada, pressupõe formular perguntas, elaborar orientações e pensar em estímulos que podem parecer incomuns, até mesmo estranhos. Portanto, é preciso definir, no momento do contrato, os objetivos a serem alcançados (a exploração do vivido), a maneira de proceder para atingi-los (a temporalização da experiência no curso da expressão em palavras), as fases de desenvolvimento (narração, descrição, tematização, por exemplo).

O contrato deve, então, incluir em sua formulação os elementos que caracterizam o tipo de condução que será proposta. Diferentes elementos podem ser enunciados de maneira simples:

EXEMPLO 1

“Agradeço ter aceitado participar dessa pesquisa, cujo objetivo é compreender as dimensões formadoras inscritas no ato de viajar. Diante disso, proponho que me conte a sua trajetória de vida, começando por retomar o primeiro momento durante o qual você começou a se sentir interessado por viagens. Informo que essa entrevista será registrada e posteriormente transcrita e você receberá a transcrição para leitura.”

A maneira de contratualizar na passagem acima comporta os seguintes atos: 1) agradecer e confirmar o acordo recebido; 2) anunciar o objeto da pesquisa; 3) dizer o que é esperado da pessoa que se engaja na pesquisa; 4) tornar claro o que será feito do seu discurso. A formulação compreende frases curtas, sendo que o desafio está em

acompanhar o processo de engajamento, fornecendo elementos de maneira clara e sintética. Uma vez que essa primeira etapa foi realizada, uma segunda pode ser então desencadeada:

EXEMPLO 2

“Ao longo da entrevista, meu papel vai consistir em fazer certas perguntas cujo objetivo é convidá-lo a contar, de maneira cronológica, cada uma das etapas da sua trajetória, seja ajudando-o a dar sequência a elas ou a detalhá-las. Uma vez que não conheço nem a sua história nem suas experiências de viagem, minha única função será, portanto, orientá-lo em direção a uma narração cronológica e lhe pedir, por vezes, para detalhar certos fatos. É possível que certas questões lhe pareçam repetitivas. A função delas é simplesmente coletar o máximo de detalhe possível sobre a experiência que você viveu. Se porventura você tiver dúvidas ou dificuldades de compreensão, é claro que podemos fazer uma pausa durante a entrevista para esclarecê-las.”

Esse segundo exemplo permite precisar aspectos relacionados à condução da entrevista. Portanto, estão especificados:

o objetivo das intervenções do pesquisador;

- a maneira como ele procederá para acompanhar a narração cronológica da experiência;
- os possíveis efeitos das perguntas, das quais algumas podem ser sentidas como diretivas (até mesmo impositivas) devido à busca por manter a narração ancorada no desenrolar temporal;
- a abertura de um espaço potencial de diálogo para metacomunicar sobre o vivido no curso da entrevista (4).

Os elementos de contratualização referentes à condução têm por efeito potencial prevenir os efeitos gerados pela atividade narrativa quando ela é conduzida em primeira pessoa: percepção da implica-

ção, sentimento de esforço, imposições sentidas resultantes de uma expressão recentrada no desenrolar cronológico do vivido.

EXEMPLO 3

“Antes de começar a entrevista, você teria alguma pergunta?... Ok. Proponho então que retome o primeiro momento durante o qual, do seu ponto de vista, você começou a se interessar por viagens, que você começou a pensar em viajar...”

No contexto desse terceiro exemplo, o pesquisador produz três atos:

- abrir um espaço para o que o sujeito implicado na pesquisa delibere e certifique-se que dispõe das informações necessárias (do seu ponto de vista e no estado atual) para prosseguir;
- propor começar o trabalho de condução em direção à identificação de um momento inicial na história do sujeito;
- formular uma orientação que defina o tema e o objetivo do trabalho reflexivo que será iniciado.

Diante desses elementos, os procedimentos que permitem formalizar o contrato podem ser resumidos da seguinte maneira:

- a. Agradecer e confirmar a participação.
- b. Explicitar as implicações da pesquisa.
- c. Definir os papéis de cada uma das partes.
- d. Especificar o que é esperado da pessoa.
- e. Anunciar o estilo de condução proposto.
- f. Explicar que é possível interromper a entrevista para metacomunicar sobre os efeitos sentidos.
- g. Definir as condições do levantamento dos dados.
- h. Definir o que será feito dos dados e da sua propriedade.
- i. Iniciar o trabalho narrativo a partir de uma primeira orientação.

Esses elementos relativos ao contrato devem ser apresentados, discutidos e deliberados no início do processo da investigação. O tempo necessário para a formulação de cada um dos pontos, assim como para o esclarecimento das interrogações latentes, constitui uma etapa importante no início do trabalho. Contudo, como foi explicitado, a formulação clara do contrato no início da investigação é uma condição necessária para o engajamento do participante. Como a sua implicação é determinante para a pertinência do trabalho realizado, espaços e tempos para regulação devem permanecer abertos e disponíveis para metacomunicar sobre o que é experimentado durante a pesquisa e no curso das entrevistas narrativas. Trata-se especialmente de poder retomar o contrato quando certos sinais permitem ao pesquisador compreender que elementos devem ser esclarecidos (incômodos associados às questões, às áreas exploradas do vivido, aos ritmos do desenvolvimento da entrevista...). Segundo essa perspectiva, contratualizar consiste não só em formular um enquadramento no início da investigação, mas também em poder interrogar e explicar o contrato cada vez que for necessário. A fase de contratualização não pode, portanto, ser localizada apenas na fase inicial. Ela constitui o escopo geral da pesquisa e perdura em estado potencial ao longo de todo trabalho.

Sequências e protocolos do dispositivo

Como construir um protocolo de pesquisa mobilizando o que já foi apresentado nos capítulos precedentes sobre a investigação narrativa? A fim de responder a essa questão, que se refere tanto a questões estratégicas quanto metodológicas, será proposto um trabalho em dois tempos. Inicialmente, uma estrutura genérica modelizando a conduta da investigação será formalizada e, em seguida, serão propostas variantes na terceira e última seção deste capítulo.

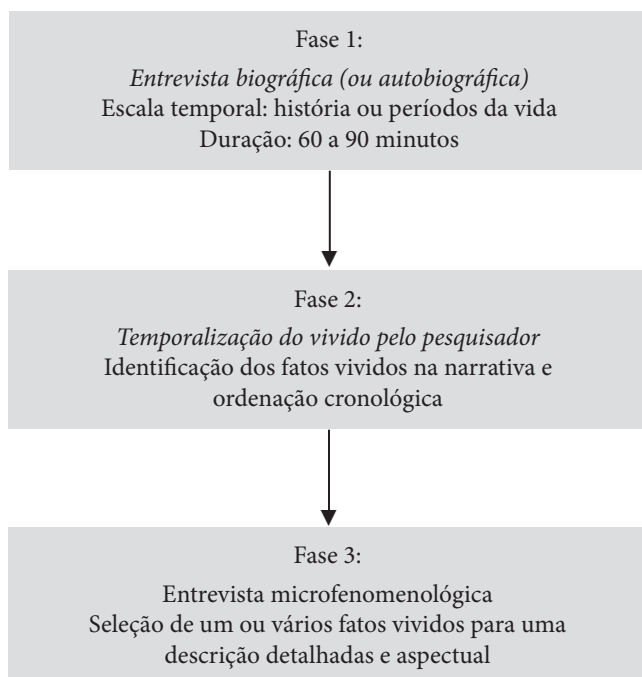
Estrutura genérica do dispositivo de pesquisa

A estrutura do dispositivo de investigação narrativa pode ser composta de sessões de escrita em primeira pessoa (do tipo autobio-

gráfico e/ou autoexplicitação), de entrevistas biográficas ou microfenomenológicas, de entrevistas biográficas compreendendo fases ou momentos destinados à explicitação.

Diferentes parâmetros devem ser levados em conta para estruturar um dispositivo pertinente e viável nas situações concretas da investigação. A título de rememoração, a abordagem busca apreender a experiência já vivida a fim de expressá-la segundo diferentes regimes que foram diferenciados em função da duração das experiências de referência apreendidas. Assim, o primado dado à descrição mais do que à narração, ou o contrário, não está dado de antemão. As regulações devem ser produzidas em função dos objetivos da pesquisa, entendendo que a abordagem se compõe essencialmente de entrevistas narrativas sucessivas cuja duração poderá variar. O protocolo clássico pode ser descrito como disposto na Figura 7.1.

Figura 7.1 Protocolo “de base” da investigação narrativa



A estratégia de condução para esse *protocolo de base* é a seguinte:

- *Fase 1*: expressão da experiência vivida a partir do regime da narração biográfica, estando a entrevista guiada pelo pesquisador e tendo as orientações e os estímulos o objetivo de desencadear a narrativa a partir de um ponto inicial, seguir o fio diacrônico do desenrolar temporal e, eventualmente, proceder por meio da incitação à aceleração ou desaceleração em função da velocidade cinética da narrativa expressa no curso da entrevista.
- *Fase 2*: temporalização a partir da identificação dos fatos vividos na narrativa, com a ajuda, por exemplo, das linhas de vida, cuja extensão lateral será definida em função dos objetivos da pesquisa. Associando nessa temporalização o narrador, essa fase pode ser, portanto, objeto de um levantamento de dados sob a forma de um diário de campo da pesquisa,¹⁷² por exemplo.
- *Fase 3*: descrição da experiência vivida por meio do regime de descrição microfenomenológica, selecionando os fatos vividos para os quais se considera que, devido às questões da pesquisa, é pertinente e necessária uma retomada para aspectualização ou exame dos modos de doação e constituição.

Várias observações podem ser feitas em relação a esse primeiro roteiro:

- A duração da entrevista dificilmente poderá passar de 90 minutos. De fato, e este é um ponto importante, quem trabalha durante a investigação narrativa é o narrador. O papel do pesquisador é acompanhar a expressão da experiência vivida em palavras e, para isso, incitar a pessoa a *entrar na investigação* sobre a sua vivência. Portanto, é razoável considerar que a duração de 90 minutos é uma duração máxima para uma entrevista, cujo inte-

172. R. Hess, *La pratique du journal. L'enquête au quotidien*, 2010.

resse está em acompanhar a rememoração, a narração detalhada, a narração continuada, a ordenação dos fatos vividos...

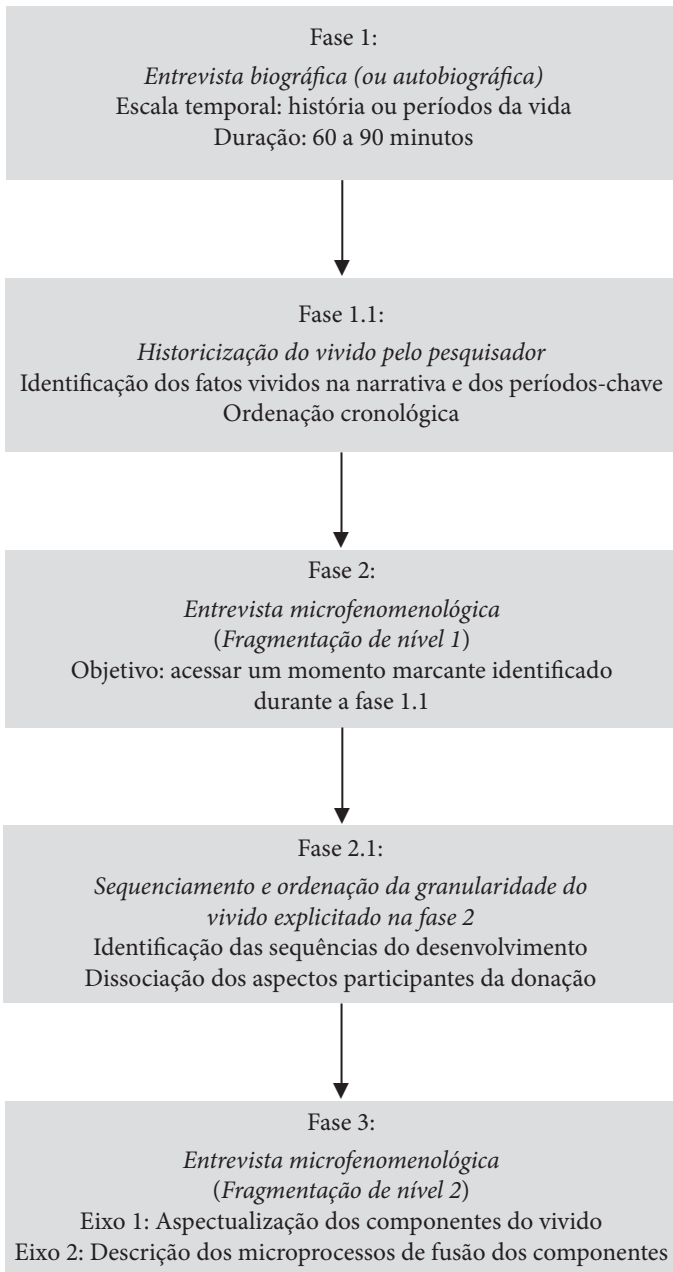
- A duração do espaçamento entre as entrevistas (se o protocolo comporta várias sequências) também deve ser cuidadosamente examinada. O trabalho de investigação conduzido em primeira pessoa sobre a sua história pode ser realizado ao longo de vários dias, semanas ou meses. O pesquisador levará em conta o ritmo das entrevistas propostas a fim de permitir processos reflexivos resultantes da atividade narrativa e das diversas formas de reverberações possíveis no curso da vida do narrador.

A apresentação desse protocolo é muito esquemática. Várias entrevistas biográficas seguidas de várias entrevistas microfenomenológicas também poderiam ser consideradas. O que não varia, contudo, para esse protocolo de base, é a lógica do sequenciamento entre narração biográfica seguida da descrição fenomenológica. Essa sucessão tem um sentido e uma eficiência: procedendo dessa maneira, o pesquisador caracteriza os fenômenos em relação a sua duração antes de iniciar a fase de descrição detalhada dos fatos vividos. Essa estratégia permite, portanto, constituir a trama cronológica do vivido antes de aprofundar, orientando a expressão em direção às dimensões e aos estratos que derivam do pré-refletido. Estabelecendo a base temporal da narrativa de si, o pesquisador pode decidir examinar em detalhes certos momentos vividos. Se porventura for ultrapassado um certo limite na fragmentação e a dinâmica de continuidade for perdida, será possível voltar à trama cronológica para retomar o trabalho.

A descida em etapas em direção à descrição detalhada do vivido

Uma variante desse protocolo inicial pode ser doravante proposta. Trata-se de uma abordagem que vai proceder por etapas, começando por estabelecer a trama da sucessão do vivido e depois vai de maneira sistemática proceder à uma expressão em palavras detalhada por fases (Figura 7.2).

Figura 7.2 *Protocolo de pesquisa narrativa “por etapas”*



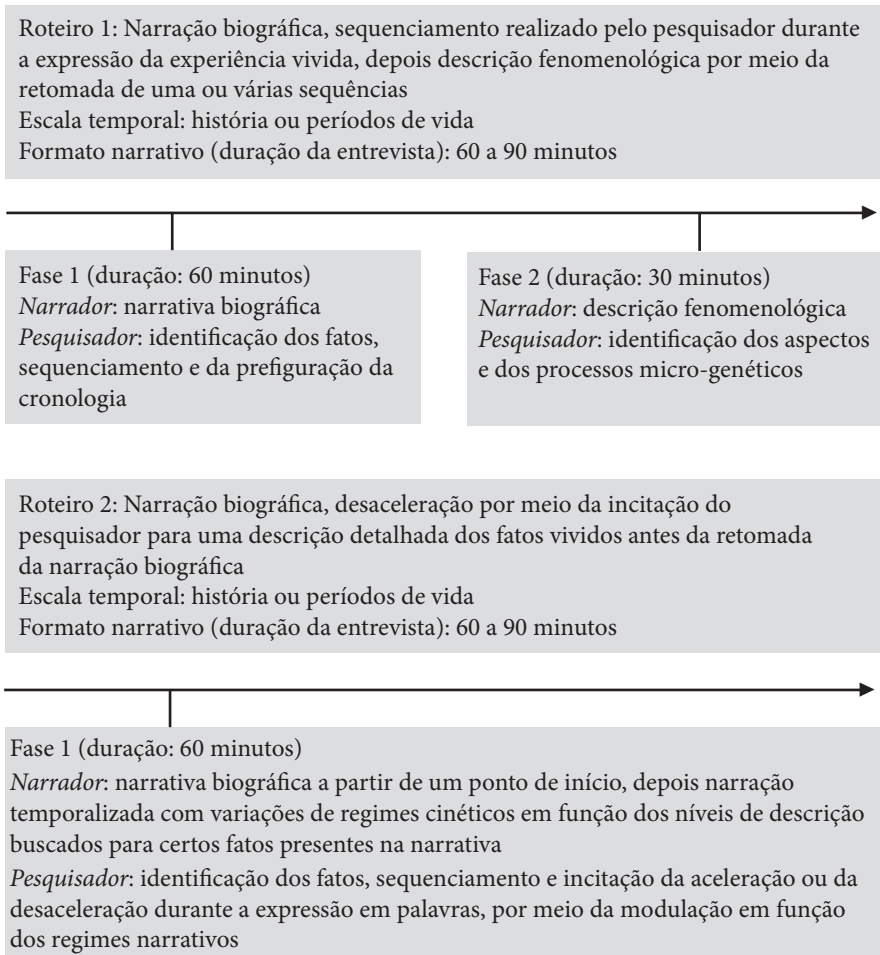
De acordo com esse segundo cenário, a lógica privilegiada é a de proceder em várias fases sucessivas, segundo uma prática que se inicia, como para o roteiro básico, com o desvelamento da estrutura temporal da narrativa a partir da perspectiva longitudinal. A lógica é a de poder apreender o vivido na escala biográfica formalizando a trama cronológica (fase 1). É a partir dos dados constituídos durante essa primeira fase que a investigação pode ser seguida por meio do encadeamento de um trabalho de fragmentação por meio da descrição. Tal descrição opera-se a partir da granularidade resultante da narração biográfica, ou seja, a partir de sequências temporais de uma duração longa.

Para certas sequências, um segundo nível de fragmentação pode ser considerado com vistas a explorar subsequências de maneira detalhada. A decisão de seguir com essa fragmentação se dá em função do objetivo e dos interesses da pesquisa. Esse roteiro formaliza uma estratégia de exploração do vivido por meio do trabalho narrativo que se opera por etapas, pela intensificação gradual da fragmentação preservando a dialética entre os grãos da narrativa e a coerência da história. A prudência que é exigida durante o curso da fragmentação, constitui um critério de vigilância para a investigação narrativa. De fato, tal como já foi evocado, se a narração agrega as unidades do vivido, a descrição fragmenta e separa. Por isso, a intensificação da dinâmica de descrição pode gerar um efeito de deslocamento das unidades de sentido, já que a superação de um nível de detalhe tem o efeito de redistribuir a disposição lógica da narrativa. A intensificação do detalhe exige, portanto, prudência, pressupondo que se inicie a descida em direção às escalas microgenéticas da experiência a partir de uma base, que é a da duração global da narrativa. Desse ponto de vista, a investigação narrativa, que se inicia a partir da narração biográfica para, em seguida, mobilizar a descrição microfenomenológica, permite modular por meio da estruturação de pontos de referência a fim de respeitar as unidades de sentido da narrativa, apesar das fases de descrição microgranulares.

Conduzir em função

Esses dois exemplos não resumem o conjunto das possibilidades da investigação narrativa. A formulação mais prática, e talvez a mais eficiente, sobretudo se o tempo estiver contado, é alternar e conjugar, no curso das entrevistas, os regimes de narração biográfica e de descrição microfenomenológica. Com vistas a modelizar essa abordagem, a Figura 7.3 pode ser proposta:

Figura 7.3 *Estratégias de modulação dos regimes narrativos durante uma entrevista*



A modelização apresentada na Figura 7.3 formaliza duas estratégias cujo ponto em comum é agregar os dois regimes narrativos no curso de uma mesma entrevista de pesquisa.

Roteiro 1: narrar a duração, fragmentar e depois detalhar

Quanto ao primeiro roteiro, a estratégia procede em duas etapas durante a mesma sessão: identificação das fases durante a entrevista, a fim de formalizar a cronologia dos eventos vividos, seguida da continuação da investigação, por meio de um trabalho de descrição dos fatos probatórios em relação ao escopo da pesquisa.

Durante a primeira fase, o pesquisador acompanha a expressão da experiência em palavras segundo uma perspectiva longitudinal, por meio de uma condução que permita identificar o ponto de início do fenômeno buscado pela pesquisa, e depois mantendo o trabalho narrativo centrado no desenrolar diacrônico até que se atinja o momento de realização, tal como é percebido pelo narrador. O princípio de regulação da entrevista durante esse primeiro período consiste em manter a atenção do narrador na dinâmica de desenvolvimento temporal e de proceder por incitação, gerando um processo de aceleração ou de desaceleração da cinética da narrativa, respondendo também, por meio dessa modulação de velocidade, aos desafios associados à constituição de dados probatórios para a pesquisa.

Em outras palavras, o pesquisador não intervém durante essa fase a não ser para agir por modulação sobre a velocidade da narrativa, procedendo por atos de linguagem que produzem efeitos de aceleração ou de desaceleração, levando em conta o tempo concedido para a condução da entrevista. Durante a expressão do sujeito, o pesquisador pode prefigurar a trama temporal da narrativa de si situando os fatos vividos em uma linha do tempo, podendo aprofundar os dados assim constituídos durante a segunda fase, que será dedicada à descrição e ao trabalho de exploração detalhada de certos fatos enunciados durante a narração biográfica.

Roteiro 2: modular à vontade entre narração biográfica e descrição fenomenológica

O segundo roteiro apresentado na Figura 7.3 conjuga à vontade narração biográfica e descrição fenomenológica, *procedendo por aceleração ou desaceleração no curso da narração*. Essa estratégia de conduta da investigação realiza-se ao *no curso do caminho*, ou seja, em função do conteúdo que chega à linguagem ao longo da expressão em palavras e segundo o que é percebido pelo pesquisador no decurso a experiência de recepção da narrativa, no nível linguageiro, mas também infralingueiro, durante a elocução e a narração. O fato de não se estabelecer *a priori* um modo operatório prevendo a mobilização de um regime narrativo, seguido de um segundo, mas de mobilizá-los conforme o que se apresenta no curso da narração pressupõe saber conjugá-los levando em conta o formato atribuído para o desenvolvimento da entrevista.

O risco assumido é igualmente o de *improvisar*, utilizando um tempo muito importante para a expressão em palavras de certos eventos ocorridos na história do sujeito em detrimento de outros, por falta de informação sobre a estrutura temporal do conjunto da narrativa e da configuração dos fatos vividos entre si. Pode resultar disso, para a coleta de dados, vieses durante a composição da narrativa. Aqui a noção de viés não designa uma forma de incoerência estatística, mas uma deformação da estrutura da narrativa devido ao processo de aceleração ou de desaceleração da sua cinética não controlado, até mesmo anárquico.

Essa estratégia tem, contudo, suas vantagens. A primeira é proceder por meio de uma orientação de maneira dialógica, sendo sensível ao que é dito, induzindo fenômenos de aceleração ou desaceleração de acordo com o que é dado e com o que emerge à medida que a experiência vivida é expressa. Isso leva o pesquisador a estar atento, durante a expressão narrativa:

- à tonalidade da voz durante a expressão em palavras;

- à tensão narrativa do relato, que pode ser percebida pela identificação dos fenômenos de aceleração ou de desaceleração da velocidade da narrativa;
- ao formato atribuído para a condução da entrevista.

É possível considerar que esse segundo roteiro é o que comporta o regime de potência máxima para a investigação narrativa, o qual demanda um nível de *expertise* igualmente importante.

Síntese do capítulo

Os dispositivos de pesquisa no decurso da investigação narrativa têm por especificidade integrar dois regimes narrativos: a narração biográfica e a descrição microfenomenológica. Diferentes roteiros podem ser mobilizados para conjugá-los em uma estratégia de investigação integrada. Para o conjunto desses roteiros, a fase de contratualização é decisiva, quaisquer que sejam sua estrutura e dinâmica. A fase de contratualização tem por objetivo informar, permitir o engajamento e favorecer a implicação do narrador na pesquisa. Um segundo parâmetro é determinante para a eficiência do dispositivo: trata-se de capacidade do pesquisador de acompanhar e guiar, no curso das entrevistas, para que atos e gestos se realizem concretamente, a fim de tornar efetiva e concreta a modulação dos regimes narrativos. No próximo capítulo, serão considerados as questões, orientações e os estímulos que permitem gerar esses efeitos de modulação ao longo da investigação.

8. PROCEDIMENTO DE ORIENTAÇÃO NO CURSO DA INVESTIGAÇÃO

No capítulo precedente, foram descritas diferentes estratégias de investigação e examinados vários roteiros. O ponto central do dispositivo foi anunciado: a investigação narrativa não é uma abordagem durante a qual o pesquisador dirige a sua atenção para fenômenos que lhe são exteriores e que ele vai apreender como coisas a compreender. Não se trata, obviamente, de fazer uma *pesquisa sobre* fenômenos, nem mesmo um *inquérito com* as pessoas envolvidas na pesquisa. A pertinência da abordagem pressupõe a entrada na investigação das pessoas a quem o pesquisador se endereça. A maneira de dizer mais precisa possível é a seguinte: *a investigação narrativa pressupõe a entrada do narrador na investigação a fim de que a expressão em palavras, que é um dos meios necessários da pesquisa narrativa, edifique-se a partir da experiência tal como ela se dá e das maneiras de expressá-la*. Essa forma de investigação não visa, portanto, à restituição da experiência vivida produzida a partir de um discurso finalizado, mas sua exploração segundo diferentes escalas temporais. Sem uma *dinâmica de entrada na investigação*, a narrativa de si edifica-se a partir da experiência já configurada. O narrador faz, portanto, referência implicitamente às dimensões já temporalizadas do vivido, às maneiras de dizer doravante estabilizadas, às organizações de sentido já constituídas.

Os procedimentos de condução, foco deste capítulo, visam ao acompanhamento desse processo de *início da investigação*. É nessa

condição que o vivido se mostra de novo para que seja examinado longitudinalmente e de forma detalhada. A postura do pesquisador é, portanto muito singular: de fato, cabe a ele acompanhar um processo durante o qual o(s) sujeito(s) questiona(m) suas experiências, a forma como os eventos da vida ocorreram em sua história, as formas como esses eventos foram integrados de acordo com um princípio de continuidade para se configurar como história. A pertinência da função de condução – ou seja, a maneira como, a partir de instruções, perguntas e estímulos, o pesquisador acompanha e orienta a expressão das pessoas participantes da investigação – deve ser avaliada em função deste critério: *quais são os efeitos gerados pelas intervenções do pesquisador sobre o trabalho de exploração da sua experiência vivida pela pessoa que se implica no dispositivo de investigação narrativa?* Em outras palavras: o que diz o pesquisador no curso da entrevista ou das entrevistas deve produzir um efeito sobre o trabalho de exploração do vivido e da expressão em palavras da experiência das pessoas mobilizadas na pesquisa.

Para examinar essas dimensões pragmáticas e performativas da condução, convém analisar os efeitos perlocutórios dos atos de linguagem, cujo objetivo é acompanhar, orientar e manter a imersão no trabalho de investigação dos sujeitos mobilizados pela pesquisa e no curso dela. Diferentes dimensões devem ser consideradas: a análise dos procedimentos de condução que visam ao início e à continuidade da atividade de investigação sobre o vivido; a diferenciação das funções das instruções, questões e estímulos; o exame dos seus efeitos perlocutórios; os procedimentos que visam à execução de atos característicos da pesquisa narrativa: temporalizar, detalhar, tematizar.

Acompanhar a entrada na investigação: acessar, evocar, iniciar

Primeira etapa essencial da condução, o acompanhamento da entrada na investigação da pessoa que ingressa em um processo de

investigação narrativa. Além da formulação do contrato – cujos elementos foram apresentados ao longo do capítulo precedente e cuja função é definir o enquadramento do engajamento no protocolo de pesquisa e esclarecer o conjunto dos elementos que podem servir de obstáculo para o trabalho de exploração da experiência vivida –, diferentes tipos de atos de linguagem¹⁷³ podem contribuir para a entrada na investigação.

O primeiro deles envolve redirecionar a atenção do sujeito, para que ele se volte para sua experiência vivida, com o objetivo de acessar um momento específico, o momento inaugural a partir do qual a narração pode começar. A intervenção do pesquisador visa, portanto, a gerar uma forma de desacoplamento para que se possa iniciar um trabalho reflexivo sobre a experiência. Esse tipo de desengajamento implica dar um tempo para que as memórias despertem, alcancem a consciência (pela *evocação*) e preencham seu campo (de acordo com um processo de *presentificação*). Acompanhar essa microdinâmica do despertar implica favorecer formas de desaceleração, de modo que os conteúdos que ocupam o campo de consciência do narrador sejam momentaneamente *suspensos*, o que permite, então, voltar-se para a experiência vivida, acessar um momento específico, mergulhar nele para retomar o contato com as dimensões experienciais do vivido sedimentado.

EXEMPLO 1. FOCO DA INSTRUÇÃO: “ACESSAR UM MOMENTO INAUGURAL”
“Proponho que você tome um tempo para retomar um momento inicial durante o qual, no curso da sua vida, você começou a... (viajar, tocar um instrumento, compreender que...)”

A instrução busca incitar o narrador a voltar a um momento inaugural a partir do qual a narração vai poder ser iniciada, para em seguida continuar, respeitando a ordem cronológica da emergência

173. J. R. Searle, *Les actes de langage*, 1996.

dos fatos vividos. A pessoa é incitada a ter um tempo (proposição de desaceleração) para identificar o momento que constitui, do seu ponto de vista, o momento de início de um processo. A incitação à desaceleração procura produzir um efeito de relaxamento, indicando que não há urgência, não há pressa, que é natural que seja necessário um certo tempo para conduzir a operação de escrutação da experiência vivida e de seleção de uma vivência especificada. O convite para selecionar um momento especificado busca produzir outro tipo de efeito: indicar à pessoa que, mesmo que de forma espontânea ela pense saber quando o fenômeno estudado (no escopo de uma pesquisa) ocorreu, é pertinente parar por um momento para voltar à experiência e impregnar-se dela antes de iniciar a expressão em palavras.

EXEMPLO 2. FOCO DA INSTRUÇÃO: “FAVORECER A EVOCAÇÃO”

“Proponho que você tome um tempo para retomar esse momento durante o qual você... deixando a lembrança se apresentar a partir das percepções que estão associadas a ela. Podem ser ruídos ou imagens que se apresentam...”

Essa segunda instrução incita a pessoa a colocar-se disponível para que se apresente um momento em relação aos objetos e aos objetivos do processo de investigação. A instrução incita a uma forma de relaxamento entendida como propícia para que a lembrança volte novamente à consciência. A incitação à desaceleração é a mesma que a do primeiro exemplo no que diz respeito ao seu início. Contudo, coloca-se a ênfase nos processos de doação, especialmente perceptivos e sensoriais, que vão permitir a retomada do contato e a imersão na vivência especificada. O que está em jogo é fazer com que o momento selecionado preencha o campo da consciência e que, assim, essa vivência passada torne-se novamente presente. De fato, é sob essa condição que o acesso à experiência vivida pré-refletida se opera e que *a narração em primeira pessoa pode se*

dar. A descrição detalhada do vivido pressupõe também esse processo de evocação e de preenchimento do campo de consciência pela lembrança.

EXEMPLO 3. FOCO DA INSTRUÇÃO: “REINICIAR A NARRAÇÃO A PARTIR DO DIACRÔNICO”

“A partir desse momento marcante, proponho que você identifique o ou os momentos que vieram na sequência... O que aconteceu na sequência, isso aconteceu onde?...”

Em relação ao terceiro exemplo, a instrução reconhece a importância do momento inaugural, convidando o narrador a ressitua-lo em uma continuidade da experiência vivida. Uma vez identificado e detalhado o momento inaugural, a incitação subsequente busca levar o narrador a iniciar um trabalho de expressão em palavras de um momento que ocorre após o momento inaugural, depois prosseguir com um terceiro momento... e assim acompanhar a narração temporalizada da experiência vivida. Esse procedimento permite orientar concretamente a atividade narrativa segundo uma perspectiva longitudinal e sequencial, evitando assim entrar em outros gêneros de discursos além dos narrativos. O que é buscado por meio dessa terceira instrução é, portanto, reinscrever esse momento marcante em uma duração, uma continuidade experiencial, ao mesmo tempo que conserva a descrição do momento inaugural.

Os efeitos buscados por essas três instruções são os seguintes: acessar, evocar, desencadear. Acessar uma experiência especificada para viabilizar uma expressão em palavras implicada, em contato com o experiencial; evocar, o que permite intensificar o preenchimento da consciência pela lembrança; desencadear a expressão em palavras temporalizada do vivido modulando a cinética da narração. Essas três operações mostram-se quase conjuntas durante o acompanhamento no curso da entrevista. O acompanhamento da identificação de um momento inaugural constitui o ponto de início da

narração e da temporalização. Convém, portanto, reservar um tempo para tal, buscando neutralizar eventuais percepções de urgência que podem se dar de maneira contígua, tanto vindas do narrador quanto do pesquisador. Uma instrução convidando a parar por um momento, que seja formulada de forma imperativa, traduzindo uma forma de exigência ou de urgência em um modo infralinguageiro, gera formas de injunções paradoxais que, para serem evitadas, exigem uma grande vigilância.

Manter o processo de investigação: temporalizar, ritmar, sequenciar

O acompanhamento do trabalho de investigação *em primeira pessoa* pressupõe, portanto, deixar a experiência se apresentar, para em seguida identificar períodos, descobrir a sucessão dos fatos vividos, examinando assim os processos de continuidade experiencial. Se o início da investigação foi acompanhado de maneira pertinente, compete ao pesquisador garantir a manutenção da atenção sobre a experiência vivida, a partir de seu desenrolar temporal, regulando o nível de detalhe da descrição durante a expressão em palavras. De fato, de modo bastante natural e mesmo que no início do trabalho a atenção estivesse voltada para a experiência a partir de um despertar da memória, a narração pode tomar como base as dimensões já configuradas da narrativa de si e, por deslizamento, deixar o regime narrativo para avançar em direção a gêneros de discurso marcados pelo declarativo ou pelo explicativo.

Isso se produz e se nota quando o sujeito produz uma narrativa construída e linear, que comporta conteúdos de ordem explicativa, até mesmo procedimentos de argumentação. Esses tipos de elementos indicam que o já discurso não está fundado em uma dinâmica de investigação, mas na de uma restituição do vivido a partir do nível refletido da experiência que já se sedimentou em uma lógica. Cabe ao pesquisador, então, intervir para incitar o sujeito a desacelerar,

até mesmo parar, a fim de redirecionar a atenção para as dimensões temporalizadas e experienciais do vivido.

EXEMPLOS

1. “A partir do que você disse, o primeiro período seria o seguinte... Qual seria então o segundo período? Por qual ocorrência isso concretamente começou...?”
2. “Concretamente, o que se produziu então...? Esse momento está agora descrito... O que se passou logo após...?”
3. “Você considerou que tinha chegado a hora de partir. O que você fez concretamente depois...?”

Esses três exemplos traduzem uma mesma estratégia: manter o discurso do sujeito em sintonia com a dinâmica de desenvolvimento temporal. No primeiro exemplo, a temporalização é afirmada a partir da definição de um sequenciamento por período e do anúncio de que um primeiro período está identificado. É a partir da afirmação desse primeiro período que é feito o convite para dar seguimento, dirigindo a atenção para o período seguinte. O segundo exemplo apresenta uma técnica que permite imprimir um ritmo à narração, sendo que as intervenções do pesquisador terão por objeto incitar à desaceleração, solicitando mais detalhes sobre um determinado fato vivido para, em seguida, convidar a dar sequência... A função da intervenção é, portanto, regular e imprimir um ritmo, por modulação dos regimes narrativos. No terceiro exemplo, a primeira parte da intervenção gera uma forma de síntese que é reconhecida, e que depois serve de base para o incentivo a continuar a narração temporalizada. Esses três exemplos permitem formalizar dois procedimentos centrais de condução: incitar à continuidade e incitar à concretização.

AS INCITAÇÕES

- Incitar a continuidade em narrações temporalizada (com efeitos de aceleração):

- “O que você fez em seguida... O que aconteceu então... Na fase que se seguiu, o que aconteceu...”
- Incitar a concretizar (com efeitos de desaceleração):
 - “Nesse momento, como você procedeu, concretamente... O que você percebeu então... Concretamente, pelo que você começou naquele momento...”

A estratégia de acompanhamento que busca a manutenção da atenção, no curso da expressão em palavras, procede conjugando dois tipos de ato de linguagem:

- atos cujo foco é imprimir um ritmo à expressão em palavras a fim de regular a cinética da narrativa;
- atos cujos interesses são focalizar momentos especificados para descrevê-los de maneira detalhada e aspectual.

O primeiro tipo de ato gera efeitos de aceleração que podem ser mais ou menos maciços e o segundo, efeitos de desaceleração que podem também variar no nível de intensidade.

Essa prática de condução, relativamente simples de compreender, revela-se bastante técnica na prática. O primeiro fator de complexidade está em seu caráter contraintuitivo. Espontaneamente, a narração tende a se afastar do descritivo para entrar em modos explicativo, argumentativo ou simplesmente declarativo. Apesar da clara compreensão do objetivo quando o contrato é formulado – a manutenção da expressão ancorada no fio temporal da experiência vivida –, espontaneamente o sujeito, assim como o pesquisador muitas vezes, tenderá a entrar sem perceber em tipos de discurso de ordem explicativa, argumentativa ou simplesmente declarativa.

Acompanhar e guiar no curso da investigação: metacomunicar, conter, regular

Garantir a continuidade do trabalho de investigação pressupõe, portanto, a mobilização de procedimentos simples: incitação à desa-

celeração, evocação de um momento singular, manutenção de uma narração temporalizada, modulação da velocidade da narrativa, sequenciamento do fluxo da experiência vivida, exploração detalhada de certas sequências... Como foi dito, essa prática de acompanhamento não é em si mesma complexa. Ela demanda ao pesquisador simplificar suas intervenções, não trazendo conteúdos externos ao campo diegético da narrativa. A formulação das instruções, questões e estímulos deve ser simples e direta: *simples* significa que os termos utilizados não devem induzir ou tornar necessário um trabalho de reflexão para ser compreendidos; *direta*, ou seja, que não comporta ambiguidades quanto às intenções contidas na instrução, uma vez que essa ambiguidade potencial pode, de fato, criar dúvidas ou incertezas quanto à maneira de proceder para dar prosseguimento à expressão.

A tecnicidade das intervenções no contexto do acompanhamento da conduta da investigação narrativa não se refere a uma sofisticação das questões ou dos estímulos, mas ao contrário, a uma simplificação que pressupõe a clarificação das intenções e a especificação dos objetivos. A exigência está, portanto, localizada no nível ilocutório,¹⁷⁴ com o esclarecimento de objetivos produzindo, para o pesquisador, a capacidade de formular as intenções em linguagem concreta durante a orientação. Esses três parâmetros – clarificação dos objetivos, formulações concretas dos atos de linguagem propostos, manutenção da expressão no desenrolar temporal da experiência – não apresentam dificuldades significativas. Contudo, apesar disso, o que aparece, nas situações concretas de exercício da investigação narrativa, são os hábitos que, mais ou menos frequentes, conduzem o narrador ou o pesquisador a orientar a expressão em direção a outros registros além do narrativo e do descritivo: explicação, justificativa, associação, generalização... Essas tendências produzem diferentes formas de bifurcação no curso da interação, sendo que elas precisam ser reguladas por atos de metacomunicação.

174. F. Flahaut, *La parole intermédiaire*, 1978.

Metacomunicar

A metacomunicação no curso da entrevista narrativa consiste em colocar em suspenso o conteúdo da entrevista para discutir sobre o que está sendo vivido em seu contexto ou, mais amplamente, no contexto da investigação. Isso implica reconhecer e considerar que a experiência da entrevista está em um nível diferente daquele do conteúdo das experiências abordadas durante a entrevista narrativa. As perguntas sobre o contexto da entrevista podem, por exemplo, referir-se aos atos de orientação produzidos pelo pesquisador e aos efeitos perlocutórios resultantes. Nesse caso, o trabalho de metacomunicação pode visar a ajustar, durante a entrevista, as intenções do pesquisador, os objetivos das instruções, as perguntas e as orientações gerais do trabalho proposto.

Além disso, vários eventos podem ocorrer durante a entrevista: aparecimento de uma experiência vívida às vezes indizível, ausência de acesso à memória, manutenção de um discurso essencialmente declarativo, expressão em palavras muito condensada e resumida, etc. Se, apesar das incitações a refletir, detalhar, deixar a lembrança se apresentar, o trabalho de investigação não avançar, o pesquisador terá que interromper provisoriamente a expressão da experiência vivida a fim de metacomunicar sobre o que circula, no espaço de interlocução, entre ele e o narrador. Portanto, é conveniente fazer uma pausa no decurso da entrevista para que se abra um espaço a fim de falar sobre o que está sendo vivido em decorrência da entrevista narrativa.

EXEMPLOS

- “Proponho que façamos uma pausa... Concretamente, o que está se passando para você nesse ponto da entrevista?”
- “O fato de não se lembrar não traz nenhuma dificuldade... É possível que a natureza do trabalho proposto não esteja clara. Minhas questões têm por objeto...”

- “Claramente, esse período de vida foi difícil. Nós podemos fazer uma pausa e avaliar se você quer falar sobre ele hoje...”

Esses três exemplos referem-se a três situações distintas. Em relação ao primeiro, o pesquisador nota certos sinais que traduzem uma forma de incompreensão, processos de resistência, uma reserva que leva a uma falta de implicação ou a um desengajamento. Mais do que produzir atos de reforço, formulando questões que se repetem e se traduzem por uma forma de pressão ou de imposição no curso da entrevista, sob o risco de levar a investigação a uma dinâmica de interrogatório, o pesquisador pode simplesmente propor suspender momentaneamente o curso da discussão para abrir um espaço que permita expressar em palavras os elementos que obstaculizam e incitam o narrador a adotar uma postura de prudência ou de retraimento.

No que diz respeito ao segundo exemplo, o pesquisador nota que o narrador está desorientado pela condução proposta, ou que, apesar das instruções visando a favorecer o despertar e a evocação da lembrança, nenhuma vivência é trazida à consciência. Essa ocorrência é plausível e frequente devido à manutenção quase sistemática do uso da palavra em uma dinâmica de narração temporalizada, que busca manter o modo narrativo alinhado com o princípio de sucessão. O efeito gerado pela manutenção rigorosa do enquadramento do discurso em uma dimensão temporalizada da experiência pode, então, surpreender o narrador, mesmo que essa técnica tenha sido anunciada e descrita durante a fase de contratualização. Se o efeito de surpresa é manifesto, e se gera resistências, a estratégia consiste, de novo, em suspender o modo de questionamento para explicitar mais uma vez o escopo a fim de esclarecer a função das questões e os procedimentos que as organizam.

O terceiro exemplo comporta uma dificuldade diferente: o sujeito pode, devido ao trabalho narrativo iniciado, acessar uma experiência vivida intensa, comportando uma carga emocional tão forte que a sua descrição se vê bloqueada. A doação dessa experiência

intensa e dificilmente dizível pode necessitar a intervenção do pesquisador por duas razões: é possível que falte precisão ao contexto proposto com vistas à expressão do vivido, o que conduz o narrador a dirigir-se para vivências que permanecem indizíveis sem um trabalho preparatório. A regulação consiste, portanto, em metacomunicar sobre o experimentado no contato com essa experiência vivida para, eventualmente, moderar o nível de implicação ou postergar a expressão em palavras. Pode-se também, nesses casos, organizar momentos para que a expressão em palavras possa se operar, gradualmente, etapa por etapa, alternando fases de expressão escrita e oral. Nesse caso, a metacomunicação vai se dirigir para a modulação das instruções, ou mesmo para uma reorganização do formato e do tempo destinado à narração.

Enquadrar e conter

Diante do exposto, formalizar o enquadramento da(s) entrevista(s) e, mais amplamente, do processo da investigação narrativa, é formalizar quatro planos: o formato atribuído ao processo de investigação em seu conjunto e para cada uma das suas etapas, o formato que a narrativa vai tomar (registro, transcrição, releitura), a propriedade dos dados e os níveis de confidencialidade. Esses diferentes elementos estão incluídos em um contrato que deve ser apresentado, mas, sobretudo, compreendido pelos participantes que aceitam se engajar na investigação, que tem como uma das suas características a implicação.

Um elemento merece ser colocado em relevo. Trata-se do formato atribuído e os efeitos de *contenção* que ele gera sobre a narrativa. Conter a narrativa é mantê-la em um enquadramento, contratualizando o formato narrativo, seja em relação à duração do tempo destinado à sua expressão (oral) ou ao número de caracteres possíveis para a escrita. A especificação clara desse formato é precípua: é a partir dela que uma parte das intervenções do pesquisador vai se fundar no seio do espaço de interlocução. É, por exemplo, o que autoriza a produção dos atos visando a acelerar a velocidade da narra-

ção. Como as intervenções do pesquisador têm especialmente por objeto acompanhar e regular a cadência da narrativa, intensificando os detalhes ou, ao contrário, periodizando a experiência vivida, elas devem poder ser recebidas e compreendidas pelo narrador. O formato é também um recurso para o narrador, pois ele atua sobre os modos de composição da narrativa, tornando necessários os processos de síntese durante a expressão em palavras de certas vivências cuja vitalidade pode exceder o narrador, arriscando interromper a capacidade de manter uma narração temporalizada e contida. O contrato deve, então, incluir em sua implementação um trabalho de apresentação da modalidade de condução que indique que as intervenções vão principalmente buscar ancorar a narração sobre a(s) linha(s) temporal(is) da experiência vivida, especificando de maneira clara o formato atribuído para a entrevista.

A condução no curso da entrevista: instruções, questões e estímulos¹⁷⁵

Os procedimentos de condução podem ser divididos em três categorias: instruções, cuja finalidade é indicar o objetivo do trabalho durante a pesquisa e encorajar, muito concretamente, a pessoa a agir a fim de se engajar no trabalho; questões, cujo efeito pretendido é gerar atos narrativos particulares; estímulos, cujo objetivo é acompanhar o trabalho em andamento e esclarecer seu conteúdo.

Instruções: enquadrar, especificar...

A função das instruções é orientar o trabalho narrativo no contexto que foi pactuado entre pesquisador e narrador. As instruções

175. Vermersch (2000a, p. 17) define da seguinte maneira o que é uma técnica de entrevista: “é um conjunto de práticas de escuta baseadas em grades de identificação do que é dito e de técnicas de formulação de estímulos (questões, reformulações, silêncios) que visam a ajudar, a acompanhar a expressão em palavras de um âmbito particular da experiência em relação a objetivos pessoais e institucionais diversos”. (Tradução nossa).

podem visar a três efeitos: designar o tema e os conteúdos experienciais visados pela narração; prefigurar o perímetro temporal da experiência vivida abrangida pela entrevista; anunciar os tipos de atos narrativos que serão propostos. As instruções podem anunciar o que vai ser trabalhado, definir o tema, a duração e a maneira de proceder. Elas devem ser curtas, pois seu objetivo é acompanhar o ingresso do participante na investigação fornecendo a ele informações claras e precisas sobre o que será buscado em cada uma das fases da entrevista e sobre a maneira como isso será realizado.

EXEMPLOS

1. “Bom, se você estiver de acordo, proponho que voltemos a esse primeiro momento, durante o qual você percebeu que... Uma vez identificado esse momento, vou convidá-lo a descrevê-lo e, em seguida, a dizer o que se passou depois. Você está de acordo?”
2. “Obrigado. Se você estiver de acordo, proponho que considere esses diferentes momentos. Existe um que lhe parece particularmente importante e decisivo? Se for o caso e se você desejar, nós podemos, a partir de agora, focalizar esse momento a fim de aprofundar a sua descrição.”

Os dois exemplos propostos têm por função informar sobre o trabalho que se seguirá. Eles desencadeiam a atividade narrativa, orientando-a para o decurso da entrevista especificando, de maneira pragmática, os gestos que serão efetuados. No que diz respeito ao primeiro exemplo, a instrução descreve concretamente as atividades que serão desencadeadas: identificação de um momento inaugural, anúncio da perspectiva cronológica e da temporalização do vivido. Já a instrução apresentada no segundo exemplo anuncia a passagem do regime da narração biográfica para a descrição fenomenológica. Isso é feito por meio de uma instrução que orienta para o regime da descrição, o que induz uma forma de redirecionamento e

de passagem: da ordenação temporal do vivido à descrição de um momento-chave.

Questões: focar, apreender, orientar a atenção

Enquanto as instruções formulam e especificam a orientação da atividade narrativa, garantindo tanto quanto necessário a adesão do narrador – formulando uma proposição (“proponho que”) ou solicitando seu acordo (“se você estiver de acordo”) –, as questões buscam produzir um efeito perlocutório de maneira direta. Sua função é incitar e acompanhar a realização de atos narrativos muito concretos que fazem parte da efetivação da investigação.

EXEMPLOS

1. Questões que acompanham a atividade de temporalização: “Foi quando” (incita a localizar uma data); “Durou quanto tempo” (incita a definir o perímetro temporal); “Você tinha que idade” (incita a situar o evento no interior da duração biográfica)...
2. Questões cuja função é acompanhar a atividade de descrição: “Por que você resolveu se inscrever para...” (foca a descrição da atividade a partir de um ponto de início); “Você disse que não estava de acordo. Concretamente, você disse o quê?” (incita a nomear concretamente os atos e os processos); “Como você soube que devia mudar de trabalho?” (incitação a explicitar os critérios de escolha)...
3. Questões cuja função é a aspectualização da experiência vivida: “Para aprender o português do Brasil, você decidiu começar aprendendo o vocabulário. Concretamente, você começou pelo quê?” (incitação a descrever de maneira detalhada a ação que foi conduzida); “Quando você entrou nessa sala, você disse que o ambiente estava estranho. Concretamente, quais foram os elementos estranhos? Como eles eram?” (incitação a dissociar e nomear diferentes aspectos, seguido pela incitação a descrever cada um deles...).

Esse aspecto da condução é o mais técnico. As questões eficientes são curtas e precisas na realização dos gestos propostos. Elas devem gerar um ato sem que, depois da formulação, o sujeito tenha que refletir para ter certeza e verificar se ele compreendeu corretamente o que lhe foi proposto. Sua eficiência é medida pelos efeitos concretos de engajamento na investigação dos sujeitos para quem elas são endereçadas. Diferentes parâmetros influenciam na força perlocutória das questões e dos estímulos: a formulação da questão (curta, clara e precisa); sua pertinência rítmica (princípio de sincronicidade com a expressão do narrador); o tom da voz e a postura do pesquisador no curso da entrevista (manutenção de uma situação tranquila que incita a pessoa a refletir para detalhar, contar e narrar).

Três categorias de atos são designadas pelas questões formuladas nos exemplos propostos: a temporalização do vivido, a descrição da experiência e a aspectualização de certas áreas experienciais. As questões associadas à temporalização buscam delimitar o perímetro da narrativa e formalizar um sequenciamento por meio da identificação dos momentos marcantes. Aquelas que visam à descrição buscam acompanhar a expressão verbal do que real e concretamente ocorreu, sem perder o fio temporal do desenrolar da experiência. Trata-se, portanto, de convidar o sujeito, por meio das questões, a expressar em palavras, de maneira granular, os microprocessos que se desenrolam no curso da ação, procedendo por uma sucessão de questões curtas, em que cada uma convida a nomear, passo a passo, os processos advindos no curso da experiência. No terceiro exemplo, as questões procedem por aspectualização, convidando a descrever a maneira como são percebidos os fenômenos segundo diferentes aspectos: ambientais, perceptivos, cognitivos, corporais...

Os estímulos: acelerar, desacelerar, recentrar, tematizar

Esta última categoria de atos de condução tem por função essencial regular a entrevista. Os estímulos têm duas funções principais: manter a expressão a partir de uma postura de enunciação *em*

primeira pessoa (função 1); variar os regimes cinéticos no curso da entrevista (função 2).

Tal como já foi explicitado, manter uma postura de expressão em primeira pessoa é essencial para a investigação narrativa. Contudo, é possível – e mesmo provável – que, apesar da compreensão clara das questões e da adesão a elas, a pessoa que narra e descreve sua experiência no curso da investigação adote, de maneira mais ou menos regular, formas de enunciação na primeira pessoa (ou seja, faça uma fala que utiliza a primeira pessoa do singular para expor ideias genéricas, por exemplo), até mesmo na terceira pessoa, desenvolvendo formas de narração descontextualizadas que não já fazem referência a uma experiência vivida. Os estímulos propostos vão, com isso, ter como objeto incitar a retomar o trabalho narrativo a partir de uma postura de expressão em primeira pessoa.

EXEMPLOS

1. “Obrigado. Esses elementos são interessantes. Mas, se tomarmos a decisão de voltar à experiência que você realmente viveu, em qual momento o que você acabou de dizer pode ser situado...”
2. “Proponho que anote esses elementos a fim de poder retomá-los mais tarde na entrevista. E, se você estiver de acordo, nós podemos voltar ao ano de 2005, quando você decidiu...”

No primeiro exemplo, o estímulo realiza-se em três tempos: a primeira frase reconhece o que é dito a fim de atenuar a proposição de redirecionamento que vem em seguida e que é iniciada pela frase: “se tomarmos a decisão de voltar à experiência que você realmente viveu...”. A meta buscada pelo estímulo é trazer de volta a narração ao modo diacrônico e temporalizado e mantê-la nesse modo. Esse estímulo só pode ser emitido se o que é proposto está coerente com o que foi contratualizado previamente à entrevista, ou mesmo no início do processo de investigação. É o contrato e o seu acordo que autorizam

o pesquisador a realizar em seguida procedimentos de condução que produzem efeitos perlocutórios que vão influenciar a expressão do narrador. É também o contrato que estabelece o pesquisador como o garantidor e o responsável pela estrutura e pelos elementos que foram validados conjuntamente durante a fase de contratualização. Portanto, é devido ao contrato que o pesquisador está autorizado a intervir para propor modificar a postura de expressão. Em seguida (tempo 3), tem-se o ato que produz o redirecionamento: o retorno à expressão cronológica da experiência vivida a partir da apreensão de um momento singular inscrito em uma sucessão que poderá ser acompanhada em seu desenvolvimento.

O estímulo apresentado no segundo exemplo realiza-se de maneira bastante parecida. A variação é a seguinte: o pesquisador propõe, em um primeiro momento, manter na memória os elementos enunciados pelo narrador, o que tem por efeito demonstrar interesse pelo que é dito. Em seguida, ele procede aos mesmos atos realizados no primeiro exemplo: incitar ao retorno a uma postura de expressão mantendo-a conectada ao desenrolar temporal concreto da experiência vivida. Quanto à passagem que registra o conteúdo já expresso (“proponho que anote esses elementos a fim de poder retomá-los mais tarde na entrevista”), ela gera uma primeira forma de tematização, designando um conteúdo constituído que pode ser examinado posteriormente.

A variação dos regimes cinéticos no curso da entrevista

O trabalho de condução e os estímulos são associados a ela podem também ter por objetivo modular a velocidade da narração durante a entrevista. As intervenções vão, com isso, buscar produzir processos de aceleração da expressão verbal (efeito de compressão temporal no curso da atividade narrativa) ou de desaceleração dela (efeito de dilatação temporal no curso da atividade narrativa).

EXEMPLOS

1. “Esse período lhe permitiu, portanto, esclarecer os critérios de decisão e decidir sobre a sua situação profissional”. O que você fez a seguir?” [efeito de aceleração e incitação a continuar].
2. “Se você estiver de acordo, proponho que dedique um tempo para detalhar como você preparou sua partida para o Canadá. Por onde você começou?” [efeito de desaceleração e começo de uma descrição por meio de um trabalho de fragmentação].

O efeito buscado pelo estímulo formulado no primeiro exemplo é o seguinte: indicar implicitamente que um limite foi atingido na constituição dos dados em relação ao momento vivido, o que conduz o pesquisador a decidir incitar a uma continuação. Essa informação é transmitida por um ato de *quase tematização*, que designa o período e resume os elementos nele desenvolvidos (*o esclarecimento dos critérios de decisão*). Essa tematização por síntese permite constituir uma base, introduzir uma escansão e prosseguir em seguida. O encadeamento de atos – síntese, escansão, continuação – é gerado em duas frases a fim de que permaneça fluido e não acrescente conteúdo à interlocução externa à fala do narrador.

O exemplo 2 procede segundo uma abordagem diferente. É indicado, em um primeiro momento, a existência de elementos que parecem interessante e que seria importante detalhá-los. A sugestão é, com isso, *de dedicar um tempo*, ou seja, desacelerar para que se tenha *mais tempo no curso da entrevista* para esse momento em particular. Essa técnica procede por indução de um estado de relaxamento com o objetivo de abrir o espaço de interlocução, diminuir os ritmos, sendo o relaxamento induzido por meio dos procedimentos forjados por Erickson¹⁷⁶ quase físico e corporal.

176. H. M. Erickson, *Ma voix t'accompagnera*, 1986.

Os estímulos que produzem os efeitos de oscilação entre os regimes narrativos devem ser curtos e simples de formular. Eles podem ocorrer de maneira bastante regular. O desafio está em regular a velocidade da narrativa a partir de três critérios principais: os elementos que aparecem na narrativa e que interessam à pesquisa; o tempo acordado para a entrevista que torna necessário orientar a fim de realizar ajustes entre o intervalo de tempo da narrativa e o nível de detalhe pertinente para a apreensão e caracterização dos fenômenos; o nível de detalhe obtido e o efeito de saturação quando esse nível é alcançado ou excedido.

Síntese do capítulo

Neste capítulo, a condução da investigação narrativa foi formalizada a partir de diferentes parâmetros: foram especificados as implicações, os eixos e a função do contrato. Em seguida, os atos de condução foram examinados a partir de exemplos de instruções, de questões e de estímulos. Nesse ponto, foi realizada uma reflexão acerca das competências e conhecimentos necessários – tanto do ponto de vista do pesquisador quanto do sujeito que narra sua experiência – à condução dessa forma de investigação. Foram consideradas dimensões éticas associadas a essa forma de investigação, sem serem, contudo, aprofundadas, uma vez que o último capítulo deste livro (Capítulo 12) é em parte consagrado a essa tarefa. As diferentes regulações acerca dos procedimentos da investigação narrativa foram analisadas a partir dos objetivos característicos da fase de levantamento de dados no campo da pesquisa em ciências sociais. Os mesmos procedimentos são mobilizados nos contextos de formação, mas vão perseguir objetivos diferentes. O próximo capítulo tem por objetivo especificar o tipo de levantamento de dados gerado pela mobilização dos protocolos, dispositivos e procedimentos da investigação narrativa.

9. VARIAÇÃO DAS ESCALAS E DOS PROCESSOS DE FOCALIZAÇÃO

A teoria e o método da investigação narrativa têm como especificidade integrar dois regimes narrativos no escopo de um protocolo de conduta de entrevista cujo objetivo é o acompanhamento da passagem da experiência à linguagem, segundo uma perspectiva temporal de ordem diacrônica. Essa teoria é fundada no princípio de modulação da velocidade do tempo narrado na narrativa, por meio de processos de aceleração que permitem apreender os fenômenos ao longo do tempo, e de desaceleração, a fim de acessar as esferas da experiência vivida relativas ao infralinguageiro e ao sensível. Uma vez definida essa teoria da investigação, ela pode ser interrogada a partir da sua singularidade entre as abordagens de investigação do campo das ciências humanas e sociais e a partir da especificidade dos dados que ela permite constituir.

Para isso, diferentes parâmetros são questionados neste capítulo. O primeiro diz respeito ao tipo de *corpus* que pode ser gerado pela abordagem narrativa. O segundo documenta os efeitos sobre a constituição dos dados oriundos da variação dos regimes narrativos. O terceiro diz respeito à complementariedade das abordagens narrativas com outras formas de levantamento de dados, tais como os métodos relacionados ao diário de pesquisa, aos calendários de vida e à análise documental.

O narrativo no cruzamento das abordagens qualitativas e compreensivas

A abordagem exposta nas seções precedentes enfatizou os desafios da temporalização da experiência vivida no curso da expressão verbal durante sua passagem à linguagem, e a seguir os efeitos do formato narrativo sobre os modos de composição da narrativa. Essa forma de levantamento gera dados que, tal como já foi dito, têm como característica serem ordenados temporalmente em sequência, tanto graficamente, se as linhas de vida forem mobilizadas previamente às entrevistas, quanto narrativamente.

Os dados narrativos: do subjetivo ao sequencial

Utilizar a clássica oposição entre abordagens quantitativas e abordagens qualitativas parece insuficiente para caracterizar a singularidade dos dados constituídos pela pesquisa narrativa. De fato, como salienta Lejeune, com base numa tradução da definição proposta por Strauss e Corbin,¹⁷⁷ a pesquisa qualitativa é geralmente definida por contraste com as abordagens que procuram caracterizar os fenômenos a partir de dados quantitativos: “Utilizamos o termo pesquisa qualitativa para definir todo tipo de pesquisa que conduz a resultados produzidos sem ser por procedimentos estatísticos nem por outros meios de quantificação”.¹⁷⁸

Para além da importância dada aos números, o quantitativo é igualmente caracterizável pelo tamanho das amostras constituídas. Essa abordagem por meio dos números, já evocada no Capítulo 1, permite apreender os fenômenos a partir de amostras grandes, documentando um pequeno número de critérios considerados típicos para caracterizar um fenômeno. A extensão do tamanho do *corpus*,

177. A. L. Strauss e J. Corbin, *Les fondements de la recherche qualitative. Technique et procédure de développement de la théorie ancrée*, 2004, p. 28.

178. C. Lejeune, *Manuel d'analyse qualitative. Analyser sans compter ni classer*, 2016, p. 19.

ou seja, o aumento do número de casos levados em conta durante a investigação, produz de maneira quase mecânica a redução do número de variáveis interrogadas no estudo. Em outras palavras, existe uma forma de correlação entre o tamanho do *corpus* e os níveis de redução da complexidade na investigação: a extensão do tamanho desse painel gera uma redução do número de variáveis. O inverso não é, contudo, garantido: uma redução do tamanho do *corpus* não gera necessariamente uma potência para a investigação na busca por apreender os fenômenos de maneira complexa.

Na investigação etnossociológica, os dados servem a um propósito completamente diferente. Eles não levam a descrições estatísticas, nem têm a função de verificar hipóteses; eles mostram como “funciona” um mundo social ou uma situação social. Essa função descritiva é essencial e conduz ao que o etnólogo Clifford Geertz chama de *thick description*, uma descrição em profundidade do objeto social que leva em consideração suas configurações internas de relações sociais, suas relações de poder, suas tensões, seus processos de reprodução permanente, suas dinâmicas de transformação.¹⁷⁹

Distanciando-se das lógicas de quantificação, a pesquisa qualitativa cria as condições para que os fenômenos sejam apreendidos e examinados de maneira complexa, profunda, orgânica. Para isso, diferentes tipos de entrevistas podem ser identificados para a condução da investigação: conversas, entrevistas clínicas, entrevistas biográficas, entrevistas compreensivas, entrevistas de explicitação, etc. Cada um desses tipos permite apreender e acolher, segundo suas particularidades, a complexidade dos processos sociais, biográficos, até mesmo experienciais. Entre eles, a especificidade da investigação narrativa é a de buscar examinar o vivido a partir do sequencial, dos processos de temporalização gerados pelo sujeito e dos atos de configuração a partir dos quais ele interpreta os fatos vividos integran-

179. D. Bertaux, *Le récit de vie: Perspective ethnosociologique*, 1996, p. 19.

do-os em uma história. Resulta desse objetivo um método que gera dados que são temporalizados e processuais. A redução *a priori* do número de variáveis é, portanto, mínima, pois elas são formalizadas no final do levantamento de informações, durante a primeira fase de processamento das histórias. Como o ajuste diz respeito à variação da amplitude das experiências de referência levadas em conta durante a narração, o *corpus* é necessariamente limitado a um pequeno número de casos,¹⁸⁰ sendo cada um dos casos, ou seja, as pessoas envolvidas na investigação, levadas a expressar de forma singular e extensa os fenômenos vividos, de seus pontos de vista, com sua própria maneira de dizer.

Um corpus semiestruturado

A importância dada à temporalização gera um efeito sobre o modo de constituição dos dados. A justificativa da importância dada à reconstrução da cronologia dos eventos vividos está de fato parcialmente relacionada com a questão da validade dos dados da pesquisa. As dimensões cronológicas e sequenciais são, com efeito, não subjetivas ou, mais exatamente, *subjetivamente contidas*. De fato, até mesmo os fatos vividos que constituem o ponto de vista do sujeito podem ser considerados a simples expressão de uma opinião. Os atos, gestos, movimentos, deslocamentos, interações... são dados objetivos que, além disso, não escapam ao princípio de sucessão, regularidade e continuidade. Buscar, no curso da investigação, acolher uma narração em contato com a diacronia dos fatos vividos permite constituir previamente categorias de tratamento, apreendendo os fenômenos sem reduzi-los, mas apreendendo-os de forma temporalizada.

Essa abordagem torna a investigação narrativa uma técnica difícil de situar dentro da tipologia tão amplamente difundida quan-

180. H. S. Becker, *La bonne focale*, 2014.

to imprecisa que classifica as técnicas de entrevista de pesquisa segundo suas orientações diretivas, semidiretivas ou não diretivas. A referência dos trabalhos de Carl Rogers para pensar a não diretividade (largamente fundada na técnica de reformulação)¹⁸¹ levou um grande número de trabalhos a se situar em função dessa prática que consiste, de forma resumida, em incitar o narrador a continuar seu discurso sem dirigi-lo. Trata-se, de certa forma, de abrir um espaço para a expressão diminuindo, tanto quanto possível, a presença e a influência do interlocutor (portanto, no escopo deste livro, do pesquisador) nesse espaço. Inversamente, a entrevista diretiva é concebida como um conjunto de procedimentos pelo qual se abre um espaço de interlocução, minutado e estruturado em função dos objetivos do pesquisador. A orientação resultante é então realizada de acordo com a lógica do pesquisador, sendo a estrutura do questionamento definida antes da entrevista e não variando de acordo com o curso da conversa. Essa maneira de proceder apresenta a vantagem de ser reprodutível e duplicável em contextos mais alargados. A tipologia que diferencia a diretiva, a não diretiva e a semidiretiva¹⁸² permite situar a estratégia escolhida pelo pesquisador para constituir os dados da pesquisa no curso da investigação em função do protocolo escolhido e de seus efeitos de redução sobre a complexidade da realidade. Ela fornece informações sobre os efeitos de categorização induzidos pela coleta e sobre as operações de análise que serão então implantadas durante a análise de conteúdo. Dificilmente classificável com base nessa tipologia, a investigação narrativa parece híbrida: os conteúdos e as variáveis associados à experiência vivida são seriados de maneira mínima, dado que a pesquisa incide sobre a experiência, sem restrições prévias. Em contraste, a investigação da experiência é cuidadosa e rigorosamente regulada de acordo com o diacrônico e o experiencial. O resultado consiste em uma não diretividade temática

181. C. Rogers, *Le développement de la personne*, 2017.

182. G. Mialaret, *Méthodes de recherche en sciences de l'éducation*, 1989.

e uma forte diretividade temporal, que é mantida com constância durante todo o curso da pesquisa.

Definir um *corpus*: delimitar, especificar, reduzir

O que está em discussão entre as abordagens quantitativas e qualitativas diz respeito tanto ao número de casos considerados para estudar os fenômenos abrangidos pela pesquisa quanto à maneira de apreendê-los.

Tamanho do corpus: da saturação ao especificado

De um ponto de vista estritamente quantitativo, a extensão do número de casos levados em consideração durante a constituição de uma amostra permite questionar os fenômenos mobilizando um número maior de variáveis. Uma pesquisa voltada, por exemplo, para os fatores que influenciam a decisão de tornar-se formador de adultos no meio da carreira profissional poderá incluir variáveis como gênero, qualificação, origem social, experiências profissionais anteriores... É a consideração da diversidade das situações em relação ao problema que vai gradualmente constituir o perímetro para o levantamento dos dados. Em seguida será necessário definir o número de pessoas que serão incluídas para cada uma das situações identificadas a fim de tornar a amostra representativa, o que pressupõe estabelecer ponderações entre a população geral e os subgrupos que compõem a amostra... Essa abordagem busca a objetivação de tendências, a partir da detecção de fatores de correlação entre diferentes variáveis, sendo esses fatores objetivados segundo a frequência de ocorrências...

Contudo pode ser considerada outra estratégia, e que é aquela seguida no escopo da investigação narrativa. Trata-se de buscar examinar os modos de constituição dos fenômenos a partir de uma abordagem temporal e processual, segundo uma perspectiva microgenética e dinâmica. A perspectiva e o objetivo são diferentes. Assim, retomando o exemplo precedentemente mobilizado sobre os fatores

que fazem parte da decisão de tornar-se formador, a pesquisa conduzida por meio da investigação narrativa vai interrogar os processos de levantamento de informação, de surgimento do interesse, de decisão ao longo do tempo, a partir de dinâmicas tensionais, de ciclos e de ritmos que fazem parte da constituição de um projeto, da tradução em ação, para um ou vários sujeitos implicados na pesquisa... Essa perspectiva gera imposições sobre os procedimentos de estruturação de uma amostra para a investigação. De fato, e esse fator é decisivo, o pesquisador não conhece *a priori*, e de um ponto de vista exterior, as dinâmicas microgenéticas a partir das quais uma decisão, um ponto de vista são constituídos na história do sujeito. Ele pode inferir isso *a priori*, ou, ao contrário, abster-se de projetar cenários a fim de permanecer sensível ao que circulará durante a narrativa, em escala languageira e infralanguageira.

Na verdade, o pesquisador mobilizará diferentes inferências durante o acolhimento da narrativa, ao longo da entrevista, considerando-as falíveis. É importante considerar o princípio de degradação da pertinência do conhecimento gerado a partir de investigações quantitativas ou de abordagens em terceira pessoa sobre os fenômenos, para apreender processos singulares, situados em trajetórias individuais. A passagem de uma apreensão ampla de um fenômeno ao estudo de um caso situado não deriva de um ajuste no número de fatores e de variáveis, segundo um processo de seleção a partir de elementos já conhecidos. Pelo contrário, pressupõe estar disponível para apreender, a partir do dado narrativo que emerge durante a expressão do relato de si, variáveis que, gradualmente, vão poder se integrar em classes e em categorias, inicialmente temporais e depois temáticas.

O caso, o específico e o especificado

Em um texto publicado em 2000, intitulado “Approche du singulier”¹⁸³ [Abordagem do singular], Vermersch questiona a pertinência

183. P. Vermersch, “Approche du singulier”, 2000b.

da *abordagem de pesquisa baseada em casos*. O assunto também é tratado em um livro muito inspirador de Howard Becker, intitulado *La bonne focale. De l'utilité des cas particuliers en sciences sociales*.¹⁸⁴ Mas do que se trata? Nada menos do que de determinar a boa escala, o perímetro pertinente de uma amostra, a boa profundidade para a descoberta das variáveis a serem consideradas no estudo dos fenômenos visados no contexto da pesquisa em ciências sociais. Vários parâmetros devem ser considerados a fim de definir a abordagem da pesquisa fundada em um pequeno número de casos, até mesmo em um só.¹⁸⁵ A potência gerada pelos procedimentos e regimes da investigação narrativa é poder apreender de maneira microgenética e longitudinal os fenômenos vividos. Por isso, os desafios metodológicos referentes à elucidação de processos que permanecem despercebidos e inauditos para o sujeito que os experimenta, e que podem passar despercebidos no espaço social, relegam para segundo plano questões sobre representatividade dentro do grupo de participantes. Como salienta Becker, “o modelo convencional de análise comparativa busca estabelecer leis que regem as relações entre variáveis”.¹⁸⁶ Isso pressupõe identificar formas de regularidades que, por extensão, podem explicar de maneira estrutural a emergência e a existência de fenômenos. Em seguida, ele acrescenta, para caracterizar os objetivos perseguidos durante a regulação do tamanho da amostra no contexto da investigação sociológica:

Esse modelo tem dois objetivos quase simultâneos: compreender suficientemente o caso estudado para saber como ele tomou a forma observada e, ao mesmo tempo, identificar traços a serem procurados em outros casos, similares em certos aspectos, mas diferentes em outros.¹⁸⁷

184. H. S. Becker, *La bonne focale*, 2014. No original em inglês: *What about Mozart? What about murder? Reasoning from cases*.

185. G. Pineau e Marie-Michèle, *Produire sa vie: Autoformation et autobiographie*, 1983.

186. H. S. Becker, *La bonne focale*, 2014, p. 25.

187. *Ibidem*, p. 26.

Entretanto, do ponto de vista sociológico, parece que é a própria noção de estudo de caso que não é pertinente para pensar sobre a especificidade do *corpus* gerado pela investigação narrativa. Como o objetivo da pesquisa concerne a processos que se desenvolvem no tempo, na escala de um período ou de uma história de vida, o estudo refere-se menos a processos já constituídos do que a seus modos de constituição, a partir de uma perspectiva microgenética, microdinâmica e longitudinal. Em vez de revelar situações típicas, a investigação narrativa se concentra na formalização das dinâmicas de constituição, já que essas dinâmicas evoluem silenciosamente, em escala microfenomenológica e biográfica, em contextos singulares e situados.

Recorrer ao singular parece, nesse caso, mais propício que mobilizar a *noção de caso*, sendo que o singular pode recobrir, segundo Vermersch três termos: o único, o específico e o especificado.¹⁸⁸ O único, segundo Vermersch, comporta uma força, a de existir, mesmo que seja um só, ou seja, devido a uma única ocorrência em uma cadeia marcada por regularidades de ocorrências ou de frequência. O específico opõe-se ao típico. Interessar-se por um fenômeno vivido a partir do típico é examiná-lo a partir de seu caráter habitual e geral. E interrogar a experiência vivida a partir do típico no curso da investigação é orientar a expressão em direção à dimensão já racionalizada do pensamento sobre os fatos vividos que, já disponível, está pronto para ser dito, potencialmente por meio do regime do declarativo. No contexto da investigação narrativa, o que é buscado é a experiência vivida especificada, que tem a característica de ser única e se opõe ao típico. Acessar o especificado constitui o desafio da condução proposta pelo pesquisador. Gerar dados de pesquisa por meio da investigação narrativa é, portanto, mais do que buscar o exame dos fenômenos a partir de um número restrito de casos. O que caracteriza a singularidade dessa abordagem de investigação é o

188. P. Vermersch, *L'entretien d'explicitation*, 2000a, p. 240.

trabalho narrativo que se edifica a partir de experiências singulares, especificadas e situadas no tempo.

A estratégia escolhida para a investigação narrativa, que se inicia a partir do singular, não assinala, contudo, a impossibilidade de dialogar com as abordagens de investigação que se organizam a partir do princípio da quantificação. Uma vez examinadas as dinâmicas microgenéticas e temporais dos modos de existência de um fenômeno na escala do singular, é possível considerar seus modos de circulação em maior escala, suas formas de regularidade de ocorrência e até mesmo determinar seus modos de tipicidade.¹⁸⁹ É, portanto, visando a uma ocorrência ou ocorrências singulares e concretas situadas no tempo que a coleta de dados é concebida dentro da estrutura da investigação narrativa. É a partir dessa concepção de pesquisa que visa ao singular em suas ocorrências e modos de manifestação que a noção de variação de escalas é apreendida.

Reduzir sem simplificar

O acesso ao singular pressupõe gerar, metodologicamente, procedimentos de redução. A redução, para as abordagens quantitativas, passa por uma seleção do número de variáveis, permitindo, com isso, modelizar diferentes tipos de fenômenos, de abarcar sua complexidade a fim de, conseqüentemente, aumentar o tamanho da amostra da população investigada. No que diz respeito à investigação narrativa, a redução da complexidade cujo objeto é modelizar *a priori* é neutralizada. Procedendo de maneira estratégica ao acolher a experiência da forma como ela se manifesta pela linguagem, os dois critérios que organizam o levantamento são a expressão em primeira pessoa e a narração temporalizada.

Entretanto, um processo de redução ocorre durante o curso da narração, pois o narrador é incapaz de integrar todos os fatos viven-

189. L. Quéré, "Singularité et intelligibilité", 2000.

ciados em sua história. Esse processo de seleção constitui, como já foi dito, uma dimensão da experiência narrativa de ordem estrutural que influencia o perímetro do dizer, gerando processos de redução. O primeiro deles diz respeito à precípua seleção dos fatos vividos pelo narrador durante a composição da narrativa. Toda narração procede de uma redução, pois os fatos vividos não podem ser todos ditos e integrados à narrativa. Um segundo processo de redução refere-se ao nível de detalhe com o qual os fatos são ditos: nenhum fato pode ser dito de forma total, por integração e passagem à linguagem de todos os microprocessos que o constituíram geneticamente.

Assim, enquanto nas abordagens quantitativas que utilizam o levantamento de dados por meio de questionários os gestos de redução se materializam na contração ou extensão do tamanho da amostra ou dos temas submetidos por meio dos questionários aos participantes, na investigação narrativa é o formato narrativo, ou seja, o formato atribuído à expressão de si que gera a redução, alcançada na expressão da experiência em palavras e compondo uma narrativa. Um segundo fator produz também esses efeitos, que resultam das intervenções do pesquisador durante a condução da entrevista narrativa, como já foi mostrado no capítulo precedente. O pesquisador, por meio das suas intervenções, procedendo por incitação para orientar a atenção do narrador, gera formas de redução ao influenciam a maneira pela qual a experiência vivida toma forma no curso da expressão da narrativa de modo imediato. Essa forma de redução é nomeada por Husserl de “redução eidética” ou simplesmente *epochè*.¹⁹⁰ Essa redução realiza-se por meio de gestos de desengajamento: trata-se de produzir no narrador formas de suspensão dos modos naturalizados de donação, a fim de modular a amplitude e direcionar o foco atencional durante a atividade narrativa, com o efeito de intensificar o relevo da percepção sobre certos aspectos da

190. E. Husserl, *Idées directrices pour une phénoménologie*, 1950.

experiência em detrimento de outros. Focalizar é, portanto, como sublinha Vermersch, tanto reduzir a atenção sobre um campo quanto suspendê-la, momentânea ou prolongadamente, em relação a outras dimensões.¹⁹¹

Fragmentar: variação de escalas e ajustes do foco

Em sociologia, o estudo de caso pode ser associado a uma abordagem comparativa que se organiza contrastando entre o restrito e o extenso. Várias perspectivas podem, contudo, ser consideradas para examinar essa dialética entre o restrito e o extenso, o micro e o macro, o todo e a parte. Essa perspectiva próxima do pensamento complexo descrito por Morin¹⁹² apreende o real como um processo dinâmico, orgânico, recursivo e auto-organizador, que escapa da lógica aritmética, levando a pensar que o todo é maior que a soma das partes. A apreensão dos fenômenos a partir de sua perspectiva temporal, a partir do diacrônico, permite investigar sem compartimentar, nem cindir ou separar *a priori* no tecido experiencial. Para isso, a investigação narrativa parece propícia, uma vez que a expressão em palavras opera-se apoiando-se na estrutura temporal das experiências vividas que chegam à linguagem.

Lógica e dinâmicas das variações de escalas

Nos trabalhos de Becker, o caso estudado constitui um micro-mundo que contém, de forma concentrada, as leis que vigoram em uma escala maior.¹⁹³ Segundo essa perspectiva, o estudo de caso permite apreender, a partir de um exemplo, processos contidos em um perímetro restrito (de um caso) que podem ser estudados de maneira concreta, próxima e detalhada. Uma vez que esses processos são

191. P. Vermersch, *L'entretien d'explicitation*, 2000a.

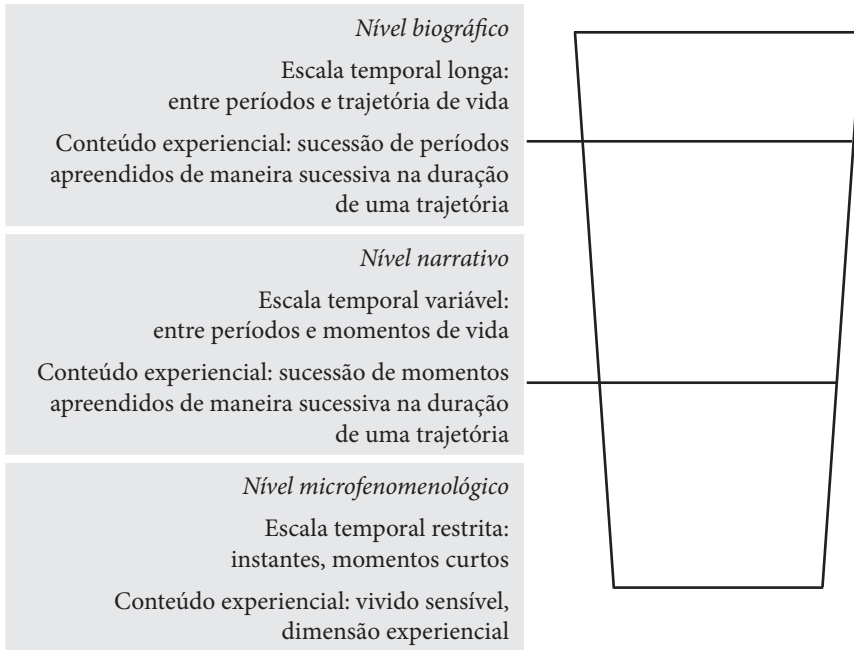
192. E. Morin, *Introduction à la pensée complexe*, 2014.

193. H. S. Becker, *La bonne focale*, 2014.

objetivados, eles podem, por analogia, gerar formas de hipótese para estruturar modelos em uma escala mais ampla, fazendo emergir até mesmo leis mais gerais.

No que diz respeito à investigação narrativa, essa variação do perímetro está associada ao tamanho da experiência vivida de referência a partir da qual a narração edifica-se. Como o limiar de saturação dos dados é inatingível apesar da profundidade dos modos de descrição da experiência vivida e da apreensão longitudinal dos fatos ao longo do tempo, deve ser definida uma estratégia para cada caso, ou seja, modulando para cada um dos sujeitos envolvidos os regimes narrativos de acordo com a configuração concreta dos fatos vivenciados em seu relato. As variações de escalas são geradas por essa modulação dos regimes narrativos, tendo como efeito estender ou reduzir o tamanho das experiências vividas apreendidas durante a sua expressão narrativa. Enquanto a narração biográfica produz sequências temporais de larga escala (períodos e ciclos de vida), a descrição microfenomenológica gera, pelo contrário, sequências temporais curtas, tais como micromomentos, até mesmo instantes. Segundo essa perspectiva, as variações de escalas não buscam, no escopo da investigação narrativa, a apreensão de fenômenos em uma escala reduzida para estudá-los em sua estrutura a fim de tirar conclusões e produzir modelos para uma escala mais ampla: as experiências vividas de curta duração não resumem em uma escala micro os fenômenos que atravessam a existência (Figura 9.1). Uma mudança de escala, ou seja, a passagem de uma narração que integra a duração para outra que intensifica o detalhamento, está associada à cinética da narrativa. Mudar de escala é desacelerar para intensificar a expressão detalhada, reduzindo o tamanho das sequências que constituem a granularidade da narrativa, a fim de acessar processos que são específicos aos momentos narrados e que comportam um impacto gerando efeitos na experiência subsequente.

Figura 9.1 *As variações de escalas: do longitudinal à profundidade da experiência vivida*



A noção de escala permite definir a duração da experiência vivida de referência no decurso da investigação narrativa. Ela diz respeito, portanto, ao tipo de sequenciamento no curso da temporalização da experiência. No que se refere à noção de focalização, é preciso associá-la aos processos de fragmentação e à granularidade da narrativa.

A dinâmica de focalização: fragmentação e granularidade

A fim de apreender os processos de focalização /desfocalização, dois planos podem ser diferenciados:

- em relação à redução do tamanho da extensão da experiência vivida a partir da qual a intensificação da descrição inicia-se;
- em relação à apreensão de um aspecto em particular da experiência vivida no seio de vários processos que fazem parte da dinâmica de um fenômeno.

Focalizar, no curso da investigação narrativa, não visa à redução do tamanho do espectro, mas à intensificação da dinâmica de fragmentação, que pode comportar diferentes níveis (Figura 9.2).

Figura 9.2 *Dinâmica e procedimentos de fragmentação da experiência vivida no curso da investigação narrativa*

Fragmentação de nível 1: identificação da estrutura temporal da experiência vivida

Micromomento 1 (MM1): apreensão da unidade temporal tomada como experiência vivida de referência para a descrição microfenomenológica

Subsequência 1:

Subsequência 2:

Subsequência 3:

Fragmentação de nível 2: aspectualização do vivido

Aspecto 1: o cognitivo (inferências, discurso interior, expectativa, antecipação...)

Aspecto 2: o perceptivo (ambiente, luminosidade, objetos percebidos, elementos difusos...)

Aspecto 3: o afetivo (emoções, sensações, impressão...)

Aspecto 4: o corporal (tensão, relaxamento, dor, crispação, palpitação...)

A focalização inicia-se a partir de experiências especificadas, identificadas como uma sequência no seio da trama temporal da narrativa de si. Ela organiza-se a partir de uma dinâmica de fragmentação da experiência vivida, que cruza o refinamento da granularidade e a dissociação dos aspectos que integram a doação da experiência e, portanto, da constituição dos fatos vividos. Como já foi apresentado no capítulo precedente, a fim de gerar essa fragmentação, dois tipos de regulagens são necessários no curso da expressão narrativa:

- procedimentos que atuam sobre o regime cinético da narrativa, provocando diferentes formas de desaceleração;
- procedimentos que ajudam a dissociar os componentes da experiência e orientam a sua expressão em palavras em direção à aspectualização.

A integração desses procedimentos no curso da condução dirige a atenção, de maneira sucessiva, para as percepções ocorridas

durante a irrupção de um fato vivido, depois para as sensações, percepções, pensamentos... até que, segundo o princípio de completude, o fato seja caracterizado tanto em suas dimensões experienciais (o experienciado) quanto naquelas voltadas para o evento (o impacto).

Complementaridade dos modos de investigação em primeira, segunda e terceira pessoa

Uma das funções da investigação narrativa em pesquisa é coletar dados mobilizando, de maneira simultânea ou sucessiva, diferentes regimes, o que torna possível, como já foi dito neste capítulo, a variação das escalas temporais e dos níveis de focalização. Assim, esses dados, ditos “em primeira pessoa”, constituem para Ferraroti, ao analisar as singularidades da abordagem biográfica, dados primários, uma vez que os dados secundários provêm de documentos em segunda ou terceira pessoa:¹⁹⁴ documentos históricos, correspondências, fotos, testemunhos, documentos oficiais, notícias, documentos de arquivos...

Essa distinção inscreve-se em um debate que continua vivo, especialmente em sociologia, e que se refere à fiabilidade e à validade dos dados oriundos das narrativas de experiências e de vida. As discussões e questões levantadas no curso dessas controvérsias científicas referem-se às lógicas de equilíbrio entre as diferentes formas de escrita de si e, sobretudo, aos diferentes tipos de documentos paralelos às narrativas, tais como aqueles que provêm da análise documental ou de arquivos. Essa questão de cruzamento de fontes procede de um escoramento entre as formas como os dados em primeira, segunda e terceira pessoas são constituídos. A abordagem em primeira pessoa permite, de fato, apreender tanto os conteúdos da experiência quanto sua ressonância na escala de períodos ou da trajetória da vida do sujeito. Os conhecimentos gerados pela narração em primeira

194. F. Ferraroti, *Histoire et histoires de vie*, 2015.

pessoa sobre os modos de constituição dos fatos vividos, na escala individual e coletiva, podem ser sustentados pelo cruzamento das abordagens em segunda e terceira pessoa, ou seja, pela integração de testemunhos, de relatórios e de documentos sócio-históricos. Esse trabalho de cruzamento permite potencialmente explicitar ou esclarecer conteúdos e fatos presentes nas narrativas. Ele pode ser realizado recorrendo a modos de levantamento complementares, tais como o diário de campo, o caderno de notas, os calendários de vida, que, estruturalmente, se organizam a partir de lógicas congruentes com as lógicas que fundam a investigação narrativa.

Investigação narrativa e a prática do diário

Os cadernos de nota¹⁹⁵ e os diários de campo correspondem a formatos propícios ao cruzamento das formas de escrita. “A prática do diário”¹⁹⁶ constitui um meio para a hibridação dos formatos de escrita. O diário, como técnica de escrita no dia a dia, permite conservar traços da experiência da maneira como ela se apresenta no contexto de um dia, de maneira *fresca*, pois a narração que resulta dela refere-se ao vivido do dia ou da véspera. A experiência narrativa resultante predispõe à escrita descritiva, uma vez que a experiência de referência é relativamente curta, assim como o tempo destinado à escrita, devido à sua natureza cotidiana.

Essa prática do diário, cujas formas podem variar segundo os contextos, predispõe à alternância dos regimes narrativos, já que o descritivo está associado à narração do cotidiano, do dia a dia, e que as sínteses podem ser produzidas na escala de um mês, de um ano. Como consequências, há uma tendência para que essa forma de escrita assuma um caráter biográfico. Ademais, além do fato de o formato narrativo do diário favorecer os cruzamentos e articulações dos regimes, a sua prática ordena temporalmente o vivido segundo uma

195. C. Baribeau, “Le journal de bord du chercheur”, 2005.

196. R. Hess, *La pratique du journal. L'enquête au quotidien*, 2010.

dinâmica de sucessão. Ela estabiliza a granularidade narrativa, uniformizando o formato e a extensão das experiências descritas. Disso resulta um tipo de dado que permite apreender a experiência de maneira longitudinal, por blocos de experiências sucessivas, próxima dos modos de donação da experiência. Essa forma de escrita cria, com isso, as possibilidades de um estudo descritivo dos fenômenos que, sendo estritamente sequencial, permanece temporalizado e inscrito em uma continuidade experiencial. Diferentes formatos podem resultar dessa forma de registro: extratos curtos diários que documentam um processo de pesquisa,¹⁹⁷ escrita cotidiana,¹⁹⁸ diário de viagem... Essas práticas pressupõem uma escrita diária, segundo um formato regulado, no final do dia ou no dia seguinte, por exemplo, sobre o que foi vivido no dia anterior. Elas parecem, portanto, propícias à coleta de fatos vividos cotidianamente, que evoluem silenciosamente, por acumulação, mobilizando escalas temporais e um nível de granularidade estabilizados.

Investigação narrativa e pesquisa documental

Uma abordagem inversa também é possível. Trata-se, por exemplo, de redigir uma narrativa biográfica e em seguida identificar os fatos vividos para documentá-los por meio tanto da abordagem descritiva quanto do trabalho de pesquisa documental. Essa abordagem é mobilizada de maneira magistral por Pollack em seu livro que aborda o indizível do universo dos campos de concentração da Segunda Guerra Mundial, apreendendo a experiência em primeira, segunda e terceira pessoas, ou seja, integrando três relatos biográficos em seu livro, apresentando suas anotações como pesquisador e examinando as temáticas comuns das narrativas com base em documentos históricos.¹⁹⁹ Ao contrário da prática do diário, cuja escala temporal

197. R. Hess, *La pratique du journal. L'enquête au quotidien*, 2010.

198. W. Gombrowitz, *Journal*, Tome I, 1995.

199. M. Pollack, *L'expérience concentrationnaire. Essai sur le maintien de l'identité sociale*, 1990.

primária é regulada segundo a duração da unidade de base da vida cotidiana, que é o dia, a escala para a narrativa biográfica está desde o início situada em relação à duração da existência. Uma vez constituída a narrativa, durante a releitura um trabalho de desvelamento da estrutura temporal pode ser realizado, permitindo, em seguida, identificar temáticas estruturantes contidas no texto, que pode ser, posteriormente, sustentado por meio da consulta e da integração de documentos históricos.

O trabalho de pesquisa documental e arquivística permite expandir o horizonte hermenêutico das interpretações, abrindo espaços para interrogar, segundo um ponto de vista exterior, os fatos vividos de forma exaustiva em relação ao fenômeno estudado. Trata-se, em resumo, de articular diferentes formas de levantamento, por meio da narrativa em primeira pessoa, pelo diálogo, pela partilha com o pesquisador e também pela consulta em primeira pessoa, apreensíveis a partir dos modos de interpretação do narrador, aqueles em segunda pessoa, por meio das conversas com o pesquisador (em segunda pessoa), pela integração de testemunhos e documentos de arquivo (em terceira pessoa). A função desses documentos em terceira pessoa (arquivos, artigos, relatórios, estudos históricos) faz parte de uma extensão dos modos de análise do que constitui o enredo das narrativas, ampliando as possibilidades de inferir as ligações de continuidade e de causalidade a partir das quais se configuram as narrativas. A questão do foco pode também ser examinada, já que os níveis de granularidade são analisados segundo perspectivas históricas: paradigma indiciário em história,²⁰⁰ regimes de historicidade,²⁰¹ escalas temporais em historiografia.²⁰²

A pertinência dos níveis de complementaridade entre o procedimento de investigação narrativa e os outros modos de investigação

200. C. Ginzburg, *Mythes, emblèmes et traces. Morphologie et histoire*, 2012.

201. F. Hartog, *Régimes d'historicité*, 2003.

202. F. Braudel, "La longue durée", 1958.

deve ser, portanto, refletida a partir de três aspectos: a temporalização dos fatos vividos, as formas de interpretação que produzem associações causais (ligações fracas ou fortes), a documentação dos fatos sociais. Diferentes abordagens podem, então, ser mobilizadas: diário de pesquisa, pesquisa documental, *timeline interview*²⁰³ parecem complementares à prática da investigação narrativa fundada na modulação de regimes narrativos, uma vez que participam do equilíbrio entre estas três dimensões: temporalização, configuração e contextualização.

Síntese do capítulo

O presente capítulo, o último da terceira parte, permitiu definir os tipos de *corpus* de dados que são constituídos por meio da investigação narrativa, o que foi feito examinando os modos de levantamento e sua lógica: dados temporalizados, variação das escalas, processos de focalização, níveis de fragmentação. Os modos de complementaridade entre as abordagens da investigação em primeira, segunda e terceira pessoa foram também especificados. Os protocolos e procedimentos de condução apresentados e descritos nos capítulos 7 e 8 foram definidos a partir de suas funções e do tipo de dados gerados para a investigação em ciências sociais.

203. H. K. Adriansen, “Timeline interviews: A tool for conducting life history research”, 2012.

PARTE 4

No campo de pesquisa

10. FRAGMENTAÇÃO, SEQUENCIAMENTO, TEMATIZAÇÃO

A quarta parte deste livro é dedicada à apresentação do procedimento da investigação narrativa a partir de casos concretos. Este capítulo apresenta dois *corpus* de dados, constituídos por meio da mobilização de estratégias que são descritas e explicitadas, assumindo o desafio de apresentar concretamente os efeitos da modulação dos regimes narrativos sobre os modos de constituição dos dados. Para isso, para cada um dos dois estudos, serão apresentados extratos de narrativas, exemplificando – a partir de parâmetros como a extensão das experiências vividas de referência apreendidas pela narração – os efeitos das variações da escala no curso da temporalização, dos níveis de fragmentação, e os efeitos de detalhamento do vivido.

Dois *corpus* de dados bastante sumários serão utilizados para exemplificar os procedimentos de tratamento e de análise dos dados gerados pela investigação narrativa. Para cada *corpus*, a estratégia de condução no curso da investigação será apresentada em alguns parágrafos.

Primeiro estudo: da narrativa de vida à descrição fenomenológica

O procedimento adotado para este primeiro estudo começa com uma narrativa biográfica, para se concluir no âmbito de uma narra-

ção microfenomenológica. Essa abordagem retoma em grandes linhas a estratégia modelizada na Figura 7.1, apresentada no Capítulo 7 deste livro. A modelização esquemática do protocolo da investigação para este primeiro estudo pode ser formalizada a partir dos parâmetros abaixo:

- *Experiência de referência*: redução gradual da escala temporal, a partir de duas narrativas sucessivas, a primeira situando o momento do anúncio de uma doença no curso da vida do sujeito e a segunda focalizando os instantes imediatamente anteriores e posteriores.
- *Regimes narrativos*: da narração de um período da vida à descrição microfenomenológica de um momento de diagnóstico médico.
- *Formativo narrativo*: dois textos curtos, com menos de mil palavras cada um.

Constituição do corpus

A estratégia de investigação para este estudo é conduzida em dois tempos: o da narração biográfica, que se desencadeia a partir da identificação de um momento inaugural, entendido como o ponto de início da narrativa e que permite a expressão verbal de um período de vida marcado pela irrupção da doença na experiência cotidiana; a sequência da coleta por meio da descrição microfenomenológica de um momento marcante (o momento do anúncio da doença), experiência descrita de maneira detalhada e aspectual. As duas narrativas foram produzidas pelo autor deste livro mobilizando a orientação enunciada abaixo (o leitor poderá fazer o mesmo para praticar a abordagem e constatar seus efeitos).

Proponho-me lembrar um período de vida marcado pela experiência da vulnerabilidade, da doença. Uma vez identificado esse período, deixo vir à lembrança o momento inicial desse período a fim de contar a história até sua conclusão, sua resolução em relação a esse período.

A estratégia da investigação escolhida para este estudo conjuga, portanto, dois regimes, iniciando-se pelo levantamento pela apreensão do vivido em sua duração, ou seja, por meio de uma experiência que comporta uma extensão temporal longa, o que permite proceder a um primeiro nível de fragmentação durante a fase de pré-tratamento e descobrir, com isso, as unidades temporais da narrativa. Nessa narrativa biográfica, foi apreendido um período do vivido com a duração de dezoito meses. Ele refere-se a um período de vulnerabilidade marcado pelo anúncio de uma doença rara e grave. O levantamento realiza-se a por meio de uma abordagem longitudinal, a partir da identificação de um ponto inicial selecionado pelo narrador que organiza, em seguida, a expressão levando em conta o desenrolar diacrônico da experiência vivida, o que permite prefigurar a operação de sequenciamento das unidades temporais subsequentes. A metodologia de tratamento dos dados é estruturada em unidades e em seqüências, segundo um procedimento em dois tempos, tal como descrito abaixo:

EXEMPLO

Etapa 1: constituição do corpus (extrato)

“Por volta de 15 de novembro, notei a aparição de manchas vermelhas no meu rosto, dos dois lados do nariz. Concentrado e preocupado por causa da proximidade da defesa da tese, não dei muita importância a elas. Logo após a defesa, finalmente saí de férias no fim do ano, para poder recarregar minhas baterias. Nesse momento, as manchas vermelhas se intensificaram e um sentimento de fragilidade e de esgotamento acentuou-se a ponto de se tornar o fato mais importante da minha vida. Ao constatar isso, decidi consultar um médico para uma avaliação apurada sobre meus problemas de pele e sobre uma possível relação com as percepções de exaustão que eu estava sentindo.”

Etapa 2: formalização das sequências

S1/ “Por volta de 15 de novembro, notei a aparição de manchas vermelhas no meu rosto, dos dois lados do nariz. Concentrado e preocupado por causa da proximidade da defesa da tese, não dei muita importância a elas.”

S2/ “Logo após a defesa, finalmente saí de férias no fim do ano, para poder recarregar minhas baterias. Nesse momento, as manchas vermelhas se intensificaram e um sentimento de fragilidade e de esgotamento acentuou-se a ponto de se tornar o fato mais importante da minha vida.”

S3/ “Ao constatar isso, decidi consultar um médico para uma avaliação apurada sobre meus problemas de pele e sobre uma possível relação com as percepções de exaustão que eu estava sentindo.”

*Etapa 3: reagrupamento das sequências dentro de uma unidade permitindo formalizar blocos temporais.**Do levantamento à fragmentação da narrativa*

O primeiro tratamento dos dados é gerado por um trabalho de fragmentação do texto a fim de definir sua granularidade. Isso pressupõe identificar unidades temporais, sequências e subsequências que serão posteriormente reagrupadas por temas e categorias.

NARRATIVA 1. REGIME DA NARRAÇÃO BIOGRÁFICA
(PERÍODO DE VIDA)

Extensão da experiência de referência: 18 meses

Formato narrativo: 779 palavras

Unidade 1 [Vivência associada à irrupção da doença]: esta unidade comporta quatro sequências (fragmentação de nível 1) e cobre um período de cerca de um ano

S1/ “Fazia quase um ano que eu me levantava às quatro da manhã. De fato, 2013 foi o último ano de escrita da tese. Eu havia

passado todo o verão escrevendo, sentado, sozinho em meu escritório, quase doze horas por dia, sem fazer outra atividade que não fosse avançar para concluir uma pesquisa iniciada dez anos antes. Apesar dos meus esforços, o trabalho não estava terminado em setembro. Assim, me levantava às três da manhã, às vezes às duas, sem sentir nenhum cansaço extra. Eu estava bem ciente de que eu estava usando reservas vitais que sentia, intuitivamente, que deveriam ser preservadas. Percebia, de forma um pouco confusa, que estava envolvido em uma operação de ‘superação pessoal’, suscetível de produzir fenômenos de exaustão, o desencadeamento de uma revolta do corpo então maltratado, ou um desequilíbrio de processos metabólicos.

S2/ Essas percepções confusas tornaram-se mais acentuadas em setembro e outubro de 2013, no final do dia, quando o cansaço era intenso, fazendo-me experimentar estados de ‘estagnação vital’. Entretanto, uma força de vontade, reforçada pela perspectiva de finalmente terminar de escrever a tese, que estava em gestação desde 2001, me levou a negar as mensagens vindas de percepções difusas que aconselhavam a descansar.

S3/ Houve um momento, em setembro, em que aceitei ignorar os sinais de fadiga e, resignadamente, suportar as consequências.

S4/ A tese foi apresentada em 15 de outubro.”

Unidade 2 [Vivência do corpo. Sintomas]: esta segunda unidade comporta uma sequência (fragmentação de nível 1) e três subsequências (fragmentação de nível 2). A duração do tempo vivido para esta segunda unidade é de quatro meses (de setembro até o fim de dezembro de 2013). Os conteúdos experienciais identificados na narrativa referem-se às percepções e sensações físicas de esgotamento, seguidas pela irrupção dos sintomas físicos.

S5.1/ “Por volta de 15 de novembro, notei a aparição de manchas vermelhas no meu rosto, dos dois lados do nariz. Concentrado e

preocupado por causa da proximidade da defesa da tese, não dei muita importância a elas.

S5.2/ Logo após a defesa, finalmente saí de férias no fim do ano, para poder recarregar minhas baterias. Nesse momento, as manchas vermelhas se intensificaram e um sentimento de fragilidade e de esgotamento acentuou-se a ponto de se tornar o fato mais importante da minha vida.

S5.3/ Ao constatar isso, decidi consultar um médico para uma avaliação apurada sobre meus problemas de pele e sobre uma possível relação com as percepções de exaustão que eu estava sentindo.”

Unidade 3 [Vivência da crise, anúncio do diagnóstico]: este terceiro bloco comporta uma sequência (fragmentação de nível 1) e treze subsequências (fragmentação de nível 2). A duração desta unidade 3 é de cerca de duas horas. Seu conteúdo diz respeito ao antes, ao durante e ao depois da recepção do anúncio do diagnóstico de uma doença rara: o lúpus.

S6.1/ “Em 31 de dezembro de 2013, quando fazia dois meses que eu estava com as manchas vermelhas em minhas bochechas, fui me consultar com um clínico geral próximo a minha casa de campo. A pele estava inflamada e apesar de aplicar um hidratante, que eu havia encontrado em uma gaveta e que fora usado para erupções de eczema de meu filho alguns anos antes, as coisas pareciam estar ficando piores.

S6.2/ Chego ao médico, perto da minha casa de campo, por volta de 9h30, acompanhado da minha esposa.

S6.3/ Após uma espera de trinta minutos em uma recepção lotada,

S6.4/ entro no consultório do médico

S6.5/ e me sento em uma cadeira à esquerda da sua mesa.

S6.6/ Ele está em silêncio preenchendo uma ficha em seu computador.

S6.7/ Em seguida, ele se vira para mim.

S6.8/ e me pergunta: ‘O que o traz aqui?’

S6.9/ Respondo um pouco surpreso que a pergunta esteja sendo feita, dada a evidência, em minha opinião, da erupção cutânea: ‘Estou com duas manchas vermelhas no rosto há quase quinze dias. Eu gostaria de uma pomada para acalmar essas erupções.’

S6.10/ O clínico geral então responde, sem se levantar ou fazer algum tipo de exame: ‘Trata-se de um lúpus. Vou lhe prescrever uma pomada para aplicar no rosto. Você pode pegá-la na farmácia ao lado.’

S6.11/ Um pouco surpreso, pergunto o que é um lúpus, imaginando uma forma especial de eczema.

S6.12/ Ele me responde, então, que é preciso que eu consulte um especialista próximo à minha casa na cidade, após o feriado do Natal, para confirmar o diagnóstico e ajustar o tratamento.

S6.13/ De volta à minha casa de campo, começo a ler a bula da pomada, consulto algumas recomendações na internet e, em seguida, digito ‘lúpus’ no Google’.

Unidade 4 [Vivência do sofrimento, perambulação em busca do diagnóstico]: este quarto bloco comporta uma sequência de primeiro nível e refere-se a um período de seis meses. Ele não tem nenhuma passagem resultante de uma fragmentação de segundo nível, apesar de esse período ser marcado por quatro visitas a dermatologistas.

S7/ “Começou então um período de seis meses de errância, durante o qual consultei quatro dermatologistas sucessivamente a fim de obter um parecer definitivo que confirmasse ou invalidasse o diagnóstico dado. Durante essas quatro consultas, me esforcei para fornecer as informações necessárias para que o parecer fosse dado. O resultado foi uma peregrinação entre profissionais, cada um deles com uma hipótese e um tratamento associado,

sem nunca validarem o diagnóstico do Lúpus, nem o invalidarem definitivamente.”

Unidade 5 [Vivência do anúncio dos resultados dos exames médicos]: este quinto bloco comporta três sequências de primeiro nível e refere-se a um período de dois meses, que se estende entre dois limites: o momento da marcação da consulta com o médico especialista; o momento da recepção dos resultados dos exames que permitem chegar a uma conclusão definitiva sobre a doença diagnosticada precedentemente.

S8/ “Diante da minha aflição, um colega consegue para mim uma consulta com a chefe do serviço de dermatologia do hospital.

S9/ Durante a consulta, ela se baseia em um protocolo bem definido: exame clínico, exame de sangue, biópsia do rosto.

S10/ Tive que esperar seis semanas pelos resultados da biópsia para invalidar o primeiro diagnóstico, dado em dezembro de 2013, embora os exames clínicos e de sangue tenham sido positivos. O resultado: apesar de seis meses de peregrinação pelo diagnóstico definitivo, eu só sofria de fadiga.”

É por meio da identificação dos dêiticos temporais que as sequências são identificadas na narrativa. E é depois dessa identificação das sequências temporais de nível 1 que o trabalho de fragmentação em subsequências começa. Essa dinâmica de fragmentação durante a primeira fase de tratamento é, portanto, conduzida a partir da descoberta das sequências e subsequências (não sistemática). A integração das sequências em uma unidade prefigura a constituição de uma pré-categoria que é acompanhada de uma operação de tematização. A fragmentação da unidade em sequência é chamada “fragmentação de nível 1”. Já a fragmentação da sequência em subsequências é chamada “fragmentação de nível 2”.

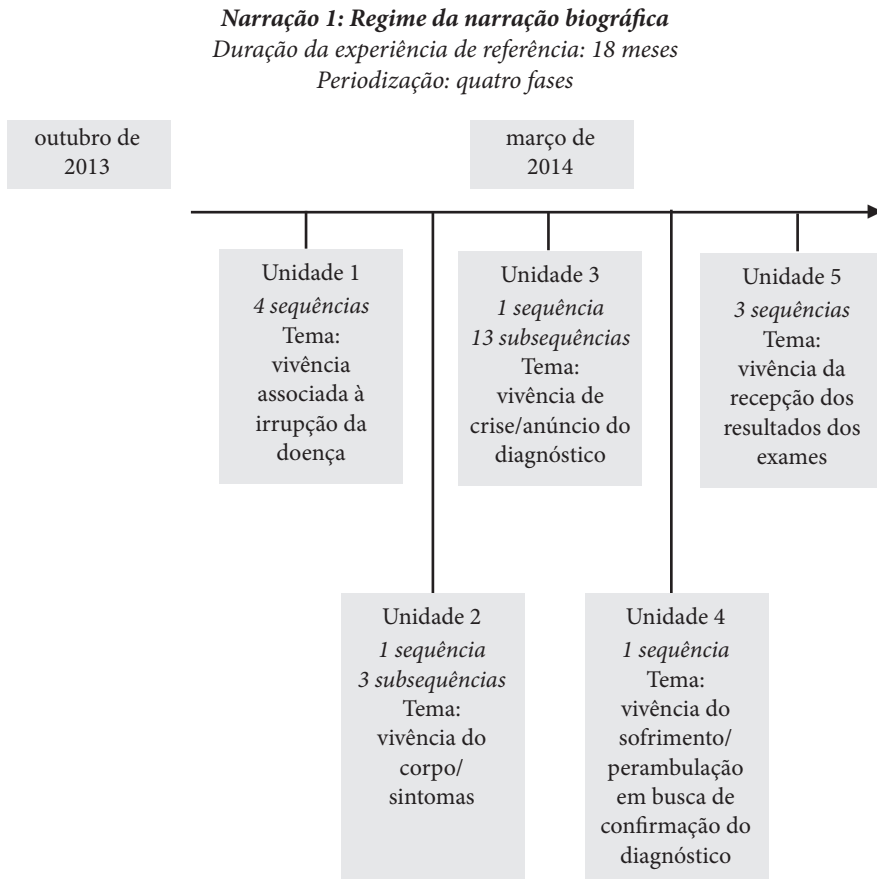
Em síntese, em relação aos critérios de fragmentação e os procedimentos de codificação, o método pode ser resumido da seguinte maneira:

- a fragmentação da narrativa em unidade assume como indicadores as datas enunciadas e os períodos nomeados, que indicam que o tempo vivido avança ao longo da narrativa;
- a fragmentação em sequências adota como indicadores os dêiticos temporais que são os marcadores do desenrolar diacrônico da duração da experiência de referência;
- a fragmentação em subsequências é produzida pela identificação das unidades de ação (fragmentação de segundo nível), completada eventualmente por uma fragmentação de terceiro nível, que visa à actualização do vivido, tal como mostrado na segunda fase do presente estudo.

Para este estudo, ao fim da fase de pré-tratamento fundada nas operações de fragmentação da narrativa, a formalização dos dados analisados até esse ponto permite modelizar a condição dos dados da maneira apresentada na Figura 10.1.

A Figura 10.1 modeliza e agrega os resultados dos dados tratados por meio das operações de sequenciamento, o que possibilita chegar a uma pré-configuração dos dados processados, com um ordenamento em cinco unidades, reunindo um conjunto de dez sequências. Para duas unidades, o nível de fragmentação comporta dois níveis de fragmentação: a unidade dois, com uma sequência e três subsequências e a unidade três com uma sequência e treze subsequências.

Figura 10.1 *Da narrativa biográfica à sua fragmentação em períodos*



Levantamento e codificação da narrativa microfenomenológica

Essa primeira fase do levantamento produzida por meio do regime de narração biográfica e o pré-tratamento realizado mediante as operações de sequenciamento e fragmentação constituem um primeiro patamar para o processo de investigação. Esse patamar permite deliberar sobre os dados já formalizados e sobre uma eventual seqüência do levantamento dos dados, o que é o caso do estudo em tela, que mobiliza para a segunda fase o regime da descrição microfenomenológica.

Essa segunda fase pode, portanto, ser iniciada tomando por base os dados já constituídos e pré-tratados, tal como formalizado no Quadro 10.1.

Quadro 10.1 *Quadro de sequenciamento subsequente à fragmentação da narração biográfica*

UNIDADES	TEMAS ASSOCIADOS ÀS UNIDADES	SEQUÊNCIAS	TEMAS ASSOCIADOS ÀS SEQUÊNCIAS
Unidade 1	Vivência associada à irrupção da doença	S1	Contexto – período de esforço para a finalização do percurso de doutoramento
		S2	Tensão e sentimentos de fadiga
		S3	Desatenção ao corpo
		S4	Entrega da tese
Unidade 2	Vivência do corpo/ sintomas	S5 (3 subsequências)	Aparição dos sintomas
Unidade 3	Vivência de crise/ anúncio do diagnóstico	S6 (13 subsequências)	Momento do primeiro diagnóstico
Unidade 4	Vivência do sofrimento/ perambulação em busca de confirmação do diagnóstico	S7	Fase de peregrinação terapêutica Quatro consultas médicas
		S8	Consulta com um médico especialista no hospital
Unidade 5	Vivência da recepção dos resultados dos exames médicos	S9	Segundo diagnóstico no hospital
		S10	Recepção dos resultados

A cartografia produzida no Quadro 10.1 sintetiza os dados já constituídos para o estudo. Os elementos que ela reúne permitem ao pesquisador deliberar sobre os momentos mais pertinentes a apreender durante a segunda fase de investigação, com vistas a intensi-

ficar sua descrição, buscando níveis profundos, por aspectualização, por meio do regime da descrição microfenomenológica. A escolha de fazer uma retomada da história, variando o regime narrativo e passando da narração biográfica à descrição microfenomenológica responde, portanto, a critérios de pertinência, até mesmo de necessidade, tanto do ponto de vista do pesquisador quanto do narrador. Os critérios de seleção da retomada da coleta e da intensificação da descrição de uma ou várias sequências são, assim, determinados pelos objetos da pesquisa e pelo estado dos dados constituídos que podem mostrar-se, por exemplo, incompletos ou muito pouco detalhados do ponto de vista do pesquisador.

Para esse estudo, foi a unidade 5/sequência 9 que se tornou objeto de um trabalho de descrição aprofundada, referenciando o conteúdo dessa sequência à vivência de uma consulta médica (a quinta) que conduziu o médico a estruturar um protocolo de diagnósticos rigorosos e sistematizados, permitindo validar ou invalidar o diagnóstico dado precedentemente.

NARRATIVA 2. REGIME DA DESCRIÇÃO MICROFENOMENOLÓGICA

Vivência de um diagnóstico (Sequência 9)

Extensão da experiência de referência: 30 minutos

Formato narrativo: 388 palavras

S9.1/ “Um dos momentos mais marcantes desse período chamado de errância diagnóstica foi quando, após ter consultado, num espaço de três meses, quatro dermatologistas distintos, me levando a obter quatro diagnósticos diferentes,

S9.2/ fui recebido pela chefe clínica de dermatologia do hospital. Eram 16h30 de uma sexta-feira do mês de fevereiro de 2014. Os setores do hospital estavam começando a ficar vazios.

S9.3/ Eu acabava de ser examinado em uma mesa dotada de uma luz que permitia ver com precisão as diferentes manchas de minha pele. Eu estava admirado com o caráter sistemático e rigoroso do procedimento efetuado para a realização do diagnóstico.

S9.4/ Após uma espera de 15 minutos, eu estava sentado diante da chefe do setor para um primeiro veredito após o exame clínico. Propus a ela que visse também as fotos que eu tinha tirado do meu rosto com o celular, o que ela fez.

S9.5/ O telefone dela toca, ela atende e ao mesmo tempo continua a ver as fotos do meu celular. Sua atenção estava dividida entre a conversa com a pessoa do outro lado da linha e as minhas fotos que continuavam a passar diante dos olhos dela. Claramente ela tinha me esquecido momentaneamente.

S9.6/ Foi então que as fotos do meu rosto mostrando duas marcas muito evidentes dos dois lados do meu nariz aparecem na tela, exibindo um modelo perfeito do sinal de lúpus.

S9.7/ Vejo então uma transformação muito clara da sua expressão facial, que não foi possível disfarçar pelo fato de ela estar também conversando ao telefone.

S9.8/ Compreendi rapidamente que sua opinião tinha mudado, S9.9/ o que provocou em mim um pequeno terremoto: senti uma forma de escoamento, como um dique que repentinamente se rompe (S9a). Internamente, percebi uma liberação (S9b), o fim de uma resistência que se orientava para uma forma de aceitação resignada (S9c), oscilando entre o alívio e o medo (S9d). Externamente, a atmosfera da sala estava diferente, como se a hora tivesse avançado muito rapidamente e o início da noite estivesse próximo (S9e).

S9.10/ A médica desliga o telefone, levanta a cabeça, me olha de maneira direta e decidida: ‘Bom, vamos fazer um conjunto de exames para verificar: sangue e biópsia do rosto. Ainda há tempo para que as amostras sejam enviadas ao laboratório hoje.’

S9.11/ Sem refletir, eu a segui para a coleta de sangue. Eu estava em suas mãos, dependendo do seu conhecimento.”

A estrutura desse segundo *corpus* narrativo comporta, portanto, onze sequências. Incluídas em um conjunto de dados constituídos na escala de duas fases da investigação conduzida para esse estudo, essas sequências são subsequências e sua formalização resulta da fragmentação de uma sequência produzida na fase 1 (a sequência nove) por meio da narrativa biográfica.

Uma vez alcançada essa segunda etapa, uma terceira pode ser iniciada, levando em conta as questões em jogo no estudo, conforme apresentado abaixo. Essa fragmentação de nível três difere dos dois primeiros níveis, que procedem de uma redução da extensão da experiência de referência. A distinção introduzida aqui é a seguinte: a fragmentação de nível dois reduz a extensão da sequência temporal, a fragmentação de nível três mantém a extensão, mas dissocia os componentes integrados e orgânicos da experiência vivida para diferenciar seus aspectos. Em outras palavras, a fragmentação de nível três visa à aspectualização da experiência, ou seja, a dissociação dos componentes do vivido que, por síntese, fazem parte da donação da situação vivida. Essa dinâmica de fragmentação de nível 3 está relacionada à subsequência 9.9 neste estudo (Quadro 10.2).

Quadro 10.2 *Fragmentação da experiência de nível três e aspectualização do vivido*

SEQUÊNCIAS	NÚMERO DE PALAVRAS	TEMAS
S9.1	31 palavras	Trajetória de errância – Quatro diagnósticos
S9.2	29 palavras	Setor de dermatologia do hospital – Ambiente deserto
S9.3	40 palavras	Impressionado pelo profissionalismo do médico
S9.4	44 palavras	Apresentação da foto do rosco
S9.5	51 palavras	Atenção vigilante ao rosto do médico
S9.6	30 palavras	Surgimento da imagem típica da doença
S9.7	24 palavras	Mudança da expressão – Percepção de verdade

Continua

Continuação

SEQUÊNCIAS	NÚMERO DE PALAVRAS	TEMAS
S9.8	7 palavras	Percepção de uma mudança
S9.9	71 palavras	Experiência de um pequeno terremoto: Sensação de escoamento (S9.9a) Liberação, fim da resistência (S9.9b) Estado de resignação (S9.9c) Percepção de alívio e medo (S9.9d) Atmosfera externa transformada, final do dia (S9.9e)
S9.10	41 palavras	Posicionamento do médico
S9.11	19 palavras	Ruptura da agentividade, do sofrimento ao consentimento

O Quadro 10.2 formaliza as sequências identificadas durante a descrição microfenomenológica. Essas subseqüências compreendem um intervalo variável, de duração muito curta, de alguns minutos a alguns segundos, ou mesmo microssegundos, como é o caso da seqüência nove. Como indicado, a fragmentação na escala das subseqüências não leva a uma redução na extensão da subseqüência (e, portanto, na granularidade da narrativa), mas procede de uma diferenciação dos aspectos que participam da doação da experiência vivida, na escala da subseqüência.

Quadro 10.3 *Dissociação dos componentes da experiência vivida na escala de uma subseqüência*

SEQUÊNCIAS	NÚMERO DE PALAVRAS	TEMAS	COMPONENTES DA DOAÇÃO
S9	71 palavras	Experiência de um pequeno terremoto: Sensação de escoamento (S9.9a) Liberação, fim da resistência (S9.9b) Estado de resignação (S9.9c) Percepção de alívio e medo (S9.9d) Atmosfera externa transformada, final do dia (S9.9e)	Esfera da propriocepção Esfera da sensação Espera da cognição Esfera da sensação Esfera da percepção da atmosfera

Os quadros 10.2 e 10.3 permitem exemplificar os efeitos do regime da descrição microfenomenológica sobre a expressão verbal do vivido:

- formalização das sequências e subseqüências;
- aspectualização no nível das subseqüências.

Esse regime torna possível acessar as dimensões microgenéticas da doação da experiência vivida e, com isso, dissociar os componentes cognitivo, corporal, agentivo e sensível que fazem parte da doação em situação, mantendo a possibilidade, apesar das dimensões microprocessuais da experiência descrita, de situar essas unidades e aspectos do vivido no centro de sequências mais amplas até poder encontrá-las e situá-las na escala biográfica, ou seja, nas unidades temporais formalizadas durante a primeira fase do estudo. Os procedimentos de modulação dos regimes narrativos, assim como os procedimentos de tratamento dos dados, devem permitir estruturar dados que poderão ser analisados segundo diferentes níveis granulares, sem perda da dimensão orgânica e simbiótica da experiência vivida. Isso pressupõe poder articular diferentes níveis de fragmentação da experiência vivida durante as fases de tratamento, dos macroprocessos de ordem biográfica até os microprocessos relacionados à vida sensível, sem produzir uma ruptura de limite. Assim, mesmo que os dados levantados na escala das duas narrativas comportem variações de escala temporais importantes, o tratamento e a formalização dos dados devem permitir agregar os dados das duas narrativas, restituindo a dimensão longitudinal da experiência vivida e as camadas experienciais descobertas pela análise.

Modelização da estrutura temporal dos dados levantados

O trabalho de sequenciamento que acaba de ser realizado permite formalizar o Quadro 10.4.

Quadro 10.4 *Matriz integrando as unidades, sequências, subsequências e aspectos da experiência vivida segundo uma abordagem longitudinal e microgenética*

NARRATIVA 1 – REGIME NARRATIVO BIOGRÁFICO				
PERÍODO DA VIDA, DURAÇÃO DA EXPERIÊNCIA VIVIDA DE 18 MESES, FRAGMENTAÇÃO EM CINCO UNIDADES				
U1.	U2.	U3.	U4.	U5.
Contexto biográfico	Aparecimento dos sintomas	Primeiro diagnóstico	Peregrinação terapêutica	Segundo diagnóstico e recepção dos resultados
S1.	S2.	S3.	S4.	S5.
Trajetória do doutorado	Tensão e fadiga	Falta de atenção ao corpo	Entrega da tese	Aparecimento dos sintomas
	S6.	S7.	S8.	S9. Segundo diagnóstico no hospital
	Primeiro diagnóstico	Peregrinação terapêutica	consulta hospital	S10. Recepção dos resultados
	S5.1 Corpo (manchas vermelhas)	S6.1 Corpo (fortes manchas vermelhas)		
	S5.2 Psíquico (fragilidade)	S6.2 Chegada ao consultório médico		
	S5.3 Cognitivo (decisão de marcar uma consulta)	S6.3 Espera		
		S6.4 Entrada no consultório médico		
		S6.5 Senta-se		

Continuação

NARRATIVA 1 – REGIME NARRATIVO BIOGRÁFICO										
PERÍODO DA VIDA, DURAÇÃO DA EXPERIÊNCIA VIVIDA DE 18 MESES, FRAGMENTAÇÃO EM CINCO UNIDADES										
	S6.6	Médico ocupado								
	S6.7	Pergunta do médico								
	S6.8	Resposta: manchas								
	S6.9	Anúncio: lúpus								
	S6.10	Surpresa								
	S6.11	Diagnóstico a ser confirmado								
	S6.12	Levantamento de informações								
NARRATIVA 2 – DESCRIÇÃO MICROFENOMENOLÓGICA										
FOCO NA SEQUÊNCIA S9 – SEGUNDO DIAGNÓSTICO NO HOSPITAL										
S9.1	S9.2	S9.3	S9.4	S9.5	S9.6	S9.7	S9.8	S9.9	S9.10	S9.11
Contexto	Chegada ao hospital	Exame	Primeiro veredito	Médico ao telefone	Manchas	Sinais clínicos	Surpresa do médico	Abalo interno do paciente	Percepção de ruptura, liberação, mudança no ambiente	Médico decide realizar o protocolo completo
				Foto do rosto						Início do regime do sofrer/ suportar

A lógica seguida durante a construção do Quadro 10.4 visa a reunir de maneira organizada o conjunto das sequências e subsequências, restituindo a dimensão longitudinal da experiência vivida, assim como sua dinâmica microgenética, a partir da identificação dos processos relativos à vida sensível. A matriz formalizada no quadro agrega as sequências e subsequências, restituindo-as em uma dinâmica microgenética e generativa por meio da reconstituição da temporalidade diacrônica e da duração, o que permite restituir a textura experiencial expressa em palavras na narração do vivido. A primeira parte da matriz apresenta, respeitando a dinâmica de fragmentação, as unidades temporais e, em seguida, as sequências e subsequências associadas a cada uma das unidades. A segunda parte (linhas de baixo) integra as onze subsequências resultantes da fragmentação da sequência 9 (unidade 5). Para cada uma das unidades, sequências e subsequências, um conteúdo está nomeado por meio da tematização.

Segundo estudo: da descrição fenomenológica à narrativa de vida

Para este segundo estudo, que reflete sobre os processos de formação de si por meio da experiência de uma viagem, três narrativas são propostas e foram produzidas a partir de três orientações sucessivas que objetivam a mesma vivência, procedendo por uma extensão gradual do seu alcance. A especificidade deste estudo consiste, portanto, em manter idêntico o formato narrativo de cada uma das histórias, apesar da extensão gradual da profundidade da experiência vivida de referência. Essa relativa fixidez do formato narrativo é materializada no estudo a partir da contagem do número de palavras em cada narrativa. O estudo começa mobilizando o regime de descrição microfenomenológica para estender-se em seguida, por círculos concêntricos, mobilizando o regime da narração do vivido, seguido da narração biográfica. A modelização esquemática do protocolo de

investigação para este segundo estudo pode ser formalizada a partir dos parâmetros abaixo:

- *Escopo da experiência de referência*: extensão gradual em três etapas: 1) descrição microfenomenológica de uma experiência marcante associada à experiência de estar em outro lugar, 2) narração de um momento de uma viagem de três meses, 3) narrativa de um período de vida incluindo a experiência da viagem.
- *Modulação de regimes narrativos*: da descrição detalhada da experiência à narração configurada de momentos de vida.
- *Evolução do formato narrativo*: formato fixo, com manutenção do enquadramento, gerando uma intensificação da compressão temporal na narrativa de si, devido à extensão do alcance da experiência de referência, sem variação do formato.

Constituição do corpus

A estratégia de investigação é iniciada a partir da identificação de um momento inaugural, concebido como decisivo do ponto de vista do narrador, sendo que esse primeiro momento está descrito na primeira narrativa de maneira detalhada e aspectual. A segunda narrativa estende uma primeira vez o alcance da experiência vivida, passando de uma duração de 60 minutos a uma outra de três meses, o que permite estender a amplitude diegética da narrativa. O mesmo procedimento é seguido por meio da narração biográfica, que permite a expressão em palavras, em um formato constante, de um período de três anos de vida. A abordagem assim conduzida assemelha-se a um processo de retrodição,²⁰⁴ no qual a identificação de um momento marcante e sua descrição detalhada conduzem a caracterizá-lo para, em seguida, situá-lo dentro de um momento de uma trajetória, por sua vez, localizada em um período de vida do narrador.

204. P. Veyne, *Comment on écrit l'histoire*, 1971.

As três narrativas são produzidas pelo autor deste livro, mobilizando a orientação enunciada abaixo. O leitor poderá fazer o mesmo, para exercitar a abordagem e constatar seus efeitos.

EXEMPLO

“Primeiramente, eu me proponho a lembrar de uma das viagens que foi importante para mim e, em seguida, revisitar os primeiros momentos dessa viagem, para descrevê-los de maneira cronológica e temporalizada a fim de colocar em palavras os primeiros instantes da chegada e da evolução da experiência de estar em outro país.”

A primeira narrativa apresenta, portanto, uma vivência inaugural: a chegada do narrador a um aeroporto da Índia. A duração da experiência narrada é curta, a descrição detalhada compreende uma diferenciação entre diferentes aspectos: ambiente, sensação corporal, percepções sensoriais, ações, movimentos...

NARRATIVA 1. REGIME MICROFENOMENOLÓGICO

Extensão da experiência de referência: 60 minutos

Formato narrativo: 232 palavras

“Minha primeira viagem à Índia aconteceu entre dezembro de 1993 e maio de 1994. Quando cheguei ao aeroporto de Nova Deli, em dezembro de 1993, por volta das 10h da manhã, fui interpelado pela estranha luz do aeroporto. Uma claridade um pouco amarelada das lâmpadas que, combinada com o mobiliário que me pareceu ultrapassado, criava uma atmosfera que não me era familiar. O calor úmido que reinava reforçava essa sensação de mudança repentina, até mesmo de ruptura com o mundo que eu havia deixado na França quando entrei no avião. Depois de pegar minha bagagem, me dirigi para a saída. Quando me aproximei da linha que sinalizava a entrada no aeroporto, pelo lado do visitante, vi uma multidão compacta na minha frente. Senti uma forte apreensão que quase me paralisou. Uma centena

de olhos pareciam cravados em mim. Eu podia ouvir o barulho da multidão, da rua, das obras. A luz estava agora quase me cegando. Meu batimento cardíaco parecia ter acelerado enquanto o ritmo dos meus passos tinha abrandado completamente. Atravessar a linha que separava a ‘zona de trânsito’ da zona de ‘recepção dos viajantes’ marcou minha entrada na Índia. Eu sabia que não podia voltar atrás. Eu teria então que seguir em frente, deixar o aeroporto e ir mais fundo na cidade. Após alguns segundos de hesitação, compreendi que tinha de continuar. Então, recomecei a andar e mergulhei na multidão.”

A segunda narrativa se constrói a partir da experiência de referência que forma a base da primeira história (a viagem de 1993 à Índia), ao mesmo tempo em que amplia o foco, ou seja, estendendo o período, de uma duração de 60 minutos para três meses. A taxa de compressão do tempo gerado é, portanto, substancial quando se passa da primeira para a segunda história, já que o formato narrativo não muda: cerca de 250 palavras. Como resultado desse efeito de compressão, o narrador tem que compor selecionando os fatos vividos durante o período de três meses no qual está incluído o momento inaugural descrito na narrativa 1, o que influencia os procedimentos de composição da narrativa.

NARRATIVA 2. REGIME DA NARRAÇÃO BIOGRÁFICA – MOMENTO DE VIDA

Extensão da experiência de referência: 90 dias

Formato narrativo: 209 palavras

“Minha primeira viagem à Índia ocorreu entre dezembro de 1993 e maio de 1994. Comecei ficando alguns dias em Nova Deli, na pousada Ringo, que hoje em dia está fechada. Esse lugar serviu de refúgio durante a primeira semana. Eu estava de fato muito desorientado com as incessantes solicitações, tentativas de golpes de todo tipo. Demorei vários dias para poder caminhar

pela rua, para me orientar, para entender o que podia comer, limitando o risco de intoxicação alimentar. Em seguida passei pelo Rajastão, depois desci para Bombaim. As primeiras semanas foram muito difíceis. Vivi a experiência do adoecimento, do isolamento. Minhas viagens alternavam entre ônibus e trem, sem muito conforto. Aprendi a estar vigilante, me mantendo alerta com a minha bagagem, com a comida que escolhia e com a minha condição física. A chegada ao sul da Índia, depois uma estadia de três semanas no Sri Lanka, antes de regressar a Madras, Tamil Nadu, foi mais tranquila. Me lembro de me sentir fisicamente um pouco relaxado durante uma manhã ensolarada em Mahabalipuram. Estava começando a entender a Índia, e senti como se tivesse aprendido a viajar e viver lá. Depois de três meses, regressei ao norte, chegando a Varanasi... O segundo período desta viagem de seis meses então começou.”

A terceira e última narrativa estende novamente o alcance da experiência de referência comum às três narrativas (a experiência de viagem à Índia) e a integra, sempre em um formato narrativo constante, em um período de vida com duração de 36 meses, multiplicando assim doze vezes a duração considerada em relação à narrativa dois. A taxa de compressão do tempo intensifica-se de maneira maciça, com um efeito direto sobre a granularidade narrativa e sobre a extensão das sequências.

NARRATIVA 3. REGIME DA NARRAÇÃO BIOGRÁFICO – PERÍODO DE VIDA

Extensão da experiência de referência: 36 meses

Formato narrativo: 212 palavras

“Durante o último ano do curso que fazia na época, em 1993, tive a oportunidade de viver seis meses na Ilha da Reunião, para realizar meu estágio de graduação. Foi a minha primeira longa experiência de viver longe da metrópole. Fui hospedado por

uma família mauriciana, que me apresentou à arte do chá indiano. Foi então que surgiu o projeto de uma viagem de longa duração à Ásia. Depois de seis meses de preparação, parti para a Índia. Essa viagem de seis meses causou uma verdadeira ruptura no decorrer da minha vida: uma quebra nos ritmos, mudança de rotina, riscos, encontros decisivos... Voltei transformado, lutando durante os primeiros meses para me reintegrar em uma vida cotidiana governada pelo sedentarismo. Durante os primeiros meses, eu estava dividido entre o prazer de redescobrir formas de conforto que tinha quase esquecido e o desejo frequente de partir novamente. Senti falta do movimento e da mudança de rotina. Contudo, tinha aprendido maneiras inéditas de conduzir minha vida durante essa fase de imersão nos mundos indianos. Com o tempo, aprendi a reconhecer esses aprendizados e torná-los um hábito, falando deles e mobilizando-os em contextos de trabalho. Gradualmente, surgiu uma continuidade a esta vida de viagens, entre a inscrição profissional e a entrada na vida de casado.”

A estratégia de pesquisa seguida foi, portanto, conduzida em três fases, procedendo por extensão gradual da escala temporal da experiência de referência, sem variação no formato do espaço atribuído para a progressão da narrativa. Essa estratégia mobiliza inicialmente o regime de descrição microfenomenológica, depois, gradualmente, por extensão, mobiliza o regime de narração biográfica durante o curso da investigação. A sucessão das três narrativas permite o desvelamento de aspectos distintos da experiência de viagem: dimensões sensíveis e experienciais na descrição microfenomenológica na narrativa 1; dimensões longitudinais e sequenciais na narrativa 2; perspectiva biográfica e retrospectiva na narrativa 3.

A estratégia de estender gradualmente a duração de uma experiência de referência, combinada com a manutenção do mesmo

formato narrativo, torna possível apreender concretamente os efeitos das variações de escala na identificação dos fenômenos e fatos vivenciados, sendo que a granularidade é modificada durante a passagem de uma narrativa a outra, produzindo uma renovação dos conteúdos experienciais e uma transformação nos fatos vividos e em seu enredo.

Da fragmentação ao sequenciamento dos dados

Os critérios a partir dos quais a estratégia da pesquisa foi conduzida podem ser resumidos da seguinte forma:

- condução de três narrações sucessivas;
- manutenção da experiência de referência;
- extensão gradual do seu alcance;
- estabilização de um formato narrativo;
- massificação gradual da granularidade entre a narrativa 1 e a 3.

Essa estratégia gera um *corpus* de dados singular, cuja análise pode ser organizada da seguinte forma:

- fragmentação da narrativa por meio da identificação das unidades temporais;
- identificação dos fatos vivenciados;
- descoberta da estrutura temporal na escala de cada uma das narrativas;
- descoberta da estrutura temporal na escala do *corpus*;
- tematização com base na seleção dos eventos.

O sequenciamento dos dados, primeira etapa do processamento, pode então ser realizado com base no modelo apresentado no Quadro 10.5.

Quadro 10.5 *Fragmentação e processamento sequencial dos dados*

NARRATIVA 1	NARRATIVA 2	NARRATIVA 3
<p>DURAÇÃO DA EXPERIÊNCIA: 60 MINUTOS FORMATO DO TEXTO: 232 PALAVRAS NÚMERO DE SEQUÊNCIAS: 5</p>	<p>DURAÇÃO DA EXPERIÊNCIA: 90 DIAS FORMATO DO TEXTO: 209 PALAVRAS NÚMERO DE SEQUÊNCIAS: 7</p>	<p>DURAÇÃO DA EXPERIÊNCIA: 36 MESES FORMATO DO TEXTO: 211 PALAVRAS NÚMERO DE SEQUÊNCIAS: 6</p>
<p>N1.S1/ Minha primeira viagem à Índia aconteceu entre dezembro de 1993 e maio de 1994.</p>	<p>N2.S1/ Minha primeira viagem à Índia ocorreu entre dezembro de 1993 e maio de 1994.</p>	<p>N3.S1/ Durante o último ano do curso que fazia na época, em 1993, tive a oportunidade de viver por seis meses na Ilha da Reunião, para realizar meu estágio de graduação. Foi a minha primeira longa experiência de viver longe da metrópole. Fui hospedado por uma família mauriciana, que me apresentou à arte do chá indiano. Foi então que surgiu o projeto de uma viagem de longa duração à Ásia.</p>
<p>N1.S2/ Quando cheguei ao aeroporto de Nova Deli, em dezembro de 1993, por volta das 10h da manhã, fui interpelado pela estranha luz do aeroporto. Uma claridade um pouco amarelada das lâmpadas que, combinada com o mobiliário que me pareceu ultrapassado, criava uma atmosfera que não me era familiar. O calor úmido que reinava reforçava essa sensação de mudança repentina, até mesmo de ruptura com o mundo que eu havia deixado na França quando entrei no avião.</p>	<p>N2.S2/ Comecei ficando alguns dias em Nova Deli, na pousada Ringo, que hoje em dia está fechada. Esse lugar serviu de refúgio durante a primeira semana. Eu estava de fato muito desorientado com as incessantes solicitações, tentativas de golpes de todo tipo.</p>	<p>N3.S2/ Depois de seis meses de preparação, parti para a Índia.</p>

Continua

Continuação

NARRATIVA 1	NARRATIVA 2	NARRATIVA 3
<p>DURAÇÃO DA EXPERIÊNCIA: 60 MINUTOS FORMATO DO TEXTO: 232 PALAVRAS NÚMERO DE SEQUÊNCIAS: 5</p>	<p>DURAÇÃO DA EXPERIÊNCIA: 90 DIAS FORMATO DO TEXTO: 209 PALAVRAS NÚMERO DE SEQUÊNCIAS: 7</p>	<p>DURAÇÃO DA EXPERIÊNCIA: 36 MESES FORMATO DO TEXTO: 211 PALAVRAS NÚMERO DE SEQUÊNCIAS: 6</p>
<p>N1.S3/ Depois de pegar minha bagagem, me dirigi para a saída. Quando me aproximei da linha que sinalizava a entrada no aeroporto, pelo lado do visitante, vi uma multidão compacta na minha frente. Senti uma forte apreensão que quase me paralisou. Uma centena de olhos pareciam cravados em mim. Eu podia ouvir o barulho da multidão, da rua, das obras. A luz estava agora quase me cegando. O meu batimento cardíaco parecia ter acelerado enquanto o ritmo dos meus passos tinha abrandado completamente. Atravessar a linha que separava a “zona de trânsito” da zona de “recepção dos viajantes” marcou a minha entrada na Índia. Eu sabia que não podia voltar atrás. Eu teria então que seguir em frente, deixar o aeroporto e ir mais fundo na cidade.</p>	<p>N2.S3/ Demorei vários dias para poder caminhar pela rua, para me orientar, para entender o que podia comer, limitando o risco de intoxicação alimentar.</p>	<p>N3.S3/ Essa viagem de seis meses causou uma verdadeira ruptura no decorrer da minha vida: uma quebra nos ritmos, mudança de rotina, riscos, encontros decisivos...</p>
<p>N1.S4/ Após alguns segundos de hesitação, compreendi que tinha de continuar.</p>	<p>N2.S4/ Em seguida passei pelo Rajastão, depois desci para Bombaim. As primeiras semanas foram muito difíceis. Vivi a experiência do adoecimento, do isolamento. Minhas viagens alternavam entre ônibus e trem, sem muito conforto. Aprendi a estar vigilante, me mantendo alerta com a minha bagagem, com a comida que escolhia e com a minha condição física.</p>	<p>N3.S4/ Voltei transformado, lutando durante os primeiros meses para me reintegrar em uma vida cotidiana governada pelo sedentarismo.</p>

Continua

Continuação

NARRATIVA 1	NARRATIVA 2	NARRATIVA 3
<p>DURAÇÃO DA EXPERIÊNCIA: 60 MINUTOS FORMATO DO TEXTO: 232 PALAVRAS NÚMERO DE SEQÜÊNCIAS: 5</p>	<p>DURAÇÃO DA EXPERIÊNCIA: 90 DIAS FORMATO DO TEXTO: 209 PALAVRAS NÚMERO DE SEQÜÊNCIAS: 7</p>	<p>DURAÇÃO DA EXPERIÊNCIA: 36 MESES FORMATO DO TEXTO: 211 PALAVRAS NÚMERO DE SEQÜÊNCIAS: 6</p>
<p>N1.S5/ Então, recomencei a andar, e mergulhei na multidão.</p>	<p>N2.S5 (a, b, c)/ A chegada ao sul da Índia (a), depois uma estadia de três semanas no Sri Lanka (b), antes de regressar a Madras, Tamil Nadu, foi mais tranquila (c). Me lembro de me sentir fisicamente um pouco relaxado durante uma manhã ensolarada em Mahabalipuram. Estava começando a entender a Índia, e senti como se tivesse aprendido a viajar e viver lá.</p>	<p>N3.S5/ Durante os primeiros meses, eu estava dividido entre o prazer de redescobrir formas de conforto que tinha quase esquecido e o desejo frequente de partir novamente. Senti falta do movimento e da mudança de rotina. Contudo, tinha aprendido maneiras inéditas de conduzir minha vida durante essa fase de imersão nos mundos indianos.</p>
	<p>S6/ Depois de três meses, regresssei. ao norte, chegando a Varanasi...</p>	<p>N3.S6/ Com o tempo, aprendi a reconhecer esses aprendizados e torná-los um hábito, falando deles e mobilizando-os em contextos de trabalho. Gradualmente, surgiu uma continuidade a esta vida de viagens, entre a inscrição profissional e a entrada na vida de casado</p>
<p>N2.S7/ O segundo período desta viagem de seis meses então começou.</p>		

Com relação aos procedimentos de fragmentação das narrativas, de identificação das unidades temporais e de sequenciamento dos dados, várias observações podem ser feitas:

- Os critérios de sequenciamento parecem fundados sobre dêiticos temporais, ou seja, sobre as palavras que indicam um avanço temporal da narrativa. Mostra-se conveniente notar, mais uma vez, que o modo de levantamento dos dados e os procedimentos de condução característicos da investigação narrativa têm por efeito prefigurar os dados para a análise, organizando-se temporalmente a partir do princípio de sucessão.
- O nível de fragmentação e o número de sequências que resultam dele (N1.S1...) parecem homogêneos nas três narrativas (N1, N2, N3). O número de sinais para cada uma das sequências mostra-se, contudo, variável. A narrativa 1, produzida por meio do regime da descrição microfenomenológica, comporta cinco sequências, sendo que duas (N1.S3 e N1.S4) contêm 80% do conteúdo narrado (calculado em número de palavras contidas nessas duas unidades em relação ao número total de palavras da narrativa). Comparativamente, a narrativa 3 comporta uma distribuição equilibrada do conteúdo para cada uma das sequências. Essa variação na distribuição do conteúdo por sequências caracteriza o efeito dos regimes narrativos: a descrição gera efeitos de intensificação que se concretiza pela redução do número e de sequência, e pelo aumento do conteúdo por sequência. Ao contrário, a narração biográfica gera fenômenos de nivelamento e equilíbrio quanto à distribuição dos conteúdos por sequência.
- A sequência apresentada no Quadro 10.5 resulta da fragmentação das três narrativas. Algumas sequências, como a N2.S5, poderiam ser objeto de uma fragmentação de nível 2. A intensificação da fragmentação é, portanto, possível. Contudo, não é sistematicamente pertinente, uma vez que o ajuste do nível de fragmentação depende do escopo da pesquisa e da natureza concreta dos dados coletados.

Do tratamento sequencial à tematização

O trabalho de sequenciamento fundado na fragmentação da narrativa visando ao recorte das unidades temporais constitui a primeira operação de tratamento dos dados. Ele permite identificar a estrutura temporal diacrônica da experiência vivida, tal como ela se mostra na narrativa. Essa estrutura pode ser objeto de uma análise, a partir de uma perspectiva estritamente cronológica, o que leva, por exemplo, a questionar as dimensões completas dos eventos identificados na narrativa, segundo uma perspectiva em primeira pessoa (quando o narrador relê a história), em segunda pessoa (pelas interações com o pesquisador), ou mesmo em terceira pessoa (pela mobilização de recursos documentais ou material de arquivo).

A segunda operação de tratamento pode, em seguida, iniciar-se por meio da integração das três narrativas em uma estrutura que cruza as dimensões temporais e temáticas do conjunto do *corpus* narrativo. No contexto do estudo em tela, e após o primeiro tratamento dos dados que permitiu identificar as sequências na escala das narrativas, a estruturação de uma matriz comum visa à integração das sequências identificadas em uma estrutura comum que respeita o ordenamento cronológico geral. É conveniente, portanto, situar as narrativas um e dois como instantes e momento da experiência contidos na narrativa três, de acordo com a seguinte lógica de integração: a sequência N3.S3 contém as narrativas 1 e 2; a sequência N2.S1 contém a narrativa 1, faltando, então, nomear cada uma das sequências, o que permite finalizar a segunda operação de processamento de dados e obter a matriz do Quadro 10.6.

Quadro 10.6 – *Estrutura comum às três narrativas por cruzamento temático e temporal*

NARRATIVA 3 – REGIME NARRATIVO BIOGRÁFICO			
PERÍODO DE VIDA, DURAÇÃO DA EXPERIÊNCIA DE 36 MESES, FRAGMENTAÇÃO EM 6 SEQUÊNCIAS			
N3.S1 Final do ciclo de estudos	N3.S2 Viagem iniciática	N3.S3 Experiência em terras estrangeiras	N3.S4 Retorno para casa
		N3.S5 Integração biográfica	N3.S6 Integração dos aprendizados no cotidiano
NARRATIVA 2 – NARRAÇÃO DA EXPERIÊNCIA VIVIDA			
MOMENTO BIOGRÁFICO (FOCO NA SEQUÊNCIA N3.S3): A PROVAÇÃO			
N2.S1 Experiência em terras estrangeiras	N2.S2 Vivência da incerteza e cautela	N2.S3 Primeiras aclimações	N2.S4 Primeiros deslocamentos e hipervigilância
		N2.S5 Integração dos gestos e percepção de domínio	N2.S6 Finalização de um ciclo. Primeira fase da viagem
			N2.S7 Segunda fase da viagem
NARRATIVA 1 - DESCRIÇÃO MICROFENOMENOLÓGICA			
MOMENTO INAUGURAL (FOCO NA SEQUÊNCIA N2.S1): A IMERSÃO			
N1.S1 Experiência em terras estrangeiras	N1.S2 Chegada à Índia, ambiente do aeroporto	N1.S3 Surgimento de uma percepção de estranheza e de risco	N1.S4 Oscilação e decisão de superar um limite
			N1.S5 Primeira imersão no país

O Quadro 10.6 formaliza os dados constituídos durante essa primeira fase de análise, integrando cada uma das sequências temporais em uma matriz que permite restaurar, na escala do *corpus*, as dimensões integradas, orgânicas e microgenéticas da experiência vivida tal como ela se mostra por meio da linguagem. Essa fase, que cruza o temporal e o temático, pode ser considerada um primeiro nível de resultado no curso das operações de processamento do *corpus*, podendo os elementos agregados na tabela oito servir de base para uma análise temática, processual e temporal do fenômeno estudado, neste caso os efeitos da transformação resultante da experiência de viagem.

Síntese do capítulo

Neste capítulo, dois estudos foram apresentados em detalhes, com o objetivo de caracterizar os efeitos da modulação dos regimes narrativos no decorrer da investigação, com base nas narrativas e no *corpus* de dados que delas resulta. Um segundo objetivo foi apresentar a forma como se concretizam as operações de temporalização, fragmentação e sequenciamento no decorrer da investigação narrativa. Para isso, foram diferenciados os níveis de fragmentação e formalizados os critérios para o sequenciamento, conduzindo a uma reflexão sobre os critérios que permitem regular os níveis de fragmentação de acordo com a especificidade da pesquisa realizada. As matrizes apresentadas no final de cada um dos dois estudos visam a ressituar todas as operações, às vezes técnicas, ligadas ao trabalho de processamento de dados, na abordagem geral da investigação narrativa, cuja função é gerar conhecimento sobre os eventos vividos e sobre suas repercussões ao longo do tempo na experiência e na vida do sujeito.

11. DA ANÁLISE DOS DADOS ÀS CATEGORIAS

Os elementos apresentados nos capítulos 9 e 10 não constituem uma resposta direta às interrogações ou críticas referentes à possibilidade de edificar conhecimentos científicos a partir da expressão e da narração da experiência vivida. Um livro não seria suficiente para documentar todas as controvérsias entre os proponentes de uma ciência acerca da experiência vivida²⁰⁵ e as abordagens que invalidam *a priori* as formas de conhecimento que se referem aos dados derivados da experiência. Para isso, só precisamos voltar às posições de Bachelard, cuja firmeza levaria quase a encerrar a discussão: “Na formação de uma mente científica, o primeiro obstáculo é a experiência colocada antes e acima da crítica, que é necessariamente um elemento integrante da mente científica”.²⁰⁶ Ele acrescenta em seguida: “Essa é a tese filosófica que vamos defender: a mente científica deve se formar contra a natureza, contra o que está em nós e fora de nós”.²⁰⁷

Contudo, é possível considerar que a análise das formas narrativas que fazem parte da expressão da experiência vivida constitui um meio, uma maneira, um conjunto de procedimentos documentados, cujo interesse é mobilizar a experiência vivida para gerar co-

205. C. Petitmengin *et al.*, “Vers une science de l’expérience vécue”, 2015.

206. P. Bachelard, *La formation de l’esprit scientifique*, 2004, p. 23.

207. *Ibidem*.

nhcimentos que são dependentes, em seus modos de existência, da narração e do relato de si. A situação narrativa da investigação narrativa é “autodiegética”²⁰⁸ com uma referência mantida ao evento experienciado, expresso em primeira pessoa. É essa postura de enunciação singular que torna possível o estudo das instâncias narrativas da história de vida²⁰⁹ e dos procedimentos pelos quais se constroem a experiência da passagem para a linguagem e o relato de si.

Dados presentacionais, temporalizados e experienciais

Ao fundar o procedimento de investigação sobre o *difícil problema da experiência*,²¹⁰ ou seja, a dimensão experiencial da experiência vivida (os efeitos experimentados no contato com os objetos da experiência), a investigação narrativa visa a caracterizar os processos pelos quais acontecem – entre duração e detalhe – as transformações dos pontos de vista dos sujeitos, sejam eles individuais ou coletivos. E, a fim de apreender a complexidade da experiência, o objetivo é orientar-se, no decorrer da investigação, mantendo dois eixos: a temporalização da experiência e a configuração da experiência vivida. Assim, a proposta produzida pela investigação narrativa é estudar os modos de constituição de pontos de vista em relação aos modos de composição da narrativa de si. Em outras palavras, postula-se que a forma como um ponto de vista constitui-se, ou seja, a concretização de uma dinâmica de compreensão, de uma forma de pensar e de apreender eventos ocorridos no decorrer da vida, toma emprestados, para se realizar na linguagem, certos procedimentos, uma cinética e uma dinâmica que assumem a mesma forma dos processos constitutivos a partir dos quais os pontos de vista são construídos. A narração, de acordo com essa perspectiva, não traz à linguagem

208. J.-M. Adam e F. Revaz, *L'analyse des récits*, 1996, p. 82.

209. Y. Reuter, *L'analyse du récit*, 2016.

210. H. Breton, “La narration de l'expérience à l'épreuve du 'problème difficile' de l'expérience: Entre mémoire passive et historicité”, 2021c.

um conteúdo representado, mas conteúdos que são ao mesmo tempo presentacionais e presentificados: “Em vez de dizer que experimentamos representações, seria preferível dizer que nossas experiências são presentacionais e que apresentam o mundo como possuidor de certas características”.²¹¹

O que chega até a linguagem durante a atividade narrativa é tanto o mundo vivido quanto a forma como ele é habitado pelo sujeito. É, portanto, por meio de uma diferenciação em relação a uma perspectiva que apreende a experiência do ponto de vista da exterioridade que a investigação narrativa produz sua singularidade, e é por meio da mobilização de procedimentos metodológicos adequados à perspectiva compreensiva e experiencial que se constrói sua pertinência. Esses processos metodológicos buscam apreender:

- os *conteúdos da experiência* vividos pelo sujeito por meio da identificação e da descrição dos fatos vividos;
- as *repercussões experienciais* (os efeitos experimentados antes, durante e depois da experiência de eventos significativos) resultantes do contato do sujeito com o conteúdo dado no momento da irrupção dos eventos;
- a *temporalidade da propagação* dessas repercussões dos efeitos vividos na escala biográfica.

Os dados resultantes da investigação têm, portanto, a especificidade de tornar possível um inventário dos fatos significativos vividos por um sujeito em relação a um fenômeno dado, mas também de documentar a maneira pela qual esses fatos produziram processos de compreensão para o sujeito, influenciaram seus modos de existência, seus sentimentos de pertencimento, etc.

211. D. Zahavi, “Intentionnalité et phénoménalité. Un regard phénoménologique sur le problème difficile”, 2015, p. 91. (Tradução nossa).

A constituição dos dados narrativos

Segundo Demazière e Dubar, na análise das entrevistas biográficas a prioridade é dada ao que é dito pelas pessoas entrevistadas, à maneira como elas o dizem e, mais profundamente, à maneira como elas relatam seu mundo vivido: “Essas palavras expressam o que o sujeito vive ou viveu, seu ponto de vista sobre o ‘mundo’ que é ‘o seu mundo’ e que ele define da sua maneira, ao mesmo tempo que aprecia e que tenta convencer seu interlocutor da sua validade”.²¹²

A perspectiva afirmada pertence em parte à sociologia pragmática.²¹³ O sujeito, durante a composição da narrativa, expressa a sua experiência, afirma um mundo e realiza-se por meio da sua expressão no seio de um coletivo, de sua comunidade, dos mundos sociais de pertencimento. O exame desses processos pressupõe, para Demazière e Dubar,

[...] partir de materiais recolhidos e “trabalhá-los” a fim de produzir teorizações adequadas do fenômeno de interesse [...] O método que permite essa teorização é a comparação progressiva e permanente com outros “dados” diferentes mas similares, distintos mas comparáveis. Isso é, sem dúvida, para os autores, o que constitui a especificidade da sociologia em relação à etnografia ou à simples “descrição” das “categorias e propriedades específicas” (substantivas). Ou seja, que pertencem exclusivamente a um “caso específico”.²¹⁴

O desafio é duplo: gerar, por meio do trabalho de tematização, teorias que permitam caracterizar os fenômenos estudados no curso da investigação; fazer emergir, para isso, categorias que permitam construir um conhecimento sobre os fenômenos estudados e que estejam situadas na interface entre o experiencial e o formal, entre o

212. D. Demazière e C. Dubar, *Analyser les entretiens biographiques*, 2004, p. 7.

213. G. Tripier, “Une sociologie pragmatique”, 1998.

214. D. Demazière e C. Dubar, *Analyser les entretiens biographiques*, 2004, p. 8.

singular e o geral. Para constituir essas categorias, convém atentar à maneira pela qual os dados são constituídos, mantendo-se vigilante à relação muito estreita entre os dados que entram na análise de conteúdo²¹⁵ e os procedimentos de pesquisa a partir dos quais os dados são gerados.

A base movediça da situação narrativa em relação à situação biográfica

A narração da experiência vivida edifica-se sobre uma base experiencial movediça, evolutiva e subjetiva. Narrar uma experiência vivida é voltar-se para a experiência passada, apreendê-la como unidade para, pela expressão em palavras, produzir uma narrativa que oscila entre o descritivo e o biográfico. Essa operação torna possível a atividade de releitura, que tem como efeito potencial gerar processos de conscientização. Esses processos de reelaboração ocorridos no curso da atividade narrativa tornam problemática a constituição dos dados, podendo ocorrer um conflito de validade entre as versões sucessivas que se produzem ao longo da investigação. Quais são, então, as narrativas válidas e legítimas do ponto de vista científico? Seria preferível basear-se apenas nas primeiras versões das narrativas? Ou seria melhor considerar todas as versões com *o mesmo apreço* e depois se interessar pela e examinar a evolução das histórias conforme as sucessivas versões, escritas ou orais?

Essas questões são parte integrante do processo de investigação narrativa. Como já foi abordado no capítulo precedente, para cada pesquisa, um protocolo deve ser criado, em função do campo de pesquisa, do contexto, dos objetos de conhecimento buscados. A coleta pode se organizar a partir de uma entrevista, de entrevistas sucessivas, de entrevistas sucessivas que oscilam entre diferentes regimes narrativos, entre entrevistas sucessivas que alternam com fases de

215. L. Bardin, *L'analyse de contenu*, 2013.

releitura... O que está em jogo é acompanhar de maneira instrumentalizada, lúcida e sensível a expressão da experiência vivida, limitando tanto quanto possível os processos de redução da complexidade experiencial nos protocolos modelo, podendo ser integradas no *corpus* diferentes tipos de narrativas, até mesmo de versões. Isso pressupõe adotar um diário de pesquisa para documentar os critérios e parâmetros que foram levados em conta para regular os objetivos, o foco, os regimes narrativos ou as versões das narrativas priorizados e selecionados.

A dimensão subjetiva da experiência vivida

Este ponto constitui uma crítica recorrente aos métodos de pesquisa que solicitam a experiência vivida na escala do biográfico ou da descrição fenomenológica. A expressão do vivido baseia-se em uma dinâmica de introspecção que pode referir-se ao “mito da interioridade” e à linguagem privada.²¹⁶ Vários desses elementos estão resumidos na seguinte passagem:

Uma análise da história das dificuldades e das objeções que têm atormentado a psicologia introspeccionista conduz a identificar um obstáculo central: a pregnância de uma teoria representacionista e dualista do conhecimento, emprestada da física clássica. Da extrapolação dessa teoria tradicional do conhecimento, decorrem: 1) uma definição questionável da introspecção como observação de eventos internos; 2) objeções clássicas sobre a regressão ao infinito, induzida pela separação entre sujeito e objeto de introspecção, ou sobre a perturbação do processo psíquico induzido por sua observação, ou mesmo por sua descrição verbal; 3) uma norma de verdade-correspondência inacessível à investigação introspectiva; 4) uma cláusula de objetividade-separação que exclui em princípio um campo de investigação tão íntimo quanto a experiência em primeira pessoa.²¹⁷

216. J. Bouveresse, *Le mythe de l'intériorité. Expérience, signification et langage privé chez Wittgenstein*, 1987.

217. C. Petitmengin et al., “Vers une science de l'expérience vécue”, 2015, pp. 61-62.

O recurso às dinâmicas introspectivas ao longo da investigação apresenta várias dificuldades potenciais de um ponto de vista científico: esquecimento da dimensão social da existência, concentração sobre os sentimentos pessoais, falta de cruzamento entre os fatos sociais e os eventos biográficos e as formas de repercussão que resultam deles... Sem buscar responder ponto por ponto ao conjunto de parâmetros do que constitui “um espaço de controvérsia científica”,²¹⁸ a abordagem escolhida para esse livro foi a de fundar as operações da investigação narrativa em relação aos princípios de sucessão, de temporalização e de configuração da experiência vivida no curso da atividade narrativa a partir de critérios documentados.

Esses critérios, listados abaixo, permitem analisar e interrogar a pertinência dos protocolos da investigação narrativa:

- *O trabalho real de investigação conduzido pelos sujeitos solicitados na pesquisa*: quais são os indicadores que permitem apreender suas modalidades de engajamento e compreensão da natureza do trabalho de investigação proposto?
- *A atenção aos fatos, a seu inventário e seu ordenamento cronológico*: um trabalho instrumentalizado de coleta das datas dos eventos e de ordenamento será conduzido? A questão do perímetro do inventário é interrogada? O caráter completo desse inventário será examinado?
- *A lógica e prática da condução*: a condução apoia-se nas estruturas temporais e nas categorias narrativas do que surge no curso da entrevista? A eficácia das orientações, questões e estímulos é objeto de um processo sistemático de releitura?
- *Os critérios de regulação dos regimes narrativos*: são formalizados e documentados ao longo do processo? Um caderno de pesquisa foi adotado para registrar essas regulações?

218. B. Latour, *Enquête sur les modes d'existence*, 2012.

- *Os processos de releitura das narrativas*: uma modalidade coletiva e cooperativa foi concebida e acompanhada? Qual é o destino da releitura das narrativas partilhadas e transcritas? Como tratar as versões sucessivas dos textos produzidos?
- *A dimensão longitudinal da pesquisa*: a investigação pressupõe a execução de protocolos que tomam tempo, que comportam intrinsecamente uma dimensão longitudinal para sua implementação. Como será apreendida e examinada essa dimensão longitudinal da investigação, que constitui uma experiência em si mesma?
- *O cruzamento dos registros em primeira, segunda e terceira pessoa*: os fatos e fenômenos vivido e expressos em primeira pessoa nas narrativas serão, uma vez constituídos, objeto de uma análise a partir de um diálogo com o pesquisador, ou por *confrontação* com material de arquivo e documentos sócio-históricos?

Esses diferentes pontos do método podem ser objeto de uma atenção especial do ponto de vista do pesquisador no curso da investigação. Eles podem ser incluídos como notas nos apêndices da pesquisa, a fim de caracterizar de forma precisa e detalhada os elementos que, embora façam parte da condução, constituem informações valiosas para a análise dos dados.

A análise dos dados em três fases

Tal como já foi dito e descrito, considerando a estratégia de condução adotada, os dados gerados pela investigação narrativa são temporalizados e experienciais: temporalizados, pois a expressão verbal da experiência vivida opera-se a partir de uma dinâmica diacrônica; experienciais, pois a expressão é em primeira pessoa, ou seja, se dá a partir da evocação da experiência, o que permite a descrição de diferentes dimensões da experiência vivida: sensível, corporal, perceptiva, cognitiva, biográfica... Trata-se de dados singulares, que se desviam do *corpus* resultante dos modos mais tradicionais de pes-

quisa que utilizam entrevistas e que podem investigar representações, opiniões, intenções, ou privilegiar um regime declarativo, até mesmo reivindicativo. A análise desses dados pressupõe trazer à tona categorias que permitem compreender a dimensão orgânica e genética dos fenômenos apreendidos no decurso da narração e revelados nas histórias.

Fase 1: identificação da estrutura temporal

Em narratologia, o que é designado como uma sequência se inscreve em uma sucessão que marca o enredo, sendo que essa sucessão é marcada por um processo correspondente aos seguintes encadeamentos: situação inicial, nó, ação, desenlace, situação final.²¹⁹ Esse encadeamento vai modelizar a organização do enredo em textos narrados e romances. Ele permite, como sublinha Baroni, fazer emergir a tensão narrativa nas narrativas literárias, gerando efeitos de suspense, de curiosidade e de surpresa.²²⁰ Para Reuter, “a noção de sequência pode constituir uma resposta interessante como unidade de análise intermediária, mais reduzida que as etapas, mais extensa que as ações”.²²¹

No contexto da investigação narrativa, a distinção entre as sequências narrativas (que se inscrevem em uma dinâmica de ligação e de desenlace do enredo) e as sequências descritivas (que se referem a uma operação e seus aspectos singulares) não é considerada decisiva. De fato, tal como já foi dito, narrar ou descrever uma experiência vivida, consiste em trabalhar para que os fenômenos que se desenrolam no tempo passem para a linguagem. O que rege o sequenciamento, como foi mostrado no capítulo precedente, é o princípio de sucessão que preexiste ao enredo, o qual não resulta de uma técnica literária, mas de um processo vital, de ordem antropológica, que

219. J.-M. Adam e F. Revaz, *L'analyse des récits*, 1996, p. 68.

220. R. Baroni, *La tension narrative. Suspense, curiosité, surprise*, 2007.

221. Y. Reuter, *L'analyse du récit*, 2016, p. 27.

considera a narração, de um ponto de vista hermenêutico, como o meio de construção de sentidos da experiência vivida e de compreensão dos fenômenos ocorridos no curso da vida.

Partindo desses elementos, o que interessa à análise é fragmentar de maneira gradual a narrativa a fim de trazer à tona uma estrutura que pode comportar vários níveis, respeitando uma lógica de ordenamento que permite definir sequências, sem perder sua dimensão integrada, quase orgânica e biográfica. É segundo essa perspectiva que as matrizes são apresentadas nos quadros 10.5 e 10.6. O trabalho de sequenciamento e de hierarquização foi objeto do trabalho apresentado e detalhado no escopo dos dois estudos anteriormente expostos, o que permitiu estruturar a lógica de hierarquização entre unidades, sequências, subseqüências e componentes da experiência vivida. Os procedimentos que permitem gerar essa hierarquização foram também explicitados, o que permite propor para este capítulo um último estudo sem voltar de maneira detalhada a esses elementos. O objetivo é focalizar as dinâmicas de estruturação das categorias de análise.

Assim, por exemplo, a partir da narrativa autobiográfica²²² abaixo, uma linha do tempo pode ser produzida:

EXEMPLO

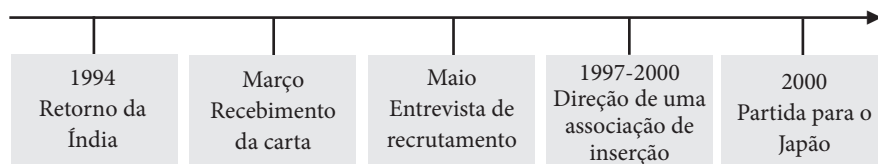
“Quando regresssei da Índia, em 1994, após uma longa estadia de seis meses, voltei para a casa dos meus pais, onde uma carta me esperava. Ela havia sido escrita pelo diretor de um centro social em Tours (França). Ele me propunha um encontro para discutir sobre um projeto associativo no âmbito da economia social e solidária, e queria encontrar comigo no escopo do meu recrutamento para um “serviço civil”. Eu era, então, ansiosamente aguardado pelas autoridades militares, que queriam me incorporar para poder realizar meu

222. Esse extrato foi publicado em H. Breton, “L'enquête narrative: Entre description du vécu et configuration biographique”, 2020d.

serviço militar de um ano. Meu recrutamento para esse projeto associativo me permitiria escapar de uma integração no exército, que se mostrava difícil para mim. Consegui então um horário, quinze dias depois, apesar de a carta ter sido endereçada a mim três meses antes. Durante o encontro, em um primeiro momento, tive o cuidado de apresentar as minhas competências no campo da educação popular. Após trinta minutos, o entrevistador me disse que tudo o que eu havia dito era interessante, mas que ele desejara me conhecer porque pensava que eu tinha competências em administração e gestão. Eu tinha intencionalmente omitido essa parte do meu perfil profissional porque pensava que, nesse contexto, isso não iria me servir. Por isso, tive que me interromper e mudar meu discurso. Fui então recrutado, o que me permitiu investir num projeto de criação de uma estrutura de apoio à inserção social por meio da mobilidade: aluguel de bicicletas, motocicletas a preços muito baixos para pessoas sem recursos, mediante recuperação e reparo. Após três anos de prática, o que me fez passar do estatuto de chefe de projeto para o de gestor de uma estrutura associativa (e que também me permitiu obter um DESS [Diplôme d'études supérieures spécialisées – Diploma de Estudos Superiores Especializados] e um DEA [Diplôme d'Études Approfondies – Diploma de Estudos Aprofundados] em ciências da educação). Uma vez a estrutura associativa criada e dois recrutamentos realizados, pedi demissão do cargo para voltar ao Japão, depois à Índia, para uma segunda longa viagem, de quase um ano. Eu tinha acabado de completar a primeira etapa da minha vida profissional.”

A primeira operação de análise consiste em identificar os fatos marcantes da narrativa e ordená-los temporalmente em uma linha do tempo, tal como apresentado na Figura 11.1.

Figura 11.1 *Temporalização por meio da sucessão de eventos presentes na narrativa*



Essa modelização permite constituir o primeiro nível da trama da narrativa, na qual os fatos vividos constituem as unidades temporais a partir das quais o trabalho de periodização organiza-se. Essa operação pode ser seguida por uma análise dos regimes cinéticos do texto, permitindo assim apreender o relevo diegético da narrativa.

Fase 2: análise dos regimes cinéticos da narrativa

A primeira operação é concluída com a produção de uma matriz – como foi apresentado no capítulo precedente – que ordena as unidades, sequências e subsequências produzidas no curso do levantamento, sendo que o desafio está em dar conta das estruturas lógica, temporal e experiencial da narrativa. Essa forma de análise se afasta das análises clássicas provenientes dos estudos em narratologia, descritas especialmente por Genette em seu capítulo “Ordem”, cuja característica é realizar a identificação e o exame das anacronias, analepses e prolepses no texto.²²³ No que diz respeito à investigação narrativa, a análise da estrutura temporal da narrativa constitui mais um meio do que um fim, produzindo traços, sinais e indícios que permitem inferir os tipos de lógicas que geram a textura da narrativa: modos de configuração dimensão tímica e tonal, regimes cinéticos.

Baudouin, inspirando-se nos trabalhos de Adam e Genette, formalizou uma grade que permite modelizar as variações de regimes cinéticos dos textos autobiográficos:

223. G. Genette, *Discours du récit*, 1983.

Quadro 11.1 *Procedimentos narrativos e variações cinéticas da narrativa*

Pausa	Ação suspensa	Fator importante de desaceleração
Cena	Ação narrada	Fator de desaceleração
Sumário	Ação resumida	Fator de aceleração
Elipse	Ação omitida	Fator importante de aceleração

Fonte: J.-M. Baudouin (2010, p. 419).

A formalização produzida no Quadro 11.1 permite objetivar, na escala da narrativa, a maneira como o narrador gerou as imposições estruturais da experiência narrativa e a compôs, muitas vezes involuntariamente, para integrar e dar conta de eventos marcantes, mantendo um princípio de equilíbrio e proporção entre os fatos na escala da narrativa de si. Segundo Baudouin, dados quantificados podem constituir indicadores para objetivar a velocidade das narrativas, que pode ser caracterizada pela razão: tempo vivido/ tempo de expressão (ou número de caracteres ou palavras do texto). Assim, uma narrativa que contém seis meses de experiência vivida em mil caracteres é duas vezes mais rápida do que uma narrativa que conta a mesma experiência em 10 mil caracteres.

Esse dado é, evidentemente, relativo. Contudo, para o pesquisador, ele produz indicações acerca da maneira como a experiência se deu no curso da atividade narrativa para a(s) pessoa(s) implicada(s) na investigação. Ele fornece também indícios sobre os modos de organização e constituição utilizados pelo narrador para compor sua narrativa, portanto para configurar os fatos vivido dentro de um enredo, ao mesmo tempo que delibera sobre os níveis de detalhes conferidos a cada um dos fatos para que a narrativa de si seja completa e finalizada. O exame dos procedimentos, das inferências, das temáticas e dos equilíbrios contidos na narrativa permite ao pesquisador dispor de informações pertinentes para interpretar a narrativa, levando em conta o conteúdo, a granularidade, o equilíbrio entre as

sequências e subsequências, as variações de cinética do texto segundo os períodos, momentos e instantes de vida.

Fase 3: análise das configurações narrativas

As duas fases precedentes visaram, respectivamente, à identificação da estrutura temporal da narrativa e, em seguida, às variações cinéticas da narrativa. A terceira operação pode tomar por base esses dois primeiros níveis, uma vez que seu foco é examinar os processos inferenciais que geram as configurações narrativas. Segundo essa perspectiva, o procedimento de análise pode ser, então, agregado em uma abordagem que comporta três operações:

- A primeira diz respeito ao início da análise dos dados e consiste em identificar os fatos marcantes da narrativa, ou seja, os elementos e eventos que permitem identificar os pontos de escansão da narrativa e caracterizá-los como momentos, fatos ou eventos de vida.
- A segunda consiste em estruturar a trama temporal (ver quadros 10.5 e 10.6). O que importa nessas duas primeiras operações é desvelar a estrutura temporal e granular da narrativa, o que permite iniciar a terceira operação, que interroga as inferências lógicas que conectam as sequências em um todo integrado, ou seja, retomando a proposição de Ricoeur, transformando o episódico em lógico.
- A terceira operação refere-se ao exame das dinâmicas inferenciais que ligam de maneira pragmática e lógica os fatos entre si na narrativa. Trata-se de examinar as formas de associações geradas pelo narrador para compor sua narrativa e concluí-la, considerando os princípios de completude, de ordenamento e de totalidade.

O Quadro 11.2 formaliza essas três operações em uma abordagem integrada.

Quadro 11.2 – *Método de releitura das narrativas no curso da investigação narrativa*

FATOS VIVIDOS RECENSÃO CRONOLÓGICA	CLASSIFICAÇÃO DOS FATOS VIVIDOS (CATEGORIA TEMPORAL)	CLASSIFICAÇÃO DOS EFEITOS VIVIDOS (CATEGORIA EXPERIENCIAL)	CLASSIFICAÇÃO DAS LÓGICAS DE INTERPRETAÇÃO (CATEGORIA INFERENCIAL)
Fato <i>n</i> Contexto: data, lugar, desenvolvimento, conteúdo Fato <i>n</i> + 1 Fato <i>n</i> + 2 Fato <i>n</i> + 3	<i>Tematização dos fatos</i> : esfera pessoal, relacional, profissional, social Periodização e fragmentação: unidade temporal, seqüência e subseqüências	<i>Doação da experiência em situação</i> : dimensões cognitivas, perceptivas, afetivas, corporais, tonais Desenrolar e impacto dos efeitos no tempo: repetição, difusão, propagação, regularidade	Identificação das lógicas inferenciais que associam os fatos entre si na narrativa: dedução/ indução/ transdução/ abdução <i>Exame das estruturas de interpretação que fazem parte da composição da narrativa</i> : tendências, crenças, formas de evidência naturalizada

A abordagem apresentada permite trazer à tona categorias, levando em conta a singularidade dos dados resultantes da investigação narrativa, sendo que essa singularidade permite apreender os fenômenos vividos a partir da sua dinâmica temporal e microprocessual. O desafio está, portanto, em formalizar categorias que considerem as temporalidades da narrativa, permitindo ao mesmo tempo um exame dos conteúdos temáticos e experienciais nela contidos. Em outras palavras, o destino das matrizes que ordenam sequencialmente a experiência vivida é servir de base para o trabalho de categorização dos conteúdos experienciais, permitindo assim interpretar e compreender a forma como os fenômenos que constituem os objetos de pesquisa no curso da investigação narrativa são vivenciados e compreendidos do ponto de vista do narrador.

Forjar categorias

O modo específico de orientação da investigação narrativa – acolhimento incondicional da experiência, apreensão temporal do vivido, variação dos regimes cinéticos – tem o efeito de prefigurar categorias para análise de conteúdo. Três categorias principais são de fato pré-constituídas pelo dispositivo: temporalidades, doação experiencial, processos inferenciais.

A categoria “temporal” dos fatos vividos

Essa categoria é fundadora do procedimento de análise. Já foi mostrado nos capítulos precedentes que ela constitui uma base. Seu objeto, no curso da análise da narrativa, é restituir o desenrolar cronológico dos fatos vividos, modulando entre diferentes níveis de fragmentação e gerando uma granularidade sequencial. Os dados constituídos por meio dessa categoria, seja no exame das narrativas, seja na transcrição das entrevistas narrativas, são, portanto, ordenados, restituindo o desenvolvimento diacrônico do tempo vivido, independentemente do nível de fragmentação alcançado durante a narrativa e suas passagens descritivas. Os indicadores e critérios associados a essa categoria são os dêiticos temporais identificáveis na narrativa, os quais podem designar diferentes escalas do vivido, ou seja, diferentes extensões para o sequenciamento: períodos de vida, ciclos de vida, idades, momentos de passagem, períodos de emprego, mas também fases de ação, desenrolar de um processo vivido na esfera do sensível, até mesmo do sofrimento...

A categoria “experiencial” dos efeitos vividos

Uma segunda categoria de análise é prefigurada pela investigação, especialmente quando se utiliza o regime da descrição microfenomenológica, que permite explorar o nível microgenético da doação do vivido, diferenciando diversos aspectos: ação, percepção, sensação corporal, sentimento e ambiência. Para essa categoria, mais

que o princípio da sucessão que rege em parte o desenvolvimento temporal, é a doação da experiência e os efeitos dos impactos associados aos fatos vividos que são analisados a partir dos processos de integração e síntese. Assim, são apreendidos os efeitos sentidos durante a experiência dos fatos vividos, sejam esses efeitos imediatos ou posteriores ao vivido, podendo até mesmo se desenrolarem de maneira difusa ao longo de períodos maiores de tempo, como a transformação dos ambientes, das estruturas de antecipação, das dinâmicas relacionais... Para essa categoria, a atenção é dirigida para as microdinâmicas de repetição, de acumulação, de aceleração, de desaceleração, de inércia, de saturação, de transição que impregnam o cotidiano, nas diferentes esferas da vida adulta: doméstica, familiar, social, profissional, ambiental. O cruzamento dessa categoria com a categoria das temporalidades permite manifestar dinâmicas de cristalização, de integração ou de oscilação, que são os sinais de uma evolução silenciosa que fazem parte do surgimento gradual do que aparece na narrativa sob a forma de um evento e de um fato vivido, de tendências, da persistência de modos de doação que tomam contornos de uma evidência naturalizada.

A categoria "inferencial" das dinâmicas de configuração

Associada a essas dinâmicas temporais e experienciais, a terceira categoria é de ordem inferencial. Ela contém os processos, inferências e atos de interpretação produzidos pelo narrador, possibilitando, por configuração, associar e ligar os fatos entre si, obtendo como resultado a constituição de um enredo, ou seja, de um sentido organizador que constitui e transforma a sucessão dos fatos em uma história. O exame dessas relações de causalidade e atos de interpretação presentes na narrativa pode tomar duas direções: as relações de causa e efeito e fatores de correlação que o sujeito afirma, que ele considera verdadeiros; ou aqueles que, ao contrário, não parecem significativos ou manifestos do seu ponto de vista, mas que, no contexto de um exame em segunda ou terceira pessoa, são passíveis de

serem integrados à dinâmica configuracional. Dois tipos de dados podem então ser diferenciados para esta categoria: o primeiro refere-se à constituição do enredo, sendo os processos atuantes revelados pelas formas de associações lógicas dos fatos dentro da narrativa; o segundo refere-se à tensão narrativa manifestada na narrativa, sendo que ela se mostra pela expressão das dimensões sensíveis e tímicas no curso do relato. Os indicadores que podem ser mobilizados para produzir atos de categorização são: os próprios processos inferenciais (entre dedução, indução, transdução e abdução), a firmeza das relações de causalidade expressas ou inferidas, os raciocínios que participam de uma coerência e da constituição de esquemas narrativos que indicam a manutenção de pontos de vista no tempo, as percepções de expectativa e a estrutura de antecipação...

Essas três categorias são dadas a título indicativo, outras têm que ser construídas de acordo com a singularidade da pesquisa realizada. Sua estruturação visa a agrupar e classificar processos que, no decorrer da análise, levarão ao corte e ao sequenciamento do que é dado ao sujeito de forma integrada, encarnada e temporalizada. O desafio da análise é, de fato, fazer distinções e diferenciações que expliquem a configuração dos fenômenos experimentados a partir dos dados: “O problema está, portanto, em dar conta da forma como demarcamos essa realidade, organizamos suas variações e suas diferenças, reduzimos a particularidade dos objetos, dos eventos e das situações para identificá-los, qualificá-los, manipulá-los, etc.”²²⁴

As categorias devem permitir o exame dos fatos vividos, seus efeitos e impactos na história do sujeito, considerando os procedimentos narrativos e atos de linguagem utilizados pelo narrador, que produzem a textura sensível da narrativa, sua duração, tensão e coesão. Essas categorias ordinárias,²²⁵ que podem ser nomeadas de *categorias narrativas*, podem, uma vez constituídas, ser interrogadas a

224. L. Quéré, “Présentation”, 1994, p. 7.

225. D. Demazière e C. Dubar, *Analyser les entretiens biographiques*, 2004.

partir de categorias eruditas, procedentes de ciências fundadas em amostras maiores, como abordagens estatísticas, ou até mesmo estudos randomizados envolvendo coortes maiores e utilizando tipos de investigação menos qualitativos. Essas mesmas categorias podem ser também apoiadas pelos métodos de análise documental, sem o objetivo de invalidação, já que o que é considerado verdadeiro do ponto de vista do sujeito constitui a base e o objetivo da análise. Esses dados em terceira pessoa abrem, no entanto, para a diversidade de horizontes de interpretação em relação a um determinado fenômeno.

Síntese do capítulo

Neste capítulo, o *status* dos dados gerados foi especificado e caracterizado, com base no que constitui o objetivo principal da investigação narrativa: o exame das dimensões temporalizadas, experimentadas e configuradas da experiência que passa à linguagem e que se encontra integrada em uma ou mais narrativas. Essas três categorias – fatos, efeitos, inferências – permitem analisar a experiência a partir de suas dimensões estruturais (tempo, granularidade e sucessão), experienciais (sensível, microgenética e orgânico) e lógicas (inferencial e tendencial). Essa qualificação dos dados foi então examinada à luz da estruturação das categorias, tornando possível especificar tanto a singularidade do *corpus* produzido durante a pesquisa como as formas de exame que permitem entrar na análise dos fenômenos vividos tal como são expressos por meio da linguagem, a fim de gerar processos de compreensão e constituição do conhecimento no âmbito das pesquisas em ciências humanas e sociais.

12. RESTITUIÇÃO, RESULTADOS E DIMENSÕES ÉTICAS

Este décimo segundo e último capítulo situa a investigação narrativa a partir dos seus objetos e usos no campo da pesquisa em ciências humanas e sociais, com base na análise dos resultados gerados por essa abordagem, o que leva a questionar os critérios de validade que devem ser considerados. A última seção deste capítulo interroga as dimensões éticas associadas a essa forma de investigação, assim como as implicações relativas ao desenvolvimento de formações concretas que permitam adquirir um conhecimento teórico, metodológico, mas também (e talvez sobretudo) experiencial da abordagem.

Resultados, provas e restituição

No escopo de uma teoria da investigação narrativa, experiência e investigação são duas noções associadas. A conclusão da narrativa de si não procede de uma expressão direta, mas de uma dinâmica que ao atravessar três campos de imposição – a passagem da experiência à linguagem, a composição da narrativa de si, a consideração dos formatos narrativos – permite dizer e narrar o que, do ponto de vista do sujeito, constitui o que foi experiencialmente vivido, compreendido, integrado e que, como resultado, faz parte da construção de pontos de vista e de maneiras de ver em contexto. Por isso, se há um desenlace no curso da investigação narrativa, não é devido à desco-

berta de um enigma, como é o caso das sequências narrativas clássicas em narratologia, mas sim por causa da expressão da verdade, do ponto de vista do narrador, ou seja, do desdobramento de uma força associada aos regimes aletúrgicos que são estruturantes de uma hermenêutica do sujeito. Os resultados obtidos pela investigação narrativa devem ser situados nesta escala: a de uma compreensão dos fenômenos vividos por um ou mais sujeitos, sendo que as dimensões experienciais associadas aos eventos vividos não são dadas de forma transparente e diretamente acessível. Elas são apreensíveis pela linguagem, por meio das narrativas, ou seja, por relatos narrativos que os sujeitos formalizam ou são levados a formalizar para expressar e testemunhar o que, de seu ponto de vista, aconteceu, sob a forma de eventos e efeitos experienciais e biográficos produzidos.

Os critérios de validade dessa abordagem foram explicitados ao longo dos capítulos. Eles residem na regulação *conforme a condução* entre os diferentes regimes narrativos, que têm como efeito – tal como um motor cuja potência é possível regular – explorar, de maneira mais ou menos ampla, mais ou menos profunda, a experiência apreendida no decurso da expressão em palavras, diferenciando três perspectivas: os fatos vividos, os efeitos experienciados, os processos de síntese e de configuração que resultam deles. A especificidade dos resultados produzidos pela investigação narrativa está em permitir apreender a experiência de maneira dinâmica por meio da análise das temporalidades: experiencial, por meio da caracterização fenomenológica dos efeitos vividos, e lógica, por meio do estudo das dinâmicas inferenciais. Em outras palavras, a identificação dos fenômenos vividos e a maneira pela qual eles fazem parte da constituição dos pontos de vida integram três perspectivas: longitudinal, microgenética, integrativa. Segundo essa perspectiva, esses mesmos fenômenos são caracterizados como objetos, processos e componentes de dinâmicas que fazem parte da formação do sujeito.

A qualificação dos resultados parece, contudo, complexa de ser estabelecida de maneira definitiva. Na verdade, os modos de consti-

tuição e de condução da investigação parecem evolutivos, adaptáveis segundo as disposições das pessoas entrevistadas. Como então podemos considerar que o que foi expresso durante o trabalho narrativo não é uma versão da história, válida apenas para o narrador e que, além disso, serve apenas para o momento em que foi expressa? Sempre é possível proceder segundo um método de entrevistas sucessivas, o que favorece uma forma de confirmação progressiva da narrativa, tal como apresentado no Capítulo 10. Mas, mesmo com essa abordagem, os dados parecem ainda instáveis, circunstanciais, evolutivos. Suas características parecem impedir a obtenção de formas de saturação de dados, de completude da amostra, de hierarquização de variáveis. A hipótese levantada, *a priori* contraintuitiva do ponto de vista científico, consistiu em pensar a saturação não em função da constituição de um *corpus*, mas a partir da realização da narrativa, que deve parecer completa do ponto de vista do narrador. A proposição é coerente em relação ao paradigma da pesquisa narrativa. Contudo, não extingue controvérsias sobre a validade dos resultados com base na expressão e na narração da experiência.

Essa problemática da validade dos dados, da fiabilidade dos resultados e da sua força probatória deve ser ressituada na escala das ciências humanas e sociais e em um paradigma que, como foi dito no Capítulo 1, baseia-se no falibilismo e na hermenêutica. Como Becker demonstrou, os protocolos de pesquisa em ciências humanas e sociais contêm numerosos vieses, mesmo no âmbito das abordagens marcadas por procedimentos controlados, diretas e que procedem por redução e verificação de variáveis.²²⁶ Em um dos exemplos propostos no seu livro *Faire preuve* [Demonstrar – tradução nossa], Becker mostra por meio de uma investigação durante a qual um grupo de adolescentes foi solicitado a indicar a profissão do pai, que uma parte significativa das respostas não é, ao final, explorada

226. H. S. Becker, *Faire preuve. Des faits aux théories*, 2020. Título no original em inglês: *Evidence*.

devido, por exemplo, a afirmações equivocadas, errôneas, imprecisas...²²⁷ Essa caracterização dos vieses tem como intuito mostrar que cada procedimento comporta suas linhas de força e seus pontos de vigilância. Aqueles da investigação narrativa foram expostos: manutenção da expressão em primeira pessoa, passagem à linguagem da experiência vivida, expressão em palavras apoiada no desenrolar diacrônico, intensificação da descrição à medida que a narrativa se desenvolve, caracterização cruzando o episódico (fatos vividos), o experiencial (efeitos gerados) e a lógica (inferências lógicas).

Critérios de pertinência da investigação narrativa em ciências humanas e sociais

As contribuições da investigação narrativa e sua singularidade como abordagem qualitativa e compreensiva no campo das ciências humanas e sociais residem na sua capacidade de apreender os fenômenos vividos a partir de suas dinâmicas de constituição, de acordo com diferentes escalas temporais e com uma abordagem integrada que cruza as dimensões sensíveis, lógicas e biográficas. Ela permite compreender dinâmicas individuais e coletivas e os processos de constituição de pontos de vista e crenças de acordo com uma abordagem orgânica e integrativa, assumindo a força vital que faz parte do surgimento e desenvolvimento dos fenômenos nas esferas biográfica, social e ecológica. Tematicamente, a investigação narrativa oferece novas possibilidades para a análise de: 1. campos de experiência, situados na interface da área das práticas, 2. modos de pensar, 3. modos de existência.

Investigar as práticas e as maneiras de fazer

Os trabalhos contemporâneos referentes à análise do trabalho têm retomado a noção de experiência para interrogar as práticas

227. H. S. Becker, *Faire preuve. Des faits aux théories*, 2020.

profissionais por meio da análise da atividade,²²⁸ da atividade e formação em situação de trabalho,²²⁹ das dinâmicas de profissionalização²³⁰. O estudo das práticas profissionais por meio da investigação narrativa permite analisar os processos de aquisição das maneiras de fazer, agir e pensar segundo perspectivas alargadas e aumentadas:

- Caracterizar as modificações e transformações das práticas, examinando suas evoluções no tempo de exercício da função, da sucessão das situações, mas também e sobretudo na dimensão das trajetórias de vida profissional, da vida dos coletivos de trabalho. Buscando aprender as evoluções do estilo profissional segundo períodos longos,²³¹ processos podem ser caracterizados a partir de critérios como os processos de acumulação, de repetição, de mutação, de saturação... As transformações das práticas podem assim ser examinadas de maneira microprocessual e temporalizada, a partir da identificação dos fatos vividos e dos efeitos gerados que contribuem para a evolução das maneiras de pensar e de agir, dos processos rítmicos e das regularidades que fazem parte dessa transformação no curso da vida profissional.
- As práticas profissionais comportam dimensões referentes à ação, mas também à esfera do sensível, ao campo do perceptivo. Para a descrição microfenomenológica do agir em situação de trabalho, diferentes aspectos da vivência no trabalho podem ser examinados: fenômenos do ambiente nos locais de trabalho, surgimento da confiança e sentimento de pertencimento a um coletivo de trabalho, saberes biográficos e sensíveis como componentes do ofício... As possibilidades oferecidas pelo cruzamento dos regimes narrativos a fim de apreender as dimensões relacionadas à esfera da percepção sensível, às vivências do corpo, ao campo da

228. J.-M. Barbier e M. Durand, *Encyclopédie de l'analyse de l'activité*, 2017.

229. J. Thievenaz, *Enquêter et apprendre au travail*, 2019.

230. R. Wittorski, "La professionnalisation", 2008.

231. Y. Clot, *La fonction psychologique du travail*, 1999.

percepção, abrem perspectivas para compreender as dimensões experienciais e qualitativas da prática. Essas dimensões muitas vezes passam despercebidas pelas pesquisas ou são apreendidas de maneira fragmentada.

A investigação narrativa parece, portanto, propícia para analisar o que é uma prática,²³² entre duração e detalhes, para estudar as maneiras como uma ou mais práticas são constituídas no curso da vida do sujeito, a partir do estudo dos processos de aquisição dos saberes incorporados, dos saberes experienciais, das “maneiras de fazer”²³³ nas situações de trabalho, a partir das práticas concretas e do que é vivido na escala individual e coletiva.

Investigar as maneiras de dizer, a atividade e os saberes narrativos

Os trabalhos de pesquisa sobre a investigação narrativa podem buscar a produção de conhecimentos sobre a própria atividade narrativa: esse trabalho, iniciado neste manual a partir da diferenciação dos regimes narrativos, pode referir-se às leis de reciprocidade entre a atividade de temporalização e de configuração, à circulação dos registros de expressão entre primeira, segunda e terceira pessoa, aos processos de fragmentação e efeitos gerados, à caracterização das unidades temporais próprias à narrativa e processos gerados pela seleção dessas unidades (contração, expansão, compressão)... Abre-se aqui um campo de pesquisa destinado à caracterização da atividade narrativa em seus atos e gestos: evocação da experiência vivida, atos de apreensão, dinâmicas de categorização geradas pela expressão em palavras, circulação dos registros de expressão... A investigação narrativa oferece novas perspectivas para apreender e examinar os processos de aprendizagem, levando em conta os fenômenos de

232. R. Fréga, “Qu’est-ce qu’une pratique?”, 2016.

233. M. de Certeau, *L’invention du quotidien. 1. Arts de faire*, 1990.

transformação, assim como as dimensões incorporadas das práticas profissionais, examinando as dimensões isomórficas entre *maneiras de dizer e maneiras de fazer*, tendo como hipótese que a singularidade das práticas, para que seja dita de forma situada, pressupõe inventar formas linguageiras, e que os modos de constituição dos saberes experienciais devem encontrar uma forma de serem ditos, de acordo com uma perspectiva experiencial e temporalizada.

Investigar as leis de composição dos pontos de vista e dos modos de existência

Se a contribuição da investigação narrativa, no que diz respeito à pesquisa sobre as práticas, está em permitir o acesso às dimensões pré-refletidas da atividade sem perder de vista a dimensão longitudinal da vida profissional, sua pertinência reside também no caráter simbiótico apontado por Fruteau de Laclos entre as estruturas narrativas que fundam a narrativa de si e os processos de constituição dos mundos vividos.²³⁴ Em suma, a investigação narrativa apresenta-se aqui como um modo de pesquisa que permite apreender a maneira como o sujeito interpreta os eventos que marcam sua trajetória e o mundo que ele habita. Assim como a investigação de Nagels coloca em relevo os processos de constituição de mundos singulares,²³⁵ a investigação narrativa oferece a possibilidade de caracterizar as dimensões ecobiográficas²³⁶ e ecofenomenológica²³⁷ da existência, no cruzamento entre o experiencial e o existencial, de maneira situada nas trajetórias, nos momentos e períodos de vida. Essa perspectiva permite também abrir espaços para pesquisas interdisciplinares com as ciências cognitivas, incorporadas as teorias do conhecimento, in-

234. F. Fruteau de Laclos, “Pour une epistemology française. Souriau et la connaissance du sens commun”, 2016.

235. T. Nagel, *Mortal Questions*, 2012.

236. J.-P. Pierron, *Je est un nous: Enquête philosophique sur nos interdépendances avec le vivant*, 2021.

237. B. Bégout, *L'ambiance*, 2020.

tegrando as dimensões enativas da existência,²³⁸ reconhecendo nas narrativas as dimensões tácitas, ecológicas e conectadas do sujeito com seu ambiente, seja ele social, material ou ecológico.

Dimensões éticas da investigação em ciências humanas e sociais

O acompanhamento no curso da investigação pressupõe formas de reciprocidade entre o pesquisador e os sujeitos participantes. A noção de *situação biográfica*, tal como pensada e tematizada por Alfred Schütz, inspira-se especialmente na definição proposta por W. I. Thomas em sua obra *Social Behavior and Personality* [Comportamento social e personalidade], lançada em 1951.²³⁹ Ela integra-se em uma teoria fenomenológica do mundo social que foi em parte construída em contato com pesquisadores da Escola de Chicago. Situado na interseção entre sociologia compreensiva, fenomenologia social e hermenêutica de Dilthey,²⁴⁰ o pensamento de Schütz apresenta uma teoria da atividade biográfica inédita que, em muitos aspectos, abre perspectivas para formalizar tematicamente os processos de formação que se dão no curso das experiências e da investigação narrativa. Fundando uma teoria fenomenológica do mundo social articulada em torno das *reservas da experiência*, das “estruturas de pertinência do mundo da vida” e dos processos de *reciprocidade das perspectivas de sentido*, Schütz forja noções que esclarecem de maneira singular os processos narrativos e seus efeitos transformadores para os sujeitos que se engajam neles. Em outras palavras, a atividade biográfica mobilizada no curso da investigação narrativa, pode ser pensada, segundo os trabalhos de Schütz, como uma dinâmica que procede do desvelamento das estruturas de pertinência dos mundos

238. F. Varela et al., *L'inscription corporelle de l'esprit*, 2003.

239. D. Cefaï, *Phénoménologie et sciences sociales. Alfred Schütz. Naissance d'une anthropologie philosophique*, 1998.

240. N. Zaccã-Reyners, *Le monde de la vie*. 1: *Dilthey et Husserl*, 1995.

vivididos.²⁴¹ Dessa mesma forma, o trabalho de cointerpretação das narrativas pode ser compreendido, tendo em vista a experiência coletiva que resulta dele, de acordo com uma dinâmica de constituição de *uma reserva comum de experiência* propícia aos processos de compreensão compartilhada, situados na interface entre a singularidade das trajetórias e as dimensões compartilhadas de cada uma das histórias de vida.

Essas noções de situação biográfica partilhada e de reservas comuns de experiência permitem situar as dimensões éticas da investigação narrativa. Saber acompanhar a passagem da experiência à linguagem para que a narrativa de si seja socializada, saber conduzir para que a expressão possa *dizer a verdade*, no contexto narrativo, e saber acolher a experiência vivida de uma outra pessoa e viver a experiência de recepção das narrativas em contexto de pesquisa pressupõe ter vivido em primeira pessoa a experiência narrativa, pensar seus efeitos e compreender, por meio da experiência, os impactos da narrativa de si e a temporalidade dos seus desdobramentos no curso da vida. É desse conhecimento experiencial que os princípios éticos de prudência e de reciprocidade narrativa podem se forjar, pela manutenção da disposição de acolher as formas de dizer durante a expressão e por meio da atenção às dimensões sensíveis da experiência vivida na escala infralinguageira durante a experiência de recepção das narrativas de outras pessoas.

Empiricamente, a singularidade da investigação narrativa, suas dimensões implicadas e o movimento de *colocar em investigação* que eles pressupõem, impõem como necessidade refletir de forma aprofundada sobre as condições e dimensões éticas da sua realização. Três planos podem, assim, ser diferenciados:

- a experiência vivida no curso da investigação pelos sujeitos participantes;

241. A. Schütz, *Le chercheur et le quotidien*, 1987.

- a prudência necessária no curso da condução;
- o conhecimento experiencial dessa abordagem pelos pesquisadores que a mobilizam.

Toda investigação que solicita a expressão da experiência vivida em primeira pessoa tem por característica gerar efeitos, no curso da pesquisa, nas configurações narrativas que fundam a narrativa de si. Esse fenômeno está longe de ser anedótico. De fato, segundo essa perspectiva, os sujeitos da investigação não podem ser considerados simples informantes. Suas narrativas não são relatórios de práticas elaborados a partir de um discurso já construído que pode ser expresso sem consequência para o futuro. Implicar-se na investigação significa: contar a sua experiência vivida e expressar a verdade sobre si, e viver o efeito resultante da expressão dessa verdade que, sendo trazida à linguagem, acontece como fato interlocutivo e social.

*Fazer e viver a experiência narrativa no curso da investigação:
pontos de vigilância*

A primeira consequência para os sujeitos participantes da investigação narrativa é a de contar sua experiência, correndo o risco de serem despojados dela. Um dos problemas que surge diz respeito à propriedade dos dados. Em um contexto de pesquisa, esse ponto é particularmente sensível. De fato, o sujeito que descreve e/ou narra sua experiência forja formas de dizer durante a investigação. O que é dito é, de certa forma, uma *produção linguageira original* resultante do trabalho narrativo do sujeito e que acontece com a ajuda do pesquisador. A propriedade do discurso e das narrativas gerados torna-se uma questão delicada: recepção de transcrições, possibilidade de releitura para complementos, modificações ou supressões de tudo ou de parte do texto, modalidades de análise em conjunto ou não, anonimato ou publicação conjunta... Todos esses pontos devem ser discutidos com rigor e transparência durante a fase de contratualização, no início da pesquisa, mas também durante todo o seu curso.

Deve-se também considerar o processo heurístico associado à investigação narrativa. Em suma, o que é dito da experiência vivida, a maneira que ela encontra para ser dita, a configuração singular da narrativa no momento da sua expressão pelo narrador... tudo isso emerge e cristaliza-se no momento da investigação. Essas dimensões iniciáticas geram questões éticas que se referem aos procedimentos de contratualização antes, durante, mas também após a pesquisa. Esses elementos foram examinados na terceira parte deste livro, durante a exposição dos elementos sobre os procedimentos de contratualização e sobre as técnicas que permitem metacomunicar sobre o vivido no curso da investigação, com vistas a esclarecer, especificar ou simplesmente nomear os atos e os processos em ação no curso da interação sujeito/pesquisador.

A força da narração da experiência vivida durante a investigação está em tornar possível a manifestação da verdade do ponto de vista do sujeito. Esse é um dos objetivos e, potencialmente, seu principal critério de pertinência: o acompanhamento proposto pelo pesquisador participa da expressão do ponto de vista do sujeito, do que ele valoriza, dos processos de valoração durante a atividade narrativa.²⁴² Sendo, ao mesmo tempo, o ator, a testemunha e o objeto da narrativa, o sujeito narrador da investigação sobre a experiência revela-se, ou mesmo descobre-se, na expressão de sua experiência e na narração de sua história. Como resultado, a narrativa, seja gravada ou transcrita, dificilmente pode ser tratada como mero material disponível para o pesquisador, como uma *coisa* que se tornou sua propriedade exclusiva.

A expressão da verdade caracteriza um movimento pelo qual o narrador, no curso da expressão em palavras, realiza, conscientiza, explicita e formaliza conteúdos de sua experiência, questiona relações de causalidade tidas como verdadeiras entre os fatos vividos e a interpretação que se pré-constitui na escala da narrativa de si... A

242. J. Dewey, *La formation des valeurs*, 2011.

permanência do enquadramento no curso da investigação é, portanto, imperativa a fim de abarcar os efeitos associados à expressão de si, metacomunicando, se necessário, para lembrar o escopo da investigação e seus objetivos de compreensão e de constituição de conhecimento. Também é necessário garantir uma fase de releitura para que o(s) sujeito(s) envolvido(s) possa(m) deliberar sobre as condições de uso, sobre os círculos de divulgação e sobre os modos de circulação dos registros. Vários parâmetros exigem, portanto, uma vigilância constante: *status* da propriedade das narrativas, modos de implicação do sujeito no trabalho narrativo, direcionamento das experiências e ajuste do nível de exploração dos conteúdos experienciais, esferas da vida abarcadas pela pesquisa...

Em direção a uma ética da condução no curso da investigação

Levar em conta as dimensões experienciais da investigação narrativa interroga os procedimentos éticos de sua condução. De fato, se o pesquisador está preocupado acima de tudo com os objetivos de conhecimento, compreensão dos fenômenos e, portanto, com os objetos que estuda, o que emerge por meio das narrativas refere-se a momentos e fatos vividos dos quais os narradores são sujeitos e agentes. Essa situação pressupõe manter uma atenção específica sobre as dimensões perlocutórias da condução, sobre os efeitos do que é dito ao transmitir instruções, fazer perguntas e usar estímulos com vistas a captar os efeitos da recepção sobre os níveis cognitivo e sensível, no momento de conduzir a investigação.

O ajuste dos procedimentos de orientação é de fato realizado de forma lógica com base em critérios de eficiência: direcionamento das experiências, acompanhamento da atividade de evocação e de temporalização, descrição dos efeitos experimentados, explicitação das relações causais, etc. Ao mesmo tempo, a atenção dada às dimensões éticas da condução conduz a questionar-se sobre os efeitos perlocutórios de uma instrução e sobre as dimensões experienciais que ela pode gerar, no presente vivo, mas também posteriormente, ou seja,

nas horas, nos dias ou mesmo nas semanas seguintes: quais são os efeitos de um estímulo que convida a detalhar uma experiência dificilmente dizível? Como podemos estimar as repercussões para o sujeito da narração de um período claramente difícil? Devem ser previstas diferentes etapas durante a realização da pesquisa a fim de acompanhar gradualmente a narração e a dizibilidade de certas experiências?

A cautela faz parte da ética da investigação narrativa. Ela concerne particularmente aos domínios e às esferas da vida adulta que o pesquisador pode optar por incluir (ou não) no perímetro da pesquisa; às instruções, perguntas e aos estímulos que ele emite durante a entrevista narrativa; às modalidades de transmissão de transcrições e às instruções associadas para a releitura; ao dispositivo de análise e categorização dos dados; e às modalidades de restituição dos resultados da pesquisa. A questão da restituição dos resultados da pesquisa²⁴³ parece, portanto, ser codependente dos modos de implicação do sujeito durante a investigação. Para cada uma de suas etapas, o questionamento ético focalizará a implicação contínua do sujeito durante o trabalho de exploração da experiência, das formas de associação possíveis durante as fases de análise e categorização, dos modos de participação do(s) sujeito(s) durante a fase de socialização dos resultados e de sua publicação. Essa prudência pressupõe o exercício de formas de vigilância que possibilitem manter a participação ativa e a agentividade esclarecida pelos narradores.

Conhecimento experiencial dos efeitos da narração

Esses elementos levam a salientar a importância de o pesquisador adquirir conhecimento experiencial sobre os efeitos da investigação no tempo e na duração, o que pressupõe ter vivido a experiência narrativa em primeira pessoa e ter discutido dentro dos grupos de pesquisa sobre os efeitos gerados pela narração da experiência vivida

243. B. Bergier, *Repères pour une restitution des résultats de la recherche en sciences sociale*, 2002.

em primeira pessoa, de acordo com diferentes escalas temporais. É de fato a partir dessa experiência adquirida que a apreensão sensível do que se experimenta do ponto de vista do narrador se torna concreta e que os procedimentos condução são ajustados, ao longo do caminho, com pertinência. Assim, além do respeito ao contrato formulado e deliberado durante a primeira fase do dispositivo, quer se trate de um contexto de formação ou de pesquisa, a manutenção de um enquadramento ético para a condução, a regulação das trocas, a exploração da experiência vivida, supõe ter pontos de referência experienciais para conduzir o procedimento. O conhecimento teórico dessa forma de investigação e o domínio das suas dimensões metodológicas e técnicas – protocolo, dispositivo, estrutura, contrato, instruções, perguntas, estímulos – não garantem o desenvolvimento de uma prática eficaz, pertinente e prudente.

A potência da investigação resulta da possibilidade, baseada em critérios simples, de modular os regimes narrativos e conjugar diferentes escalas temporais para apreender a experiência vivida a fim de acessar níveis de detalhe, apreender as dimensões experienciais associadas aos fatos vividos no decorrer da trajetória biográfica, gerar efeitos de conscientização, ressonância e compreensão, cujo alcance e repercussão nunca são totalmente previsíveis e antecipáveis. Ter experimentado, dentro de um grupo, a experiência da narrativa de si, pela expressão da própria história e da recepção das histórias dos outros, dentro da estrutura de um sistema como o proposto por aqueles que mobilizam histórias de vida em formação, permite assim adquirir, além do conhecimento teórico e metodológico, um conhecimento em primeira pessoa dos efeitos da narrativa.

Formar-se na investigação narrativa para e pela pesquisa

Este livro apresenta e propõe um procedimento integrado e concreto para a condução da investigação narrativa em contexto de pesquisa. A aquisição de uma capacidade de execução concreta e perti-

nente pressupõe, contudo, uma aliança entre teoria e prática, entre implementação e retorno reflexivo sobre os efeitos constatados. Ela pode ser bastante reforçada pela implicação em seminários de pesquisa e de formação cuja temática organiza-se em torno das teorias e dos métodos da investigação narrativa. A experiência vivida do procedimento diz respeito a três aspectos distintos: viver a experiência da composição da narrativa de si, viver a experiência da expressão e do acolhimento da narrativa de si, tematizar na escala coletiva as dimensões partilhadas dos relatos narrados no seio do coletivo de pesquisa-ação-formação.²⁴⁴ Diferentes dispositivos permitem viver e experimentar esses procedimentos e processos. As sessões de história de vida em formação são especialmente dedicadas a esse trabalho de formação teórica e práticas associadas às abordagens referentes à investigação narrativa.²⁴⁵ Diferentes gestos e atos podem ser exercidos: exame dos efeitos perlocutórios, trabalho reflexivo sobre os efeitos de recepção, atenção às formas de expressão de si, análise dos efeitos de composição narrativa, prudência quanto às dinâmicas de interpretação, exercício dos procedimentos associados à metacomunicação.

A manutenção de um enquadramento ético durante o acompanhamento da descrição microfenomenológica da experiência vivida está posta em termos diferentes daqueles da narração biográfica. A descrição da experiência vivida é, de fato, dependente de um acesso do sujeito às dimensões pré-refletidas da experiência. É somente nessa condição que uma condução exigente pode ser benéfica e aceitável para a pessoa acompanhada. Sem acesso prévio à dimensão pré-refletida da experiência, a investigação por meio de descrição apresenta dificuldades éticas, pois os procedimentos de estímulos sistemáticos assumem a aparência de um interrogatório. Esse ponto deve ser claramente estabelecido. Por esses motivos, é exigida uma

244. G. Pineau, “Vers un paradigme anthropoformateur de recherche-action-formation transdisciplinaire”, 2004.

245. H. Breton, “Vitalité des formations par les histoires de vie”, 2019.

formação sólida. Assim, as capacidades do pesquisador em acompanhar os processos de evocação são determinantes para a pertinência da investigação. É por essa razão que os processos de desaceleração, de solicitação da anuência da pessoa, de questionamento sobre a compreensão da abordagem foram sistematicamente lembrados ao longo dos capítulos. Assim, é preciso especificar que essa abordagem repousa sobre dois pilares: o acompanhamento para a realização, pelos sujeitos participantes da investigação, de atos de desaceleração, de conversão do olhar, de evocação e de abertura do campo de atenção; a instrumentação do registro do questionamento, cujo objetivo é manter o trabalho centrado na atividade de descrição.

Síntese do capítulo

Este último capítulo permitiu definir o tipo de resultados gerados pela investigação narrativa, os critérios éticos associados a essa abordagem, cuja particularidade é de ser cogenerativa e iniciática. Os objetos, implicações e usos da investigação narrativa na área das ciências sociais foram especificados, o exame das dimensões éticas dessa abordagem levou a pensar, ao longo do tempo, sobre as formas de implicação no processo, para salientar a importância da prudência no curso da condução, e a problematizar a questão da restituição, ressituaando-a em uma temporalidade longa, durante e depois da pesquisa. A ênfase dada à dimensão iniciática da investigação narrativa também conduziu a destacar o caráter decisivo de uma compreensão teórica, metodológica e experiencial dessa abordagem, tendo os conhecimentos adquiridos pela leitura a finalidade de encarnar-se nas práticas, com vistas a edificar uma compreensão de ordem experiencial que venha sustentar as referências e os marcos estabelecidos ao longo dos doze capítulos que constituem este livro.

REFERÊNCIAS

- Adam, J.-M. (1999). *Le récit*. PUF.
- Adam, J.-M. (2015). *Les textes: Types et prototypes*. Armand Colin.
- Adam, J.-M., & Revaz, F. (1996). *L'analyse des récits*. Seuil.
- Adriansen, H. K. (2012). Timeline interviews: A tool for conducting life history research. *Qualitative Studies*, 3(1), 40-55.
- Alhadeff-Jones, M. (2020). Explorer l'inconscient rythmique dans les pratiques d'histoires de vie en formation. *Éducation Permanente*, 222, 43-52.
- Bachelard, P. (2004). *La formation de l'esprit scientifique*. Vrin. (Trabalho original publicado em 1938).
- Bachelard, P. (2022). *La dialectique de la durée*. Presses Universitaires de France.
- Bakhtin, M. (2017). *Esthétique de la création verbale*. Gallimard.
- Barbier, J.-M., & Durant, M. (2017). *Encyclopédie de l'analyse de l'activité*. PUF.
- Bardin, L. (2013). *L'analyse de contenu*. PUF.
- Baribeau, C. (2005). Le journal de bord du chercheur. *Recherches Qualitatives*, hors-série, 2, 98-114.
- Baroni, R. (2007). *La tension narrative. Suspense, curiosité, surprise*. Seuil.
- Baroni, R. (2012). L'intrigue minimale. In S. Bedrane, F. Revaz, & M. Viegnes (Orgs.), *Le récit minimal: Du minime au minimalisme. Littérature, arts, médias* [en ligne]. Presses Sorbonne Nouvelle. <http://books.openedition.org/psn/199>
- Barthes, R. (1966). Introduction à l'analyse structurale du récit. *Communications*, 8 (Recherches sémiologiques: l'analyse structurale du récit), 1-27.
- Baudouin, J.-M. (2010). *De l'épreuve autobiographique*. Peter Lang.
- Becker, H. S. (2014). *La bonne focale*. La Découverte.
- Becker, H. S. (2020). *Faire preuve. Des faits aux théories*. La Découverte.

- Bégout, B. (2000). *La généalogie de la logique. Husserl, l'antéprédicatif et le catégorial*. Vrin.
- Bégout, B. (2007). *L'enfance du monde*. Éditions de la Transparence.
- Bégout, B. (2020). *L'ambiance*. Seuil.
- Berger, E. (2016). Dans mon corps se fait jour de manière non loquace que quelque chose se prépare... *Intellectica*, 66, 103-124.
- Bergier, B. (2002). *Repères pour une restitution des résultats de la recherche en sciences sociale*. L'Harmattan.
- Bergson, H. (2013). *Essais sur les données immédiates de la conscience* (cap. 2). Flammarion. (Trabalho original publicado em 1889).
- Bertaux, D. (1976). *Histoires de vie ou récits de pratiques? Méthodologie de l'approche biographique en sociologie*. Rapport Cordes.
- Bertaux, D. (1996). *Le récit de vie: Perspective ethnosociologique*. Armand Colin.
- Billeter, J.-F. (2012). *Un paradigme*. Allia.
- Bordron, J.-F. (2002). Perception et énonciation dans l'expérience gustative. In A. Hénault (Org.), *Questions de sémiotique* (pp. 639-665). PUF.
- Bouveresse, J. (1987). *Le mythe de l'intériorité. Expérience, signification et langage privé chez Wittgenstein*. Minuit.
- Braudel, F. (1958). La longue durée. *Annales. Économies, sociétés, civilisations*, 13(4), 725-753.
- Bremond, C. (1973). *Logique du récit*. Seuil.
- Breton, H. (2018). Enquête sur les effets vécus au cours de l'activité biographique: vers une perspective microphénoménologique pour penser l'herméneutique du soi. *Revista Brasileira de Pesquisa (Auto) Biográfica*, 3(7), 274-289.
- Breton, H. (2019). Vitalité des formations par les histoires de vie. In M.-C. Bernard, G. Tschopp, & A. Slowik (Orgs.), *Les voies du récit: pratiques biographiques en formation, intervention et recherche* (pp. 13-27). Éditions Science et Bien commun.
- Breton, H. (2020a). L'enquête narrative, entre détails et durée. *Éducation Permanente*, 222, 173-180.
- Breton, H. (2020b). Expression et narration de la vulnérabilité en santé: Des modes de donation à l'intégration biographique. *Éducation et Socialisation*, 57.
- Breton, H. (2020c). From experience to language in narrative practices in therapeutic education. In H. Wright, & M. Høyen (Orgs.), *Discourses we live by: Personal and professional narratives of educational and social practices* (pp. 53-73). Open Book Publishers.

- Breton, H. (2020d). L'enquête narrative: Entre description du vécu et configuration biographique. *Cadernos de Pesquisa*, 50(178), 1138-1156.
- Breton, H. (Org.). (2020e). Narration du vécu et savoirs expérimentiels. *Éducation Permanente*, 222.
- Breton, H. (2021a). L'explicitation, selon Pierre Vermersch. *Chemins de Formation*, 23, 11-16.
- Breton, H. (2021b). The ecology of narration in biographical research: From lived experience description to life story narration. In A. Bainbridge, L. Formenti, & L. West (Orgs.), *An Ecology of Life: Discourses, dialogue and diversity in biographical research* (pp. 53-64). Brill Sense.
- Breton, H. (2021c). La narration de l'expérience à l'épreuve du "problème difficile" de l'expérience: Entre mémoire passive et historicité. *Revista Praxis Educacional*, 17(44), 1-14.
- Bruner, J. (2008). *Culture et modes de pensée*. Retz.
- Cefaï, D. (1998). *Phénoménologie et sciences sociales. Alfred Schütz. Naissance d'une anthropologie philosophique*. Droz.
- Certeau, M. de. (1990). *L'invention du quotidien. 1. Arts de faire*. Gallimard.
- Chalmers, D. (1995). Facing up to the problem of consciousness. *Journal of Consciousness Studies*, 2(3), 200-219.
- Chauviré, C. (1996). La monstration, unique mode de donation de l'a-priori chez Wittgenstein. *Revue de Métaphysique et de Morale*, 101(3), 291-301.
- Chauviré, C. (2004). Aux sources de la théorie de l'enquête. La logique de l'abduction chez Peirce. In B. Karsenti, & L. Quéré (Orgs.), *La croyance et l'enquête* (pp. 55- 84). Éditions EHESS.
- Chauviré, C. (2010). Faillibilisme et fiabilisme chez Peirce. In C. Chauviré (Org.), *Wittgenstein en heritage: Philosophie de l'esprit, épistémologie, pragmatisme* (pp. 263-293). Kimé.
- Clandinin, D.-J., & Connelly, F.-M. (2000). *Narrative inquiry. Experience and story in qualitative research*. Jossey-Bass.
- Clot, Y. (1999). *La fonction psychologique du travail*. PUF.
- Colliot-Thélène, C. (2004). Expliquer/comprendre: Relecture d'une controverse. *Espace-Temps*, 84-86, 6-23.
- Coninck, F. de, & Godard, F. (1990). L'approche biographique à l'épreuve de l'interprétation. Les formes temporelles de la causalité. *Revue française de sociologie*, 31-1, 23-53.
- Cremonesi, L., Davidson, A. I., Irrera, O., Lorenzini, D., & Tazzioli, M. (2013).

- Introduction. In M. Foucault, *L'origine de l'herméneutique de soi. Conférences prononcées à Dartmouth College, 1980* (pp. 9-27). Vrin.
- Delory-Momberger, C. (2010). *La condition biographique. Essai sur le récit de soi dans la modernité avancée*. Téraèdre.
- Delory-Momberger, C. (2015). *De la recherche biographique en éducation*. Téraèdre.
- Delory-Momberger, C. (Org.). (2019). *Vocabulaire des histoires de vie et de la recherche biographique*. Érès.
- Demazière, D. (2007). Quelles temporalités travaillent les entretiens biographiques rétrospectifs? *Bulletin de météorologie sociologique* [en ligne], 93, 5-27.
- Demazière, D., & Dubar, C. (2004). *Analyser les entretiens biographiques*. Presses Universitaires de Laval.
- Denoyel, N. (1999). Alternance tripolaire et raison expérientielle à la lumière de la sémiotique de Peirce. *Revue Française de Pédagogie*, 128, 5-42.
- Denzin, N. K. (1989). *Interpretive biography*. Sage.
- Depraz, N. (2009). *Plus sur Husserl. Une phénoménologie expérientielle*. Atlande.
- Depraz, N. (2011). L'éloquence de la première personne. *Alter*, 19, 57-64.
- Depraz, N. (2012). *Comprendre la phénoménologie. Une pratique concrète*. Armand Colin.
- Depraz, N. (2014a). *Attention et vigilance*. PUF.
- Depraz, N. (Org.). (2014b). *Première, deuxième, troisième personne*. Zeta.
- Depraz, N., Varela, F., & Vermersch, P. (2011). *À l'épreuve de l'expérience*. Zénith.
- Dewey, J. (1993). *Logique: La théorie de l'enquête*. PUF. (Trabalho original publicado em 1938).
- Dewey, J. (2011). *La formation des valeurs. Empêcheurs de penser en rond*. (Trabalho original publicado em 1939-1944).
- Dewey, J. (2012). *Expérience et nature*. Gallimard. (Trabalho original publicado em 1925).
- Dilthey, W. (1988). *L'édification du monde historique dans les sciences de l'esprit*. Cerf. (Trabalho original publicado em 1910).
- Dominicé, P. (2000). *Learning from our lives. Using educational biographies with Adults*. Jossey-Bass.
- Dominicé, P., Gaulejac, V. de, Jobert, G., & Pineau, G. (2000). Que faire des histoires de vie ? Retour sur quinze ans de pratiques. *Éducation Permanente*, 217-239.
- Dosse, F. (2008). *Paul Ricœur. Le sens d'une vie (1913-2005)*. La Découverte.

- Dosse, F. (2010). *L'histoire*. Armand Colin.
- Dosse, F. (2011). *Le pari biographique*. La Découverte.
- Dosse, F. (2012). *Histoire du structuralisme*. V. I: *Le champ du signe, 1945-1966*. La Découverte.
- Dosse, F. (2015). *L'empire du sens. L'humanisation des sciences sociales*. La Découverte.
- Dubar, C., & Nicourd, S. (2017). *Les biographies en sociologie*. La Découverte.
- Erickson, H. M. (1986). *Ma voix t'accompagnera*. Hommes et Groupes.
- Fabre, M. (1994). *Penser la formation*. PUF.
- Fabre, M. (2013). *Philosophie et pédagogie du problème*. Vrin.
- Ferraroti, F. (2015). *Histoire et histoires de vie*. Téraèdre. (Trabalho original publicado em 1983).
- Finger, M. (1984). *Biographie et herméneutique. Les aspects épistémologiques et méthodologiques de la méthode biographique*. Faculté d'Éducation Permanente, Université de Montréal.
- Finger, M. (1989). L'approche biographique face aux sciences sociales. La place du sujet dans la recherche sociale. *Revue Européenne des Sciences Sociales*, 27(83), 217-246.
- Flahaut, F. (1978). *La parole intermédiaire*. Seuil.
- Formenti, L. (2014). *Embodied Narratives: Connecting Stories, Bodies, Cultures and Ecology*. University Press of Southern Denmark.
- Foucault, M. (1966). *Les mots et les choses*. Gallimard.
- Foucault, M. (1969). *L'archéologie du savoir*. Gallimard.
- Foucault, M. (2001). *L'herméneutique du sujet. Cours au Collège de France*. Seuil. (Trabalho original publicado em 1981-1982).
- Foucault, M. (2016). *Discours et vérité. Précédé de La parrésia*. Vrin.
- Foucault, M. (2017). *Dire vrai sur soi-même: Conférences prononcées à l'Université Victoria de Toronto, 1982*. Vrin.
- Frega, R. (2006). *Pensée, expérience, pratique*. L'Harmattan.
- Fréga, R. (2016). Qu'est-ce qu'une pratique? In F. Chateauraynaud, & Y. Cohen (Orgs.), *Histoires pragmatiques* (pp. 321-347). Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales.
- Fruteau de Laclos, F. (2016). *Pour une epistemology française*. Souriau et la connaissance du sens commun. *Revue de Métaphysique et de Morale*, 90, 177-191.
- Galvani, P. (2010). *Moments de formation et mise en sens de soi*. L'Harmattan.

- Garfinkel, H. (2007). *Recherches en ethnométhodologie*. PUF. (Trabalho original publicado em 1967).
- Garfinkel, H. (2009). *Recherches en ethnométhodologie*. PUF.
- Gaulejac, V. de. (1987). *La névrose de classe*. Payot.
- Gaulejac, V. de. (1999). *L'histoire en héritage*. Desclée de Brouwer.
- Genette, G. (1972). *Figures III*. Seuil.
- Genette, G. (1983). *Discours du récit*. Seuil.
- Ginzburg, C. (2012). *Mythes, emblèmes et traces. Morphologie et histoire*. Verdier. Trabalho original publicado em 1986.
- Gombrowitz, W. (1995). *Journal* (Tome I). Gallimard.
- Greimas, A. J. (1966). Éléments pour une théorie de l'interprétation du récit mythique. *Communications*, 8, 28-59.
- Hartog, F. (2003). *Régimes d'historicité*. Seuil.
- Henry, M. (2000). *Incarnation. Une philosophie de la chair*. Seuil.
- Hess, R. (2010). *La pratique du journal. L'enquête au quotidien*. Téraèdre.
- Houde, R. (1999). *Les temps de la vie, Le développement psychosocial de l'adulte*. Gaétan Morin.
- Husserl, E. (1950). *Idées directrices pour une phénoménologie*. Gallimard.
- Husserl, E. (1998). *De la synthèse passive*. Jérôme Million. (Trabalho original publicado em 1926).
- Husserl, E. (2009). *Phénoménologie de l'attention* (N. Depraz, Trad.). Vrin. (Trabalho original publicado em 1904-1916).
- Husserl, E. (2014). *Expérience et jugement*. PUF. (Trabalho original publicado em 1954).
- Jullien, F. (2001). *Du temps. Éléments d'une philosophie du vivre*. Grasset.
- Jullien, F. (2009). *Les transformations silencieuses*. Grasset.
- Kaufmann, J.-C. (2004). *L'entretien compréhensif*. Armand Colin.
- Kreiwirth, M. (1994). Tell me a story: The narrativist turn in the human sciences. In M. Kreiwirth, & T. Charmichael (Orgs.), *Constructivité criticism: The human sciences in the age of theory* (pp. 61-87). University of Toronto Press.
- Lainé, A. (2004). *Faire de sa vie une histoire*. Desclée de Brouwer.
- Landry, F. (1989). La formation expérientielle: Origines, définitions, et tendance. *Éducation permanente*, 100-101, 13-23.
- Lani-Bayle, M. (2000). *L'histoire de vie généalogique*. L'Harmattan.

- Laplantine, F. (1996). *La description ethnographique*. Nathan.
- Latour, B. (2010). L'alternative compositionniste. Pour en finir avec l'indiscutable. *Écologie et Politique*, 40, 81-93.
- Latour, B. (2012). *Enquête sur les modes d'existence*. La Découverte.
- Lavocat, F. (2016). *Fait et fiction*. Seuil.
- Legrand, J.-L. (1989). La "bonne" distance épistémique n'existe pas. *Éducation Permanente*, 100-101, 109-122.
- Lejeune, C. (2016). *Manuel d'analyse qualitative. Analyser sans compter ni classer*. De Boeck Supérieur.
- Lejeune, P. (1996). *Le pacte autobiographique*. Seuil.
- Madelrieux, S. (2010). Le pragmatisme et les variétés de l'expérience. In L. Perreau (Org.), *L'expérience* (pp. 111-131). Vrin.
- Madelrieux, S. (2012). Expérencier. *Critique*, 12(787), 1012-1013.
- Merleau-Ponty, M. (1976). *Phénoménologie de la perception*. Gallimard.
- Mialaret, G. (1989). *Méthodes de recherche en sciences de l'éducation*. PUF.
- Michel, J. (2017). *Homo interpretans*. Hermann.
- Minkowski, E. (2013). *Le temps vécu*. PUF.
- Morin, E. (2014). *Introduction à la pensée complexe*. Points.
- Nagel, T. (2012). *Mortal Questions*. Cambridge University Press. (Trabalho original publicado em 1979).
- Nelson, I. A. (2010). From quantitative to qualitative: Adapting the life history calendar method. *Field Methods*, 22(4), 413-428.
- Niewiadomski, C. (2019). Récit de vie. In C. Delory-Momberger (Org.), *Vocabulaire des histoires de vie et de la recherche biographique* (pp. 136-139). Érès.
- Passeron, J.-C., & Revel, J. (2020). *Penser par cas*. Éditions de l'École des hautes études en sciences sociales.
- Patron, S. (2020). (Org.). *Small stories. Un nouveau paradigme pour les recherches sur le récit*. Hermann.
- Peirce, C. S. (1879). La logique de la science. Deuxième partie: Comment rendre nos idées claires. *Revue Philosophique de la France et de l'Étranger*, 7(4), 39-57. (Trabalho original publicado em 1878).
- Peirce, C. S. (1998). An essay toward improving our reasoning in security and in uberty. In The Peirce Edition Project (Org.), *The Essential Peirce: Selected*

- philosophical writings (1893-1913)* (pp. 463-474). Indiana University Press. (Trabalho original publicado em 1913).
- Peneff, J. (1994). Les grandes tendances de l'usage des biographies dans la sociologie française. *Politix*, 7(27), 25-31.
- Peneff, J. (1997). *La méthode biographique*. Armand Colin.
- Petitmengin, C. (2010). La dynamique préréfléchie de l'expérience vécue. *Alter*, 18, 165-182.
- Petitmengin, C., Bitbol, M., & Ollagnier-Beldame, M. (2015). Vers une science de l'expérience vécue. *Intellectica*, 2(64), 53-76.
- Piaget, J. (1967). *Logique et connaissance scientifique*. Encyclopédie de la Pléiade.
- Piaget, J. (1974). *Réussir et comprendre*. PUF.
- Piaget, J. (1977). *Recherches sur l'abstraction réfléchissante*. PUF.
- Pierron, J.-P. (2021). *Je est un nous: Enquête philosophique sur nos interdépendances avec le vivant*. Actes Sud.
- Pineau, G. (1987). *Temps et contretemps*. Saint-Martin.
- Pineau, G. (2000). Histoire de vie et formation anthropologique de l'histoire humaine. *Éducation Permanente*, 1(142), 63-71.
- Pineau, G. (2004). Vers un paradigme anthropoformateur de recherche-action-formation transdisciplinaire. *Question Vives*, 2(3), 61-71.
- Pineau, G., & Legrand, J.-L. (2019). *Les histoires de vie*. PUF. (Trabalho original publicado em 1992).
- Pineau, G., & Marie-Michèle (1983). *Produire sa vie: Autoformation et autobiographie*. Saint-Martin.
- Pollack, M. (1990). *L'expérience concentrationnaire. Essai sur le maintien de l'identité sociale*. Éditions Métailié.
- Popper, K. (1973). *La logique de la découverte scientifique*. Payot.
- Quéré, L. (1992). Le tournant descriptif en sociologie. *Ciment Sociology*, 40, 139-165.
- Quéré, L. (1994). Présentation. In B. Fradin, L. Quéré, & J. Widmer (Orgs.), *L'enquête sur les catégories* (pp. 7-40). EHESS.
- Quéré, L. (2000). Singularité et intelligibilité. In J.-M. Barbier (Org.), *L'analyse de la singularité de l'action* (pp. 147-169). PUF.
- Reuter, Y. (2016). *L'analyse du récit*. Armand Colin.
- Reuter, Y. (2019). Théorie du récit. In C. Delory-Momberger (Org.), *Vocabulaire des histoires de vie et de la recherche biographique* (pp. 260-262). Érès.

- Ricœur, P. (1983). *Temps et récit (t. 1): L'intrigue et le récit historique*. Seuil.
- Ricœur, P. (1984). *Temps et récit (t. 2): La configuration dans le récit de fiction*. Seuil.
- Ricœur, P. (1985). *Temps et récit (t. 3): Le temps raconté*. Seuil.
- Ricœur, P. (1986). *Du texte à l'action*. Seuil.
- Rogers, C. (2017). *Le développement de la personne*. Dunod.
- Romano, C. (2011). L'équivoque de l'habitude. *Revue Germanique Internationale*, 12, 187-204.
- Schütz, A. (1987). *Le chercheur et le quotidien*. Klincksieck. (Trabalho original publicado em 1971).
- Searle, J. R. (1996). *Les actes de langage*. Hermann.
- Simondon, G. (2007). *L'individuation psychique et collective*. Aubier.
- Singly, F. de. (2005). *Le questionnaire*. Armand Colin.
- Souriau, E. (2009). *Les différents modes d'existence*. PUF.
- Strauss, A. L., & Corbin, J. (2004). *Les fondements de la recherche qualitative: Technique et procédure de développement de la théorie ancrée*. Academic Press Fribourg.
- Tassin, J. (2020). *Pour une écologie du sensible*. Odile Jacob.
- Thievenaz, J. (2019). *Enquêter et apprendre au travail*. Raison et Passions.
- Thomas, W. I., & Znaniecki, F. (1998). *Le paysan polonais en europe et en Amérique*. Nathan. (Trabalho original publicado em 1918).
- Tisseron, S. (2019). *Les secrets de famille*. PUF.
- Traverso, V. (1999). *L'analyse des conversations*. Nathan.
- Tripier, G. (1998). Une sociologie pragmatique. In W. I. Thomas, & F. Znaniecki, *Le Paysan polonais en europe et en Amérique* (pp. 5-31). Nathan.
- Uexküll, J. von. (2010). *Milieu animal et milieu humain*. Bibliothèques Rivages. (Trabalho original publicado em 1956).
- Varela, F. (2017). *Le cercle créateur. Écrits: 1976-2002*. Seuil.
- Varela, F., Thompson, E., & Rosch, E. (2003). *L'inscription corporelle de l'esprit*. Seuil.
- Vermersch, P. (2000a). *L'entretien d'explicitation*. ESF. (Trabalho original publicado em 1994).
- Vermersch, P. (2000b). Approche du singulier. In J.-M. Barbier (Org.), *L'analyse de la singularité de l'action* (pp. 239-256). PUF.

- Vermersch, P. (2011). Description et vécu. *Expliciter*, 89, 46-59.
- Vermersch, P. (2012). *Explicitation et phénoménologie*. PUF.
- Veyne, P. (1971). *Comment on écrit l'histoire*. Seuil.
- White H. (1987). *The content of form: Narrative discourse and historical representation*. J. Hopkins University Press.
- Wittorski, R. (2008). La professionnalisation. *Savoirs*, 17, 11-38.
- Zaccä-Reyners, N. (1995). *Le monde de la vie*. 1: *Dilthey et Husserl*. Cerf.
- Zahavi, D. (2015). Intentionnalité et phénoménalité: Un regard phénoménologique sur le problème difficile. *Philosophie*, 1(124), 80-104.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Aspectualização: 87, 90-94, 113, 127, 132, 134, 155, 156, 175, 191, 194, 196, 198

B

Biográfico

dimensão biográfica: 36
entrevista biográfica: 131, 134
experiência biográfica: 78
método biográfico: 63-65, 67
narrção biográfica: 12, 35, 67, 74, 81, 96, 97, 99, 106, 120, 132, 133, 135-139, 154, 173, 184, 186, 192-194, 201, 202, 204, 206, 211, 249
narrativa biográfica: 51, 80, 81, 120, 178, 183, 185, 191, 196
pesquisa biográfica: 12, 66, 67
virada biográfica: 70, 110

C

Campo de pesquisa: 113, 219, 240

Campo do fenômeno: 81

Condução

estratégia de condução: 132, 183, 222
prática da condução: 221
procedimentos de condução: 141, 142, 153, 180, 211

Configuração

configuração da narrativa: 51, 52, 109, 126

configuração da experiência: 56, 81, 216, 221

configuração dos fatos: 50, 97, 138

configuração narrativa: 77, 79

formalização do enredo: 56

Cronologia: 53, 54, 56, 58, 64, 70, 73, 98, 106-108, 136, 137, 164

Cronológico: 54, 56, 104, 120, 129, 212, 221, 230

D

Desafio: 11, 13, 14, 24, 26, 49, 54, 70, 74, 84, 85, 87, 94, 95, 97, 98, 107, 119, 125, 127, 137, 160, 162, 168, 169, 183, 218, 226, 229, 232

Descrição

descrição da ação: 55, 84, 92

descrição da experiência: 46, 50, 87, 132, 156, 173, 249

descrição detalhada: 50, 51, 55, 56, 97, 131, 133, 136, 145, 202, 203

descrição dos fatos: 78, 90, 101, 102, 137, 217

descrição etnográfica: 87

descrição fenomenológica: 58, 60, 84, 89, 120, 133, 138, 154, 183, 202, 220

descrição microfenomenológica: 45, 47, 51, 52, 69, 80, 81, 84, 85, 87, 88, 90, 91, 93, 96, 97, 99, 132, 135, 136, 139, 173, 175, 184, 192, 194, 197, 198, 200-202, 206, 211, 213, 230, 239, 249

E

Escala biográfica: 11, 63, 74, 135, 198, 217

Epistemologia: 29, 32

Evocação: 27, 42, 49, 59, 74, 79, 86, 87, 91, 92, 94, 104, 116, 143-145, 19, 151, 222, 240, 246, 250

Experiência singular: 85

Experiência vivida: 11-13, 18, 20, 21, 29, 31, 32, 35, 38, 40, 41, 47, 49-52, 54-56, 59, 63, 68, 69, 74, 77-79, 81-92, 94, 95, 97, 99, 103, 104, 108, 110, 111, 113-116, 119, 126, 132, 138, 141-146, 148-155, 157, 158, 161, 162, 165, 169, 171, 173-175, 185, 196-202, 212-216, 219-224, 227, 229, 238, 240, 243-245, 247-249

acesso à experiência vivida: 49, 144

blocos da experiência vivida: 52

dizibilidade da experiência: 48, 247

exploração da experiência vivida: 12, 28, 78, 81, 86, 87, 94, 97, 143, 247, 248

expressão da experiência vivida: 38, 55, 74, 82-84, 114-116, 132, 136, 150, 215, 220, 244

expressar em palavras a experiência vivida: 59

experiência vivida de referência: 110, 111, 113, 173-175, 201

experiência sedimentada: 49, 84, 85, 92, 117

experiência temporalizada: 67, 73, 81, 96, 101, 118, 127, 141, 145, 147, 149, 151, 153, 164, 170, 203, 232, 239, 241

temporalização da experiência vivida: 59, 69, 77, 79, 104, 162

Experiential

aprendizagem experiencial: 19

base experiencial: 117, 219

terreno experiencial: 84

Explicitação: 12, 23, 82, 84, 126, 131, 163, 246

F

Fatos vividos: 11, 21, 33, 34, 36, 40, 41, 47, 50, 59, 60, 64, 67, 69, 70-75, 78, 81, 92-101, 103, 109, 110, 118, 126, 132, 133, 137, 138, 146, 163, 164, 169, 171, 175, 178-180, 204, 207, 226, 229-232, 236, 238, 239, 245, 246, 248

Fragmentação: 53, 91, 92, 94, 96, 99, 101, 104, 108, 110, 133, 135, 159, 174, 180, 183, 185-193, 196, 197-201, 207, 208, 213, 214, 229, 230, 240

fragmentação da experiência: 78, 103, 113, 175, 196, 198

fragmentação da narrativa: 111, 186, 191, 193, 207, 211, 212

G

Granularidade

granularidade da experiência: 49

granularidade da narrativa: 79, 100, 101, 173, 174, 197

granularidade narrativa: 78, 79, 205

H

Hermenêutica: 14, 18, 20, 25, 34, 45, 47, 54, 57, 66, 67, 75, 86, 236, 237, 242

I

Inferências: 33, 74, 76-78, 101, 103, 119, 167, 175, 227, 228, 231, 233, 238

Interpretação: 17, 21, 27, 28, 33, 36, 37, 64, 70, 75-77, 79, 85, 86, 88, 101, 119, 120, 179, 180, 229, 231, 233, 243, 245, 249

- Investigação: 11-14, 17-24, 26, 28, 29, 32, 34-43, 45-47, 50, 51, 55-58, 60, 63-72, 74, 75, 78-81, 87-89, 91, 93-106, 108-111, 113-121, 125, 126, 130-133, 135-139, 141-144, 146, 148-152, 154-157, 160, 161, 163-180, 183-185, 192, 193, 196, 202, 206, 211, 214, 216-223, 226, 227, 229, 230, 233, 235-250
- L**
- Linguagem: 13, 22, 24-28, 31, 45, 47, 48, 54, 56, 59, 71, 78, 79, 88, 92, 101, 109, 112, 114, 116-120, 126, 137, 138, 142, 143, 148, 149, 161, 162, 170-172, 214, 216, 217, 220, 223, 232, 233, 235, 236, 238, 243, 244
- Longitudinal: 11, 12, 21-23, 47, 50, 63, 68-70, 98, 105, 109, 112, 135, 137, 142, 145, 168, 169, 173, 174, 178, 185, 198, 199, 201, 222, 236, 241
- M**
- Memória: 14, 26, 27, 42, 48, 59, 79, 83-86, 92, 94, 95, 143, 146, 150, 158
- Modulação dos regimes narrativos: 51, 58, 78, 97, 101, 103, 104, 112, 119, 136, 139, 147, 173, 183, 198, 214
- Mundo: 58, 90, 108, 163, 172, 203, 217, 242
mundo vivido: 29, 38, 89, 217, 218, 241-243
- N**
- Narração
 narração biográfica: 12, 35, 67, 74, 81, 96, 97, 99, 106, 120, 132, 133, 135-139, 154, 173, 184, 186, 192-194, 201, 202, 204, 206, 211, 249
 narração da experiência: 13, 22, 213, 215, 219, 237, 245, 247
 narração dos fatos: 22
 narração dos fatos vividos: 22, 43
 narração em primeira pessoa: 38, 144, 176, 177
 narrativa experiencial: 26
 narração temporalizada: 73, 145, 147, 149, 151, 153, 170
- Narrativa**
 cinética da narrativa: 132, 137, 148, 173
 composição da narrativa: 25, 27, 28, 45, 47, 51, 53, 55, 56, 59, 68, 79, 105, 138, 153, 162, 171, 204, 216, 218, 229, 235, 249
 configuração da narrativa: 51, 52, 109, 126
 expressão da narrativa: 71, 171
 granularidade da narrativa: 79, 100, 101, 173, 174, 197
 lógica da narrativa: 52, 135
 narrativa histórica: 48
 recepção da narrativa: 57, 138
 sequência narrativa: 38, 54, 96, 223, 236
 teoria da narrativa: 67
- Narrativas de experiência: 45, 176
- P**
- Periodização: 53, 99, 192, 226, 229
- Pesquisas narrativas: 32
- R**
- Regimes narrativos: 12, 23, 35, 43, 45, 47, 48, 51-53, 58-60, 78, 80, 96-98, 101, 104, 112, 114, 117, 119-121, 136, 137, 139, 147, 160, 161, 173, 177, 180, 183, 184, 198, 202, 211, 214, 219-221, 236, 239, 240, 248
- S**
- Sensível
 vida sensível: 21, 35, 36, 81, 198, 201
- Síntese: 21, 37, 48, 50, 54, 68, 77, 81, 90,

94-96, 103, 106, 120, 147, 153, 159,
177, 191, 196
síntese passiva: 49, 84, 85

T

Temporalização: 21, 57, 74, 78, 79, 96,
101, 106-108, 110, 126, 132, 146, 147,
155, 163, 164, 183, 214, 221, 226,
240, 246
temporalização da experiência: 50,
51, 56, 59, 69, 70, 72, 74, 77, 79, 81,
104, 105, 127, 174, 216
temporalização da trajetória: 104
temporalização do vivido: 21, 107, 108,
154, 156, 162, 180

V

Vida

ao longo da vida 64, 120
calendário de vida 72
eventos da vida: 142
histórias de vida: 12, 65-68, 243,
248
linha de vida: 69, 72, 108
momentos de vida: 79, 174, 202
mundo da vida: 21, 109, 242
período de vida: 55, 63, 103, 104, 151,
184, 186, 202, 205, 213
trajetória de vida: 11, 23, 48, 53, 69,
71, 90-100, 104, 107, 127, 174
vida adulta: 99, 231, 247
vida cotidiana: 68, 84, 179, 206, 209
vida passiva: 92, 93, 119

Título *Investigação narrativa
em ciências humanas e sociais*

Autor Hervé Breton

Tradução Camila Aloisio Alves

Revisão Andrea Stahel
Adélia Maria Mariano da S. Ferreira
Ana Maria de Souza

Projeto gráfico, diagramação e capa Adriana Garcia

Imagem da capa Freepik

Formato 16 x 23 cm

Tipologia Minion Pro

Número de páginas 265